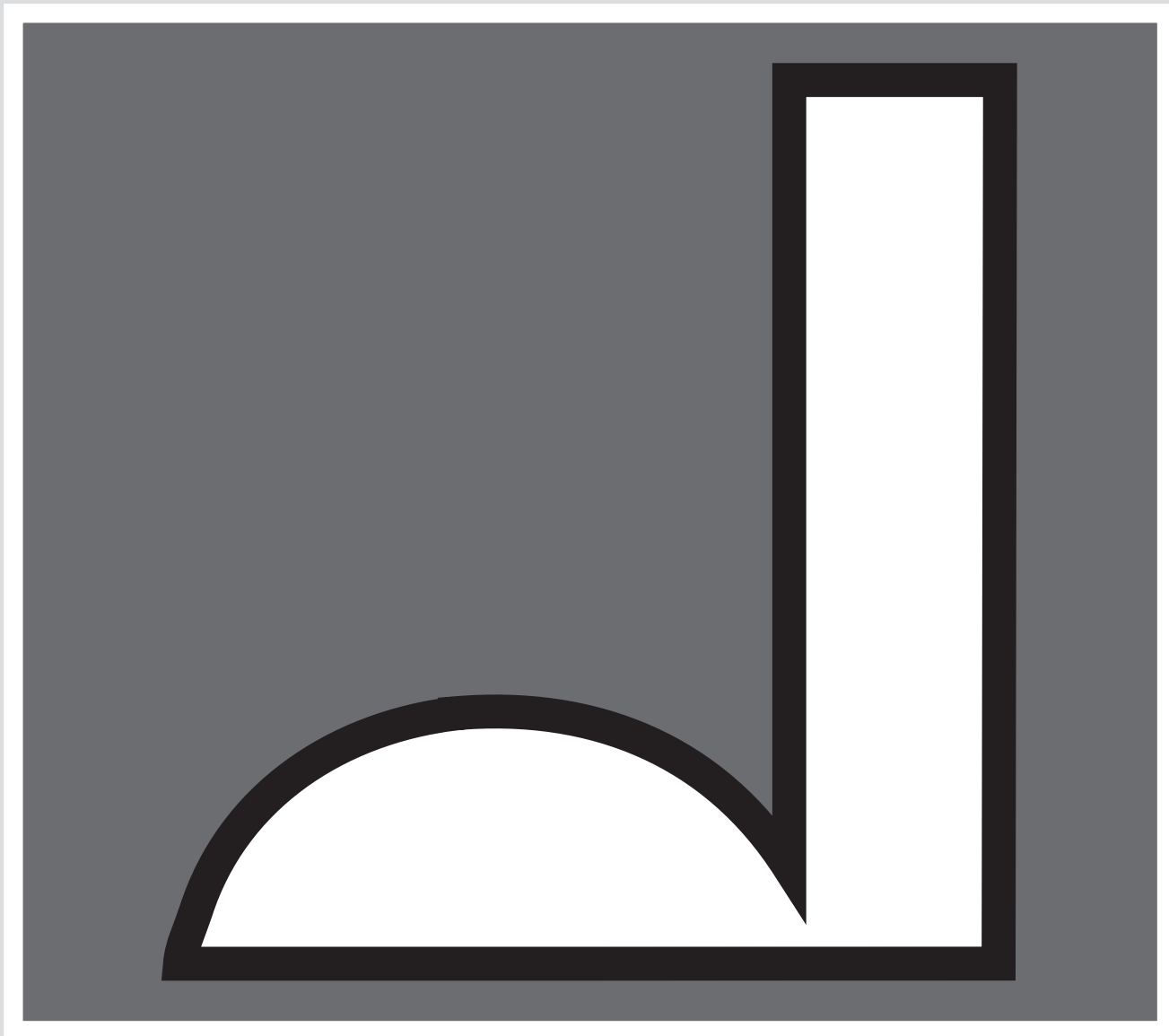




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 199 - SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PSDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes do PMDB (vago) (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago)</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17</p>	<p>LÍDER Delcídio Amaral – PT Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB (vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena</p> <p>Vice-Líder do P-SOL Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/ PSDB) – 31 LÍDER José Jorge</p>	<p>Vice-Líderes Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líder do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (vago) Flexa Ribeiro</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 26-10-2005

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.075, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti – ACODECAJ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 753, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti – ACODECAJ a executar, por (10) dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.076, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tacuru, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 95, de 23 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tacuru, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.077, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Comunitária “EDUCAR” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 564, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Fundação Cultural Comunitária “Educar” a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.078, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 23 de maio de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.079, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Pró Desenvolvimento de Cerro Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Branco, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 685, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Pró Desenvolvimento de Cerro Branco a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Branco, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.080, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão a Fundação Dom Edilberto Dinkelborg – FUNDED para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oeiras, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 292, de 14 de julho de 2004, que outorga permissão a Fundação Dom Edilberto Dinkelborg – FUNDED para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Oeiras, Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.081, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Cubati – A.B.C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cubati, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 715, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Beneficente de Cubati – A.B.C. a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cubati, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.082, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Pereira Barreto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 695, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Pereira Barreto a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.083, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores de Faina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faina, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.945, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 617, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural dos Moradores de Faina a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faina, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.084, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio 90,7 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 323, de 30 de agosto de 2004, que outorga permissão à Rádio 90,7 Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.085, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Piracanjuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracanjuba, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 523, de 8 de outubro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Piracanjuba a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracanjuba, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 213ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Previdência Social

Nº 302/2005, de 21 de novembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 842, de 2005, da Senadora Heloísa Helena..... 42172

1.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 1.835/2005, de 22 de novembro último, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.047, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 42172

Nº 533/2005, de 22 de novembro último, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.022, de 2005, do Senador Sérgio Guerra..... 42172

1.2.3 – Ofício

Nº 131/2005, de 30 de novembro último, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. Deferido a retirada deste Ofício, após manifestação do Senador José Jorge. 42172

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Designação dos membros que integrarão a Comissão Mista destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País, nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 2005, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados..... 42172

1.2.5 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 595/2005, de 29 de novembro último, comunicando a rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2005, em sessão plenária realizada em 24-11-2005. Informa, ainda, que foi enviado à sanção o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2005 (MPV 260/2005), que abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e, em consequência, também ao Orçamento de Investimento, em favor da Infraero,

no valor R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), para os fins que especifica, aprovado naquela Casa na sessão plenária do dia 16-11-05. 42173

1.2.6 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 71, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que altera o § 7º do art. 165 da Constituição Federal e o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer os critérios a serem adotados na regionalização do gasto da União. 42173

1.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 160/2005, de 30 de novembro último, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos, em reunião realizada naquela data..... 42176

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Inclusão na pauta da próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2004, quando poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento de sua discussão, no turno suplementar, perante aquele Colegiado..... 42176

1.2.9 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005 (nº 5.463/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, em regime de urgência, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica..... 42176

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2005 (nº 5.269/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, em regime de urgência, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE..... 42180

1.2.10 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Comissão de Educação. 42181

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2005, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sendo que também será apreciado simultaneamente pela Comissão de Assuntos Econômicos. 42181

1.2.11 – Pareceres

Nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplexes do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. 42182

Nº 2.067, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2005 (nº 1.426/2003, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano do Turismo. 42204

Nº 2.068, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005 (nº 4.293/2004, na Casa de origem), que declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro. 42206

Nº 2.069, de 2005, da Comissão Diretora, sobre a Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem e dá outras providências.... 42208

1.2.12 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 95, de 2003; 97 e 115, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 42214

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso por um décimo dos representantes de cada Casa, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2005-CN. 42214

1.2.13 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações sobre a sessão realizada ontem na Câmara dos Deputados, que culminou com a cassação do mandato parlamentar do Deputado José Dirceu. 42214

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Preocupação com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o aumento no consumo de bebidas alcoólicas no Brasil. 42216

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Abordagem sobre as “misérias” na lógica e na sensibilidade da política. Questionamentos sobre pesquisa

da Fundação Getúlio Vargas que atesta a diminuição da pobreza no Brasil. 42218

SENADOR TIÃO VIANA – Considerações sobre a redução da desigualdade social no País, com respaldo em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 42231

SENADOR VALDIR RAUPP – Regozijo pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998, que proíbe o desenvolvimento, produção, estocagem e uso de armas químicas em território brasileiro. Elogios ao papel desempenhado pelo embaixador brasileiro José Maurício Bustani, como Diretor-Geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAG). 42331

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Cassação do mandato de Deputado José Dirceu. 42333

SENADOR ALMEIDA LIMA – Comentários sobre a cassação do mandato do Deputado José Dirceu, ontem, em sessão da Câmara dos Deputados. 42336

SENADOR FLEXA RIBEIRO, como Líder – Alerta e apelo à Ministra Marina Silva com relação à situação de total insolvência do segmento madeireiro da região amazônica. Demarcação de terras dos índios Apiterewa, em São Félix do Xingu, no sul do Pará. 42338

SENADOR PAULO PAIM – Saudações aos parlamentares pela criação de Comissão Mista destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País. Análise da grave situação econômica do Estado do Rio Grande do Sul. 42338

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Endosso de opinião manifestada pelo General Luiz Gonzaga Lessa, que em palestra recente defendeu a exploração da floresta e das riquezas do subsolo amazônico. 42340

SENADORA SERYS SLHESARENKO – Aplausos às decisões do juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, Dr. Julier Sebastião da Silva, que tem se destacado no combate ao crime organizado. 42342

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Esclarecimentos sobre matéria publicada pela imprensa sobre convite de S. Exa. ao Senador Geraldo Mesquita, para ingresso no PMDB. 42344

1.2.14 – Leitura de requerimentos

Nº 1.395, de 2005, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005, que declara patrona do feminismo nacional a escritora Rose Marie Muraro. 42345

Nº 1.396, de 2005, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005 (PL nº 1.089/2003, na origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o

medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências. 42345

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social e de Encargos Financeiros da União, no valor global de novecentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada, por não haver acordo das Lideranças.** 42346

Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.359, de 2005 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que altera os arts 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas. **Apreciação sobrestada.** 42346

Item 3

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção. **Apreciação sobrestada.** 42346

Item 4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno. **Apreciação sobrestada.** 42346

Item 5

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial. **Apreciação sobrestada.** 42347

Item 6

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI

do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestada.** 42347

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestada.** 42347

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CESAR BORGES – Clima de inquietação em Salvador em virtude da decisão da BR Distribuidora em suspender o fornecimento de combustível e asfalto para a Prefeitura de Salvador. Falta de investimentos no setor de saneamento básico em nosso País. 42347

SENADOR ALVARO DIAS – Citação de frase do pensador Marco Túlio Cícero ao comentar a cassação do mandato do Deputado José Dirceu. Ineficiência do Governo Lula na execução de projetos em prol do País. 42351

SENADOR AELTON FREITAS – Aplauso à decisão do Tribunal de Contas da União que, em decisão cautelar, suspendeu a transferência de oito trechos de rodovias federais para o Governo do Estado, além de determinar providências imediatas para a recuperação de um total de 2 mil quilômetros que se encontram em situação crítica dentre as rodovias federais em Minas. 42351

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Considerações sobre a queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. 42352

SENADORA ANA JÚLIA – Esclarecimentos sobre a sua postura em reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. 42355

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Discordância do posicionamento da Senadora Ana Júlia em relação ao Deputado Xico Graziano. Considerações sobre a cassação do mandato de José Dirceu. 42356

1.3.2 – Comunicações da Presidência

Designação do Senador Eduardo Siqueira Campos para representar o Senado Federal na reunião do Colegiado do Conselho da Justiça Federal, a realizar-se no próximo dia 9 de dezembro, às 9 horas, em Palmas, Estado do Tocantins. 42359

Designação da Senadora Maria do Carmo Alves para representar o Senado Federal na Cúpula Mundial da Família+1, no período de 3 a 8 de dezembro corrente, em Aracaju, Estado de Sergipe. 42359

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR MAGNO MALTA – Expectativas de uma maior atenção a área social do Governo Lula.

Comentários sobre o esquema que culminou com o seqüestro e a morte do ex-Prefeito Celso Daniel. 42360

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Aplauso ao discurso do Senador Heráclito Fortes, solidarizando-se com S. Ex^a em defesa do Deputado Xico Graziano. Preocupação com a queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a elevação da inadimplência do consumidor no setor de supermercados. 42362

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Comentário à matéria de capa da revista **IstoÉ** desta semana, retratando o quadro geral da saúde e o sucateamento dos hospitais públicos no País. 42363

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Insuficiência dos recursos a serem repassados aos municípios brasileiros, oriundos do Parcelamento Alternativo Especial (PAES). Defesa da aprovação da reforma tributária. 42366

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Clamor por uma posição das autoridades pelo fim da violência no Estado do Rio de Janeiro. 42367

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro da matéria intitulada “Era o último da fila”, de autoria da jornalista Valéria Blanc, publicada na revista **Época**, edição de 21 de novembro último. ... 42368

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro do artigo intitulado “A traição dos intelectuais”, de autoria do professor de filosofia Denis Rosenfield, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de novembro último. 42370

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do artigo intitulado “Avanço no social”, publicado na seção Opinião do jornal **O Globo**, edição de 30 de novembro último. 42371

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro do artigo intitulado “Parece o fim mas é apenas o começo”, de autoria do jornalista Wilson Figueiredo, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 14 de novembro último. 42372

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “MP acusa secretário da Receita de improbidade”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 21 de novembro último. 42373

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre a matéria intitulada “Okamoto reafirma que pagou dívida de Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 23 de novembro último. ... 42374

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do editorial intitulado “O candidato Lula”, publicado no

jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 27 de novembro último. 42375

SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro da entrevista concedida pelo senador Tasso Jereissatti ao jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 18 de novembro último. 42376

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Registro da matéria intitulada “CPI irá propor indiciamento de Genoíno, Dirceu e Gushiken”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 21 de novembro último. 42377

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 1º-12-2005

3 – CONVÊNIO

Nº 48, de 2005 (Processo nº 015441/05-9). 42378

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 170, de 2005. 42385

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 4.119, de 2005 (Republicação). 42385

Nºs 4.140 a 4.142, de 2005. 42386

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 213ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de dezembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Cristovam Buarque,
Almeida Lima, Romeu Tuma, Augusto Botelho e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/12/2005 07:26:09 até 1/12/2005 19:54:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X		PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X		PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

Do Ministro de Estado da Previdência Social

– Nº 302/2005, de 21 de novembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 842, de 2005, da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

De Ministros de Estado

– Nº 1.835/2005, de 22 de novembro último, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.047, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

– Nº 533/2005, de 22 de novembro último, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.022, de 2005, do Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 131/2005

Brasília, 30 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Jorge, pelo Senador Tasso Jereissati, na vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Eu gostaria de retirar esse ofício, porque houve uma mudança e o Senador pediu para eu ficar mais alguns dias.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Está deferido o pedido de retirada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Tendo em vista a criação, através do Ato Conjunto nº 3, de 2005, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, de instituição de Comissão Mista destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País, a Presidência designa, de acordo com as indicações recebidas das Lideranças Partidárias e nos termos do § 1º do art. 9º do Regimento Comum, os Senhores:

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

Bloco (PFL– PSDB)

José Jorge – PFL

César Borges – PFL

Alvaro Dias – PSDB

Eduardo Azeredo – PSDB

Tasso Jereissati – PSDB

Rodolpho Tourinho – PFL

PMDB

Ney Suassuna

Gerson Camata

Luiz Otávio

Wellington Salgado de Oliveira

Bloco (PT– PSB – PL)

Paulo Paim – PT

Serys Silhessarenko – PT

João Ribeiro – PL

PDT(*)

Cristovam Buarque

Augusto Botelho

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

Vicentinho

Tarcísio Zimmermann

PMDB

Cláudio Rorato

Benjamin Maranhão

BLOCO (PFL – PRONA)

Fábio Souto

Gervásio Silva

PSDB

Walter Barelli

Carlos Alberto Leréia

PP

Leodegar Tiscoski

João Leão

PTB

Jackson Barreto

PL
Medeiros
PV*

Vittorio Medioli Sarney Filho
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 595/05/PS-GSE

Brasília, 29 de novembro de 2005

Assunto: comunica envio de MPV à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, em Sessão Plenária do dia 24-11-05, foi rejeitado o PLV nº 32/05, oferecido por essa Casa à Medida Provisória nº 260, de 2005, do Poder Executivo.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que, nesta data, foi enviado à sanção o Projeto de Lei de Conversão nº 30/05 (MPV nº 260/05), que “Abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e, em consequência, também ao Orçamento de Investimento, em favor da Infraero, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) para os fins que especifica.”, aprovado nesta Casa na Sessão Plenária do dia 16-11-05.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o processado do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 260, de 2004), vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 71, DE 2905**

Altera o § 7º do art. 165 da Constituição Federal e o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer os critérios a serem adotados na regionalização do gasto da União.

Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constitui-

ção Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 7º do art. 165 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 165.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, na forma de lei complementar, que adotará como critérios para a alocação regional das despesas orçamentárias a população, a renda **per capita**, a expectativa de vida ao nascer, a mortalidade infantil e a educação.

..... (NR)”

Art. 2º O art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. O disposto no art. 165, § 7º, da Constituição será cumprido de forma progressiva, até que a renda **per capita** de cada uma das regiões corresponda a, no mínimo, 80% da renda **per capita** do País.

§ 1º Para aplicação dos critérios de que trata o art. 165, § 7º da Constituição, excluem-se das despesas totais as relativas:

I – à segurança e defesa nacional;

II – às despesas com pessoal dos órgãos federais no Distrito Federal;

III – ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União e ao Poder Judiciário;

IV – ao serviço da dívida da administração direta e indireta da

União, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal;

V – às transferências constitucionais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

VI – a outros itens, conforme disposto em lei complementar.

§ 2º

§ 3º o projeto de lei orçamentária incluirá relatório detalhado da aplicação dos critérios estabelecidos na lei complementar de que trata o art. 165, § 7º, da Constituição e não poderá ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional se não comprovar a observância desses critérios.

§ 4º A lei complementar de que trata o art. 165, § 7º, da Constituição poderá criar restrições à execução financeira para assegurar o cumprimento dos critérios de alocação regional das despesas públicas que estabelecer. (NR)”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor no primeiro dia do segundo exercício financeiro posterior à sua publicação.

Justificação

A economia brasileira registrou significativos avanços em diversas áreas nos últimos dez anos. Como exemplo, podemos citar a estabilidade monetária e redução da vulnerabilidade externa. Infelizmente, o combate às diferenças inter-regionais de renda e de qualidade de vida não faz parte dessa lista. Nesse quesito, as políticas públicas têm-se mostrado claudicantes e ineficientes.

Muitas conquistas se consolidaram desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. A Constituição marcou o retomo à vida democrática, o revigoreamento das instituições e a reafirmação dos direitos sociais. No entanto, as imensas e persistentes diferenças entre os estados mais ricos e os mais pobres – não por acaso uma das prioridades da nova Carta Magna, evocada em seu art. 3º, III – lançam dúvidas sobre a tradução da letra da lei na efetiva ampliação dos direitos sociais a todos os cidadãos do País.

Pelo contrário, a extinção das superintendências regionais de desenvolvimento – SUDAM e SUDENE – demonstra o retrocesso que tem ocorrido nessa área.

É louvável que o Senado Federal esteja, atualmente, envolvido na avaliação e no aperfeiçoamento da proposta de recriação desses organismos, conferindo-lhes nova estrutura e novos instrumentos, mais adequados ao objetivo de criar as condições para um desenvolvimento nacional mais equilibrado e a uma distribuição mais equitativa da riqueza entre as diversas unidades da Federação.

No entanto, a experiência comprova que essa iniciativa precisa ser complementada por outras, dentre as quais destacamos o estabelecimento de regras para uma distribuição regional mais justa e equitativa do gasto federal.

A importância dessas medidas dificilmente pode ser exagerada. Segundo estimativas feitas com dados do IBGE, a Região Nordeste, apesar de todo o esforço despendido na última década, avançou de uma renda **per capita** de cerca de 46,2% da média nacional, em 1991, para cerca de 48,4% da média nacional, em 2002. Já o Norte caiu de 69% da renda **per capita** média para 64,7%. Não resta dúvida de que as políticas atualmente vigentes não têm atingido os resultados desejados, e precisam ser reforçadas.

É nessa linha que esta proposta pretende avançar, resgatando uma idéia que surgiu com a Constituição Federal de 1988, mas que ficou restrita à letra da lei, sem ter sido posta em prática durante os dez anos previstos para sua vigência. Trata-se do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que prevê que a distribuição dos gastos federais entre as regiões deve observar critério populacional.

A eficácia dessa proposta reside na complementaridade dos gastos estaduais e federais. Como cada esfera de governo tem uma vocação diferente das demais, não basta aumentar as disponibilidades dos governos estaduais; é necessário também que o governo federal esteja mais presente nas regiões menos favorecidas, porque há projetos que, por sua natureza, só são viáveis se realizados pela União.

A PEC que ora submetemos aos nobres Parlamentares nada mais é do que a retomada daquela idéia original, com alguns aperfeiçoamentos.

Primeiro, propomos que os critérios para a regionalização dos gastos federais passem a incluir, além da população, a renda **per capita**, a educação, a expectativa de vida ao nascer e a mortalidade infantil. Propomos também que lei complementar estabeleça, a partir desses critérios, a fórmula exata para o cálculo da regionalização das despesas federais. Somente assim chegaremos a uma distribuição regional mais justa do gasto público, induzindo a União a gastar mais onde o seus programas e projetos são mais necessários.

Segundo, retiramos da lista de exceções os projetos prioritários do plano plurianual, conceito que, a rigor, jamais existiu, e que só serviria para nublar a interpretação e aplicação das regras propostas.

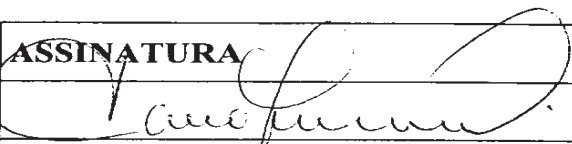
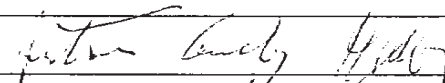
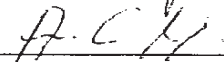
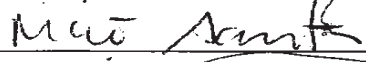

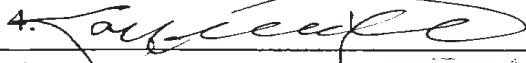


Adicionamos às exceções as transferências constitucionais para estados, municípios e o Distrito Federal, que, a rigor, são transferências de receita, e não gastos efetivos em projetos e programas federais nas regiões. É importante manter essa distinção para que as discussões de cada uma dessas políticas ocorra em separado.


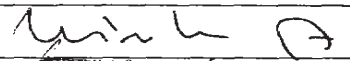
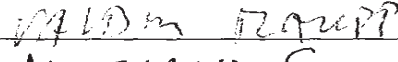




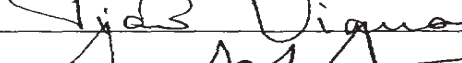
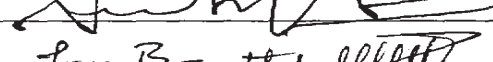

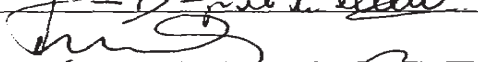

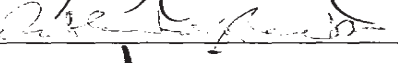

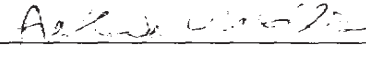


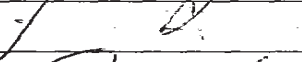
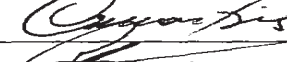
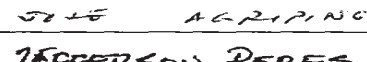




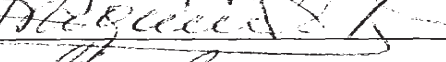

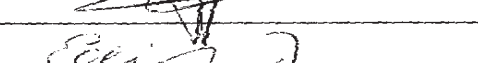




Em seguida propomos que a lei complementar possa estabelecer outras exceções à incidência da regra, cuja conveniência será avaliada durante sua tramitação no Congresso Nacional.

Finalmente, propomos que a distribuição regional do gasto federal seja documentada de forma transparente, permitindo seu Acompanhamento durante a tramitação da proposta orçamentária, que não poderá ser aprovada sem a comprovação do cumprimento das regras estabelecidas. Da mesma forma, propomos que a lei complementar crie os mecanismos para assegurar o cumprimento das regras de regionalização do gasto, para evitar que a execução do orçamento (que, atualmente, tem caráter de autorização ao Poder Executivo) deixe de observá-las.

Frente ao exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares a essa iniciativa, que reputamos fundamental para a construção de um País mais justo, mais próspero e mais solidário.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2005.

NOME DO PARLAMENTAR	ASSINATURA
1. Senador TASSO JEREISSATI	
2. 	
3. 	
4. 	GABRIEL ALVES SILVA
5. 	

6. 	
7. 	
8. MOZARILDO CAVALLOTTI	
9. 	
10. 	TIÃO VIANA
11. 	
12. 	João Baptista Motta
13. 	HERÁCLITO FORTES
14. 	SERGIO CABRAL
15. 	
16. 	EFRAIM DE MORAES
17. 	EDUARDO AZEVEDO
18. 	RODOLFO TOURINHO.
19. 	
20. 	JEFFERSON PERES
21. 	OSMAR DIAS
22. 	ROMEO TUMA
23. 	CÉSAR BORGES
24. 	FLEXS RIBEIRO
25. 	ALVARO DIAS
26. 	JOSÉ JORGE
27. 	Reginaldo Duarte
28. 	CÉSAR BORGES
29. 	ALMEIDA LIMA
30. 	EDSON LORAN

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
.....

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
.....

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

.....
Art. 35. O disposto no art. 165, § 7º, será cumprido de forma progressiva, no prazo de até dez anos, distribuindo-se os recursos entre as regiões macroeconômicas em razão proporcional à população, a partir da situação verificada no biênio 1986-87.

§ 1º Para aplicação dos critérios de que trata este artigo, excluem-se das despesas totais as relativas:

I – aos projetos considerados prioritários no plano plurianual;

II – à segurança e defesa nacional;

III – à manutenção dos órgãos federais no Distrito Federal;

IV – ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União e ao Poder Judiciário;

V – ao serviço da dívida da administração direta e indireta da União, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal.

§ 2º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:

I – o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II – o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III – o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
.....

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 160/2005-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 30 de novembro de 2005

Assunto: Turno Suplementar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 30 de novembro de 2005, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que a matéria será incluída na pauta da próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante aquele Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2005

(Nº 5.463/2005, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de pro-

gramas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE autorizado a conceder bolsas de estudo e bolsas de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica desenvolvidos pelo Ministério da Educação, inclusive na modalidade a distância, que visem:

I – à formação inicial em serviço para professores da educação básica ainda não titulados, tanto em nível médio quanto em nível superior;

II – à formação continuada de professores da educação básica; e

III – à participação de professores em projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias educacionais na área de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

§ 1º Poderão candidatar-se às bolsas de que trata o **caput** deste artigo os professores que:

I – estiverem em efetivo exercício no magistério da rede pública de ensino; e

II – estiverem vinculados a um dos programas referidos no **caput** deste artigo.

§ 2º A seleção dos beneficiários das bolsas de estudos será de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, de acordo com os critérios a serem definidos nas diretrizes de cada programa.

§ 3º Os professores participantes dos programas de que trata esta Lei não poderão acumular mais de uma bolsa de estudo ou pesquisa.

Art. 2º As bolsas previstas no art. 1º desta Lei serão concedidas:

I – até o valor de R\$100,00 (cem reais) mensais, para participantes de cursos ou programas de formação inicial e continuada;

II – até o valor de R\$600,00 (seiscentos reais) mensais, para participantes de cursos de capacitação para o exercício de tutoria voltada à aprendizagem dos professores matriculados nos cursos referidos no inciso I do **caput** deste artigo, exigida formação mínima em nível médio e experiência de 1 (um) ano no magistério;

III – até o valor de R\$900,00 (novecentos reais) mensais, para participantes de cursos de capacitação para o exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores dos cursos referidos no inciso I do **caput** deste artigo, inclusive apoio à aprendizagem e acompanhamento pedagógico sistemático das atividades de alunos e tutores, exigida formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério; e

IV – até o valor de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais, para participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de professores de educação básica, exigida experiência de 3 (três) anos no magistério superior.

§ 1º O período de duração das bolsas será limitado à duração do curso ou projeto ao qual o professor estiver vinculado, podendo ser por tempo inferior ou mesmo sofrer interrupção, desde que justificada, limitados aos seguintes prazos:

I – até 4 (quatro) anos, para curso de formação inicial em nível superior;

II – até 2 (dois) anos, para curso de formação inicial em nível médio; e

III – até 1 (um) ano, para curso de formação continuada e projeto de pesquisa e desenvolvimento.

§ 2º A concessão das bolsas de estudo de que trata esta lei para professores estaduais e municipais ficará condicionada à adesão dos respectivos entes federados aos programas instituídos pelo Ministério da Educação, mediante celebração de instrumento em que constem os correspondentes direitos e obrigações.

Art. 3º As bolsas de que trata o art. 2º desta Lei serão concedidas pelo FNDE, diretamente ao beneficiário, por meio de depósito em conta-corrente específica para esse fim e mediante celebração de termo de compromisso em que constem os correspondentes direitos e obrigações.

Art. 4º As despesas com a execução das ações previstas nesta Lei correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente ao FNDE, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 5º Serão de acesso público permanente os critérios de seleção e de execução do programa, bem como a relação dos beneficiários e dos respectivos valores das bolsas previstas nesta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará:

I – os direitos e obrigações dos beneficiários das bolsas;

II – as normas para renovação e cancelamento dos benefícios;

III – a periodicidade mensal para recebimento das bolsas;

IV – o quantitativo, os valores e a duração das bolsas, de acordo com o curso ou projeto em cada programa;

V – a avaliação das instituições educacionais responsáveis pelos cursos;

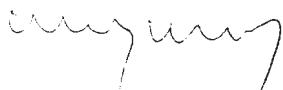
VI – a avaliação dos bolsistas; e

VII – a avaliação dos cursos e tutorias.

Art. 7º Os valores de que trata o art. 2º desta Lei deverão ser anualmente atualizados mediante ato do Poder Executivo, observadas as dotações orçamentárias existentes.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 25 de novembro de 2005.



PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 5.463, DE 2005

Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE autorizado a conceder bolsas de estudo e bolsas de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica, desenvolvidos pelo Ministério da Educação, inclusive na modalidade a distância, que visem:

I – a formação inicial em serviço, para professores da educação básica ainda não-titulados, tanto em nível médio quanto em nível superior;

II – a formação continuada de professores da educação básica; e

III – a participação de professores em projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias educacionais na área de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

§ 1º Poderão candidatar-se às bolsas de que trata o **caput** os professores que:

I – estiverem em efetivo exercício no magistério da rede pública de ensino; e

II – estiverem vinculados a um dos programas referidos no **caput**.

§ 2º A seleção dos beneficiários das bolsas de estudos será de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, de acordo com os critérios a serem definidos nas diretrizes de cada programa.

§ 3º Os professores participantes dos programas de que trata esta Lei não poderão acumular mais de uma bolsa de estudo ou pesquisa.

Art. 2º As bolsas previstas no art. 1º serão concedidas:

I – até o valor de R\$100,00(cento reais) mensais, para participantes de cursos ou programas de formação inicial e continuada;

II – até o valor de R\$600,00 (seiscentos reais) mensais, para participantes de cursos de capacitação para o exercício de tutoria voltada à aprendizagem dos professores matriculados nos cursos referidos no inciso I, exigida formação mínima em nível médio e experiência de um ano no magistério;

III – até o valor de R\$900,00 (novecentos reais) mensais, para participantes de cursos de capacitação para o exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores dos cursos referidos no inciso I, inclusive apoio à aprendizagem e acompanhamento pedagógico sistemático das atividades de alunos e tutores, exigida formação mínima em nível superior e experiência de um ano no magistério; e

IV – até o valor de R\$1.200,00(mil e duzentos reais) mensais, para participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de professores de educação básica, exigida experiência de três anos no magistério superior.

§ 1º O período de duração das bolsas será limitado à duração do curso ou projeto ao qual o professor estiver vinculado, podendo ser por tempo inferior ou mesmo sofrer interrupção, limitados aos seguintes prazos:

I – até quatro anos para curso de formação inicial em nível superior;

II – até dois anos para caso de formação inicial em nível médio; e

III – até um ano para curso de formação continuada e projeto de pesquisa e desenvolvimento.

§ 2º A concessão das bolsas de estudo de que trata esta lei, para professores estaduais e municipais, ficará condicionada à adesão dos respectivos entes federados aos programas instituídos pelo Ministério da Educação, mediante celebração de instrumento em que constem os correspondentes direitos e obrigações.

Art. 3º As bolsas de que trata o art. 2º serão concedidas pelo FNDE, diretamente ao beneficiário, por meio de depósito em conta-corrente específica para esse fim e mediante celebração de termo de compromisso em que constem os correspondentes direitos e obrigações.

Art. 4º As despesas com a execução das ações previstas nesta Lei correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente ao FNDE, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 5º Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos valores das bolsas previstas nesta lei.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará:

I – os direitos e obrigações dos beneficiários das bolsas;

II – as normas para renovação e cancelamento dos benefícios;

III – as periodicidades mensal, trimestral ou semestral, para recebimento das bolsas;

IV – o quantitativo, os valores e a duração das bolsas, de acordo com o curso ou projeto em cada programa;

V – a avaliação das instituições educacionais responsáveis pelos cursos; e

VI – a avaliação dos bolsistas.

Art. 7º Os valores de que trata o art. 2º desta lei poderão ser atualizados mediante ato do Poder Executivo, observadas as dotações orçamentárias existentes.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 355, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”.

Brasília, 14 junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 24

Brasília, 31 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à aprovação de Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei que autoriza a concessão de bolsas de estudo a professores em efetivo exercício no magistério, matriculados em cursos de formação inicial e cursos de preparação e manutenção de programas de formação inicial ou continuada, bem como bolsa de pesquisa a professores participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, visando a qualificação de recursos humanos para a educação básica.

2. A valorização da escola, do magistério e o investimento no trabalho docente são fatores fundamentais e urgentes para a reestruturação do sistema educacional brasileiro. O desafio central de hoje para Educação Básica, depois da quase universalização do Ensino Fundamental, é investir na qualidade de forma a

garantir que a escola seja um espaço em que, de fato, se ensine com eficiência e eficácia, onde os alunos aprendam a construir o conhecimento, a desenvolver os valores da cidadania e a exercitar habilidades condizentes com sua faixa etária.

3. Com o intuito de impulsionar mudanças efetivas à melhoria da Educação Básica, combatendo diretamente a deficiência de qualidade da escolarização, detectada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Ministério da Educação vem fomentando diversos programas de formação inicial e continuada para professores, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

4. Destaca-se, inicialmente, a experiência bem sucedida do Programa de Formação de Professores em Exercício – PROFORMAÇÃO, curso de nível médio, com habilitação para o magistério na modalidade Normal, executado à distância e destinado a professores que, sem formação específica, lecionem nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, classes de alfabetização ou de Educação de Jovens e Adultos – EJA, das redes de Educação Básica do país. Sua implantação iniciou-se em 1999, tendo atendido a cerca de trinta mil (30.000) professores em dezesseis (16) estados brasileiros, até o momento.

5. Em 2005, encontra-se em fase de implantação dois novos programas de formação, o PROINFANTIL – Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil e o Pró-Licenciatura – Programa de Formação Inicial para Professores da segunda metade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e Técnico. São programas de formação voltados para professores que atuam nos sistemas de ensino, creches e pré-escolas, e nos anos/séries da segunda metade do ensino fundamental ou no ensino médio e técnico, sem habilitação legal (normal ou licenciatura) para a função.

6. De acordo com dados do SAEB-2003, de um universo de quase 690.000 funções docentes nos sistemas públicos de ensino fundamental, cerca de 1/4 delas (perto de 170.000) é ocupada por profissionais sem formação superior. O quadro é preocupante e mostra que é urgente a tarefa de capacitar os trabalhadores que atuam no ensino, de forma a garantir que tenham, no mínimo, o necessário domínio dos conhecimentos pertinentes à sua profissão e a capacidade de adequar os conteúdos e métodos às necessidades do mundo e do Brasil contemporâneos, de acordo com a realidade dos jovens de hoje.

7. Para a atualização dos professores, estão sendo iniciados os procedimentos à implementação do PRÓ-LETRAMENTO – Programa de Formação Continuada, com o intuito de garantir a qualificação prioritária dos

docentes de Língua Portuguesa e Matemática que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Com o Pró-Letramento, o MEC pretende, de forma emergencial, fomentar ações de formação de professores com ênfase em procedimentos pedagógicos para o desenvolvimento das habilidades de leitura/escrita e Matemática, inicialmente em regiões cujos indicadores do SAEB estão abaixo do desejável.

8. Para a qualificação de recursos humanos para a docência, os projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais permitirão que professores atuem como consultores “ad hoc” nas matérias que forem de interesse no processo de implantação de programas de formação e qualificação de docentes em todos os níveis de ensino, assim como participar da análise, acompanhamento e avaliação das diversas iniciativas e dos subsídios para as definições de diretrizes gerais das ações de formação apoiadas ou promovidas pelo MEC. Também caberá aos bolsistas a produção do conhecimento e elementos educacionais necessários à implementação das ações propostas.

9. O Ministério da Educação espera que a cooperação entre os agentes educacionais, a partir da troca de experiências e da avaliação dos processos educativos promovidos no âmbito destes programas, resulte em outras ações, em especial as voltadas para a formação permanente.

10. Hoje, a ampliação da oferta, a melhoria das condições de ensino e a adequação da formação do educador, bem como mecanismos para atrair e manter na carreira profissionais qualificados, são os principais desafios para a universalização da oferta de todas as etapas da Educação Básica, com qualidade. Assim será possível reduzir desigualdades históricas que continuam impedindo a efetiva consolidação da democracia no Brasil.

11. Todavia, embora os programas acima citados apresentem formidável avanço para melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil, os professores não possuem condições financeiras para arcar com os custos de manter-se nos cursos de formação ou participar de qualquer das fases da sua execução. A capacidade daqueles programas para atingir os extratos mais carentes dentre os professores fica severamente limitada pelas dificuldades financeiras dos mesmos, a não ser que se lhes conceda bolsa de estudo e de pesquisa a fundo perdido.

12. Assim sendo, a continuidade desses programas, que vem ao encontro das prioridades sociais da sociedade brasileira, depende da aprovação da concessão de bolsa de estudo ou de pesquisa aos professores. Por oportuno, informamos que os recursos orçamentários na ordem de R\$20.454.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais),

necessários à concessão dos incentivos em 2005, encontram-se previstos na proposta orçamentária do Ministério da Educação. Os impactos de custos nos anos subseqüentes, especialmente em 2006 e 2007, serão absorvidos pela fonte Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, por meio de reordenamento de prioridades, metas e objetivos das políticas públicas de responsabilidade do Ministério da Educação, sem que por força da aprovação da presente proposição, novos recursos sejam necessários.

13. São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a aprovação do texto anexo, que cria bolsas de estudo e de pesquisa para incentivo à formação de recursos humanos para a educação básica.

Considerando a necessidade premente de continuidade e implantação dos programas expostos acima, solicitamos que o presente projeto de lei seja apresentado ao Congresso Nacional, para apreciação em caráter de urgência, conforme disposto no § 1º do art. 64 da CF.

Respeitosamente, **Tarso Fernando Herz Genro.**

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2005

(Nº 5.269/2005, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 6º § 1º, da Constituição Federal)

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.

O Congresso Nacional, decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.854, de 31 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções econômicas para a cobertura de déficit da manutenção da Companhia de Navegação de São Francisco – FRANAVE, até 31 de dezembro de 2006.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL DE LEI ORIGINAL Nº 5.269, DE 2005

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estendido, até 31 de dezembro de 2005, o prazo para a concessão de subvenções eco-

nômicas destinadas à cobertura de déficit de manutenção da Companhia de Navegação de São Francisco – FRANAVE, previsto no art. 1º da Lei nº 10.854, de 31 de março de 2004.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de julho de 2005

MENSAGEM Nº 430, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE”.

Brasília, 7 de julho de 2005. – **José Alencar.**



EM nº 13/2005/MT

Brasília, 23 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O Tribunal de Contas da União em 2001, por ocasião da análise de Prestação de Contas do exercício de 1996 da Companhia de Navegação do São Francisco - FRANAVE, determinou que o Ministério dos Transportes somente incluía na proposta orçamentária anual dessa Entidade créditos destinados a custeio e outros que possam ser caracterizados como subvenção econômica, se estiverem expressamente autorizados em lei especial. (Acórdão nº 165/2001)

2. A decisão daquela Corte foi fundamentada no art. 1º da Lei nº 2.599, de 13 de setembro de 1955, que aprovou o “Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco”, com prazo de vigência de 20 anos, e autorizou, no seu art. 12, a criação da FRANAVE pela Comissão do Vale do São Francisco, responsável pela organização do aludido Plano.

3. Então, desde 2001 esta Pasta tem desenvolvido tratativas que permitiram garantir à Empresa dotações orçamentárias e o repasse de recursos financeiros para custear suas despesas de manutenção, de forma que a FRANAVE não fosse prejudicada até a sua liquidação ou desfederalização.

4. Para a continuidade das subvenções, os entendimentos produzidos pelo Ministério dos Transportes culminaram na inserção do art. 13 na Medida Provisória nº 232, de 2004, o qual prorrogava o prazo anterior, fixado pela Lei nº 10.854/2004, para 31 de dezembro de 2006.

5. No entanto, com a edição da MP nº 243, de 31 de março de 2005, mencionado artigo foi revogado.

Com isso, este Ministério está impedido de promover repasses de recursos aquela Cia, que depende fundamentalmente de recursos da União para custear suas despesas de manutenção, uma vez que a arrecadação de suas receitas próprias está muito aquém de suas reais necessidades orçamentárias e financeiras.

6. Assim sendo, é imperioso que se adote providências com vistas ao encaminhamento ao Congresso Nacional, de Projeto de Lei, em caráter de urgência, de modo a permitir que esta Pasta possa promover os repasses financeiros necessários à cobertura de despesas essenciais ao funcionamento da FRANAVE, principalmente, para pagamento de salários e benefícios de seus empregados, previstos na Lei Orçamentária Anual de 2005.

Respeitosamente,

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.854, DE 31 DE MARÇO DE 2004

Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco - FRANAVE.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções econômicas para a cobertura de déficit de manutenção da Companhia de Navegação do São Francisco - FRANAVE, até 31 de dezembro de 2004. (Vide Medida Provisória nº 232, de 2004)

.....
(As Comissões de Serviços de Infra-Estrutura de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – Os projetos que acabam de ser lidos terão tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

O Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005, vai à Comissão de Educação, onde poderá receber emendas, pelo prazo único de cinco dias úteis, de acordo com o art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno.

Ainda em obediência aos dispositivos acima mencionados, **o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2005**, será apreciado simultaneamente pelas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos, podendo somente receber emendas perante a primeira Comissão.

Findo o referido prazo, sendo apresentadas emendas às matérias, as mesmas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa a fim de serem publicadas no Diário do Senado Federal e em avulsos para

serem distribuídos às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 2.066, DE 2005

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplexes do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Relator: Senador **José Maranhão**

Relator **Ad Hoc** Senador: **Mão Santa**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 95, de 2003 (nº 2.961, de 2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Wilson Santos, extingue a lista tríplex do processo de escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino, regulado pela Lei nº 9.192, de 1995.

O PLC nº 95, de 2003, foi encaminhado ao Senado Federal na forma do parecer aprovado pela Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação (CCJR), da Câmara dos Deputados.

Apesar de extinguir a lista tríplex o projeto mantém as outras disposições do processo de escolha dos reitores e demais dirigentes universitários.

No entanto, a proposição determina, ainda, que as nomeações deverão recair, obrigatoriamente, sobre os nomes mais votados para cada cargo.

Em sua justificação, o autor alega que, para que o processo de escolha dos dirigentes universitários seja plenamente democrático, é necessário respeitar a vontade dos eleitores que dele participam.

Para instruir a matéria, foi realizada, a 16 de junho de 2004, audiência pública nesta Comissão, da qual participaram, como convidados, o Sr. Luiz Carlos Gonçalves Lucas, representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), e Denílson Bento da Costa, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Foram convidados, mas não puderam comparecer à audiência, representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

Ambos os convidados manifestaram apoio à extinção da lista tríplex na escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior.

O representante da Andes criticou outras disposições da Lei nº 9.192, de 1995. Lembrou que a consulta à comunidade acadêmica constitui apenas uma possibilidade, podendo ser feita a portas fechadas no conselho superior de uma universidade. Condenou, também, a desproporcionalidade dos pesos dos docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, uma vez que a lei prevê, para os professores, a composição mínima de 70% em todos os colegiados, inclusive no destinado à escolha dos dirigentes máximos. Lamentou, ainda, que a regulamentação da lei, ao prever apenas um escrutínio e voto único por eleitor, tenha impedido a formação de chapas, pulverizando os resultados das eleições e favorecendo, desse modo, a existência, entre os componentes da lista tríplex, de pelo menos um nome do agrado do titular do Poder Executivo.

Por sua vez, o representante da CNTE ressaltou a relevância de assegurar o princípio da gestão democrática não apenas na educação superior, mas em todas as instituições públicas de ensino. A eleição direta dos seus dirigentes, alegou, constitui o melhor caminho para que a gestão democrática se consolide, favorecendo a participação de todos os envolvidos no processo educativo na elaboração dos projetos políticos e pedagógicos das escolas.

Não foram apresentadas emendas ao PLC nº 95, de 2003.

II – Análise

A comunidade universitária sempre reivindicou o direito de escolher seus dirigentes de forma democrática, autônoma e independente.

A Lei nº 9.192, de 1995, trouxe avanços a esse processo, quando alterou a Lei nº 5.540, de 1968 – que já havia sofrido mudanças em 1977 e 1983 –, restringindo a três os nomes que deveriam ser apresentados ao Presidente da República para a escolha dos dirigentes máximos das instituições federais de ensino superior. Outra contribuição que a lei de 1995 trouxe foi a possibilidade de criação, para a formação da lista tríplex, de colegiado mais amplo constituído de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, ainda que observado o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição.

Essa lei, entretanto, deixa para o Presidente da República a possibilidade de escolher qualquer um dos três nomes apresentados, mesmo que não seja o mais votado. A extinção da lista tríplex, portanto, elimina essa possibilidade e garante que a vontade dos eleitores seja respeitada.

É importante lembrar que a Constituição Federal garante às universidades autonomia didático-científica,

administrativa e de gestão financeira e patrimonial (art. 207). Nesse contexto, pode-se considerar que a possibilidade de o Presidente da República não nomear o mais votado pelo colégio eleitoral da universidade constitui um paradoxo em relação ao princípio da autonomia prevista no texto constitucional.

Por conseguinte, a alteração proposta pelo PLC em análise traz inegável contribuição à plena democratização do processo de escolha dos dirigentes universitários, à medida que assegura o respeito da vontade expressa pelos eleitores e preserva a autonomia das universidades.

É preciso, no entanto, avançar mais. Em primeiro lugar, cabe eliminar a possibilidade de que a escolha dos dirigentes maiores das instituições de ensino se faça sem consulta ao conjunto da comunidade institucional, mediante a preferência pelo órgão colegiado máximo, de menor representatividade.

Além disso, não vislumbramos razão para que se estipule, como norma geral, o peso de 70% para os docentes nos colegiados e comissões, seja para a escolha de dirigentes, seja para decidir sobre a elaboração e modificações estatutárias e regimentais, como prevê, secundando a Lei nº 9.192, de 1995, o parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Assegurada a eleição direta para os postos de dirigentes máximos, as instituições de ensino, inclusive as não-universitárias, devem decidir, na forma de seus estatutos, sobre o peso de cada segmento que as compõem nas suas decisões coletivas. Por certo, nos colegiados e comissões de natureza mais voltada para as atividades-fim, é de se esperar que professores e estudantes tenham peso maior do que o dos servidores técnico-administrativos. Em outros, o princípio da paridade pode representar a alternativa mais adequada.

Cumpre reiterar que o próprio representante da Andes criticou, na audiência pública realizada por esta Comissão, o peso excessivo e generalizado dos docentes nas decisões colegiadas. Em relação aos discentes, lembrou que devem ser tratados em seu conjunto e não individualmente, o que faz cair a tese de que sua passagem temporária pela instituição de ensino os descredenciaria a ter papel mais relevante nas decisões coletivas. Ademais, os alunos não seriam suscetíveis à cooptação na disputa por cargos. Por fim, lembrou, em uma relação professor-aluno de cerca de 12 para 1, o voto de cada docente, no âmbito do critério dos 70%, valeria cerca de 30 votos estudantis, o que parece excessivo.

Quanto ao mandato dos dirigentes máximos, um período de cinco anos, sem direito à reeleição, parece-nos o mais adequado para permitir o desenvolvimento dos planos de trabalho e, ao mesmo tempo, incentivar a renovação.

Por fim, o PLC contém uma falha de técnica legislativa, que contraria o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998. Em vez de oferecer nova redação aos dispositivos da lei que pretende alterar, cria documento legal avulso, ainda que fazendo referência à lei em questão, a qual, por sinal, dá nova redação a artigo de uma Lei mais antiga, de 1968.

Desse modo, o substitutivo que apresentamos contempla a mudança almejada pelo PLC e avança na democratização e na garantia do princípio da autonomia. Em termos formais, revoga: 1º) o art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com redação dada pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995; e 2º) o referido parágrafo único do art. 56 da LDB.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003, na forma do substitutivo que se segue.

EMENDA Nº 1 – CE (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a forma de escolha dos dirigentes das instituições federais de educação superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor acrescida do seguinte art. 56-A:

“Art. 56-A. Os estatutos das instituições federais de educação superior definirão a forma de escolha de seus dirigentes, asseguradas, no caso dos dirigentes máximos, eleições diretas pelo conjunto da comunidade.

Parágrafo único. Os dirigentes máximos das instituições federais de educação superior terão mandato de cinco anos, vedada a recondução, e deverão possuir o título de doutor.”

Art. 2º Revogam-se o art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com redação dada pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e o parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

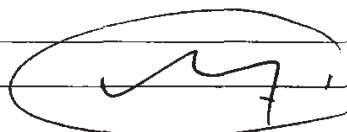
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2005.
– **Gerson Camata**, Presidente – **José Maranhão**, Relator – **Mão Santa**, Relator “(ad hoc)”.

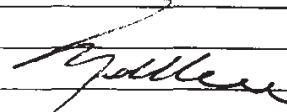
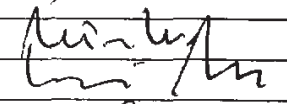
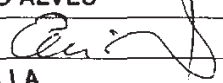
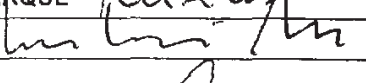
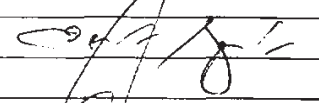
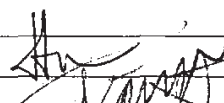
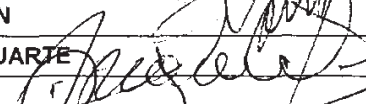
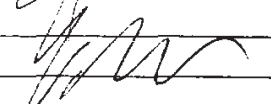
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 95/2003 NA REUNIÃO DE 22/11/05
OS SENHORES SENADORES:

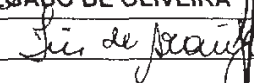

PRESIDENTE:


 SN: GERSON CAMATA

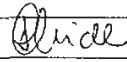
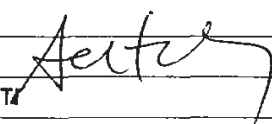
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER 
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE 
EDISON LOBÃO 	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO 
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- JUVÊNCIO DA FONSECA 

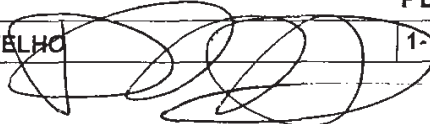
PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO 	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-(VAGO)
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
RELATOR:	
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM	2- ALÓZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO 	1-(VAGO)
---	----------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL**

LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

.....
Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior obedecerá ao seguinte: (Redação dada pela Lei nº 9.192, de 1995)

I – o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal; (Redação dada pela Lei nº 9.192, de 1995)

II – os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição; (Redação dada pela Lei nº 9.192, de 1995)

III – em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias; (Redação dada pela Lei nº 9.192, de 1995)

IV – os Diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo Reitor, observados os mesmos procedimentos dos incisos anteriores; (Redação dada pela Lei nº 9.192, de 1995)

V – o Diretor e o Vice-Diretor de estabelecimento isolado de ensino superior mantido pela União, qualquer que seja sua natureza jurídica, serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos em lista tríplice preparada pelo respectivo colegiado máximo, observado o disposto nos incisos I, II e III; (Incluído pela Lei nº 9.192, de 1995)

VI – nos casos em que a instituição ou a unidade não contar com docentes, nos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, em número suficiente para comporem as listas tríplices, estas serão completadas com docentes de outras unidades ou instituição; (Incluído pela Lei nº 9.192, de 1995)

VII – os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados particulares serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos; (Incluído pela Lei nº 9.192, de 1995)

VIII – nos demais casos, o dirigente será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino. (Incluído pela Lei nº 9.192, de 1995)

Parágrafo único. No caso de instituição federal de ensino superior, será de quatro anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, observado nos demais casos o que dispuserem os respectivos estatutos ou regimentos, aprovados na forma da legislação vigente, ou conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino. (Incluído pela Lei nº 9.192, de 1995)

.....
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma

da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e Tecnológica (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **José Maranhão**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 95, de 2003 (nº 2.961, de 2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Wilson Santos, que extingue a lista tríplice do processo de escolha dos dirigentes universitários, regulado pela Lei nº 9.192, de 1995.

O PLC nº 95, de 2003, foi encaminhado ao Senado Federal na forma do parecer aprovado pela Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação (CCJR), da Câmara dos Deputados.

O projeto extingue a lista tríplice de que trata o art. 1º de Lei nº 9.192, de 1995, e mantém as outras disposições do processo de escolha dos reitores e demais dirigentes universitários.

Determina, ainda, que as nomeações deverão recair, obrigatoriamente, sobre os nome mais votados para cada cargo.

Em sua justificação o autor alega que, para que o processo de escolha dos dirigentes universitários seja plenamente democrático, é necessário respeitar a vontade dos eleitores que dele participam.

Durante o prazo regimental não foram apresentadas emendas ao PLC nº 95, de 2003.

II – Análise

A comunidade universitária sempre reivindicou o direito de escolher seus dirigentes de forma democrática, autônoma e independente.

A Lei nº 9.192, de 1995, trouxe avanços a esse processo, quando alterou a Lei nº 5.540, de 1968, restringindo a três a lista dos nomes que deveria ser apresentada ao Presidente da República para a escolha dos dirigentes universitários. Outra contribuição que a lei de 1995 trouxe foi a criação, para a escolha da lista tríplice, de colegiado constituído de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observado o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição.

Essa lei, entretanto, deixa para o Presidente da República a possibilidade de escolher qualquer um dos três nomes apresentados, mesmo que não seja o mais votado. A extinção da lista tríplice, portanto, elimina essa possibilidade e garante que a vontade dos eleitores seja respeitada.

É importante lembrar que a Constituição Federal dá às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (art. 207). Nesse contexto, pode-se considerar que a não escolha, pelo Presidente, do nome mais votado pelo colegiado eleitoral da universidade constitui desrespeito a preceito constitucional.

Sendo assim, a alteração proposta pelo PLC em análise traz inegável contribuição à plena democratização do processo de escolha dos dirigentes universitários, à medida que assegura o respeito da vontade expressa pelos eleitores e preserva a autonomia das universidades.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de boa técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLC nº 95, de 2003.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961, de 2000, na Casa de origem).

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA REALIZADA EM 16-10-2004, PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, PARA INSTRUÇÃO DA MATÉRIA

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, está aberta a 23ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Nosso objetivo hoje é uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003, que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários, regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

O autor do requerimento é o Senador José Maranhão.

Peço à Secretaria da Mesa que solicite a presença do autor do requerimento para que possamos cumprir com o objetivo da reunião.

São convidados Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior Andes, Denílson Bento da Costa, Secretário de Projetos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, e Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE.

Recebemos um comunicado do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras com o seguinte texto:

“Informo que infelizmente o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras não poderá ter amanhã nenhum representante na audiência pública, uma vez que o processo eleitoral continua e não há nenhum integrante do Conselho Deliberativo disponível.”

Assinou Maria Helena Alves Garcia, Secretária-Geral do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

O representante da UNE também não está presente. Então estão ausentes desta audiência pública o autor do requerimento e dois dos quatro convidados, mas vamos cumprir a nossa obrigação e iniciar, ouvindo Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Presidente da Andes, a quem concedo a palavra por quinze minutos.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS -

Bom-dia. Em nome da Andes, gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste debate cujo tema é uma das questões mais relevantes que incidem sobre os destinos das universidades brasileiras.

Temos historicamente defendido a gestão democrática das nossas universidades. Sabemos que não é uma questão pacífica, há posições divergentes, tem sido um embate que às vezes assume conotações bastante tensas, mas essa posição nos parece a única defensável no que diz respeito à formação do poder em instituições universitárias.

Na realidade, pessoalmente conheço três modelos por meio dos quais se pode decidir quem ocupa as posições de direção desse tipo de instituição: há um modelo democrático que às vezes recebe fortes críticas, sobretudo as oriundas dos segmentos mais conservadores das nossas universidades; há o modelo meritocrático, que, na minha avaliação, não consegue nunca se materializar. Desconheço procedimentos pelos quais se possa transformar mérito em poder no interior de uma instituição universitária, mas as defesas de concepções meritocráticas de poder têm servido sempre para justificar uma outra maneira de informação do poder nas universidades que ninguém defende. Seriam as que eu chamaria de modelo clientelista.

Na realidade, as nossas universidades foram, durante muito tempo, sobretudo, mas não exclusivamente, no período da ditadura, tratadas de tal forma que a escolha dos seus dirigentes se processava segundo moldes autoritários e servia como instrumento para uma série de transações clientelista que muitas

vezes alguns dos analistas do nosso sistema autoritário deixam de perceber. Universidades, sobretudo aquelas menores, as mais novas e incapazes de resistir, foram em grande parte tratadas como instituições de clientela. E foi possível criar um modelo novo, sair dessa situação justamente a partir da luta da comunidade universitária, que foi capaz de construir processos democratizantes; não uma universidade totalmente democrática, mas processos democratizantes de gestão mesmo sob legislação autoritária.

A mobilização da comunidade universitária, sobretudo junto ao fórum de defesa da escola pública foi capaz de levar ao texto constitucional os dispositivos que garantem que as nossas instituições universitárias serão autônomas e que sua gestão será democrática.

Isso foi posto no Texto Constitucional, mas, na realidade, a legislação infraconstitucional sempre colidiu com esse texto. Fomos capazes de criar processos democráticos de escolha de dirigentes mesmo sob essa legislação desfavorável. E os mecanismos encontrados pela comunidade universitária para garantir que houvesse um mínimo de democracia na escolha dos dirigentes foram sobretudo dois: o primeiro deles, o convencimento daquelas pessoas que constituíam os conselhos legalmente incumbidos da eleição que aceitavam que assumiam o compromisso de referendar a escolha de dirigentes em processo democrático pela comunidade universitária; e a formação de listas originariamente eram listas sêxtuplas, nas quais a comunidade universitária elegia uma chapa de seis componentes que representavam, todos eles, a mesma concepção de universidade, o mesmo conjunto de propostas para a sua gestão, de tal modo que o Poder Executivo, quando do exercício do direito de escolha de um dentre os nomes que constavam da lista, não tinha estímulo para não nomear o primeiro colocado, porque, na realidade, todos eles significavam mais ou menos o mesmo tipo de proposta para a universidade.

Assim se construiu, paralelamente à legislação, e não como alguns pensam, em conflito com ela, um processo que foi capaz de garantir a democratização, ou pelo menos avanços significativos no sentido da democratização das nossas universidades.

A Lei nº 9.192, que o projeto atualmente em exame no Senado Federal pretende modificar, data de meados da década de 90 e tem um dispositivo aparentemente democratizante, qual seja, aquele que reduz as listas submetidas ao Presidente da República, de listas sêxtuplas para listas tríplexes. Por esse mecanismo, aparentemente a vontade discricionária do Poder Executivo é limitada, aumentando, portanto, a probabilidade de que se respeitem os desígnios da universidade. Esse é talvez o único mecanismo que,

no entender da Andes, pode ser saudado nessa Lei nº 9.192. Mas, em relação a todo o resto, em relação a sua concepção geral como sistema regulatório de escolha de dirigentes em instituições que a Constituição Federal considera autônomas, essa lei é absolutamente inaceitável.

Em nossa visão ela é claramente inconstitucional e retira das universidades a sua autonomia em matérias extremamente relevantes. Foi um documento construído com requintes de casuísmo. Por exemplo: um dos principais mecanismos que eu citei anteriormente para limitar a capacidade de escolha do Poder Executivo tinha sido a formação de chapas. Ora, essa lei impossibilita que isso continue acontecendo, não tanto a lei como o decreto que a regulamentou.

O que a lei diz é que a eleição dos dirigentes passa a ser feita pelo conselho superior da universidade, ou um colegiado maior que o englobe, e que o voto nesse conselho deve ser uninominal. Isso nós encontramos no texto da Lei nº 9.192.

O decreto que a regulamenta vai um pouco além. Ele diz que não apenas o voto é uninominal, mas que será exercido em escrutínio único, com um único voto por eleitor. Ou seja, esse dispositivo impossibilita a formação de uma chapa e faz com que o resultado da eleição lenda, naturalmente, a se pulverizar, de tal modo que muito provavelmente exista na lista oriunda desse tipo de votação pelo menos algum nome que possa ser mais palatável a quem estiver no poder no momento do que aos demais. Assim, o que é aparentemente um passo no sentido da democracia, com a redução da lista sêxtupla para a tríplice, perde a sua substância a partir do momento em que impede a formação de chapa.

Esse era o problema, talvez o mais grave, que detectamos, tendo em vista o casuísmo que animou essa lei. Haveria que referir o fato ainda de que a lei ordinária em si já nos parece colidir com o Texto Constitucional e vai além disso, na medida em que o Poder Executivo, por decreto, institui uma limitação que não constava do corpo da lei, reduzindo ainda mais a autonomia universitária.

Esse dispositivo, evidentemente, na medida que o projeto em apreço venha a eliminar as listas sêxtuplas, se desfaz, perde eficácia, mas há outros problemas que constatamos no texto da Lei nº 9.192 e que não nos parece que sejam resolvidos com o projeto que está sendo apreciado pelo Senado. Eu chamaria a atenção para alguns deles. Por exemplo: o texto da Lei nº 9.192, permite que a eleição seja feita a portas fechadas no conselho superior de uma universidade. O texto faz menção à possibilidade de que haja consulta

à comunidade acadêmica, mas é apenas uma possibilidade. Cabe ao conselho universitário, que, em geral, é o conselho superior de nossas instituições de ensino, decidir se haverá ou não qualquer tipo de consulta à comunidade acadêmica. Se decidir pela consulta, o texto não garante que o seu resultado seja respeitado. Não há, portanto, a mínima garantia de participação da comunidade acadêmica nos processos eleitorais sob a égide da Lei nº 9.192. E nós sabemos de casos em que realmente as direções das universidades optam por processos de escolha que tenham exatamente essas características, escolhas feitas no interior de um conselho superior.

Há outra questão que tem sido extremamente debatida, que é a referente à desproporcionalidade dos pesos entre docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes. Nas eleições democráticas que se foram realizando ao longo de um processo que data do final da década de 80, várias modalidades de peso foram sendo atribuídas ao voto de cada um dos membros dos três segmentos que compõem a comunidade universitária. Mas há uma predominância ampla dos processos paritários. A Lei nº 9.192 restringe isso, porque quem a propôs entendia que o voto do docente seria tendente a produzir um determinado resultado que se considerava melhor. A fundamentação disso foi, como costuma ocorrer em processos em que se contesta a democratização das universidades, a democratização da sua gestão, foi de natureza meritocrática. E uma fundamentação muito dificilmente aceitável. Não há como transferir o mérito acadêmico para diferencial de poder numa instituição universitária. Isso é absolutamente impossível, em primeiro lugar pela dificuldade de avaliar quem tem e quem não tem mérito e, em segundo lugar, porque o mérito acadêmico não é, necessariamente, garantia de mérito ou de conhecimento nas questões referentes à administração de uma universidade.

Não há como fazer isso.

Além de tudo, temos uma concepção profundamente hierarquizada e verticalizada do processo educativo que normalmente perpassa o conjunto dessas propostas que pensam que um docente, na realidade, é um emissor de saber e um aluno, um receptáculo inerte. Com base numa fundamentação muito débil no nosso entender, de qualquer modo, o que se fez foi elevar o peso do voto do docente. Vejam que nós, na Andes, seríamos, teoricamente, aquele segmento da comunidade universitária mais interessada em aumentar o peso dos professores. Nós não o fazemos, não reivindicamos essa proporcionalidade expressa na expressão “no mínimo 70%”. Entendemos que isso não contribui para a democracia das universidades e entendemos

que sempre que se concentra o poder – e no caso há uma concentração muito fone de poder entre aqueles que constituem o segmento docente – sempre que se faz isso, quase sempre a consequência disso, que é quase automática, é que arranjos clientelistas para a distribuição interna de poder ficam facilitados. Quanto mais se reduzir o número daqueles que efetivamente pesem sobre a formação da decisão, mais fácil será estabelecer esse tipo de arranjo. Por essa razão na temos defendido a manutenção dessa proporção de 70% para o voto do docente.

Esses seriam, provavelmente, no meu entender, os principais problemas que encontramos na Lei nº 9.192. Retirar a capacidade do Poder Executivo de escolher, em lista tríplice, quem será o reitor de uma universidade nos parece um passo importante, até para evitar alguns traumas que são do conhecimento de todos aqueles que têm vivido o dia-a-dia das nossas universidades decorrentes da escolha de pessoas não colocadas em primeiro lugar na lista e que, na realidade, tiveram como consequência processos de atrito fortíssimos nas nossas instituições. O caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Reitor Vilhena, é o exemplo mais notório, mas não o único. Há realmente, no nosso entender, um progresso em se eliminar a lista tríplice, mas me parece que isso é insuficiente. Acharmos que pode haver o risco de, em se mantendo os demais dispositivos da Lei nº 9.192, termos a formação de determinadas oligarquias nas nossas universidades que decidam intramuros sobre os seus destinos.

Há exemplos de eleições feitas em conselhos universitários nas quais a maioria dos eleitores são indicados ou nomeados para cargos de confiança pelo próprio reitor em exercício, que pode ser reeleito. E aqueles seus eleitores também podem ser reeleitos por meio de um processo no qual o reitor que ocupa o cargo no momento terá uma capacidade decisória não-desprezível, porque ele também pode escolhê-los em lista tríplice. Esse é um processo de formação endógena do poder nas universidades totalmente incompatível, em nosso entender, com a democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Luiz Carlos.

Passamos imediatamente a palavra ao Secretário de Projetos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Denilson Bento da Costa.

O SR. DENILSON BENTO DA COSTA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar os colegas da Mesa e dizer que é um prazer a Confederação estar aqui debatendo a questão de forma ampla, em um contexto

onde a nossa bandeira de luta é educação básica em todos os seus segmentos e modalidades.

A gestão democrática passa por um debate e uma ampla rede de ligações da sociedade civil) como um todo, que tem no bojo de sua discussão a democracia. Em cima desses pontos, temos algo a ressaltar e relatar sobre a questão da gestão democrática, sobretudo no contexto da escolha direta dos seus gestores de ensino das instituições públicas.

Em princípio, a LDB não traz em seu bojo a amplitude do processo da gestão democrática. Ela traz até algumas brechas para os Planos Estaduais e Municipais de ensino, a deliberação do seu próprio sistema em que define ou não a eleição direta dos gestores das instituições públicas. Hoje, pouquíssimos Estados têm a escolha de gestores e diretores de suas escolas. Podemos citar o exemplo de Minas Gerais, e o Senador Hélio Costa pode ressaltar muito bem o processo da gestão democrática em nosso País.

A gestão democrática, no entender da Confederação, passa pelo debate de cinco pontos importantes: a democratização do debate, a parte compartilhada do processo democrático, a democratização da administração da educação, a representação de todos os segmentos na discussão de um processo democrático e, sobretudo, a sua autonomia.

Democratizar o debate, na realidade, significa fazer com que todos os sujeitos que hoje compõem a comunidade escolar como um todo sejam inseridos nessa discussão. Hoje temos exemplos claros de alguns Estados que, literalmente, excluem alguns dos principais atores do processo de gestão democrática na escolha de seus dirigentes escolares, o que faz com que a democracia plena prevista na LDB, como me referi, não seja de fato realizada.

É importante que não só nas universidades, mas em toda a educação básica, sejam apresentados projetos de alteração até mesmo de alguns pontos da LDB que tragam essa democratização do debate no seu bojo principal, que é sobretudo a eleição direta dos gestores das instituições públicas de ensino.

Há algo que é importante ressaltar na questão da democratização da administração da educação. O princípio da gestão democrática, na realidade, tem que trazer a participação de todos os segmentos. E, hoje, a participação de alguns dos segmentos que compõem a comunidade escolar está-se tornando simplesmente uma participação de colaboração, em um processo de qualificação, de qualidade e de discussão nas escolas públicas do nosso País.

Esse princípio de administração pública, de se tornar democrática a administração pública na educação, tem que se valer, sobretudo em um país onde

consideramos que a democracia e a transparência ética na administração pública tem de prevalecer. E, hoje, existem exemplos claros de que a administração pública das escolas, sobretudo da educação, perpassa por caminhos nos quais dificilmente encontraremos a plena democracia na escolha dos seus dirigentes. Hoje, exemplificando a lista tríplice, existe também nas escolas um exemplo claro, no Distrito Federal: noventa por cento dos diretores das escolas públicas, no Distrito Federal, não compõe uma lista tríplice e são indicados diretamente pela Secretaria de Estado da Educação, em que o processo se dá por meio de provas; e essas provas, na sua maioria, não são contempladas pela comunidade escolar no que diz respeito à habilitação do dirigente do ensino público.

Então, o processo de democratização da administração da educação tem que passar, na realidade, por essa discussão ampla da eleição direta dos diretores das instituições de ensino.

Outro fator que é importante ressaltar são as práticas compartilhadas, ou seja, divisões de funções e participação de todos nas decisões. Para se contemplar o princípio da gestão, teremos de dividir as práticas existentes hoje nos ensinos e nas escolas públicas, sobretudo, com deliberações compartilhadas. Hoje, a figura do dirigente diretor de uma instituição de ensino público se dá sobretudo na administração financeira em um projeto político e pedagógico, que, de fato, não é compartilhado, não é feito com a comunidade, com a participação dos alunos, dos pais, dos funcionários das escolas e dos professores. É uma dificuldade que se tem hoje. Portanto, a prática compartilhada, no nosso entender, tem que fazer parte inclusive desse processo de gestão democrática, algo que, em determinados lugares, não se tem. Ou seja, o centralismo das ações ocorre na figura de uma única pessoa, encaminhando o processo de uma comunidade escolar.

Outro fator importante que se tem de ressaltar é o projeto político e pedagógico que cada unidade de ensino tem de ter. Hoje, o processo de formação desse projeto político e pedagógico dá-se, na realidade, a um interesse pessoal do gestor; a um interesse em que os vários fatores importantes, para serem debatidos, para serem rediscutidos e encaminhados com a qualificação de ensino, não são respeitados na sua maioria. Esse é um fator que se agrava.

Os problemas existentes, em função de não se ter um projeto político e pedagógico para a unidade de ensino, para os sistemas estadual e municipal de ensino, são uma constante nos nossos Estados hoje e nas nossas instituições de ensino.

Outro fator importante é a autonomia que se resalta aqui. Inclusive, a LDB traz e coloca isso para os

sistemas estaduais de ensino: autonomia do seu sistema, elaborar a forma de gestão que o Estado ou o Município poderá vir a ter. E, infelizmente, hoje, a independência que tanto colocamos é importante para que a escola, na realidade, a base da formação da educação seja autônoma, com seu projeto político e pedagógico, sem uma hierarquia do sistema imposto pelo próprio Estado ou pelo próprio Município. Ela se prende hoje à expansão e à qualificação necessária para que a educação pública no nosso País, de fato, tenha um ganho na sua qualificação, na sua qualidade.

Então, hoje é engessado o processo de autonomia das instituições de ensino no nosso País, em detrimento dos próprios sistemas estaduais e municipais de ensino, onde a autonomia restringe a expansão sobretudo pedagógica das instituições de ensino no nosso País.

Então, a autonomia é um ponto importantíssimo para que consigamos, de fato, a gestão democrática no seu bojo e na sua relevância.

Entendemos que o caminho mais prático, mais fácil, enfim, mais viável para que aconteça de fato a gestão democrática nas instituições de ensino, hoje, é a eleição direta dos dirigentes das instituições públicas. Assim como nas universidades temos as listas tríplexes, em alguns sistemas de ensino, de alguns Estados, também tem essa lista tríplice, só que, na realidade, a escolha cabe, de fato, ao Secretário da Educação daquele Estado ou daquele Município, ou ao Governo, ao Governador daquele Estado.

Isso, de fato, não traz todos esses outros princípios que a gente ressalta, que são a autonomia, a prática compartilhada, a democratização da administração da Educação, e, na verdade, democratizar o debate.

Então, a eleição talvez seja o caminho, no nosso entender, mais fácil, mais rápido, para que, de fato, possamos fazer a democratização da administração da Educação.

É claro que não é o fato da escolha direta dos dirigentes das instituições públicas que vai fazer com que, de fato, a gestão democrática seja realizada, mas, no nosso entender, a via mais fácil, mais prática para que isso seja encaminhado.

É muito mais fácil você ter o respaldo de uma comunidade escolar como um todo, na sua representação com alunos, professores, pais, e encaminhar um projeto definido por essa comunidade escolar, de que, de fato, você ser indicado, colocado em determinada função, enfim, seguindo uma política do próprio Estado, do próprio pensamento político daquele Estado, daquele Município, em detrimento, na realidade, das reais necessidades daquela comunidade escolar.

Quanto à lei que trata da lista tríplex, a 9.192, como muito bem ressaltou o nosso colega da Andes, é importante dizer que, de fato, não democratiza a universidade pública. É um viés e um grande avanço no processo que tínhamos anteriormente, no período da ditadura militar, mas, de fato, a real necessidade da escolha direta da comunidade escolar, da comunidade universitária por seu reitor, pelo seu gestor, é que vai fazer com que, inclusive, a escola pública tenha um maior facilitador, sobretudo na educação básica, de ingresso nas universidades públicas, hoje no nosso País.

Entendemos que a escolha direta, com toda base que foi feita e com todos os dados que foram apresentados aqui, ressalta isso, a importância de que o processo pleno e democrático da escolha do reitor é que vai fazer com que, de fato, a gestão democrática, com a sua autonomia, com seus encaminhamentos, aconteça no interior das universidades, hoje, no nosso País.

Portanto, é importante ressaltar isso, que, de fato, a gestão democrática ou a escolha direta dos seus gestores não faz com que seja realizada a participação de todos, mas viabiliza o processo como um todo. Em detrimento disso, a CNTE busca e vai buscar os meios legais para que se mude ou se altere um dos pontos da nossa LBB, que dá essa brecha para os sistemas estaduais e municipais de ensino formalizarem seu processo de gestão democrática, no seu entender político-pedagógico. Isso faz com que tenhamos dificuldades no encaminhamento de uma democratização da administração pública, sobretudo na Educação.

Então, faz-se necessário rediscutirem-se os pontos que trazem e que dão essa brecha, na realidade, para que os Estados e os Municípios tenham essa autonomia e sigam, hierarquicamente, os projetos individuais dos Estados e dos Municípios, e não se atrelem a um sistema nacional de ensino que é uma das bandeiras da nossa confederação. Inclusive, é do movimento da Educação que se cria o sistema nacional de ensino e não sistemas, como temos hoje, que diferenciam, inclusive, o diálogo entre o Município, o Estado, a União.

É isso que estamos buscando junto ao Ministério da Educação: a criação de um sistema nacional de ensino, em que seja reconhecido, de fato, fatores relevantes à democratização do espaço público, que é a escola.

É nesse contexto que aqui estamos: para colaborar com a experiência dos nossos espaços, dos Estados e das escolas onde exista o processo de escolha direta dos gestores de ensino, em que o espaço, a qualificação, o compromisso, a responsabilidade, a participação, não só como colaboração simplesmente,

mas a participação até mesmo na formulação do projeto político e pedagógico daquela unidade de ensino, faz com que a gestão democrática hoje, a escolha direta dos seus dirigentes, seja feita de maneira transparente e clara, que seja um caminho viável, prático e melhor para, enfim, buscarmos a gestão como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerramos a primeira fase, destinada à apresentação dos nossos convidados.

Passamos a palavra ao Relator e autor do Requerimento, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente; Srs. Senadores; expositores convidados.

Inicialmente, indago à Presidência da Comissão se todos os convidados compareceram.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. Os convidados presentes já fizeram as suas manifestações: Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Presidente da Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Denílson Bento da Costa, Secretário de Projetos da Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação, que acabou de falar.

Não está presente e não justificou sua ausência Gustavo Lemos Pena, Presidente da UNE; e não está presente, mas justificou a sua ausência o representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Diz a sua justificativa:

“Infelizmente o CRUB não poderá ter, amanhã, nenhum representante na audiência pública, uma vez que o processo eleitoral continua, e não há nenhum integrante do Conselho disponível”.

A Secretária-Geral, Maria Helena Alves Garcia, justifica a ausência de um representante do Conselho de Reitores.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o que há de estranho nesse não-comparecimento a esta reunião pública é que um assunto dessa gravidade e importância, que diz respeito diretamente aos interesses das categorias convocadas, não tenha merecido o devido atendimento por parte dessas entidades. Que fique registrado que a Comissão diligenciou, por todos os meios a seu alcance, no sentido de ouvir a opinião das autoridades convocadas, que são pessoas que têm responsabilidade nesse processo. O processo legislativo está sendo feito de forma democrática, aberta, plural. Queremos ouvir, e essa foi a intenção do nosso requerimento de convocação para esta reunião, todas as partes envolvidas,

com interesse direto na questão. É claro que a decisão final compete ao Senado da República, mas esta é, eminentemente, uma Casa democrática, que não quer fazer as coisas de cima para baixo; quer ouvir opiniões, conceitos, idéias de todos os segmentos envolvidos na questão. Muitas vezes o Congresso Nacional, o Senado da República mesmo, é criticado na imprensa e fora dela pelo insucesso na elaboração legislativa. Mas o processo de elaboração legislativa não é um processo divino. Os Congressistas, os Senadores não são seres superiores, não se trata de um congresso inspirado em ciência absoluta, em conhecimentos indiscutíveis. Por isso, o Congresso busca a opinião daqueles que têm interesse e conhecimento sobre as matérias aqui discutidas.

Por ocasião da última reunião de debate em que essa questão foi discutida, falou-se muito no peso representativo dos vários segmentos que compõem a comunidade acadêmica: o professorado, os funcionários administrativos e o alunado. E aqui havia divergência sobre essa questão. Por isso mesmo, tomou-se a iniciativa de apresentação desse requerimento, que foi aprovado por unanimidade, porque esse requerimento, se bem acolhido, se bem atendido pelas pessoas convocadas para depor a respeito dessas questões aqui, poderia esclarecer muitos pontos que ainda estavam um pouco difusos para o entendimento dos Srs. Senadores.

Havia, por exemplo, a corrente – parecia a dominante – de que não podia existir um peso representativo igualitário na questão da composição das assembleias que escolherão, em lista triplíce, os candidatos às funções diretivas da universidade pública brasileira. Essa é a opinião geral. Que argumentos acudiam essas idéias? O argumento de que a responsabilidade maior na condução da vida universitária era responsabilidade do professor, porque é esse que vai formar e conduzir a comunidade universitária. E claro que os administrativos também têm o seu peso e que o alunado tem o seu peso. Mas, no que respeita ao alunado, aqui se argumentou que o alunado tem uma presença temporária na universidade. Cumprido o seu período de escolaridade, ele se desliga definitivamente da universidade, enquanto o professor fica no batente, sustentando a condução da universidade brasileira. Esse foi o ponto mais importante.

Daí por que, democraticamente, esta Comissão procurou ouvir também o representante do alunado, e escolheu-se a UNE por ser a entidade que tem maior tradição, maior representatividade dos estudantes no Brasil inteiro. E lamentavelmente o Presidente da UNE não compareceu a esta reunião. A sua ausência realmente é um assunto que nos deixa em dificulda-

de. Continuamos sem saber qual é a opinião da UNE, representando os estudantes brasileiros, sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, o jovem Presidente da União Nacional dos Estudantes, o Gustavo Petta, já participou aqui conosco de pelo menos três audiências públicas seqüenciais. Todas as vezes que foi chamado, ele compareceu.

O SR. JOSE MARANHÃO (PMDB – PB) – Me-nos agora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Um momentinho, Senador.

Ele foi chamado, na realidade, entre quinta-feira à noite e, possivelmente, sexta-feira à tarde. É a informação da Secretaria.

Nós deveríamos fazer hoje uma audiência pública sobre um outro assunto, que não este. Na impossibilidade de organizarmos a audiência pública sobre o assunto anteriormente previsto, definimos fazer hoje uma audiência pública sobre esta questão, levantada por V. Ex^a na última reunião da Comissão de Educação, terça-feira passada. Então, entre quinta e sexta-feira, tentamos fazer isso. Não tenho, evidentemente, nenhuma procuração do Sr. Gustavo Petta para dizer por que ele não está aqui ou por que não se justificou em não estar aqui. Apenas quero dizer que esse assunto é do maior interesse, sim, da UNE. Tenho certeza de que alguma coisa deve ter acontecido para ele não estar presente. Não é simplesmente não querer vir. Senador, apenas quero dizer que o interesse demonstrado pelo Presidente da UNE em participar de todas as outras audiências públicas marcadas pela Comissão me leva a crer que ele não veio por algum motivo mais sério.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – AP) – Creio que deve haver algum motivo, mas nenhum motivo justificaria a ausência da entidade, porque S. S^a, o Presidente da UNE, poderia perfeitamente ter um motivo para não comparecer, mas a UNE tem uma representação muito grande na sua diretoria, e qualquer outro membro da diretoria poderia estar aqui representando a entidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, na sexta-feira, confirmaram a presença tanto o Presidente como a própria diretoria da UNE, que afirmou que, se ele não estivesse presente, mandaria um representante. Quer dizer, também estamos surpresos de não termos a presença aqui pelo menos de um representante. Al-

guma coisa deve ter acontecido para que ele não possa estar presente ou mandar um representante.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – AP) – Eu até gostaria de dizer que estou fazendo essas ressalvas para, depois, não sobrar para o Senado da República: “o Senado não se interessou em ouvir uma categoria tão importante como a dos estudantes”.

Dito isso, para ser bem objetivo, gostaria de dirigir-me ao Sr. Luiz Carlos Gonçalves Lucas e ao Sr. Denílson Bento da Costa, o primeiro representando o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, e o segundo, Secretário de Projetos da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação. Primeiro, qual é a idéia das entidades que V. S^a representam sobre a questão do peso dos três segmentos que compõem o colégio eleitoral para escolha, em lista tríplice, dos reitores das universidades brasileiras?

Em segundo lugar, gostaria de esclarecer que a matéria que relatamos e que está sendo objeto de discussão aqui se refere ao art. 1^o da emenda que extingue as listas tríplexes para escolha de reitores. Não há dúvida nenhuma de que a Lei nº 9.192 é muito ampla em relação à gestão do ensino público no Brasil. Ela se ocupa também da questão do ensino fundamental e secundário, mas estamos discutindo aqui exclusivamente a extinção das chamadas listas tríplexes para condução do processo de escolha dos reitores nas universidades brasileiras. Por isso, evidentemente, as idéias aqui expendidas, sobretudo pelo Sr. Denílson Bento da Costa, são bem acolhidas e bem-vindas a esta Comissão. É importante que conheçamos a opinião da sua entidade sobre a gestão do ensino no Brasil, não somente nas universidades, mas também nas escolas de ensino fundamental e de ensino de segundo grau.

Nós estamos tratando nesta reunião, especificamente, da questão relativa às listas tríplexes de composição para a escolha dos reitores. Sendo assim, eu gostaria que os convidados nos esclarecessem sobre o tema, que nos dissessem o que pensam sobre o critério e o peso da representação dos vários segmentos que compõem a universidade brasileira para a escolha dos reitores, se o voto deve ter o mesmo peso ou não. Essa questão foi a questão básica que nos remeteu à convocação dos senhores para esta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Gonçalves Lucas e, em seguida, Denílson Bento da Costa.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – Quanto à questão inicial, referente à posição da Andes sobre o peso que se deve dar aos votos dos três segmentos, nós temos entendido no nosso sindicato que deve ser atribuição das universidades, no exercício

de sua autonomia, decidir sobre esses pesos. Essa é a primeira observação que eu faria.

No entanto, temos defendido também que a distribuição deva ser tal que se garanta a participação no mínimo paritária dos três segmentos. Ao falar “no mínimo paritária”, nós estamos dizendo que admitimos um percentual talvez maior para o voto dos discentes. Pode parecer estranho isso, porque nós seríamos, afinal, os que, teoricamente, ganharíamos com um peso maior para os docentes nessas eleições. No entanto, nós temos diversas razões para defender essa posição.

Nós achamos que a fundamentação dos que defendem o peso de, no mínimo, 70%, como está na Lei nº 9.192 é muito falha. Normalmente, o que se diz é o seguinte: dos três segmentos, um é composto por pessoas que têm – como V. Ex^a lembrou – uma participação apenas temporária nas universidades. Dos outros dois, um tem a ver com as atividades-fim das universidades, que seriam os docentes, e os outros, apenas com as atividades-meio.

À parte o fato de que essa separação entre atividade-fim e atividade-meio não é sempre tão clara quanto parece, eu chamaria a atenção para o seguinte, por exemplo. O reitor de uma universidade não exerce, em princípio, uma atividade-fim, a administração da universidade... Ele, aliás, concentra poderes referentes ao conjunto das atividades-meio. Isso já fragiliza um pouco o argumento.

Naquilo que diz respeito à passagem apenas temporária dos estudantes pelas universidades, pessoalmente eu tendo a considerar que isso seria um argumento favorável a que se aumente o peso dos estudantes, justamente porque eles não ficarão lá tempo suficiente para que desenvolvam interesses pessoais que muitas vezes conflitam com os interesses públicos. Dos três segmentos, eles são justamente aqueles que mais dificilmente podem ser cooptados numa política de troca de cargos, por exemplo, à qual os docentes podem ser bastante sensíveis. Eu, como docente, posso apoiar determinado candidato a reitor em troca de ser nomeado pró-reitor por exemplo. Nós sabemos que esse tipo de arranjo existe nas universidades, e os alunos são exatamente os que ficam mais imunes a essas práticas. Por essa razão, nós entendemos que o peso de 70% para os docentes não pode ser defendido.

Vejam os seguintes. Se nós tomarmos a atual relação entre alunos e professores nas universidades brasileiras, que, segundo os dados do MEC, é cerca de 12 para 1 mais ou menos. Assim, com o peso paritário, o voto de um docente valerá por 12 estudantes, o que nos parece uma relação aceitável. No entanto, se introduzirmos o requisito dos 70%, o voto docente vai passar a valer por cerca de 28 ou 30 votos estudantis,

o que significa uma desproporção muito grande, uma concentração de poder em um segmento que, no nosso entender, é incompatível com o que preceitua a Constituição quando faz referência à gestão democrática.

Por essa razão, diferentemente do que se poderia esperar de um sindicato de docentes, consideramos inaceitável esse peso de 70% e defendemos que esse peso atribuído aos três segmentos seja, no mínimo, paritário. Essa tem sido a nossa posição.

Com referência à extinção da lista tríplice, consideramos isso como um progresso. Historicamente, temos defendido que o processo deve se exaurir no interior das universidades. Não pensamos que o Poder Executivo deva ter a competência para escolher um nome entre três, sobretudo porque a Constituição diz que as universidades são autônomas. Sabemos das mazelas que decorrem disso. Há exemplos inúmeros que têm ocorrido em várias universidades em que se acompanha uma lista e algum dos candidatos resolve se socorrer do Poder Executivo para ser ele o nomeado e normalmente, ao fazer isso, estabelece acordos e passa a depender de determinadas interferências que possam viabilizar o seu nome, o que, evidentemente, cria dívidas em relação às pessoas que podem exercer essas interferências.

Portanto, em princípio, somos contrários à formulação de uma lista tríplice. Só pensamos que a mera eliminação da lista não resolve os problemas de democracia nas universidades. Por quê? Porque a Lei nº 9.192, como um todo, é um instrumento autoritário, já que não garante, por exemplo, que haja sequer uma consulta à comunidade. E poderia citar um exemplo ocorrido na minha universidade, com o conselho universitário composto de pouco mais de 50 pessoas que elegeram, há alguns anos, a Reitora em exercício, sem que a comunidade tivesse tido a mínima participação. Além disso, esse conselho é majoritariamente composto por pessoas indicadas pela própria Reitora ou pró-Reitores que ela poderia nomear ou demitir **ad nutum** ou diretores de unidades, escolhidos por ela, em lista tríplice.

Nesse caso, criamos um mecanismo de auto-sucessão que é incompatível com a palavra “democracia”, visto que essa Reitora pode ser reeleita por esse processo; os diretores podem ser reeleitos também em um processo de lista tríplice em que ela terá um papel na sua recondução; e assim, em uma espécie de ato contínuo, cria-se um mecanismo endogênico de formação do poder que, no limite, pode contribuir para a existência de oligarquias fechadas, enclausuradas, que decidam, sem nenhuma interferência externa, o destino das nossas universidades.

Então, somos favoráveis à eliminação da lista, mas entendemos que ela não é tudo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra o Sr. Denílson Bento da Costa.

O SR. DENÍLSON BENTO DA COSTA – Em princípio, quero deixar bem claro a questão da gestão democrática como um todo, mas é claro que o ponto principal de discussão desta reunião se direciona a extinção da lista tríplice, até porque o respaldo dessa extinção, na verdade, reforça a nossa luta contra a brecha que traz a LDB no sentido de repassar para os Estados e Municípios a formulação de seu processo de gestão democrática como um todo e da eleição direta dos dirigentes das instituições públicas.

O peso dessa lista tríplice em relação aos segmentos, no nosso entendimento, não tem que ter o percentual que traz, hoje, a Lei nº 9.192. A defesa é que esse peso seja paritário entre todos os segmentos da comunidade escolar. Então, de uma forma paritária, mesmo entendendo as dificuldades e o processo dinâmico do meio discente, entendemos que o mínimo, como bem ressaltou o colega da Andes, é que isso seja feito de uma forma paritária e não percentual, que atrela, na verdade, o grau de comprometimento dos mestres das universidades, inclusive com a gestão da sua própria universidade. E a única forma que, no nosso entender, traria, a princípio, um ganho para o corpo discente.

A questão da extinção dessa lista como um todo traz alguns princípios, inclusive contemplados no relatório do Senador Maranhão. A autonomia hoje da universidade se dá de uma forma administrativa e financeira e não se contempla em um processo onde há escolha do reitor por parte dessa lista tríplice. Então, apesar das mudanças que tivemos na Lei nº 9.192, democratizando mais a universidade pública, a lista tríplice ainda é um empecilho para que democraticamente possa se exercer a participação de todos os segmentos na comunidade escolar como um todo. Também entendemos que é um avanço a extinção dessa lista tríplice. Gostaríamos, também, que fosse um avanço à extinção dessas listas tríplices que acontecem em alguns sistemas estaduais e municipais de ensino. Gosto de citar muito o exemplo do Distrito Federal, onde temos essa lista tríplice em que minimamente quatro candidatos têm que disputar a direção da unidade de ensino. Não havendo minimamente quatro candidatos para a disputa, essa lista não tem validade, ou seja, é feita a escolha direta de seus representantes pela Secretaria de Estado de Educação. Hoje, 95% das quase 800 escolas públicas do Distrito Federal não formam essa lista tríplice, e a escolha do diretor é feita diretamente pelo Governador.

É importante frisar nessa discussão a participação dos conselhos escolares na composição do projeto político para que a escola encaminhe, de fato,

as questões pertinentes àquela comunidade escolar. Hoje, há de se pensar também na formulação desses conselhos, qual sua importância e grau de compromisso e que deliberações ele tem que compartilhar com o reitor, com o diretor daquela instituição de ensino. Isso tem de ser repensado também.

A nossa posição é esta: o peso, minimamente, como foi frisado, de uma forma paritária é um avanço importante na extinção dessa lista tríplice. Democraticamente, tem que haver alguns avanços não só na Lei nº 9.192, mas, de uma forma geral, na administração pública, na democratização desse passo da administração pública.

Para encerrar, friso que o mandato desses reitores teria de ter a metade da duração. Então, defendemos um mandato de dois anos para a reitoria, como também no processo das instituições públicas de ensino.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pergunto ao Senador José Maranhão se quer fazer alguma observação sobre as respostas de nossos convidados.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Na verdade, especificamente sobre as questões que colocamos, estamos satisfeitos com os esclarecimentos prestados. Gostaríamos de trazer ao conhecimento da Comissão a opinião dos segmentos aqui representados pelo Dr. Luiz Carlos Gonçalves e pelo Dr. Denílson Bento da Costa sobre a questão do peso dos vários segmentos universitários na formação do colégio eleitoral que deverá escolher os reitores.

Queria apenas fazer uma observação. Na verdade, quando se diz que o estudante é temporário na universidade, isso é um pouco de sofisma, porque não se trata do estudante A, B ou C, mas da categoria, do alunado. Isso é o estudante. Ele é permanente. Não existe universidade sem estudante. A opinião pessoal de cada um dos componentes desse colégio eleitoral não é o que prevalece, mas o interesse do estudante no destino da administração universitária, no futuro e no presente.

É evidente que os estudantes de hoje podem até pensar de forma diferente do que pensarão os estudantes de amanhã. Mas será sempre impositiva a opinião dos estudantes, até porque a sociedade é muito dinâmica, pode mudar. A opinião dos estudantes pode mudar. E por isso se deixada de respeitar a opinião do estudante? Então, a idéia de que o estudante é transitório na universidade me parece um sofisma. Ele não é transitório, mas definitivo, assim como o professor e o funcionário administrativo também o são. Não é a pessoa física de cada um que vai fazer opinião nesse sentido, mas os interesses dos segmentos que eles representam; do contrário, isso não seria uma democracia. Então, acho

justo que haja paridade nesse colégio eleitoral, já que os três segmentos são importantes para decidir o processo gerencial da universidade brasileira.

Resta-nos, também, fazer algumas considerações sobre as opiniões dos dois que acabaram de pronunciar-se sobre a democratização da universidade brasileira – e, no caso do Dr. Denílson, não só da universidade, mas da escola brasileira, de um modo geral, a partir do ensino fundamental até a universidade, é claro.

Na verdade, não existe um caminho melhor para a universidade do que a autonomia e a democratização do processo de escolha de seus dirigentes. Concorro inteiramente com isso. Acho que, a essa altura, para esta Comissão técnica, talvez fosse oportuno – tanto no meu caso, que sou o Relator, como nos demais – rever o relatório que já foi apresentado e torná-lo mais amplo, com uma emenda substitutiva que viesse a acolher essas novas idéias aqui esposadas pelos depoentes.

Isso fica, naturalmente, a critério do Plenário desta Comissão, que hoje está pouco representativa, não pela qualidade de seus membros, mas pela quantidade – o número está muito baixo. Devo dizer aos meus Pares, aqui presentes, que vou reformular meu relatório, de maneira que possa acolher uma emenda mais ampla, abrangente, na questão da autonomia da universidade, para que ela não se limite apenas à formação do colégio eleitoral para a escolha dos dirigentes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Solicito ao Senador José Maranhão que permaneça, portanto, na nossa Comissão até o final dos trabalhos. Tenho certeza de que V. Ex^a, Senador, quer ouvir a palavra do Senador João Capiberibe, da Senadora Fátima Cleide, do Senador Almeida Lima.

Eu corria o risco de que isso acontecesse. Evidentemente, eu mesmo gostaria de apresentar uma emenda ao seu relatório. E estou inscrito para falar imediatamente após V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Realmente, nessa discussão, estamos com um quorum muito reduzido. Embora a lista de presença tenha acusado o quorum necessário para a abertura da reunião e até para deliberação, hoje estamos aqui reduzidos a quatro Senadores, cinco com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Trata-se de uma audiência pública.

Não vamos deliberar, na realidade, absolutamente nada.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Estou apenas dizendo as razões da minha, preocupação, por estar fazendo a despedida.

A SRA. FATIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Apenas solicitei ao Senador João Capiberibe cerca de 30 segundos, porque precisarei sair. Há também projetos sendo apreciados na Comissão de Assuntos Sociais, e preciso ir até lá.

Embora não sejam terminativos, são projetos de nosso interesse.

No entanto, eu não poderia sair sem deixar de expressar a minha concordância com o que foi apresentado pelos dois representantes de duas importantíssimas entidades do setor educacional, pois a Lei nº 9.192 precisa ter mudanças muito mais significativas. É muito importante, sim, a extinção da lista tríplice, mas, para que tenhamos gestão democrática, de fato, no sistema educacional deste País, precisamos avançar muito mais com relação à participação também na própria gestão, além da escolha do dirigente. A nossa comunidade escolar – seja ela do Ensino Básico ou do Ensino Superior – deve ter uma participação de fato qualitativa nas decisões do processo pedagógico nas nossas unidades educacionais.

Então, gostaria de parabenizar os dois e de deixar aqui expressa a minha concordância com o que foi apresentado.

Muito obrigada, Senador Capiberibe.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senadora Fátima Cleide.

Passo, então, a palavra ao Senador João Capiberibe.

Ausentar-me-ei por um minuto, enquanto V. Ex^a está falando.

Considere-se, portanto, que V. Ex^a é também o Presidente da Comissão enquanto eu estiver fora.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, senhores convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei logo duas perguntas, porque tenho receio de esquecê-las.

A primeira é para o Professor Luiz Carlos Lucas. Na verdade, eu queria saber a composição da sua universidade hoje, do conselho universitário. Como ele é composto?

Para o Professor Denílson da Costa, pergunto se o CNTE dispõe de um estudo de avaliação sobre as escolas que elegeram, pelo voto direto, os senhores diretores; se existem estudos comparativos realizados sobre gestão e aproveitamento, digamos, dos alunos nos dois modelos, os nomeados e os eleitos.

Para o nosso Presidente, que é o relator, eu queria fazer uma sugestão para que aprovássemos a matéria tal qual veio da Câmara, eliminando a lista tríplice, porque, se fizermos a modificação, ela voltará para a Câmara. Então, aproveitaríamos para aprovar a eliminação da lista tríplice e elaborariamos um projeto mais amplo de modificação da Lei nº 9.192.

Gostaria de ouvir logo a resposta para poder, então, sugerir algumas modificações no que diz respeito ao conselho universitário. Professor Lucas, o senhor poderia nos dar essa resposta?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS

– Poderia, embora eu deva confessar que não tenho muita segurança quanto aos números, mas, em linhas gerais...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Qual é a universidade?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS

– Universidade Federal de Pelotas.

A nossa Universidade conta com um Conselho Universitário composto pelo Reitor (hoje, uma Reitora), o Vice-Reitor, por cinco Pró-Reitores – vale lembrar que os pró-reitores são de livre nomeação e destituição pelo Reitor da Universidade – por 22 Diretores. Os Diretores são escolhidos em diversos processos, dependendo da unidade que dirigem. Em alguns casos, há votação universal, mesmo. Eles compõem uma lista tríplice e a Reitora, nos termos da Lei nº 9.192 tem a faculdade de escolher qualquer dos três nomes. Não lembro se temos um ou dois Representantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho este que, por sua vez, é composto pelo Reitor, que o preside, pelos Pró-Reitores da área de Extensão, da área Acadêmica e da de Pós-Graduação. Representantes de áreas do conhecimento também fazem parte desse Conselho, que, pela sua composição, é sempre hegemonizado por quem tem a reitoria. Portanto, os Representantes desse Conselho junto ao Conselho Universitário são indiretamente também Representações da Reitoria.

Há também a Representação – não estou seguro se de um ou de dois membros – do Conselho Curador da Universidade, também ele majoritariamente escolhido pelo Reitor. Há Representações externas que variam dependendo de quem esteja no exercício da Reitoria no momento, porque também é a Reitoria que escolhe os Representantes da comunidade externa. Há Representação estudantil e há Representação de servidores técnico-administrativos e de docentes, que são eleitos, mas essas representações são minoritárias em relação àquelas sobre as quais a Reitoria tem algum poder de decisão.

Portanto, a composição do Conselho é majoritariamente uma concepção de uma composição na qual há um alto grau de capacidade de interferência

por parte de quem no momento esteja exercendo a Reitoria. Não é uma composição que se possa considerar democrática.

Se acabar a faculdade não só de o Presidente da República escolher o Reitor em lista tríplice, mas também a de que o Reitor escolha numa lista semelhante os Diretores das Unidades, então, uma composição desse tipo pode se tornar mais democrática.

Nos termos atuais da Lei nº 9.192, há uma concentração enorme de poder.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Exatamente. Essa resposta é fundamental para eu defender a minha posição de aprovar imediatamente a queda da lista tríplice. Logo em seguida – e nós travávamos uma discussão aqui sobre isto – trataremos de como modificar o Conselho Universitário, o que acho que vai democratizar ainda mais a universidade. Gostaria de ouvir também sobre as eleições diretas nas escolas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – A pergunta do Senador é se existem estudos feitos para um melhor aproveitamento por parte da comunidade, por parte do corpo discente e docente da escola, no sentido do aumento da qualificação, do aproveitamento, após os estudos, com o processo da escolha de diretor da unidade de ensino.

Especificamente sobre esse tema, nós não temos. Temos algumas pesquisas – e posso encaminhar para o Senador a última que fizemos: “Retrato da Escola” – onde abordamos pontos essenciais da formação administrativa e da formação dos formadores mesmo, dos educadores, dos professores como um todo, tomando como base alguns Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e alguns Estados do Nordeste.

Na pesquisa que fizemos alguns pontos foram importantes e relevantes nos questionamentos: o diálogo; licenças de tratamento de saúde dos professores, dos educadores; o projeto político-pedagógico no sentido do currículo que se gostaria de ter no projeto político-pedagógico daquela escola. Tivemos algumas respostas pertinentes e ligadas diretamente ao processo de escolha do diretor. Onde existe um processo em que há escolha direta do diretor da unidade de ensino, existe sobretudo por trás disso um projeto político e pedagógico em que são estabelecidas algumas metas e diretrizes para que esse diretor cumpra, com a observação de conselho escolar, com a observação e cobrança na verdade da comunidade escolar como um todo, com os grêmios estudantis, com os sindicatos dos professores locais e regionais. Isso fez com que entendêssemos que o processo de escolha melhora no sentido de que diminui os problemas sérios que se têm hoje na categoria de educadores, de professores, que são as licenças por tratamento de saúde sobretudo no sentido psicoló-

gico, no sentido físico mesmo. Hoje em dia o professor, por não ter um processo de formação continuada, por não ter um salário digno na verdade que lhe possa dar sobrevivência, tem a sua auto-estima diminuída com o atrito que se tem com uma direção imposta, com uma direção escolhida por listas.

Com o diretor eleito, existe uma flexibilidade. Podemos constatar isso com as respostas dadas no sentido do diálogo com a direção, dos encaminhamentos dos projetos pedagógicos da escola.

Algo importantíssimo deve ser ressaltado. Trata-se da questão do currículo. Inclusive, na parte diversificada, alguns currículos, algumas disciplinas são colocadas de acordo com o interesse do aluno. O aluno formula, na verdade, o que quer em determinada disciplina e na parte diversificada. Isso tem que ser aprovado no projeto político-pedagógico daquele diretor que se candidata naquele estabelecimento de ensino. Como isso não ocorre no processo de lista tríplice, não há esse projeto político-pedagógico que seja encaminhado de acordo com os interesses da comunidade.

Fizemos esse estudo, e, com certeza, se o Senador se interessar, encaminhamo-lo ao seu gabinete para que V. Ex^a faça uma análise geral.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Respondidas as duas questões que me parecem fundamentais para que possamos democratizar tanto a escola do ensino fundamental como a universidade, parece-me decisivo que tenhamos uma integração com as comunidades do entorno dessas escolas ou dessas universidades. Sinto que a universidade está muito isolada. Não sei se compartilhamos esse sentimento. A universidade está isolada da comunidade em que está inserida, assim como a escola pública, pela reduzida autonomia de que dispõe. Às vezes, tem-se um diretor escolhido pela comunidade escolar que não tem autonomia administrativa e financeira. Isso dificulta enormemente a ação daquele diretor na gestão escolar. Acredito que seja necessário que se descentralize cada vez mais. Ao mesmo tempo em que a escola deva ter autonomia político-pedagógica, deve ter autonomia administrativo-financeira. A escola tem que ser um centro de construção de conhecimento, de aprendizado e também de integração.

Se ficarem isoladas as três tarefas fundamentais da universidade – ensino, pesquisa e extensão –, com um conselho universitário completamente, 100% acadêmico, fica difícil definir uma linha política de pesquisa. Pesquisar para quem? Pesquisar o quê?

Sugiro que aprovemos a queda pura e simples, porque o projeto já veio da Câmara, senão vai voltar

para lá. Se emendarmos aqui, quando o projeto chegar na Câmara, eles vão emendar lá.

Já senti que, no parlamento, para que as coisas andem rapidamente, temos que aprová-las item por item. Aprovaríamos, então, agora a queda e trabalharíamos uma reestruturação do conselho universitário, para poder democratizar definitivamente a escola.

Sugiro também que se estude no nível da confederação a possibilidade de apresentar uma proposta que definitivamente descentralize. Tenho uma experiência muito interessante nesse aspecto. Descentralizei o orçamento, propiciando que cada escola tivesse seu orçamento. Mas encencou na legislação, principalmente nessa nova legislação, de gestão pública do nosso País, a qual exige um corpo específico de gestores para promover licitações. Isso criou uma certa dificuldade e ilegalidade também. Confesso que identificamos uma certa ilegalidade.

Proponho que fizemos um estudo para que a escola fosse autônoma quanto à manutenção, compra de material pedagógico, didático, até para contratação do pessoal de apoio. Que só o professor fosse federalizado ou... Em alguns países, o professor de creches é pago pelo Governo Federal, porque a origem do Orçamento público é a mesma: resulta da contribuição do cidadão.

Mas aqui se tem o orçamento público municipal, orçamento público estadual e orçamento público federal que pagam os professores das respectivas esferas. Poder-se-ia unificar os diversos orçamentos, e há mecanismos para isso. O Estado pagaria ao professor, e o resto seria orçamentado para cada escola do País, do pré-escolar até...A universidade já é autônoma.

No caso da universidade, sugiro que façamos um estudo para ampliar o conselho universitário, nele incluindo a participação das organizações locais dos trabalhadores, dos empresários, dos centros de pesquisas locais. Enfim, criar um novo formato do conselho universitário, para que ele seja representativo da comunidade, do entorno da universidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Os Srs. Luiz Carlos Gonçalves Lucas e Denilson Bento da Costa poderão vir. Apesar de estarem aqui apenas alguns dos Senadores que compõem esta Comissão, há um interesse muito, da parte das Senadoras e Senadores, em encontrar um caminho que garanta a ampla discussão, democrática, da indicação dos diretores das instituições superiores de ensino.

V. Ex^a deseja manifestar-se novamente, Senador José Maranhão?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Aqui provocado pelas intervenções do Senador Capiberibe, que considero legítimas e densas ante a experiência

de S. Ex^a como executivo que vivenciou esse problema no ensino médio, devo dizer que, na verdade, toda estrutura da universidade brasileira está destruída – é uma opinião modesta, mas participo dela.

A universidade brasileira, de fato, vem vivendo uma crise que se agudizou a partir do Governo Collor, continuou de forma crônica no Governo Fernando Henrique Cardoso. Continua do mesmo jeito, paradoxalmente, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não há aqui nenhum interesse planfletário, nem de Oposição, porque sou da base de sustentação do Governo Lula. Na verdade, isso dói, porque votamos no Presidente Lula por acreditar que ele trazia um compromisso pessoal, partidário, político de proceder à reforma universitária.

Desde o Governo Collor, a universidade vem sendo deliberadamente desacreditada junto à sociedade. Acusa-se a universidade, com alguma razão, de andar dissociada dos legítimos interesses da sociedade; de que ela não tem compromisso com o desenvolvimento do País. É muito triste constatarmos isso, porque em um País em que a universidade não gera um projeto nacional de desenvolvimento é um país sem futuro; todos os países que cresceram produziram nos grandes centros de elaboração da inteligência nacional seus próprios projetos. Não podemos continuar vivendo da importação de pacotes dos países do primeiro mundo até porque nós sabemos que essa generosidade de se transferir aos países menos ricos o domínio da ciência e da tecnologia não existe; na verdade o que se quer sempre é transferir as tecnologias já superadas, as máquinas já sucateadas ao primeiro mundo.

O Governo está celebrando com muito entusiasmo o sucesso do Brasil no que respeita a produção de grãos. Eu vejo isso como um certo oportunismo porque todos os países que dependeram economicamente das exportações de matéria-prima terminaram mal. E o Brasil já teve muitas lições com isso. É o caso da crise mais antiga da borracha, do cacau, do café, da cana-de-açúcar. Hoje eu estava vendo na **Folha de S. Paulo** um pouco de água fria nessa euforia sobre a produção de grãos. A China, vejam bem que absurdo, vetando a ida de representante brasileiro para negociar o embargo à importação pela China de produtos que estariam contaminados por agrotóxicos. Eu conheço essa história de longa data. O Chile já sofreu isso com relação à exportação de uvas; um Comerciante americano colocou veneno numa caixa de uvas; de repente, a desmoralização do preço da uva. Qualquer país que não procura agregar mão-de-obra e tecnologia aos seus produtos primários é escravo dos importadores, que a qualquer momento, por qualquer razão nacional, começam a criar isso.

Onde está a tecnologia brasileira para utilização da soja industrialmente, para a produção de alimentos derivados da soja? Nós estamos exportando o grão bruto, e o Brasil não tem projetos para nada, absolutamente nada. Nós nos entusiasmos de repente com a indústria aeronáutica, outro ícone do orgulho nacional. O que nós agregamos realmente na fabricação de aviões? Nada, absolutamente nada; importamos todos os insumos e montamos aqui a aeronave. E agora nem isso. Porque a fuselagem dos Embraer está sendo montada no Japão, na França e na Espanha. Nós não estamos nem agregando mão-de-obra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - Senador, me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Pois não, V. Ex^a é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - Eu vou fazer uma retificação com relação a essa sua observação referente à Embraer.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Eu gostaria de discutir muito esse assunto com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - A Embraer hoje está se expandindo muito, tem representações nos Estados Unidos, tem representação na China...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Não significa nada isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - ... onde desenvolve um projeto de produção de aviões em conjunto com a China, ela tem hoje uma estrutura...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Não, não está, não. Vou dizer a V. Ex^a com conhecimento de causa: essa matéria aí eu conheço melhor do que a de educação...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - Então nós vamos discutir isso em outra reunião, Senador, porque lamentavelmente...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Mas V. Ex^a não vai me proibir de fazer uma citação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - Proibir, evidentemente, não; estou apenas tentando dizer a V. Ex^a que a Embraer é uma empresa que tem sido orgulho nacional, a principal responsável pelas exportações dos manufaturados brasileiros.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Estou dizendo a V. Ex^a que é um orgulho equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - Está bom.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Peço a V. Ex^a que, democraticamente, admita. Um dia V. Ex^a vai concordar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - V. Ex^a tem todo o direito.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Não vai demorar muito. Já estamos numa idade - eu não diria provecta, porque V. Ex^a é muito jovem ainda - de experiência. Um dia V. Ex^a vai me dizer que eu tenho razão.

Todos os insumos que entram na montagem, não na fabricação, dos aviões nacionais são importados, especialmente dos Estados Unidos, mas também de outros países. Agora até a montagem, que era feita aqui, está sendo encomendada em outros países. Não resta dúvida de que, em grande parte, a indústria aeronáutica é uma indústria de montagem.

Quem fabrica...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - Se V. Ex^a me permitir...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Eu vou citar os exemplos só para esse assunto não ficar muito solto.

Quem é que fabrica as chapas de duraclade, usadas na fabricação de aeronaves da Embraer? Quem é que fabrica os estrudados, que entram, sobretudo, na estrutura das aeronaves? Quem é que fabrica os rebites? Quem é que fabrica os sistemas aviônicos? Quem é que fabrica inclusive os sistemas hidráulicos?

Eu conheço esse problema. V. Ex^a vai me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - Ex^a vai me permitir também uma observação com relação ao que diz V. Ex^a, porque V. Ex^a responde à minha indagação, mas não me permite manifestar minha posição. V. Ex^a permite que eu faça uma observação?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - V. Ex^a é o Presidente. Eu tenho que permitir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) - Não por ser Presidente, mas evidentemente por estar V. Ex^a falando sobre um assunto do qual eu tenho algum conhecimento, como V. Ex^a tem. Vejo isso pelas suas observações, mas é importante V. Ex^a ressaltar que de tudo aquilo que é importado para se produzir um avião no Brasil isso representa, aproximadamente, 40% do preço total do avião. Na realidade, quando se vende um avião por dez milhões de reais, o senhor importa quatro. E vende por dez.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) - Sabe por que esses insumos só têm o peso de 60%? Porque a indústria aeronáutica é basicamente artesanal. Ela é diferente da indústria automobilística em que há linhas de produção, que, hoje em dia, são robotizadas. Ela não pode ser robotizada até pela natureza dos componentes metálicos utilizados, que não podem

ser moldados; eles têm de ser fabricados à mão. E por isso que tem esse peso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Em qualquer parte do mundo. Agora vou dizer a V. Ex^a mais uma coisa: essa estatística que é apresentada pela Embraer precisa ser reexaminada. Os últimos contratos que a Embraer fez para montar a fuselagem, a empenagem, os profundores... Em outros países, a relação já não é essa. A relação – digo seguramente a V. Ex^a – não será essa. Essa questão da Embraer eu venho acompanhando há muito tempo. A partir de 1993, quando cheguei ao Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, e naquela época a Embraer era uma estatal, quando a gente dizia que alguns projetos estavam errados, havia um verdadeiro bombardeio. Depois a Embraer tomou certo alento, porque foi privatizada, mas a política continua a mesma. Não há dúvida nenhuma de que os projetos da Embraer surgiram de centros de excelência em aeronáutica brasileira. Não dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador, V. Ex^a está falando há vinte minutos e já se desviou totalmente do assunto proposto.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Graças às intervenções de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Peço a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Porque eu citei aqui, **em passant**, o caso da Embraer, e V. Ex^a tomou as dores imediatamente. Eu o parabenizo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em defesa de uma instituição nacional que...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não, não é instituição nacional; é empresa nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – ...foi feita com o dinheiro do povo.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Instituição nacional é o Congresso Nacional, o Executivo, o Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Foi feita com o dinheiro do povo.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Mas a Embraer não é instituição; é empresa privada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – É uma empresa de capital misto. Tem a participação do Governo brasileiro como a **Golden Share**.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O que quero dizer é que o Brasil e a universidade brasileira padecem de uma crise porque se dissociaram, distanciaram-se da sociedade, deixaram de produzir para a sociedade brasileira. Essa é a grande finalidade da sociedade. E a universidade tem culpa disso? Muito pouca ou nada. Foi um jogo deliberado de quem queria realmente

desmantelar a universidade pública para em seu lugar surgir a universidade privada, como está aí.

Temos muito boas universidades privadas, mas também há péssimas universidades privadas. E essa grande acusação que se faz à universidade pública hoje, de que ela está muito mais perto dos ricos do que dos pobres decorre exatamente disto: a qualidade da universidade privada deixa muito a desejar e é natural que aqueles que tiveram uma escolaridade melhor migrem em direção ao ensino público.

Isso é culpa da universidade? Não. E culpa de um modelo que realmente destruiu a universidade brasileira.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Expositores – parece que agora há um número mais reduzido ainda não sei se poderia falar Srs. Senadores, porque só estamos eu e V. Ex^a nesta reunião. Lamentavelmente, uma audiência desta magnitude não mereceu a atenção e o desvelo dos nossos pares.

Para encerrar, Sr. Presidente, concordo com o Senador Capiberibe, que também se retirou, de que é preciso uma revisão da Lei nº 9.192, porque ela já foi originalmente mal elaborada.

Não sei se V. Ex^a, Sr. Presidente, já era Parlamentar naquela época, mas quando essa lei foi apresentada ao Congresso Nacional passou por um período muito longo de estudos, de debates, e ninguém chegou a um entendimento, ou pelo menos não chegou a uma solução sábia. Tanto assim que hoje ela é criticada, bombardeada por gregos e troianos. Não sei quantas pessoas ainda se dispõem a defender a eficácia dessa lei. Lamentavelmente, esta é a realidade, mas vou ficar com a minha emenda. Naturalmente, vou procurar ampliá-la, vou cumprir o meu dever no que respeita a isso, dentro dos limites que o próprio Regimento permite.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe se não concordo com V. Ex^a, mas essa questão da Embraer, que não é central, mas apenas periférica, ainda vai ser discutida e quero participar desse debate com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Farei a maior questão, Sr. Senador.

Na verdade, eu tinha me reservado para falar por último, para apresentar a V. Ex^a uma proposta de emenda dentro do seu relatório. Vou, inclusive, falar sobre ele. Antes, porém, eu queria fazer uma observação no sentido de que está se tornando lugar comum para as comissões do Senado simplesmente não tocar naquilo que vem da Câmara com a finalidade de fazer com que a matéria seja aprovada, ou seja, simplificar o procedimento administrativo. Se alterarmos o texto, automaticamente ele terá que voltar para a Câmara, onde se poderá inclusive fazer uma emenda supressiva para retirar o texto do Senado.

A função do Senado é exatamente a de Casa revisora. Temos a obrigação de analisar o que a Câmara fez e, se julgarmos que deve ser alterado, deveremos alterar, mesmo que, para isso, a matéria tenha que voltar à Câmara dos Deputados e mesmo que corramos o risco de, ao chegar lá, aquela Casa não aceitar a sugestão do Senado.

Essa é a razão pela qual, Senador, fico extremamente feliz quando ouço o Professor Luiz Carlos falar que a consulta que deveria ser feita à comunidade pelo Conselho, quando da eleição dos dirigentes das instituições de ensino superior, poderia ser feita, mas, se a comunidade se pronunciar, o Conselho não terá obrigação de aceitar a sua decisão.

Refiro-me especificamente a isso porque, muito embora Minas Gerais seja um exemplo, notadamente na universidade federal e nas diversas instituições de ensino superior públicas tenhamos seguido rigorosamente essa tentativa de se fazerem eleições democráticas de nossos dirigentes, creio que não existe nada mais saudável ou gratificante do que eleger democraticamente o dirigente de uma entidade, mas há alguns reparos que devem ser feitos, notadamente no que diz respeito ao Conselho Diretor de Ensino Superior.

Na realidade, quando um diretor está no cargo há oito anos, segundo o Decreto nº 4.877, assinado pelo Presidente da República em novembro de 2003, ele só tem direito à recondução de um mandato de quatro anos. Então, se ele está há oito anos no cargo, automaticamente, ele não é um candidato viável, não pode ser candidato.

Algumas instituições de ensino estão dizendo que quando o diretor esteve licenciado por 60 dias ele quebrou o mandato, e por essa razão se apresentam novamente como candidatos para o terceiro mandato de quatro anos. Evidentemente, isso é ilegal e não pode acontecer. Então, o diretor pergunta ao conselho se ele pode ser candidato pela terceira vez, e o conselho, que foi nomeado a sua imagem e semelhança, diz que pode. Isso tem que ser corrigido. Lamentavelmente, esses fatos estão existindo porque há uma falha na lei.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Esse vício que V. Ex^a mostra não é apenas uma falha da lei, mas sobretudo o sintoma de que a universidade está em um nível político que deixa muito a desejar, porque se degradou.

Ora, o exemplo que V. Ex^a citou é simplesmente um blefe que a comunidade acadêmica engole, porque o conselho é um órgão da comunidade acadêmica. Então, se há uma falha da lei, se a universidade andasse certa,

deveria ter dentro dos seus próprios quadros dirigentes o remédio para corrigi-la, e não aproveitar a falha da lei para cometer esse verdadeiro crime de lesão.

Nós temos a Lei Eleitoral, por exemplo, que rege as relações político-partidárias. Claro que se não houver fiscalização para o bom cumprimento da lei eleitoral, possivelmente se faria isso – e até admito que se faça – na área político-partidária. Agora, admitir que a universidade está fazendo isso é seguramente concordar que a universidade brasileira, do ponto de vista ética, está se degradando fortemente.

Então, em relação ao problema da universidade, penso que há o que se fazer, tanto de fora para dentro como, sobretudo, de dentro para fora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – É importante ressaltar que estou me referindo à exceção, não é a regra. Mas, como se trata de uma exceção importante, que verifico ocorrer não só em meu Estado de Minas Gerais, mas em vários Estados da Federação, eu penso que esse é o momento em que devemos procurar corrigir essas distorções.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Apenas para enriquecer o depoimento de V. Ex^a, que é importante, quero dizer que, na universidade da Paraíba, aconteceu um caso interessante. O reitor, no meio do mandato, resolveu aposentar-se. Ele tinha tempo suficiente e aposentou-se. Tudo bem, mas, depois de aposentado, dizendo-se titular do mesmo mandato, voltou para o exercício do cargo de reitor. Não existe caso mais absurdo do que esse. É como se um parlamentar resolvesse se aposentar – se existisse essa possibilidade –, mas para isso precisaria renunciar, e depois voltasse ao exercício da atividade parlamentar. Realmente é um caso **sui generis**.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em se tratando da questão da extinção da lista triplíce, em primeiro lugar, temos que nos reportar ao art. 37, inciso V, da Constituição, que diz que “as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas atribuições de chefia e assessoramento.

Estou fazendo essa observação porque a Lei de Diretrizes e Bases, no art. 56, é muito clara também em especificar que os docentes ocuparão 70% dos assentos em cada órgão, colegiado, comissão, inclusive no que tratar da elaboração de modificação estatutária, bem como a escolha de dirigentes.

Uma coisa está intimamente relacionada à outra. E, principalmente, com base na Lei de Diretrizes e Bases, que se reportam à Constituição, os reitores das universidades federais são atualmente considerados

cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da República.

Então, qualquer modificação nesse sentido – por isso que fiz questão de pedir a V. Exa. que permanecesse aqui –, vou me reportar inclusive à assessoria do Senado, para saber como devemos proceder, porque me parece, Sr. Senador, que, na realidade, para se extinguir a lista tríplice, no caso da nomeação de reitores de universidades, dirigentes das instituições superiores de ensino, seria necessário ou considerá-los funções de confiança, ou, então, aprovar uma emenda ao art. 37 da Constituição, inciso II.

Essa é a razão pela qual fiz questão de V. Ex^a aguardar, porque, de repente, é fundamental que se estabeleça de uma vez, já que V. Ex^a. Está fazendo esse relatório, que possamos resolver essa questão. Não se acaba simplesmente com a lista tríplice por ser um decreto do Presidente da República, porque o decreto está se reportando ao art. 37 da Constituição.

Então, de repente, vai ser importante se fazer essa ressalva para que possamos resolver de vez a questão. E a sugestão que eu queria fazer.

Finalmente, a sugestão mais importante que quero que V. Ex^a observe, também dentro do seu relatório, é que temos tido aqui a oportunidade, na Comissão de Educação, na Comissão de Infra-Estrutura e na Comissão de Relações Exteriores, de ouvir funcionários públicos que são designados pelo Presidente da República para funções até muito menos importantes do que o de reitor de uma universidade ou de uma instituição de ensino superior.

Eu perguntaria se V. Ex^a consideraria a possibilidade de incluir no seu relatório a sugestão de que os reitores fossem submetidos a sabatinas aqui, na Comissão de Educação do Senado. E um caminho para se democratizar ainda mais a escolha, é um processo do qual, na realidade, o Congresso Nacional passa a participar diretamente, a conhecer as pessoas. Acabaram de ser eleitas. Sim. Foram eleitas pelo voto direto. Serão nomeadas pelo Presidente da República. Sim. Evidentemente, isso mesmo acontece com o embaixador, acontece com um chefe de Estado, acontece até mesmo com funcionários do Ministério dos Transportes, que têm que passar por aqui para serem ouvidos, esclarecer, colocar os seus pontos de vista, discutir as questões afins para os cargos para os quais estão sendo nomeados.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Concorde com V. Ex^a. Creio que a magnitude do cargo de reitor e a sua importância na vida do País comportam que se ni-

velem com outros cargos de dirigentes públicos, de outros funcionários públicos, que, para serem nomeados pelo a Presidente da República, precisam passar pela sabatina no Senado da República. Acho interessante.

Como considero pertinentes as observações que V. Ex^a apresentou, o conflito jurídico que a Lei de Diretrizes e Bases apresenta com as modificações que se quer implantar, não sei se a condição de cargo de confiança do Presidente da República seria alterada, já que o critério da própria lei que o considera cargo de confiança é o critério da lista tríplice. Ora, se a universidade pode escolher uma lista tríplice para um cargo de confiança, de repente, nessa lista tríplice, o presidente, em uma interpretação mais ampla, poderia dizer: “Aqui não há nenhum da minha confiança, então não nomeio ninguém!”

Creio que não há conflito, mas esse é um entendimento pessoal. Vou ouvir a assessoria jurídica do Senado, vou pedir que se pronuncie a respeito desse assunto. Acho a observação de V. Ex^a pertinente também nesse aspecto.

Porém, volto ao ponto que já afirmei aqui: a Lei de Diretrizes e Bases do ensino está muito longe de representar o ideal, tanto na forma como na substância – na forma jurídica, como na substância propriamente dita.

Ainda que fosse uma lei muito perfeita, ela já tem alguns anos de vigência e a sociedade é dinâmica. Os motivos que inspiraram a aprovação dessa lei à época em ela foi aprovada pelo Congresso Nacional, muitos deles já estão revogados pela própria dinâmica, do processo universitário, pela própria dinâmica da sociedade.

Eu achava, por isso mesmo, que deveria haver uma revisão completa da Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias, adaptando-a à realidade dos dias que correm hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito bem. Vou, mais uma vez, encerrada a minha participação, lembrar a minha preocupação com que os projetos político-pedagógicos não sejam prejudicados pelos projetos políticos em algumas instituições de ensino superior públicas, porque isso acontece muito no interior do Brasil. Então, projetos políticos que são associados a projetos de instituições superiores de ensino – isso tem que ser visto com muito cuidado.

Evidentemente, na indicação e nomeação de seus diretores, mais do que nunca.

Vou passar a palavra, primeiramente, ao Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes, Luis Carlos Gonçalves Lucas, para suas observações finais. O senhor tem três minutos. Posteriormente, ao Denílson Bento da Costa, Secretário de Projetos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE.

Em primeiro lugar, o Sr. Luis Carlos Gonçalves Lucas.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – Eu, mais uma vez, gostaria de agradecer a oportunidade de ter participado deste debate. Gostaria de fazer, também, um registro: quando o Senador Maranhão se referiu à aposentadoria de um reitor com permanência no cargo na Universidade da Paraíba, na realidade, estava fazendo referência a um fato que, infelizmente, está se generalizando. Não é um caso da Paraíba, isso virou uma regra nas universidades federais brasileiras.

Eu gostaria de registrar, aqui, a exceção que conheço a essa regra.

A Professora Wrana Maria Panizzi, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, até há pouco tempo presidente da Andifes, é um dos raros exemplos de reitora que decidiu não usar do seu direito de aposentadoria até o término da sua permanência no cargo. Lamentavelmente, é a exceção, não é a regra.

Eu gostaria de falar sobre algumas questões técnicas muito rapidamente.

Uma delas diz respeito ao fato de que, às vezes, são criadas em algumas instituições públicas situações de poder que deixam a desejar do ponto de vista da democracia.

Ocorre que, com os dispositivos da Lei nº 9.192, como são, em geral, os conselhos universitários que têm a competência para elaboração das normas internas de natureza estatutária, se esses conselhos se fecham, eles podem produzir normas que, na realidade, construam processos absolutamente autocráticos de poder e, infelizmente, nada se pode fazer do ponto de vista legal. Esse o registro que eu gostaria de fazer.

Gostaria também de tecer alguns comentários técnicos sobre a questão da autonomia das universidades, já que essa questão é por demais discutida. Na avaliação que temos, ela está profundamente imbricada com uma outra questão que, a nosso ver, é a mais premente de todas que se colocam diante da situação universitária brasileira, que é a referente aos problemas de financiamento. Na realidade, há uma grande disputa pela definição da autonomia universitária. Nós temos defendido, no antes, que a universidade só consegue ser autônoma se ela tiver os recursos necessários para que possam implementar as suas próprias políticas de ensino, pesquisas e extensão, e termos nos deparado, continuamente, com uma outra concepção de autonomia universitária, muito claramente definida a partir de texto do Banco Mundial, e que, na realidade, procuram reduzir essa autonomia a sua situação na qual as universidades sejam liberadas de determinados constrangimentos legais para que mais facilmente possam vender serviços no mercado. Isso,

lamentavelmente, tem avançado, não só no nosso País, mas em diversos países da periferia do mundo capitalista contemporâneo, e, onde isso se dá, a consequência tem sido justamente a perda da autonomia em nome da autonomia. E a consequência tem sido, algo que foi já citado aqui neste debate, o afastamento cada vez maior das universidades em relação ao que deveria ser a sua função social, porque elas passam a depender do mercado, passam a depender dos nichos de poder que concentram os recursos financeiros que lhes possam ser transferidos por meio de acordos e de convênios. As universidades tem perdido muito da sua natureza pública justamente em decorrência do abandono financeiro ao qual elas têm sido submetidas. Elas são instituições, são organizações que encontram formas perversas de adaptação. Como não têm recursos para produzir autonomamente as políticas que entendem ser as mais adequadas, são levadas a transformar a política de ensino em uma política de venda de serviços de ensino, a política de pesquisa em uma política de venda de serviço de pesquisa, o que inclusive é incompatível com a sua função de geração de conhecimento, sobretudo de universidades públicas, que devem, necessariamente, ser colocados à disposição da sociedade, é incompatível porque essa pesquisa tende a se transformar em algo contrato por empresas que têm interesse na individualização do uso do conhecimento produzido. E temos o mesmo também em relação à política de extensão na maior parte das universidades brasileiras. Na nossa avaliação, esse abandono financeiro tem sido a principal causa da perda do caráter público das universidades de um modo geral, do seu afastamento em relação aqueles setores sociais, que, no nosso entender, deveriam ser os mais diretamente contemplados, com a atuação de uma universidade voltada para a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Passo a palavra ao Sr. Denílson Bento da Costa.

O SR. DENILSON BENTO DA COSTA – Primeiramente quero agradecer o convite à nossa Confederação, e também ressaltar a importância da discussão que se pautou, hoje, nesta Comissão, e deixar como sugestão pontos ressaltados e salientados pelo Senador Maranhão no tocante à nossa LDB e à forma estagnada e engessada, sobretudo do processo de gestão democrática. Deixar claro que, como a história é dinâmica, o processo é dinâmico. A conjuntura que atravessamos hoje é a de um País democrático, que faça a discussão e o debate. Faz-se necessário inclusive repensar alguns pontos que foram colocados e que são pertinentes com a nova estrutura do ensino público hoje, do sucateamento, na realidade, da educação pública de uma maneira geral. A ressonância desse sucateamento

ocorre e finaliza-se na universidade, sobretudo, pública de nosso País. Os princípios colocados sobre a qualificação, sobre a melhoria das condições materiais de trabalho, a autonomia, como foi aqui ressaltado, passa, na verdade, pela educação básica como um todo, pela aprovação inclusive e pela retomada dos vetos do Plano Nacional de Educação. É uma bandeira histórica, uma bandeira dos trabalhadores da educação de uma forma geral. Estamos nos mobilizando inclusive para que isso retorne, esteja na pauta do Governo atual, do Ministério da Educação, com as inserções da nossa confederação e dos movimentos sociais como um todo que necessitam de uma avaliação, de colocar a educação como prioridade que todos defendemos.

Acreditamos que o norte tem que ser mudado, a direção tem que ser outra. A educação como um todo, sobretudo a educação básica, merece uma atenção e uma discussão sobretudo do conceito do que é gerir o público na verdade.

Consideramos importante e acreditamos que nas próximas reuniões os debates serão avançados, sobretudo no contexto da educação básica. Inclusive achamos que são pertinentes algumas colocações do Senador José Maranhão no tocante à LDB e que se faz necessário um debate aprofundado, porque alguns pontos, alguns artigos literalmente não são cabíveis na atual conjuntura do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Agradeço aos ilustres convidados e ao Senador José Maranhão pelo seu relatório, sobretudo pela presença solitária no plenário fazendo companhia a este modesto Presidente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Solitária e solidária.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – É verdade.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h45min.)

PARECER Nº 2.067, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2005 (PL nº 1.426/ 2003, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano do Turismo.

Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Educação o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 97, de 2005 (PL nº 1.426, de 2003, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Rogério Silva, que institui o ano de 2006 como

“Ano do Turismo”, com o objetivo de divulgar o produto turístico nacional e estimular o turismo interno.

O projeto de lei também autoriza a referência ao título em todas as publicações oficiais do setor de turismo.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pela Comissão de Turismo e Desporto, pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No Senado Federal, o projeto será apreciado por esta Comissão de Educação e segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas ao PLC nº 97, de 2005.

II – Análise

A indústria do turismo é, atualmente, a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no mundo, movimentando milhões de dólares e gerando milhões de empregos. Na França, por exemplo, considerada o maior destino turístico do mundo, a indústria do turismo é responsável por cerca de 6,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Espanha e México, por meio do Turismo, reencontraram o caminho do desenvolvimento e se fixaram como destinos turísticos mundiais importantes, conhecidos, desejados e explorados de maneira rentável e racional.

O Brasil possui inegável vocação para o turismo. Além de suas belezas regionais, do litoral gigantesco, do acervo histórico, da exuberância natural e do clima invejável, conta também com as características de sua gente alegre, amável e hospitaleira. Apesar de tudo isso, falta ao País um grande projeto para o Turismo, uma ação coordenada, que junte todas as pontas e os agentes desse setor promissor. Bem planejada, a indústria do turismo pode dar a resposta mais rápida na retomada do crescimento do Brasil e ser uma importante fonte de empregos, de renda e de geração de divisas.

Dessa forma a instituição do ano do turismo, como propõe o projeto em análise, pode representar a oportunidade para que todos os setores envolvidos direta ou indiretamente com o segmento concentrem esforços na busca de soluções para os problemas e ofereçam alternativas que possibilitem o País explorar seu potencial turístico de maneira adequada a fim de beneficiar a todos.

III – Voto

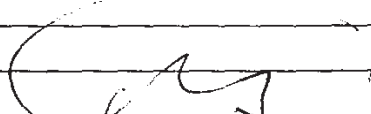
Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de lei da Câmara nº 97, de 2005 (PL nº 1.426, de 2003, na Casa de Origem).

Sala da Comissão, 29 de novembro de 2005.

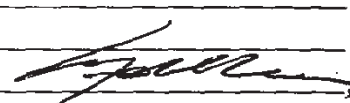
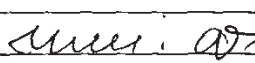

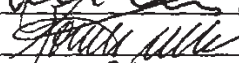
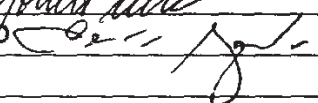
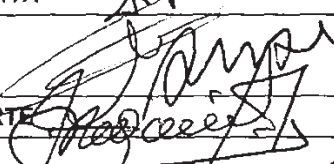
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 097/05 NA REUNIÃO DE 29/11 105
OS SENHORES SENADORES:

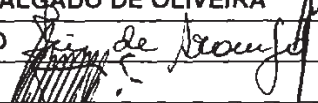

PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)

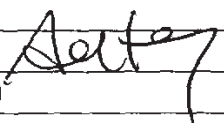
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER 
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES 	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO 
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
RELATOR:	
REGINALDO DUARTE 	10- JUVÊNCIO DA FONSECA


PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO 	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO 	1- (VAGO)
---	-----------

PARECER Nº 2.068, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005 (nº 4.293/2004, na casa de origem), que declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro. Relatora: Senadora Íris de Araújo

I – Relatório

Chega ao exame da Comissão de Educação (CE), o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005, (PL nº 4.293, de 2004, na origem), de autoria da Deputada Laura Carneiro, que declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro. O referido projeto foi aprovado nas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania na Câmara dos Deputados.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Em sua justificação, a autora do projeto de lei lembra a carreira da eminente escritora, hoje com 74 anos, que, em 1966, escreveu seu primeiro livro *Mulher na construção do mundo futuro*, que vendeu dez mil exemplares em apenas três meses. Em 1968, escreveu seu segundo livro, *Automação e o futuro do homem*, seguido, em 1970, pelas obras *Liberção sexual da mulher*, as mais belas orações de todos os tempos e as mais belas orações do nosso tempo, as duas últimas em parceria com o frei Raimundo Cintra.

Além de ser escritora, merece destaque sua atuação nas Editoras Vozes e Forense. Como editora chefe da Editora Vozes, trouxe ao Brasil, em 1971, a escritora norte-americana Betty Friedan, fato que desencadeou ampla discussão sobre o feminismo no País.

Em 1975, foi membro fundador do Centro da Mulher Brasileira, e, no mesmo ano, teve seus livros proibidos pelo então governo militar brasileiro, o que não impediu que, em 1977, realizasse uma série de viagens aos Estados Unidos, onde proferiu conferências em mais de 40 universidades.

Em 1983, publicou seu aclamado livro *A sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*, publicado pela Editora Vozes, que permaneceu durante seis meses na lista dos mais vendidos no País.

Também, foi membro fundador do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985 e, no mesmo ano, juntamente com diversos teólogos, escreveu *Sexualidade, libertação e fé: por uma erótica cristã*, publicada pela Editora Vozes. Em 1986, foi desligada da Editora, por ordem do Vaticano, junto com frei Ludovico de Castro e frei Leonardo Boff.

Após a saída da Editora Vozes, atuou no ramo editorial, tendo fundado as editoras Espaço e Tempo e Rosa dos Tempos. Sua produção literária continuou prolífica, com *Os seis meses em que fui homem* (1990);

A mulher no terceiro milênio (1992); *Memórias de uma mulher impossível* (1999); *Masculino/Feminino: Uma nova consciência para o encontro de diferenças*, com Leonardo Boff (2002); *Um novo mundo em gestação, Porque nada satisfaz as mulheres e os homens não as entendem e o Amor de A a Z* (2003).

Rosie Marie Muraro recebeu, ao longo de sua vida, várias honrarias, dentre as quais mencionamos: *Intelectual do Ano* pela União Brasileira de Escritores (1994); *Medalha de Ouro Alvorada*, do Governo Federal (1987); *Medalha Tiradentes*, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (1996) e *Troféu Teotônio Vilella*, pelo prêmio Ênio da Silveira, como a mais importante editora na resistência à ditadura militar. Realizou várias conferências e cursos no Brasil e no exterior, e sempre colocou sua inteligência e sua coragem a serviço das mulheres e do seu país.

III – Voto

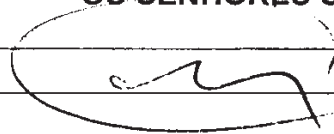
Do exposto, reconhecemos o mérito da homenagem pela extensa contribuição de Rosie Marie Muraro a favor das mulheres e da democracia, e, considerando a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2005.

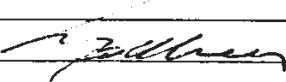
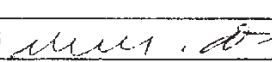

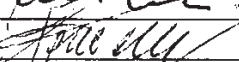
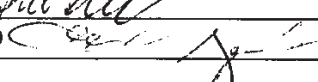
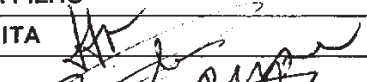
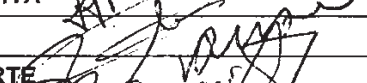
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 115/05 NA REUNIÃO DE 29/11/05
OS SENHORES SENADORES:

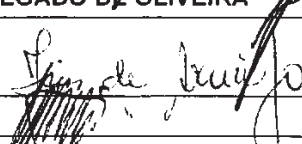


PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)

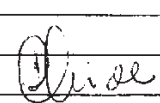
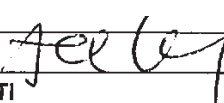
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER 
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES 	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO 
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- JUVÊNCIO DA FONSECA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
RELATOR: 	3- (VAGO)
VALDIR RAUPP 	4- (VAGO)
GERSON CAMATA	5- MÃO SANTA 
SÉRGIO CABRAL	6- LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	7- ROMERO JUCÁ
NEY SUASSUNA	8- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO 	1- (VAGO)
---	-----------

PARECER Nº 2.069, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995.

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, - **Tião Viana**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator – **Serys Slesarenko** – **Álvaro Dias**.

ANEXO AO PARECER Nº 2.069, DE 2005**Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I**Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Irrigação, a ser executada em todo o território Nacional.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I – infra-estrutura de irrigação de uso comum: conjunto de estruturas e equipamentos de captação, adução, armazenamento, distribuição e drenagem de água; estradas e redes de distribuição de energia elétrica, situadas no interior do projeto de irrigação; e prédios de uso da administração do projeto de irrigação;

II – infra-estrutura de apoio à produção: conjunto de benfeitorias e equipamentos de uso comum para beneficiamento, armazenagem e transformação da produção agrícola, bem como de pesquisa e extensão para a agricultura irrigada;

III – infra-estrutura parcelar: conjunto de benfeitorias e equipamentos de utilização a individual, implantado nos lotes agrícolas do projeto de irrigação;

IV – infra-estrutura social: conjunto de estruturas e equipamentos destinados a atender as necessidades de saúde, educação, saneamento, energia elétrica e comunicação no projeto de irrigação;

V – irrigação: prática agrícola na qual ocorre o suprimento e a drenagem de água;

VI – irrigante: pessoa física ou jurídica que pratica a agricultura irrigada;

VII – irrigante familiar: pessoa física que explora sozinha, com sua família, ou com trabalho eventual de terceiros, a agricultura irrigada, empregando toda a força de trabalho no projeto de irrigação;

VIII – irrigante empresário: pessoa física ou jurídica que exerce agricultura irrigada, de modo profissional e voltado para o mercado, assumindo os riscos empresariais inerentes à atividade;

IX – plano de irrigação: plano plurianual que contém as prioridades de irrigação, compatibilizando os interesses do setor público e da iniciativa privada;

X – programa de irrigação: conjunto de projetos que têm propósitos setoriais ou abrangem regiões específicas, visando ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada;

XI – projeto de irrigação: empreendimento que utiliza sistemas de captação, adução, armazenamento, distribuição, aplicação e drenagem de água para a prática da agricultura;

XII – projeto misto de irrigação: projeto de irrigação em que os investimentos são realizados em conformidade com a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

XIII – projeto privado de irrigação: projeto de irrigação em que os investimentos são realizados exclusivamente pelo setor privado;

XIV – projeto público de irrigação: projeto de irrigação em que os investimentos são realizados exclusivamente pelo poder público;

XV – serviços de irrigação: atividades de administração, operação, conservação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum.

CAPÍTULO II**Dos Princípios**

Art. 3º A Política Nacional de Irrigação, observada a legislação ambiental, em particular a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, rege-se pelos seguintes princípios:

I – utilização racional dos solos destinados à irrigação, com prioridade para a de maior benefício socioeconômico e ambiental;

II – integração com as políticas setoriais de saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, visando à utilização harmônica dos recursos naturais;

III – preferência por técnicas de irrigação de menor consumo de água por área irrigada;

IV – integração e articulação das ações do setor público na promoção da agricultura irrigada, nas diferentes instâncias de governo;

V – integração entre as iniciativas e ações dos setores público e privado;

VI – gestão participativa dos projetos de irrigação.

CAPÍTULO III**Dos Objetivos**

Art. 4º A Política Nacional de Irrigação tem como objetivos:

- I – contribuir para a geração de trabalho e renda;
- II – colaborar para o aumento da produtividade dos solos irrigáveis;
- III – concorrer para o aumento da competitividade dos produtores agrícolas nacionais;
- IV – promover a otimização do consumo de água;
- V – contribuir para o abastecimento do mercado interno de alimentos;
- VI – possibilitar a geração de excedentes agrícolas para exportação;
- VII – colaborar na prevenção da ocorrência de processos de desertificação.

CAPÍTULO IV**Das Diretrizes**

Art. 5º São diretrizes da Política Nacional de Irrigação:

- I – promoção da agricultura irrigada em articulação com as demais políticas públicas setoriais;
- II – apoio a projetos economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente justos;
- III – incentivo à participação do setor privado na agricultura irrigada, inclusive por meio de concessões, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e parcerias, em conformidade com a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- IV – incentivo à participação de organizações não-governamentais na agricultura irrigada, por meio da celebração de Termo de Parceria, em conformidade com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;
- V – estímulo à organização dos irrigantes para a administração de projetos de irrigação;
- VI – estímulo à adoção de técnicas de gerenciamento indutoras de eficiência nos projetos de irrigação;
- VII – fomento à transferência de tecnologia e à capacitação de recursos humanos, para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

CAPÍTULO V**Dos Instrumentos**

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional de Irrigação:

- I – os planos, programas e projetos de irrigação;
- II – o sistema nacional de informações sobre irrigação;

III – as políticas de financiamento e de incentivos fiscais específicas para o setor.

SEÇÃO I**Dos Planos, Programas e Projetos de Irrigação**

Art. 7º Os Planos de Irrigação são planos plurianuais, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos, e terão o seguinte conteúdo mínimo:

- I – diagnóstico das áreas passíveis de utilização para agricultura irrigada, em especial quanto à existência e à localização de solos irrigáveis e à disponibilidade de água para irrigação;
- II – hierarquização de regiões ou bacias hidrográficas prioritárias;
- III – indicação das culturas e das técnicas de irrigação mais adequadas a cada região ou bacia hidrográfica;
- IV – propostas de integração entre a agricultura irrigada e outras formas de produção agropecuária;
- V – estabelecimento de políticas de financiamento e incentivos para o setor privado.

§ 1º Os planos de irrigação serão elaborados por Estado, por região e para o País.

§ 2º O plano nacional de irrigação limitar-se-á a estabelecer diretrizes gerais para a elaboração, pelos Estados e Municípios, dos planos e programas de irrigação, e a disciplinar a implantação de projetos federais de irrigação em áreas específicas, de interesse da União.

§ 3º Os planos regionais de irrigação serão elaborados em conjunto pela União e pelos Estados diretamente envolvidos.

§ 4º Na elaboração dos planos de irrigação fica assegurada a participação de representantes do setor privado e de organizações não-governamentais, legalmente constituídas e com objetivos relacionados à agricultura irrigada.

Art. 8º Os programas de irrigação serão elaborados em conformidade com os correspondentes planos de irrigação.

Parágrafo único. Na elaboração dos programas de irrigação, serão obrigatoriamente consideradas as peculiaridades das bacias hidrográficas abrangidas.

SEÇÃO II**Do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação**

Art. 9º O sistema nacional de informações sobre irrigação destina-se à coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações referentes à agricultura irrigada, em especial sobre recursos hídricos,

solos irrigáveis, clima, práticas adotadas e produtividade das culturas.

Art. 10. São princípios básicos do sistema nacional de informações sobre irrigação:

I – cooperação institucional para obtenção e produção de dados e informações;

II – coordenação unificada;

III – garantia de livre acesso aos dados e às informações a toda a sociedade.

Art. 11. São objetivos do sistema nacional de informações sobre irrigação:

I – fornecer subsídios para a elaboração dos planos de irrigação;

II – permitir a avaliação da eficiência dos projetos de irrigação;

III – possibilitar a avaliação e classificação dos projetos de irrigação;

IV – facilitar a disseminação de práticas que levam ao sucesso do projeto de irrigação.

CAPÍTULO VI

Dos Projetos de Irrigação

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 12. Os projetos de irrigação poderão ser públicos, privados ou mistos.

Parágrafo único. Os projetos mistos de irrigação serão implantados e implementados em conformidade com a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 13. A implantação de projetos de irrigação dependerá de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 14. O início da implementação de projeto de irrigação dependerá de prévia concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Parágrafo único. As instituições oficiais de crédito somente concederão financiamento ao planejamento e à implantação de projetos de irrigação que já tenham obtido a outorga a que se refere o **caput** deste artigo.

Art. 15. Em projetos de irrigação financiados total ou parcialmente pela União, o estudo de viabilidade a que se refere o art. 22 deverá ser submetido à aprovação do órgão federal competente.

Art. 16. Sempre que possível, serão implantados em conjunto, no mesmo projeto de irrigação, lotes destinados a irrigantes empresários e familiares.

Art. 17. As infra-estruturas de apoio à produção e social serão instaladas preferencialmente em terras não irrigáveis.

Art. 18. Nos projetos públicos e mistos, lote com área não inferior à do lote familiar será destinado, mediante cessão de uso, a atividades de pesquisa, capacitação e treinamento.

§ 1º O lote a que se refere o **caput** deste artigo, poderá ser objeto de cessão de uso, a título gratuito, a entidade oficial de pesquisa agropecuária com atuação na área do projeto.

§ 2º A cessão de uso de que trata este artigo será revertida à entidade responsável pela implantação do projeto, caso não tenha sido cumprida sua destinação no prazo de 2 (dois) anos.

Art. 19. O poder público oferecerá linhas especiais de crédito para o financiamento de projetos privados de irrigação, com período de carência, taxa de juros e prazo para pagamento adequados à atividade.

SEÇÃO II

Dos Projetos Públicos

SUBSEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 20. O poder público implantará projetos de irrigação destinados a irrigantes familiares, por interesse social, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, e a irrigantes familiares e empresários, por utilidade pública.

§ 1º Os projetos públicos de irrigação poderão ser implementados mediante concessão de serviços e obras públicos, na forma das Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

§ 2º Os projetos públicos de irrigação serão implantados em terras de domínio público, devendo o poder público promover todas as desapropriações necessárias.

§ 3º Nos projetos de irrigação de interesse social, implementados diretamente pelo Poder Público, ficará a cargo deste poder a implantação integral das infra-estruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção, parcelar e social.

§ 4º Nos projetos de irrigação de utilidade pública, poderá o poder público implantar integral ou parcialmente as infra-estruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção, parcelar e social.

§ 5º Para os efeitos desta Lei, constituem casos de utilidade pública a implantação de projetos públicos de irrigação para fins:

I – de indução do desenvolvimento socioeconômico da região;

II – de atenuação de impactos ambientais, em especial para prevenção e combate à desertificação;

III – estratégicos e de segurança nacional.

Art. 21. Nos casos em que implantação da infra-estrutura parcelar for de responsabilidade do irrigante, este deverá tê-la integralmente em operação no prazo estabelecido por edital.

§ 1º As instituições oficiais de crédito oferecerão linhas de crédito especiais para o financiamento da infra-estrutura parcelar, com período de carência, taxa de juros e prazo para pagamentos adequados à atividade.

§ 2º O descumprimento do disposto no **caput** deste artigo ensejará a abertura de procedimento administrativo com vistas à retomada do lote pelo Poder Público.

Art. 22. A implantação de projetos públicos de irrigação será precedida de estudo que demonstre a viabilidade técnica, econômica, ambiental e social do empreendimento.

§ 1º O estudo de viabilidade a que se refere o **caput** deste artigo contemplará, pelo menos, os seguintes aspectos:

I – utilização racional dos solos irrigáveis e dos recursos hídricos;

II – seleção das culturas e das técnicas de irrigação mais adequadas ao projeto;

III – planejamento das obras civis necessárias;

IV – necessidade de infra-estruturas de apoio à produção e social;

V – estabelecimento de cronograma físico-financeiro para implementação das infra-estruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção, parcelar e social;

VI – recomendação da melhor forma de organização dos irrigantes;

VII – fixação de critérios para seleção dos irrigantes;

VIII – forma de prestação de treinamento e assistência técnica especializada aos irrigantes;

IX – dimensionamento dos lotes familiares.

§ 2º Na seleção das culturas mais adequadas ao projeto, será dada preferência às que gerem maior renda, sem prejuízo da rotação de culturas e de outras exigências legais.

§ 3º Na seleção das técnicas de irrigação mais adequadas ao projeto, será dada preferência às que apresentem menor consumo de água.

§ 4º Para cada projeto será definida a área irrigável máxima passível de cessão ou alienação, conforme o caso, a uma única pessoa física ou jurídica.

Art. 23. Nos projetos públicos de irrigação, será estipulado, com base nos estudos prévios de viabilidade, prazo para emancipação econômica do empreendimento, não superior a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Após a emancipação econômica, os custos de manutenção das infra-estruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção, parcelar e social, de treinamento e de assistência técnica correrão por conta dos irrigantes do respectivo projeto.

Art. 24. As infra-estruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção, parcelar e social serão implementadas segundo o cronograma físico-financeiro previamente estipulado.

Art. 25. O Poder Público estimulará a organização dos irrigantes mediante a constituição de associações ou cooperativas de produtores.

Art. 26. Durante a fase de amortização do empreendimento, o órgão competente promoverá a assistência técnica e o treinamento continuados dos irrigantes.

Parágrafo único. O treinamento a que se refere o **caput** deste artigo contemplará os aspectos técnicos e os referentes a práticas de associativismo e à capacitação gerencial de entidades associativas.

Art. 27. O órgão competente realizará, periodicamente, pesquisa de opinião entre os irrigantes, para aferir o grau de satisfação destes em relação ao projeto de irrigação.

Parágrafo único. A pesquisa de opinião a que se refere o **caput** deste artigo contemplará, entre outros aspectos, a satisfação do irrigante com:

I – as infra-estruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção, parcelar e social;

II – o treinamento oferecido;

III – a assistência técnica prestada;

IV – a estrutura associativa adotada.

Art. 28. Será elaborado cadastro único, em âmbito nacional, de irrigantes familiares, referente aos projetos de irrigação públicos e mistos.

Art. 29. O Poder Público criará linhas especiais de financiamento, destinadas a conceder, tempestivamente, crédito para viabilização da agricultura irrigada, com período de carência, taxa de juros e prazo para pagamento adequados à atividade.

SUBSEÇÃO II

Da Infra-Estrutura

Art. 30. O uso efetivo ou potencial das infra-estruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção, parcelar e social será compensado mediante o pagamento anual, pelo irrigante, de tarifa composta por parcelas referentes:

I – à amortização do custo de aquisição do lote e dos investimentos públicos nas obras de infra-estrutura, com base em valor atualizado;

II – ao valor do rateio, entre os irrigantes, das despesas anuais de administração, operação, conservação e manutenção das infra-estruturas.

§ 1º Até a emancipação econômica do projeto de irrigação, a tarifa de que trata o **caput** deste artigo, referente aos lotes familiares, poderá ser suprida, total ou parcialmente, pelo Poder Público.

§ 2º A parcela a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo será calculada para cada lote e devida por prazo previamente definido para cada projeto de irrigação.

§ 3º No cálculo do custo de aquisição do lote, será considerado o valor do rateio, entre os irrigantes, proporcionalmente à área destinada a cada um, do custo de aquisição das áreas utilizadas para a implantação da infra-estrutura de apoio à produção e, quando couber, da infra-estrutura social.

§ 4º A parcela a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo será calculada, entre outros critérios, com base no consumo efetivo de água, aferido por medidor instalado em cada lote.

§ 5º Para os efeitos do inciso II do **caput** deste artigo, o pagamento mínimo anual de cada irrigante será equivalente a 30% (trinta por cento) do consumo de água previsto.

§ 6º Os valores recolhidos na forma do § 2º deste artigo reverterão para o tesouro do ente público responsável pela implantação do projeto e os arrecadados na forma do § 4º serão destinados à administração, operação, conservação e manutenção das infra-estruturas no mesmo projeto de irrigação.

§ 7º Será dada publicidade ao emprego dos valores arrecadados na forma do § 4º deste artigo.

§ 8º O disposto neste artigo não exclui a cobrança pelo uso da água, na forma do disposto na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

§ 9º Após a amortização do investimento público, pagas todas as parcelas devidas, a propriedade dos lotes será transferida aos irrigantes, familiares e empresários, individualmente, e a das infra-estruturas à coletividade, em condomínio, isentando-se o poder público da prestação de qualquer serviço de irrigação relativo ao projeto.

Art. 31. O atraso no pagamento das obrigações a que se refere o art. 30, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejará a abertura de procedimento administrativo, com vistas à retomada do lote pelo Poder Público.

Art. 32. Nos projetos implantados em consórcio entre União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e nos projetos mistos, a definição da fração ideal de

propriedade das infra-estruturas será proporcional ao capital investido pelas partes.

Art. 33. A administração da infra-estrutura social será, preferencialmente, transferida aos órgãos e entidades públicos competentes com atuação na área do projeto.

Art. 34. As terras e faixas de domínio das obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção são consideradas partes integrantes das respectivas infra-estruturas.

SUBSEÇÃO III Dos Lotes Familiares

Art. 35. As áreas dos projetos públicos e mistos de irrigação, consideradas de interesse social, serão divididas em lotes familiares.

Parágrafo único. O lote familiar é indivisível e terá, no mínimo, área suficiente para assegurar sua viabilidade econômica.

Art. 36. Na transferência do direito de uso de lote familiar, o cessionário deverá preencher os mesmos requisitos fixados no edital de seleção original.

§ 1º Durante o período de amortização do investimento público, a transferência do direito de uso de lote familiar fica condicionada a prévia autorização da entidade responsável pela administração do projeto de irrigação.

§ 2º O cessionário terá, perante o Poder Público, os mesmos direitos e obrigações do cedente, referentes ao lote adquirido.

§ 3º A inobservância do disposto neste artigo inabilita o irrigante familiar a participar de novo procedimento seletivo, em todo o território nacional, durante o prazo de amortização do empreendimento anterior.

CAPÍTULO VII Do Irrigante

Art. 37. A seleção de irrigantes familiares em projetos públicos de irrigação far-se-á mediante procedimento no qual sejam considerados:

I – o grau de escolaridade;

II – a experiência com agricultura e irrigação;

III – a experiência com associativismo;

IV – a regularidade do cadastro bancário e da situação fiscal;

V – a proximidade entre a residência atual e o projeto a ser implantado.

Parágrafo único. O vencedor da seleção a que se refere o **caput** deste artigo terá direito à primeira escolha, entre os lotes disponíveis, e assim sucessivamente.

Art. 38. A seleção de irrigantes empresários será efetuada mediante procedimento licitatório.

Parágrafo único. O vencedor da licitação a que se refere o **caput** deste artigo terá direito à primeira escolha, entre os lotes disponíveis, e assim sucessivamente.

Art. 39. Constituem obrigações do irrigante em projetos públicos e mistos de irrigação:

I – promover o aproveitamento econômico de seu lote, mediante o exercício da agricultura irrigada;

II – adotar práticas e técnicas de irrigação que promovam a conservação dos recursos ambientais, em especial do solo e dos recursos hídricos;

III – empregar práticas e técnicas de irrigação adequadas às condições da região e à cultura escolhida;

IV – colaborar com a fiscalização das atividades inerentes ao sistema de produção e ao uso da água e do solo, prestando, em tempo hábil, as informações solicitadas;

V – colaborar com a conservação, manutenção, ampliação, modernização e modificação das infra-estruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção e social;

VI – promover a conservação, manutenção, ampliação, modernização e modificação da infra-estrutura parcelar;

VII – pagar pelo uso da água, outorgado em conformidade com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

VIII – pagar, anualmente, tarifa pelos serviços de irrigação colocados à sua disposição;

IX – pagar, anualmente, as parcelas referentes à aquisição do lote e ao custo de implantação das infra-estruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção, parcelar e social.

Parágrafo único. Aplicam-se ao irrigante, em projetos particulares de irrigação, o disposto nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** deste artigo.

CAPÍTULO VIII

Da Valorização Hidroagrícola da Unidade Familiar de Produção

Art. 40. O Poder Público Federal, estadual e municipal apoiará iniciativas de fortalecimento da pequena unidade de produção rural, em escala familiar ou comunitária, mediante a promoção do aproveitamento e do gerenciamento de seus recursos hídricos.

§ 1º Será concedida prioridade às intervenções visando à promoção da inclusão social, mediante projetos e iniciativas a serem implementados, preferencialmente, em parceria do poder público com entidades da sociedade civil sem fins lucrativos.

§ 2º Ficará assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, a serem

aplicados, preferencialmente, em parceria com entidades da sociedade civil sem fins lucrativos.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais

Art. 41. A infringência de qualquer das obrigações estabelecidas no art. 39, bem como das demais disposições legais, regulamentares e contratuais, inerentes à condição de irrigante, implicará a suspensão do serviço de fornecimento de água, respeitada a fase de desenvolvimento dos cultivos, mediante notificação, com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo único. Caso não ocorra o atendimento às obrigações estabelecidas no art. 39, bem como às demais disposições legais, regulamentares e contratuais, inerentes à condição de irrigante, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data da notificação prévia, ocorrerá a suspensão do fornecimento de água, independente da fase de desenvolvimento dos cultivos.

Art. 42. O descumprimento das obrigações estabelecidas no art. 39, bem como das demais disposições legais, regulamentares e contratuais, inerentes à condição de irrigante, persistindo pelo período de um ano, contado da data da notificação prévia, ensejará a instalação de procedimento administrativo com vistas à retomada do lote pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público, mediante procedimento seletivo ou licitatório, fará nova cessão ou alienação dos lotes retomados nas hipóteses desta lei.

Art. 43. Os projetos de irrigação existentes deverão adaptar-se ao disposto nesta lei, em especial no que concerne à determinação de prazo para emancipação econômica.

§ 1º Demonstrada a inviabilidade econômica do funcionamento do projeto público ou misto de irrigação, o poder público promoverá sua extinção, procedendo à alienação das infra-estruturas de sua propriedade, e adotará alternativas viáveis para suporte aos irrigantes afetados.

§ 2º A análise da viabilidade econômica do funcionamento do projeto de irrigação levará em consideração, entre outros fatores, a capacidade de autofinanciamento das atividades de administração, operação, conservação e manutenção das infra-estruturas, nos termos do art. 30.

§ 3º A alienação a que se refere o § 1º será realizada mediante procedimento licitatório.

Art. 44. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Revogam-se as Leis nº 6.662, de 25 de julho de 1979, e nº 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, e nº 2.369, de 11 de novembro de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 2.066, 2.067 e 2.068, de 2005**, da Comissão Educação, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003** (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas triplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2005** (nº 1.426/2003, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano do Turismo*; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005** (nº 4.293/2004, na Casa de origem), que *declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – A Presidência comunica ao Plenário que de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2005 – CN**, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, primeiro inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – Está bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, da mesma forma, requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável, se eu não for chamado entre os que estão inscritos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT–DF) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge por dez minutos, com dois de tolerância.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados, instituição a que tive o prazer de pertencer por 16 anos, cumpriu ontem um dos seus dias mais tristes.

A cassação de um dos seus membros é sempre traumática para uma casa legislativa, mas em certas situações torna-se inevitável. Ontem, a Câmara dos Deputados acatou a recomendação da CPMI dos Correios e concluiu pela exclusão do Deputado José Dirceu do convívio dos seus Pares. Logo ele, o mais importante Ministro de Lula e a pessoa mais forte e mais simbólica do Partido dos Trabalhadores depois do próprio Presidente.

Não foi uma decisão fácil. Ao contrário, foi um processo que se estendeu por quase quatro meses, mas, nas palavras do Deputado Alberto Goldman, a Câmara dos Deputados examinou o “conjunto da obra” de José Dirceu e o condenou à cassação.

Não lhe faltaram oportunidades de se defender. Só no Conselho de Ética foram duas votações do relatório, nas quais perdeu por 13 votos a um.

Ao Supremo Tribunal Federal, recorreu por cinco vezes, tendo suas petições julgadas num intervalo de tempo nunca alcançado por qualquer simples mortal. Muitas pessoas demoram anos para terem um processo julgado no Supremo, mas o Ministro José Dirceu teve cinco processos julgados em menos de 90 dias.

Durante sua defesa no plenário da Câmara, disse que não pedia misericórdia, mas que se fizesse justiça. E a instituição fez justiça, não só pelas provas abundantes apresentadas pelo Relator, mas também pela jurisprudência do próprio Dirceu, que, no julgamento de um Colega, em 1992, declarou:

“Espero que esta Casa faça o que o Direito manda. O que é público e notório dispensa provas. O Deputado Ricardo Fiúza é corrupto e isso dispensa provas”.

Palavras do Ministro José Dirceu quando se referiu ao Deputado Ricardo Fiúza, que foi, inclusive, absolvido pelo Plenário da Câmara.

O Dirceu de ontem, no Plenário da Câmara, em nada lembrava o Dirceu-de-outro, o todo-poderoso

so, o “Primeiro-Ministro” do Presidente Lula. O Dirceu paz-e-amor, que declarou na CPI que “nunca foi arrogante”, estava muito distante do Dirceu que foi duro com a nossa Colega Heloísa Helena e que esmagou a oposição interna do PT. O Dirceu que reclamou da hostilidade da Oposição e da sociedade, que se refletiu simbolicamente num desastrado atentado a golpes de bengala de um aposentado – que todos nós condenamos –, em nada lembrava o exaltado Parlamentar que conclamava a população paulista a invadir o Palácio dos Bandeirantes, na gestão do saudoso Senador Mário Covas. Segundo convocação do velho Dirceu, então presidente do PT, “vamos derrotar eles nas urnas também. Eles têm que apanhar nas ruas e apanhar nas urnas”.

O Dirceu que amava as CPIs, tendo, ironicamente, proposto uma para investigar campanhas eleitorais, foi o que mais lutou contra elas quando estas eram contra o Governo do Presidente Lula.

Foi dele a profética declaração no início da crise do mensalão, de que, “se a Oposição for minimamente competente [na CPI] vai pegar o Silvinho e o Delúbio”. Disse isto quando ninguém sabia de “vale-rioduto” e muito menos quem era Silvinho e quem era Delúbio Pereira.

O primeiro petista a ser cassado, José Dirceu acabou sendo ‘rifado’ pelo Presidente Lula e pelo Partido que ajudou a fundar, e quem sabe, afundar.

O Governo buscou defender o líder, prestes a ruir, mas, diferentemente à eleição de Aldo Rebelo, desta vez o fez tentando ocultar sua ação da opinião pública nacional. Na eleição de Aldo Rebelo os Ministros estavam dentro do plenário, havia todo um trabalho de vitória; ontem, não. Os Ministros agiam por baixo do pano. O Partido agia por baixo do pano, para que a opinião nacional não soubesse quem efetivamente estava trabalhando para salvar o Ministro José Dirceu.

O que o Planalto não percebeu, ou não deu importância, é quem que estava sendo julgado não era apenas o Ministro José Dirceu. De fato, quem passou pelo crivo da Câmara foi o esquema corruptor montado no seio do Governo Lula. Na realidade, o Presidente Lula sempre disse, e ninguém sabe de onde Sua Excelência tirou isso, que não houve mensalão. O mensalão já está comprovado. Mensalão é o repasse de recursos para Deputados fora de campanha eleitoral nos momentos de votação. Isso já está mais do que comprovado pelas CPIs. E ontem a Câmara deu uma prova de que também está comprovando o mensalão quando cassou o Ministro José Dirceu, acusado de ser o “chefe do mensalão”, o que liderou todo esse processo.

Concordo com a afirmação do Líder da Minoria na Câmara, Deputado José Carlos Aleluia que o resultado da votação é uma reação à corrupção que campeia o Executivo. Segundo ele, o resultado “é o reconhecimento da maioria da Casa que o Governo Lula montou um esquema de corrupção. O Sr. José Dirceu era uma vítima do esquema montado pelo Presidente Lula. Hoje foi julgado o Governo Lula”.

Mais irônico, mas nem por isso mesmo preciso, foi o Vice-Presidente José Thomaz Nono, quando disse: “A Câmara entendeu que o Deputado José Dirceu participou do esquema de corrupção, que é a marca do Governo Lula. É bom lembrar que o maior agente da cassação de José Dirceu foi o Presidente, quando disse, há um mês, que ele estava cassado. O Presidente trata de forma especial os seus aliados”.

Sr. Presidente, quero dizer que a participação do Ministro José Dirceu não foi só nesse esquema do mensalão, que apareceu na Câmara dos Deputados. A participação dele vem desde a administração das prefeituras petistas do interior de São Paulo. Como membro da CPI dos Bingos – lá, estamos investigando Santo André, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Campinas – temos provas mais do que comprovadas de que havia arrecadação irregular de recursos, e que boa parte desses recursos eram encaminhados à Direção Nacional do PT que, na época, era comandada pelo ex-Ministro José Dirceu.

Mas, tratamento incompetente mesmo, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é o que tem recebido a economia nacional. O resultado do Produto Interno Bruto, divulgado ontem, confirma o que todos temíamos. O Governo Lula, que recebeu uma boa herança, que é a política macroeconômica do Governo anterior – que Sua Excelência inclusive a segue até hoje –, começa a sofrer um revés pela incapacidade gerencial em conduzir essa política.

Segundo o IBGE, a Produto Interno Bruto do País sofreu uma retração de 1,2%, no terceiro trimestre, em comparação com os três meses anteriores. Essa foi a maior queda da economia nacional nos últimos dois anos e meio. A pior delas, que foi a do primeiro trimestre de 2003, foi apenas 0,1 maior. Esse resultado desastroso surpreendeu a todos os analistas de mercado. Ele ficou abaixo das estimativas mais pessimistas. As previsões eram de que a queda se situasse em 0,3% e 0,4%.

O setor do agronegócio teve uma queda de 3,4%, e a indústria, de 1,2%. O setor de serviços ficou estagnado, sem qualquer acréscimo. Os investimentos tiveram queda de 0,9% no trimestre. Isso tudo serviu para derrubar a esperança da população de que tivesse este ano crescimento semelhante aos demais

países em desenvolvimento, que apresentaram taxa muito mais elevadas nos últimos três anos. A China, para este ano, tem previsão de crescimento de 9,4%, a Índia e a Argentina, cerca de 8%.

Enquanto isso, depois do fiasco do primeiro trimestre, nossa previsão de crescimento do PIB, que era de magros 3,5%, está sendo projetada para menos de 3%. Segundo a colunista Mirian Leitão, os especialistas prevêm agora que o PIB de 2005 deverá crescer míseros 2 e poucos por cento. A valor mais otimista que ela ouviu, foram 2,6%.

Segundo o consultor Guilherme Maia, da Consultoria Tendências, ouvido pelo jornal **Folha de S. Paulo**, disse:

“Tivemos uma surpresa no terceiro trimestre com a forte queda da confiança do consumidor, intensificada pela crise política, o que levou a uma estabilidade das vendas no comércio e a uma redução da produção industrial”.

A razão dessa queda do Produto Interno Bruto tem diversas causas e não somente a alegada crise política, como declarou o Presidente Lula, que, ao falar em crise política quer culpar a mídia, a Oposição. Na realidade, Sr. Presidente, o culpado da crise política é o Governo; é o Presidente Lula. Se olharmos as 30 principais personagens da crise, são todas do Governo, não tem ninguém da Oposição, infelizmente. Eu até gostaria, como Senador da Oposição, de ser importante nesta crise, mas não sou, porque, na verdade, o Governo é que cria a crise, é ele que todo dia cria um fato novo.

Segundo a avaliação do mercado, essa retração é fruto dos juros altos, da taxa de câmbio desfavorável aos exportadores e da carga tributária também. Com juros de mais de 19% e uma taxa de câmbio que reduz as possibilidades de exportações quando a economia mundial encontra-se em fase virtuosa, são as bases para o retrocesso neste trimestre.

Esta percepção é corroborada pelo economista do IPEA, Estevão Kopschitz, que discorda da associação do fraco desempenho econômico com a crise política que toma conta do Governo Lula. Diz ele:

“A coincidência entre o fraco desempenho e o período de crise cria a ‘tentação’ de associar os dois eventos. Se de um lado existe uma coincidência temporal, de outro, crises políticas tendem a afetar primeiro o mercado financeiro e, somente depois a produção, mas dólar e Bolsa não foram afetados”.

A crise política, em primeiro lugar, derruba a Bolsa, depois aumenta o preço do dólar. Desta vez, tan-

to o dólar quanto a Bolsa continuam em uma fase de crescimento, no entanto, a produção, que geralmente é afetada pelos juros e pela taxa de câmbio.

Ainda mais porque a citada crise não é obra dos Partidos apenas oposicionistas, ao contrário, é a “realização mais portentosa” realizada pelo Governo Lula nos últimos três anos.

Já tive a oportunidade de dizer aqui que não foi a Oposição que criou o mar de lama em que se afoga o Governo Lula. Por acaso, o Delúbio Soares é tesoureiro de algum Partido oposicionista? O Silvinho era secretário executivo de algum Partido contrário ao Planalto? Waldomiro Diniz foi assessor da Casa Civil no Governo Fernando Henrique? O assessor dos dólares na cueca é dirigente do PFL ou do PSDB? É claro que não. O problema da economia não está nas ações parlamentares da Oposição, mas, sim, na má administração das contas nacionais com a busca desenfreada por vultosos superávits primários à custa de juros básicos de mais de 19% e por uma política de câmbio que retira a competitividade internacional dos nossos produtores. O mais são desculpas esfarrapadas de quem não tem competência para administrar os destinos da Nação e que sempre buscam achar culpados por suas limitações.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para encerrar, quero fazer um apelo, em nome dos brasileiros, para que o Governo melhore a sua capacidade, que o Presidente Lula pare de falar, fale menos, não desminta aquilo que já está comprovado todo dia e volte a governar o País, para que possamos aproveitar essa grande oportunidade existente no mercado internacional e que o Brasil está deixando passar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passo a palavra, com muito prazer, à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), apresentados no início desta semana na Conferência Pan-Americana de Políticas Públicas sobre o Álcool, revelam que, desde o início da década de 1970, o consumo de bebidas alcoólicas avançou 70% no Brasil – o que nos colocou entre os 25 primeiros países neste triste *ranking*.

A pesquisa mostra que o hábito da bebida no Brasil atingiu níveis preocupantes: um estudo apresentado pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), durante a conferência, calcula já em 19 milhões os brasileiros dependentes de álcool – que se transformou na droga mais consumida no País.

O alcoolismo está em quarto lugar na lista das doenças que mais incapacitam o trabalhador brasileiro. Tanto que o Sistema Único de Saúde (SUS) registra número elevado de casos de cirrose hepática no País, causada pelo consumo abusivo de bebidas alcoólicas – que, aliás, está entre as sete principais causas de morte em brasileiros acima de 15 anos.

O tema, Sr. Presidente, torna-se ainda mais preocupante nesta época de fim de ano, já que 98% dos acidentes que acontecem no Natal e Ano-Novo são causados por embriaguez ou excesso de velocidade. Essa imprudência deixa, em média, 300 mil feridos e mata 15 mil pessoas todos os anos. Cabe explicar que a maioria dos envolvidos nesta verdadeira tragédia nacional não é propriamente alcoólatra, mas bebe o suficiente para ser contabilizada entre os 19 milhões de consumidores freqüentes de bebidas no Brasil.

Números ainda mais alarmantes são revelados por meio de uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo: o álcool está presente na maioria dos casos de violência doméstica no País. Calculem, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, em 52% dos casos de violência doméstica, o agressor estava alcoolizado.

O ainda mais grave sobre a doença é a sua abrangência: o abuso do álcool ocorre em todas as classes socioeconômicas e grupos culturais. Além disso, o alcoolismo caba sendo a causa de vários tipos de câncer e patologias cardiovasculares.

E os dados só pioram...

Estudos realizados no Brasil demonstram que o alcoolismo está presente:

- em 80% dos suicídios;
- 64% dos homicídios;
- 40% dos assaltos;
- 35% dos estupros,
- e entre 35% a 60% dos acidentes fatais.

As diversas medidas que pretendem coibir ou disciplinar o consumo de álcool no Brasil em breve estarão na pauta de definições do Congresso Nacional – o que certamente vai requerer de cada um dos parlamentares atitudes corajosas para votar procedimentos que possam, pelo menos, minimizar as terríveis consequências provocadas pelo excessivo consumo de bebidas.

Entre as medidas propostas pela Organização Pan-Americana de Saúde, estão o aumento de impostos e o endurecimento de regras de restrição ao acesso e à propaganda de bebidas. O Brasil já tem uma política de restrição à propaganda que entrará em vigor em seis meses.

Uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária prevê que a propaganda de bebidas com mais de 13 graus de teor alcoólico só poderá ser vei-

culada entre 21 horas e 6 horas. Isso inclui bebidas como uísque e vodka, mas deixa de fora a cerveja – ou seja: justamente a preferência nacional. As restrições incluem também a proibição de associações com eventos musicais e esportivos; com atividades saudáveis; além de mensagens que liguem sucesso pessoal à bebida alcoólica.

Como observam as Sr^{as} e os Srs. Senadores, a resolução pode até ser um começo, mas é tímida e, certamente, mostrar-se-á incapaz de produzir os impactos necessários à inibição do exagerado consumo de álcool no Brasil. Neste sentido, é imprescindível, sim, cercear de maneira ampla o *marketing* das campanhas que vendem produtos deste gênero.

A juventude, por exemplo, é a que mais nos preocupa. Induzida pela farta publicidade que invade os meios de comunicação todos os dias, acredita que cerveja não seja álcool e muito menos droga. Esses jovens são iniciados pela bebida “preferência nacional” em singelas rodas de bares nos finais de semana, muitas vezes sem saber que aí se encontra a porta de entrada para um martírio sem fim, não somente do consumidor, porque o álcool não destrói apenas quem está sendo prejudicado diretamente, mas também a família e quem está em volta vivendo esse drama.

Quando se fala em combate às drogas no Brasil, Sr. Presidente, geralmente se relaciona apenas a drogas ilícitas, como a maconha e a cocaína. Mas o grande consumo que se espalha como epidemia em todas as regiões do País é justamente o das drogas permitidas, lícitas. Na prática, Sr. Presidente, a verdade é que elas são incentivadas pelo próprio Estado brasileiro, quando não apresenta nenhum tipo de restrição ao consumo e permite que a publicidade ocorra sem nenhum dispositivo realmente disciplinador.

Assim, consumir álcool fica sempre associado ao sucesso, à beleza, ao prazer, à conquista, como anteriormente acontecia com o cigarro. Era bonito, na minha época de juventude, fumar. Fazia parte do charme. Imaginem o mal que sempre fez! Hoje, as campanhas realmente conseguiram diminuir esses índices.

A grande mídia tem esta propriedade: a de falsificar a realidade, de vender vãs ilusões – o que pode levar boa parte da sociedade para a beira do abismo.

O mais terrível ainda é constatar que as próprias autoridades governamentais e que até mesmo o Congresso Nacional acabam sendo neutralizados ou envolvidos por esta suposta “cultura nacional” e de tal forma que tudo se torna normal e permitido.

O problema é que o exagerado consumo de álcool no Brasil tem funcionado como um barril de pólvora a

vitimar adolescentes, jovens, pais e mães de família em todas as camadas sociais.

Para se ter uma idéia, basta dizer que cerca de 2,5 milhões de alunos no Brasil declaram que consomem regularmente bebidas alcoólicas. O levantamento conclui que o grande consumo de álcool pelos jovens deve-se ao fato de este ser uma droga lícita – além de uma maneira de viabilizar a sociabilização. Em outras palavras, a bebida é fácil de comprar e permite “se enturmar”.

Só que, em grande parte dos casos, o hábito acaba por se transformar em vício de tratamento complexo.

Sr. Presidente, as observações que faço hoje, nesta tribuna, longe de expressar um conteúdo moral ou conservador, visam de fato alertar a sociedade e o Poder Público para um problema que se agiganta, que assume proporções alarmantes, ao se tornar um amplo caso de saúde pública, além de uma fonte devastadora de violência.

O álcool é servido até em festas de crianças. Já cansei de ver papais jovens tomando cerveja que pegam uma criança, às vezes, um filho homem, e dizem: “Prove aqui um pouquinho”. Isso é um absurdo! Às vezes, filhos menores ingerem a bebida.

No Brasil, a bebida é sinônimo de alegria. E não há festa boa sem álcool. Nem de longe, muitas famílias sequer imaginam que estão trazendo uma destruição progressiva para o lar. Basta lembrar que a principal causa de mortes entre adolescentes no País são acidentes de carros provocados por bebida.

A primeira providência, a meu ver, é estabelecer uma legislação mais rigorosa para disciplinar o *marketing*. Até nas competições esportivas de maior alcance nacional e internacional, os patrocinadores costumam ser os fabricantes de bebidas.

Dar um basta a esta engrenagem, que leva milhões para o vício, mais do que um dever é uma obrigação das autoridades.

Sem dúvida, Sr. Presidente, é imprescindível que exista neste País um clamor em defesa da vida. Não podemos, em face do poder econômico de fabricantes de bebidas e de grandes agências de publicidade, calar-nos diante de uma epidemia comportamental que dilacera multidões lançadas ao alcoolismo, com se fosse a prática mais natural.

O Brasil necessita, urgente, de uma legislação mais rigorosa que, ao invés de incentivar, alerte para as inúmeras implicações, perigos e consequências do consumo exagerado de bebidas alcoólicas.

Este, repito, é o primeiro passo para proteger a nossa juventude, principalmente, para contribuir para a paz nos lares das famílias brasileiras, para, enfim, salvar vidas preciosas que são ceifadas pela violência

resultante de um hábito cada vez mais ousado e cada vez mais assustador.

O alcoolismo no Brasil vai aos poucos se traduzindo, em autêntico genocídio. Está na hora de despertar para um debate cujo sentido é, simplesmente, a defesa do bem-estar do povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade.

Durante o discurso da Sra. Iris de Araújo, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Inscrito, com a palavra o nobre Senador Cristovam Buarque.

S. Ex^a terá ao seu dispor o tempo de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Almeida Lima, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim falar de um tema que é raro nesta Casa. Vim falar de pobreza; vim falar de misérias, Senador Ramez Tebet. Mas, vim falar de misérias – no plural. Vim falar, sobretudo, de duas misérias: a miséria na lógica – como enfrentamos os problemas sociais no Brasil; e a miséria na sensibilidade da política. Portanto, uma miséria técnica, na lógica, isto é, como o problema é enfrentado; e uma miséria política, com a falta de sensibilidade, ou ainda, como o problema da miséria é enfrentado.

Srs. Senadores, a primeira dessas misérias, do sentimento, está no fato de que, em pleno século XXI, nesta semana, o Brasil festeja ainda estudos sobre a miséria em seu território. É uma miséria; isto é uma miséria! Em pleno século XXI falar ainda de miséria é como se ainda fálássemos de escravidão.

A segunda miséria está em que não apenas falamos, mas comemoramos, com festas e foguetes, o fato, Senador Almeida Lima, de que no século XXI “só” temos 45 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Isso significa 25% da população! Um país cuja renda nacional é de R\$1,7 trilhão, quase R\$10 mil de renda **per capita** por ano, com uma Renda Pública nas mãos do Governo de R\$700 bilhões, isto é, R\$3,8 mil **per capita** por ano. E, ainda assim, 45 milhões de pessoas estão na pobreza. Isso é, em si, uma miséria de sensibilidade, agravada pela miséria de comemorarmos a redução que houve. É claro que a redução da miséria é um fato muito melhor do que se esse problema se agravasse como em anos anteriores; mas, comemorar essa minúscula redução é uma miséria de comportamento, por falta de sensibilidade!

Creio, Senador Ramez Tebet, que deveríamos divulgar – é claro – essas informações da Fundação Getúlio

lio Vargas; divulgar e pedir desculpas, porque o problema ainda não foi resolvido. Quando vejo a comemoração de que “só” temos 45 milhões na miséria, lembro-me das comemorações feitas no século XIX porque foi proibido chibatar escravos, porque se fez a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário. Claro que eram avanços, mas continuávamos com a escravidão. Naquela época, os que falavam em acabar, pura e simplesmente, com a escravidão eram vistos como inconseqüentes, como pessimistas, que não viam o avanço do progresso, porque já não se podia bater, já não se podia vender como escravo o filho recém-nascido de escravo. Hoje, estamos na miséria da sensibilidade que o Brasil enfrentou no século XIX em relação à escravidão.

Mas há outra miséria que acredito ser mais grave: a miséria da lógica, que serve de base à definição de pobreza e que, por isso, serve de base à superação da pobreza. Ela se baseia na renda, Senador Ramez Tebet. Parte da suposição de que ser pobre, ser miserável consiste em dispor de uma renda de R\$3,80 por dia. Quem ganha R\$4,00 por dia não é pobre. Quem pode comprar um litro de leite e dez pães e, por isso, dizer que não é pobre? O que vale R\$3,80 por dia? Um salário mínimo não basta para três pessoas na família. É um absurdo o conceito que considera o poder de comprar como definidor da linha de pobreza. Parte-se do princípio de que apenas comer alguns pães e beber um litro de leite é suficiente para sair da pobreza; que não seriam necessários habitação, educação, saúde, transporte e segurança. Essa lógica, além de nada generosa, porque põe uma linha da pobreza muito baixa, é estúpida, porque põe a linha da pobreza horizontal: os que ganham abaixo são pobres, os que ganham acima não o são. A linha tem de ser vertical. Os que têm acesso à alimentação, à educação, à saúde e ao transporte não são pobres; aqueles que não têm acesso são pobres.

A pobreza é definida pelo acesso aos bens de serviços essenciais. Seriam pobres aqueles que não tiveram educação com qualidade até o final do ensino médio; aqueles que não tiveram atendimento de água, esgoto, coleta de lixo; que não tenham dentista quando tiverem dor de dente. Esses são pobres, independentemente da renda. É claro que se faz necessária uma pequena renda, até para comprar a comida, até para pagar o transporte, que não é grátis. Mas não é com a renda que vamos fazer com que uma pessoa que esteja na linha de pobreza adquira educação de qualidade. Para isso, só tirando na loteria; só se o salário mínimo fosse R\$ 2.000,00 por mês, o que sabemos que não é possível.

Sr^{as} e Srs. Senadores, com essas características de que falo, de mudar ao longo de uma linha vertical, em vez de mudar em uma linha horizontal, de passar a ter acesso em vez de apenas ter ascensão de ren-

da, o Brasil não tem a comemorar nem mesmo essa pequena redução que esta semana apareceu.

Um relatório da Cepal, que leva em conta o acesso aos bens de serviços essenciais mostrou que a pobreza no Brasil aumentou 1,2% em 2004. Ela diminuiu em relação à renda, e orgulho-me de ter colaborado com isso, com o Bolsa-Escola, quando o implantei como Governador do Distrito Federal, servindo de exemplo para sua instituição no Brasil inteiro pelo Presidente Fernando Henrique e que o Presidente Lula transformou em Bolsa-Família. E não vou renegar essas coisas, pois, estava por trás ajudando, incentivando e executando essa extensão de renda; no entanto, nunca tive a ilusão de que isso resolveria o problema. Quando coloquei o nome Bolsa-Escola, foi porque a bolsa era para ajudar a escola, para sua promoção. E, no meu Governo, pagávamos um salário mínimo por família, independente do número de filhos, porque não era ajuda; era salário, e salário não é proporcional ao número de filhos.

Peço um minuto, antes de passar a palavra aos dois Senadores que pediram apartes, para dizer ainda que a verdade é que comemoramos, no Brasil – isso é muito grave –, nossos avanços como uma tartaruga que caminha sem rumo certo. Não estamos comemorando olhando os que passam ao lado, os outros países, em velocidade maior e sabendo para onde vão. No Brasil, comemoramos comparando-o hoje e dez anos atrás. Mas, nesses dez anos em que demos pequenos passos, um país como a Argentina, com toda a crise, deu um passo que permitiu reduzir a pobreza em 16%. O México mantém uma tendência de queda desde 96, tanto da indigência como da pobreza. E isso, porque esses países têm programas claros, não apenas de transferência de renda, mas também de investimentos na oferta dos bens e serviços essenciais. O Brasil precisa, para sair da pobreza, de um choque social, e não apenas de minúsculas transferências de renda.

Eu passo a palavra ao Senador Ramez Tebet, que há tempo me pede um aparte.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque, não há quem não admire e quem não fique atento quando V. Ex^a vai à tribuna. Os discursos de V. Ex^a representam contribuição e alerta para o País. V. Ex^a fala com propriedade. V. Ex^a disse assim: eu vim falar de miséria, miséria da sensibilidade, miséria da lógica. Eu me permitiria acrescentar uma outra miséria que o Brasil precisa ultrapassar; ou seja, acabar definitivamente com a crise de miséria moral que o País atravessa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Tem razão.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – A sociedade, felizmente, Senador Cristovam Buarque, está perce-

bendo que precisa combater a miséria moral, porque, combatendo a miséria moral, os dramas sociais que ela vive, com toda a certeza, serão amenizados. Isso porque há muitos recursos mal-aplicados no País, desviados; em suma, tudo isso que estamos presenciando aí. Concluindo minha ligeira intervenção, mais uma vez, cumprimento V. Ex^a. O discurso de V. Ex^a é tão irreparável que qualquer intromissão pode prejudicá-lo. E V. Ex^a falou em lógica. PhD em lógica V. Ex^a é! Tem uma sensibilidade profunda, e os seus pronunciamentos, como eu disse no início, são uma verdadeira colaboração ao País. Partem de um homem de espírito cívico, de espírito público e um alerta para todos nós, para a própria sociedade brasileira e, principalmente, para os responsáveis pelos destinos do nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. Vindo de qualquer um desta Casa, isso me deixaria orgulhoso; vindo de V. Ex^a, ainda mais.

Passo a palavra ao meu companheiro e amigo Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, vou confessar de público algo que eu não falei nem a V. Ex^a. Quando V. Ex^a foi candidato a governador aqui, em Brasília, eu assisti ao programa e vi, pela primeira vez, que na sua proposta estava o Bolsa-Escola. E pensei: mas como é esse Bolsa-Escola? Como se vai dar um salário mínimo para as famílias? Eu lhe confesso que cheguei a pensar que era aquela velha história de uma proposta eleitoral. Cheguei a pensar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mas, vindo de V. Ex^a, pensei: não pode ser. Mas fiquei na dúvida. Aí, paguei pra ver! Tenho orgulho de dizer que fiz campanha para V. Ex^a e vi o sucesso que foi o Bolsa-Escola depois. Não era somente uma proposta eleitoral, mas uma proposta que V. Ex^a aplicou e virou realidade em todo o País. Ou, pelo menos, inúmeras cidades e capitais acabaram reproduzindo a sua proposta. Só por isso eu teria de fazer este aparte cumprimentando V. Ex^a, mas faço ainda uma segunda referência. Estou orgulhoso porque hoje foi lido aqui pela Presidência que vai ser instalada na terça-feira a Comissão do Salário Mínimo, por iniciativa dos presidentes da Câmara e do Senado, da qual V. Ex^a e eu fazemos parte. Tenho certeza de que V. Ex^a dará uma grande contribuição para termos uma política permanente de recuperação do salário mínimo, mas, como disse V. Ex^a, não somente disso, também de cidadania para aqueles que mais precisam. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir alguns minutos mais para concluir a minha fala.

Primeiro, agradeço, Senador Paulo Paim, e digo que não só V. Ex^a, mas muitos dos meus amigos achavam que aquilo era uma proposta eleitoreira. Aliás, quando propus o Bolsa-Escola, muitos anos antes, num seminário na Universidade de Brasília, as pessoas não acreditavam.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu gostaria de pedir uma prorrogação.

E não apenas foi executado, como foi a primeira coisa que fiz no governo.

Li a lista dos que vão integrar a Comissão do Salário Mínimo temendo que o seu nome lá não estivesse; senão, eu não aceitaria ficar. Mas estamos juntos.

Sr. Presidente, eu gostaria de ter mais tempo, mas sei das limitações. Eu estava dizendo que, para diminuir o problema da pobreza, o Brasil precisa de um choque social. Sabemos como fazê-lo. Temos recursos para fazê-lo. Isso foi colocado no Congresso Nacional durante a discussão do Orçamento de 2004 para 2005, e o Presidente Lula, infelizmente, vetou essa possibilidade.

Por isso, eu não poderia deixar de vir aqui para deixar claro que estamos cometendo um erro grave de sensibilidade ao não perceber que a miséria continua alta, grande, envergonhando a todos nós e que não vale a pena ainda comemorarmos. Temos de pedir desculpas aos que ficaram de fora.

E, ao mesmo tempo, devo dizer que não vamos resolver esse problema enquanto cairmos na velha e sistemática lógica econômica de que pobreza se define por uma linha horizontal dos que ganham abaixo de R\$3,80. Que sejam R\$4,00, que sejam R\$5,00 ou que sejam R\$15,00, ainda assim, não é dessa forma que a gente acaba com a pobreza, mas, sim, por uma linha vertical. Há os que têm acesso ao que é essencial e os que não têm acesso. Para sair de um ponto a outro, precisa de um pouco de renda, porque algumas dessas coisas são compráveis, mas não é a renda, porque a maior parte dos bens essenciais ou são públicos ou não vão chegar a todos, como é o caso, especialmente, de educação básica, de saúde básica, de água, de esgoto.

Sr. Presidente, peço para dar como lido o resto do meu discurso em que apresento os detalhes de tudo isso, esperando que um dia a gente não tenha mais nem a miséria de sensibilidade nem a miséria de lógica que orienta a maneira como o Brasil pensa o problema social: a partir da economia.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE.

SEN. CRISTOVAN BUARQUE.

Vim falar ^{miséria. Duas misérias.} da ~~pobreza~~. Um ~~assunto~~
~~raramente tratado nesta Casa. Vim falar até~~
~~mais, sobre Miséria. Ainda mais, Vim falar~~
sobre a miséria ^{da lógica e da insensibilidade} ~~que temos no Brasil~~. Sobre ^{como}
um recente documento da Fundação ^{governo} Getúlio Vargas que indica uma redução no ^{nosso}
quadro da miséria no Brasil. ^{como} ~~tamos~~ ^{estados} ^{sobre a} ^{vida de} ^{nosso} ^{pobres.}

Senhores Senadores, a primeira ^{de sentimento} miséria é o
fato de que em pleno século XXI, o Brasil
ainda festeja estudo sobre a miséria em seu
território. A segunda miséria é de ^{em} pleno
século XXI, o Brasil comemora ^(25%) o fato de
ter "só" 45 milhões de pessoas ^(25%) vivendo
abaixo da linha da pobreza. Um país com

$$\begin{array}{r} 450 \\ 0900 \overline{) 180} \\ \underline{0900} \\ 0900 \end{array}$$

Renda Nacional de R\$ 1,7 trilhões, quase
R\$ 10 mil per capita, com uma Renda
Pública de R\$ 700 bilhões, R\$ 3.800 mil per
capita por ano (R\$ 324 por mês), ainda tem
45 milhões de pessoas na miséria, e
comemora esse ^{fato} ~~texto~~ como um grande
feito. ^{fato em si é um miséria, de sensibilidade.}

Claro que a redução da miséria é um fato
muito melhor do que se o problema se
agravasse. Mas comemorar essa minúscula

redução é uma miséria de comportamento, ^{provoca}
^{da pela miséria da sensibilidade. Deveríamos}
^{diminuir como um avanço e pedir desculpas porque}
^{o problema ainda existe.}

A pior miséria porém está na lógica que
serve de base à constatação na redução da

Esta comemoração
lembra o tempo em que a
gente comemorava o fim
da ditadura, da ditadura livre, e do sexagenário de 60.

Não, não se trata
com a gravidade
do contrário chamaria
de inconsistência, o
que é

Uma minéria de lógica.

miséria. Ela se baseia na renda, parte da suposição de que ser miserável consiste em dispor de uma renda de R\$ 3,80 por dia, R\$ 115 por mês por pessoa. Quem pode comprar

1 litro de leite e 10 pães por dia não é pobre.

Um salário mínimo na sexta-feira de 3 pessoas

~~Em primeiro lugar~~ *é* absurdo que um conceito que só considera o poder de comprar seja utilizado como linha da pobreza.

10 pães e 1 litro de leite Parte-se do princípio de que apenas comer ~~X~~ calorias por dia é suficiente para sair da pobreza. Não seria necessária educação, saúde, transporte, habitação.

Essa lógica, além de nada generosa, é equivocada. A linha que define a pobreza ~~não é horizontal~~ *deve ser* ~~ela~~ é vertical. Não se separa pobres de ricos por linha de quem recebe mais de ~~2 dólares~~ *R\$ 3,80* por dia ou mais.

A pobreza é definida pela falta de acesso aos bens e serviços ~~sociais~~ *essenciais*. São pobres aqueles que não têm a sua disposição: educação com qualidade, atendimento de saúde com qualidade, habitação com água potável, coleta de lixo e esgoto.

Com essas características a pobreza no Brasil pouco ou nada diminuiu. Por isso o

Esta renda de R\$ 3,80 não serve as necessidades, nem mesmo se no lugar deste valor fosse

R\$ 10 ou R\$ 15 por dia

também recente documento da CEPAL apresenta uma conclusão diferente do documento da FGV baseado na renda.

Segundo o Relatório da Cepal, no Brasil, ao se levar em conta a incidência de necessidades básicas insatisfeitas - moradia, acesso à água potável, saneamento e educação básica - a pobreza aumentou 1,2%, em 2004.

A verdade é que ~~se~~ comemora ~~seus~~ ^{nosso Brasil} avanços como uma tartaruga que caminha, ^(sem rumo certo) sem perceber ^{que} ao ~~seu~~ ^{nosso} lado os outros países estão caminhando em velocidades muito maiores, e em ~~direções~~ ^{direções} corretas

Ainda segundo a CEPAL, por exemplo:
??????

A Argentina aparece como a nação que mais combateu a pobreza. Durante 2004, a pobreza caiu 16% nas áreas urbanas, e a indigência, que aqui chamamos de miséria, baixou 9,8% em relação a 2002;

No México se manteve a tendência de queda iniciada em 1996, com uma nova redução entre 2002 e 2004, de 2,4% em pobreza e 0,9 em indigência, principalmente nas áreas rurais.

Isto se deve ^{ao} um programa sistemático de Bolsa Escola, no valor de R\$120⁰⁰ por mês, com investimento na educação,

No Peru, a indigência caiu 2,8 %.

~~W~~ Comemoramos a redução na pobreza quando deveríamos apenas dizer que comemoramos o fato de que, entre 2003-2004, 4 milhões de brasileiros dispõem agora de pouquíssimos reais a mais por mês (mais ou menos 7 reais). Uma renda que falsamente indica avanços na superação da pobreza.

Para superar a pobreza, o que o Brasil precisa é de um Choque Social, que poderia ser aplicado: ^{alguns sem custos imediatos, outros com} ~~sem custos sociais, com custos~~ previstos no Orçamento e no PPA e com

de 2005

custos imediatos a serem estimados conforme cronograma a ser estabelecido:

1. Sem custos imediatos:

A - Garantia de vaga para toda criança, na escola mais próxima de sua casa, no dia em que completar quatro anos de idade – o Governo emitirá a legislação necessária para que toda criança tenha vaga na escola a partir dos quatro anos de idade. Além de uma melhor educação, as crianças terão acesso, a partir dos quatro anos, ao programa de merenda escolar que

beneficiará de forma substancial ao trabalhador de baixa renda.

Na simplificação de Educação Básica
B - ~~Envio do Projeto de Lei do FUNDEB ao Congresso~~ — como forma de melhorar a qualidade da escola pública, o Governo se compromete a enviar, ainda este ano, o Projeto de Lei que permitirá o início da implantação do FUNDEB ainda em 2005. Esse Fundo permitirá melhorar a qualidade da escola que vai beneficiar os filhos e netos das camadas mais pobres da população, entre elas, os que recebem salário mínimo.

C - Piso salarial dos professores do Ensino Básico — o Governo assume o Compromisso de apresentar ao Congresso, ainda este ano, um Projeto de Lei que definirá o piso salarial para os professores brasileiros. Além da melhoria na educação das crianças o piso salarial beneficiará filhos e filhas, netos e netas das famílias de baixa renda.

D - Obrigatoriedade do Ensino Médio — o Governo emitirá a legislação necessária para corrigir uma das grandes falhas sociais

brasileiras, a obrigatoriedade de vaga apenas para Ensino Fundamental. Com a obrigatoriedade de garantia de vagas até o final do Ensino Médio, o Brasil poderá atender os filhos e netos das famílias pobres, dando um passo decisivo na luta pela superação da pobreza no País.

E - Recuperação do Salário Mínimo – apresentar ao Congresso Nacional um programa para recuperação do valor real do Salário Mínimo ao longo dos próximos dez anos.

2. Com custos previstos no Orçamento e no PPA:

a. Continuação do Programa Brasil Alfabetizado – o Governo se compromete a retomar o Programa Brasil Alfabetizado, para cumprir a meta de eliminar o analfabetismo de adultos até o final de 2007.

b. Poupança-Escola – o Governo se compromete a enviar ao Congresso o Projeto de Lei que cria o Programa Poupança-Escola, já previsto no PPA em

vigor, pelo qual será assegurado um depósito em caderneta de poupança para as crianças beneficiadas pelo Bolsa-Escola/Bolsa-Família que sejam aprovadas no final do ano escolar. A poupança será mantida em depósito até o dia em que o aluno concluir a última série do Ensino Médio. Com esse programa, a família é beneficiada porque seus filhos terão um forte incentivo para concluir o Ensino Médio e porque, após a conclusão, disporão de um saldo em caderneta de poupança.

3. Com custos imediatos a serem estimados conforme cronograma a ser estabelecido:

a. Programa de emprego para a realização de obras de água e esgoto – o Governo se compromete a contratar entre 500 mil e um milhão de operários para obras de saneamento. Com isso, cada assalariado terá o mínimo de R\$260 por mês, mas terá um irmão, filho ou neto empregado, e terá água e esgoto em sua casa.

b. Aumento no valor da Bolsa-Família –

O Governo se compromete a elevar o valor mensal por família da Bolsa-Família para ~~para~~ ^{para pelo menos} R\$100, em média. Com isso serão beneficiadas as famílias de muitos dos que recebem salário mínimo e de muitos de seus familiares que nem salário mínimo recebem, por causa do desemprego. O Governo se compromete também a voltar a fiscalizar com rigor a frequência das crianças às aulas. A educação é a melhor remuneração que pode ser dada a uma família. Com esse gesto, o Governo estará fazendo o melhor investimento possível na superação da pobreza, por meio da

educação, como já foi comprovado por todas as avaliações nacionais e internacionais do conceito de Bolsa-Escola.

c. Gratuidade de remédios a aposentados – o Governo se compromete a cumprir o Estatuto do Idoso e oferecer remédios gratuitos a todo aposentado com renda de até dois salários mínimos.

d. Farmácias Populares – o Governo se compromete a acelerar o Programa de Farmácias Populares, para fazê-las chegar a todo o Brasil nos próximos três anos.

e. Habitação Popular – o Governo se compromete a ampliar de forma rápida o Programa de Habitação Popular. Além de resolver um dos problemas mais graves da pobreza brasileira, o Programa de Habitação Popular significará um impulso na geração de emprego da população de baixa renda, beneficiando os que recebem salário mínimo graças ao emprego de seus filhos e irmãos, e ao mesmo tempo com a melhoria na qualidade de suas habitações.

f. Antecipação do Programa Renda Mínima – o Governo se compromete a envidar todos os esforços para antecipar o início da execução do Programa de Renda Mínima para o final de 2005, e não no final de 2006.

g. Reforma agrária – o Governo se compromete a fazer avançar de maneira rápida a reforma agrária que o Brasil espera há 500 anos.

h. Ampliação do Programa Saúde em Casa (ou Saúde da Família) – o Governo

se compromete a levar esse Programa a todo o território nacional antes do final de 2006.

i. Ampliação do Programa de Microcrédito – o governo tomará medidas e reservará os recursos necessários ao aumento dos fundos destinados ao crédito popular.

j. Abolição do Trabalho Infantil e da Prostituição Infantil – o governo apresentará um programa nítido, com meta clara e instrumentos definidos, para a abolição do trabalho infantil e da prostituição com o mesmo empenho mostrado no Programa Fome Zero.

4. Mecanismo a ser utilizado

Ampliação do prazo e do valor do Fundo para a Erradicação da Pobreza – enviar ao Congresso Nacional e incluir no orçamento de 2005 os valores ampliados para o Fundo para a Erradicação da Pobreza e ampliar seu prazo de validade para até 2015.

O Custo líquido seria de R\$ 31,5 bilhões. Menos de 5% da Renda Pública de R\$ 700 bilhões. Desses, sabe-se que R\$ 6 bilhões já estão disponíveis no Fundo para a Erradicação da Pobreza, para financiar a Bolsa Família.

Mas isso, o Presidente Lula vetou quando foi proposto no orçamento de 2005.

Sr. Senador, o Sr. precisa fazer com Renda Social seja um assunto do passado, como a escravidão. Para isto precisa resolver duas questões: SMT e a lógica

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nobre Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Por cessão do nobre Senador Luiz Otávio, concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Cristovam Buarque fez um pronunciamento importante, na sua área de atuação, como gestor público, como Ministro de Estado que foi, como Governador que, de maneira pioneira, apresentou um programa de dimensão estadual como o Bolsa-Escola. É profundo conhecedor da problemática das desigualdades e tem denunciado esse modelo de desenvolvimento e proposto alternativas.

Nessa mesma linha de debate, nesta semana, recebemos uma enorme contribuição do Senador Tasso Jereissati, que foi Governador de Estado por três vezes e que se preocupou com a problemática das desigualdades. S. Ex^a rompeu com o coronelismo no Ceará e tentou modernizar e atualizar o Estado, tendo políticas sociais como um guia da sua gestão.

A Senadora Ideli Salvatti também abordou esse tema, assim como o Senador Aloizio Mercadante.

Ontem, ficou uma dúvida: a crítica do Senador Tasso Jereissati, apontando dados de uma interpretação de tabela da Pnad, em que afirma que, de fato, em 2002, o percentual de pessoas em situação de miséria era da ordem de 26,23%. A variação foi de –9% em 2002, e 1995 foi o melhor ano, porque a redução foi de –18% para um percentual de pessoas em situação de miséria da ordem de 29,82%, e não em 2004, como supostamente S. Ex^a entendeu que eu teria afirmado, que o percentual de pessoas em situação de miséria é de 25,08%, com uma variação anual de – 8%.

O Senador Tasso Jereissati não deixa de ter razão, mas estou completamente seguro das afirmações que fiz e da razão que tive ao fazê-las também do ponto de vista técnico, interpretando os dados da Pnad.

Vem sendo feito um trabalho, desde 1992, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conduzido com absoluta clareza e com metodologia confiável, para mensurar desigualdade e renda e, indiretamente, para apontar alguns indicadores e microdados favoráveis à interpretação sobre miséria e pobreza, mas, sobretudo, voltado às desigualdades. Esse debate está posto.

Hoje tive a oportunidade de conversar com o Dr. Marcelo Neri, coordenador da Fundação Getúlio Vargas, que interpreta o trabalho da Pnad e que, ao mesmo tempo, tenta transferir a interpretação pelos microdados para uma compreensão sobre miséria. O corte deles é de uma renda abaixo de R\$115,00 por mês, como indicadora de miséria e, acima disso, como superadora desses indicadores.

O debate é muito importante. O Senador Cristovam Buarque foi claro. Quando falamos em IBGE, estamos falando em rendimento mensal, não computamos patrimônio nem rendimento monetário. Portanto, não estamos falando em miséria, mas em desigualdade. E a desigualdade sofreu redução, sim. O Dr. Marcelo Neri, com toda a autoridade estatística que possui, tem condições de interpretar indiretamente os microdados e de convertê-los para entendimento de modificação ou não dos indicadores de miséria.

Vale lembrar que indicadores formais sobre desigualdades têm sido colocados nesse debate. O Índice de Gini é um deles: quanto maior, mais próximo de um, pior a desigualdade; quanto mais próximo de zero, melhor é a distribuição de renda e as condições sociais de um país.

Então, vejamos: o percentual de miséria do Brasil, em 1992, era de 35,87%; hoje, é 35,08%. Chegou, em 1993, a 36,57%. Em 2002, ano que o Senador Tasso Jereissati lançou como paradigma, foi de 26,23%, e, agora, temos o índice de 25,08% – e não de 35%, como eu havia falado.

E o que interpreta a Fundação Getúlio Vargas, representada pelo Dr. Marcelo Neri? Foi a primeira instituição a mostrar que a miséria, enquanto insuficiência de renda, aumentou em 2003. Não temos de esconder esse debate. Havia uma política de juros altos, uma política econômica recessiva apontada desde 1996 como necessária, que foi pautada e influenciada pelas crises internacionais e que impôs regras de redução. Quando o atual Governo assumiu, viu-se obrigado a manter taxas de juros altas. Todos se lembram em que nível estavam as taxas.

Então, o que ele diz? Uma nova pesquisa demonstra, em primeira mão, uma queda substantiva da pobreza, movida por crescimento e, em particular, por redistribuição de renda, em 2004. A proporção de pessoas abaixo da linha de miséria passou de 27,26%, em 2003, para 25,08%, em 2004, atingindo agora o nível mais baixo da série desde o lançamento da nova Pnad 92, quando era de 35,87%.

É evidente que, em 1995, na afirmação do Plano Real, houve a melhor redução, isolada, localizada. É evidente que, em 2002, a redução, como o Senador Tasso Jereissati diz, foi de –9%, sim. No entanto, se hoje há uma redução decorrente de um modelo de interferência nas políticas sociais do Governo, decorrente de 2,7 milhões de empregos gerados, da oportunidade de compra e de renda para essas pessoas, que é um ato afirmativo e que eleva a auto-estima de um Governo – tivemos –8%, com um salário mínimo com um ganho real de 9% nesse período, o que é algo substantivo também, com aumento da distribuição de investimento nos Municípios da ordem de R\$23 bilhões, como está confirmado pelo IBGE –, isso vai significar

estabilidade e um resultado sustentado para, no ano que vem, termos um resultado ainda melhor.

Os juros estão caindo, e o salário mínimo está em crescimento, com uma recuperação real. Investimentos sociais como o Bolsa-Família terão um alcance de até 11,7 milhões de famílias para o ano que vem, e 2,7 milhões de empregos estão sendo gerados. Uma melhor distribuição da riqueza é partilhada para os Municípios. Como não vamos ter sustentado esse índice de crescimento e de redução das desigualdades?

O Índice de Gini afirma a mesma coisa. Houve redução da concentração de renda, em que o Senador Mão Santa havia batido duro aqui. O Senador Eduardo Suplicy também havia interpretado assim.

Portanto, não devemos ter medo desse debate. Concederei o aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, mas gostaria de lembrar o que foi a variação anual da miséria no Brasil em 2003/2002, que foi da ordem de +3,9%. Somado o biênio anterior, de 2002/2001, com o de 2002/2003, vamos verificar o índice de 2,2% apenas.

É uma redução menor para o Brasil; 2002/1998, menos 1,8%; 1998/1993, menos 4,5%; 2004/1993, menos 2,9%; e agora foi menos 8%.

Portanto, esses dados têm que ser levados em conta, sim. Quanto à distribuição de renda domiciliar **per capita**, quando V. Ex^a fala na renda de US\$ 1.00 por dia é **per capita**. É bom que se diga que não é domiciliar, para não pairar dúvida aqui. O PNAD interpreta a domiciliar. É essa a diferença da interpretação.

Em 1990, tínhamos, com menos de 50% da renda, 11,5% da população. Em 2004, temos 14,1% da população. Com renda de até 40%, tínhamos, em 1990, 40,5% da população. Em 2004, temos 41,2%. Então, houve aumento da renda, sim, das famílias pobres.

Com mais de 10%, que são os concentradores de renda, eram 48% em 1990 e, agora, são 44,7%, revelando uma desconcentração de 10% da população que detém a maior parte da renda da população brasileira.

Esses dados são afirmativos. Agora, os indicadores nos envergonham? Sim. Podemos isolar do contexto o Programa Comunidade Solidária, a rede de proteção social de um Governo como o do Presidente Fernando Henrique? Não. Seria desleal. Seria falta de honestidade intelectual, mas este Governo está afirmando políticas sociais e diretrizes econômicas que estão permitindo a desconcentração da renda e aumentando a renda familiar, diminuindo, portanto, as desigualdades.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, com o maior prazer. Em seguida, aos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim e Flexa Ribeiro.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Tião Viana, eu não contesto nenhum dos seus dados.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sei disso.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito menos que tenha havido uma ligeirinha mudança na distribuição de renda, até porque eu me sinto no direito de dizer que colaborei com isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Verdade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Colaborei com isso, com a idéia da Bolsa-Escola e da Bolsa-Família. O que insisto é que isso pouquíssimo ou nada tem a ver com a redução da pobreza. Dizer que subir de R\$ 115,00 para R\$ 120,00, ou R\$ 130,00, ou R\$ 150,00, ou R\$ 200,00 a renda **per capita** de uma pessoa diminui a pobreza é o mesmo que dizer, na escravidão, que melhorar a comida do escravo diminuía a escravidão. São coisas diferentes. Melhorar a alimentação do escravo claro que é importante, mas abolir a escravidão é assinar uma lei dizendo: não há mais escravidão. No social, não pode ser uma lei. É um choque social, é um conjunto de políticas na educação, na saúde e no saneamento. E isso não estamos vendo. E eu, junto do senhor, como seu companheiro, dizia isso dentro do PT. Não estou dizendo isso agora por primeira vez.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Dou meu testemunho de verdade absoluta do que V. Ex^a diz e lembraria ainda que o Dr. Marcelo Néri, que interpretou o relatório da Fundação Getúlio Vargas/PNAD, diz o seguinte: uma das metas do milênio era reduzir à metade a pobreza até 2015 e o Brasil vai antecipar essa meta em até dez anos, chegando à expectativa de US\$ 2.00 por pessoa por dia, o que é uma expectativa de mudança favorável. Neste caso, indiretamente, podemos dizer que a miséria vai ser interpretada com outro enfoque. Agora, insuficiente para a dignidade? Sim. Insuficiente para a dignidade humana? Sim, completamente adequado.

Ouçó o Senador Augusto Botelho e, em seguida, os Senadores Paulo Paim e Flexa Ribeiro, com a tolerância do Presidente.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Tião Viana, gostaria apenas de lembrar a V. Ex^a que eu acho que realmente houve uma mudança que não aparece nas estatísticas. Eu tenho constatado isso lá no meu Estado, que tem apenas quinze Municípios. Nos Municípios do interior, depois que foi instalado esse programa com regularidade e com seriedade, havia amigos meus, pequenos comerciantes, que estavam para desistir da sua atividade. Qual não foi minha surpresa quando, nas últimas vezes em que voltei lá, constatei que suas estruturas estão melhorando, alguns estão construindo outro andar em cima das suas casas, outros já ampliando, mais animados com o mercado. Por quê? Porque, agora, os pobres daquela região estão comprando com eles. Acho que esta é uma mudança realmente que não aparece nas estatísticas, mas que ocorre de fato lá no meu Estado: uma melhora da qualidade de vida das pessoas mais necessitadas. E, por isso, realmente

temos que parabenizar o Presidente Lula, porque Sua Excelência tem contribuído enormemente no meu Estado para haver essa diferença. Eu vi em vários Municípios e constatei em vários pontos essa diferença. As pessoas melhoraram de vida, os pequenos comerciantes, que só tinham uma portinha e estavam para desistir, estão com suas prateleiras cheias e aumentaram a área. Por quê? Porque agora o pobre pega a sua bolsinha e vai comprar lá, com ele. Acho que temos realmente uma mudança, mas queremos mudar mais, queremos que eles comecem a trabalhar e, com dignidade, ganhem seu dinheiro para sustentar as suas famílias e melhorar suas condições de vida. Muito obrigado, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que dá um testemunho muito verdadeiro sobre as condições sociais hoje na Região Norte com essa tendência de inversão.

Veja V. Ex^a que, quando vamos para a iluminação elétrica, lixo coletado, rede geral de abastecimento de água, esgotamento sanitário e acesso a telefone, os indicadores são de mudança, são de melhoria. Então, não se nega a realidade. Concorro absolutamente com V. Ex^a, que falta muito, mas o caminho está posto.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim. E Já vou concluir daqui a pouco, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, cumprimento V. Ex^a por trazer à tribuna esses dados, que não são de V. Ex^a mas de instituições e órgãos que fizeram as pesquisas, que demonstram efetivamente uma desconcentração de renda, o que é muito positivo. Nós não podemos continuar dizendo, infelizmente, que o Brasil é, em matéria de concentração de renda, o País número 1 da América Latina. Então, esse processo de desconcentração nos tirará dessa posição, que não é saudável e até nos envergonha perante o continente americano. Por outro lado, não dá para negar que o debate feito sobre o salário mínimo, e que vamos continuar fazendo – e avançaremos esse ano –, aponta na linha do discurso de V. Ex^a. Por isso, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Tião Viana, é uma regra do Regimento, mas o tempo é muito curto para fazer um pronunciamento dessa magnitude, apresentando um balanço das ações deste Governo em todo o País. Realmente, os indicadores sociais têm mudado bastante. Apenas acredito que o Governo deveria ser um pouco mais ousado e investir um pouco mais, principalmente na macroeconomia do País. Nós tivemos, este ano, um superávit primário recorde e não há mais tempo. Estamos há um ano e um mês do final do Governo e o tempo é muito curto para se iniciarem

projetos de grande envergadura, como os da macroinfraestrutura do País: ferrovias, rodovias, portos, usinas de geração de energia elétrica, gasodutos, como no meu Estado. Estamos a aguardar os investimentos do Governo Federal. É claro que temos de elogiar o ganho obtido até agora, mas precisamos ousar um pouco mais e investir um pouco mais em obras neste País. Parabéns!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

Sr. Presidente, concederei o último aparte ao Senador Flexa Ribeiro e já encerrarei.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Tião Viana, parabeno V. Ex^a e o Senador Cristovam Buarque, que o precedeu, pelos pronunciamentos feitos, ambos no caminho de melhorar a vida dos miseráveis. Mas quero parabenizá-lo especialmente pela forma digna com que V. Ex^a desenvolve seu mandato, representando o querido Estado do Acre. V. Ex^a foi o segundo petista – o primeiro foi o Ministro Palocci – a reconhecer o trabalho desenvolvido nos Governos de FHC. V. Ex^a, com muita propriedade, reconheceu que houve uma continuidade das ações que já vinham sendo feitas nos Governos anteriores de Fernando Henrique Cardoso. Essa é a grandeza demonstrada por V. Ex^a em sua atuação parlamentar, diferentemente – o que é lamentável – do Presidente Lula, que, em todos os seus pronunciamentos, fala como se o Brasil tivesse sido descoberto em 1º de janeiro de 2003, porque nunca dantes tinha sido feito tanto. Essa é a forma correta de se apresentar o crescimento que todos queremos da sociedade brasileira. Para finalizar, Senador Tião Viana, quero dizer que todos reconhecemos a ação do programa Bolsa-Família na ajuda emergencial aos necessitados. O que disse o Senador Augusto Botelho reforça o que tenho defendido em vários pronunciamentos: há necessidade de atendimento emergencial, mas não podemos perenizar a miséria. Temos de gerar emprego e renda para que essas pessoas, que hoje são atendidas pelo Bolsa-Família, possam ter dignidade de sustento por meio do seu trabalho e do da sua família. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Sr. Presidente, agradeço-lhe pela tolerância. Aproveito para pedir que sejam inseridos nos Anais da Casa a matéria intitulada “Miséria em Queda: Mensuração, Monitoramento e Metas”, coordenada pelo Dr. Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas; e o documento relativo ao Pnad sobre o tema.

Precisaríamos de muito mais tempo para fazer uma reflexão mais ampla sobre o assunto, mas sei que há outros oradores inscritos. Teremos outras oportunidades para fazer esse debate.

Com muita alegria, registro que o Presidente Lula está deixando para o seu último ano de Governo uma

homenagem de inclusão social por meio do Bolsa-Família para 11,7 milhões de pessoas; mais de 2,7 milhões de empregos foram gerados, houve a recuperação real do salário mínimo e investimentos em áreas estratégicas, como a distribuição da riqueza para os Municípios.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*



Miséria em Queda:

Mensuração, Monitoramento e Metas

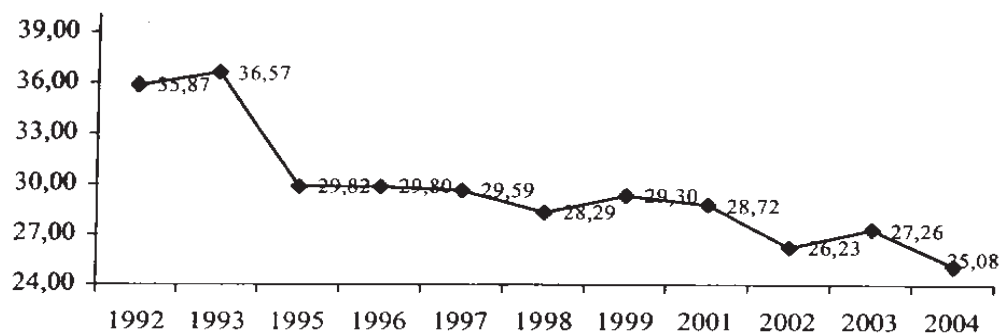
Coordenação: Marcelo Neri, mcneri@fgv.br

Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV

www.fgv.br/cps

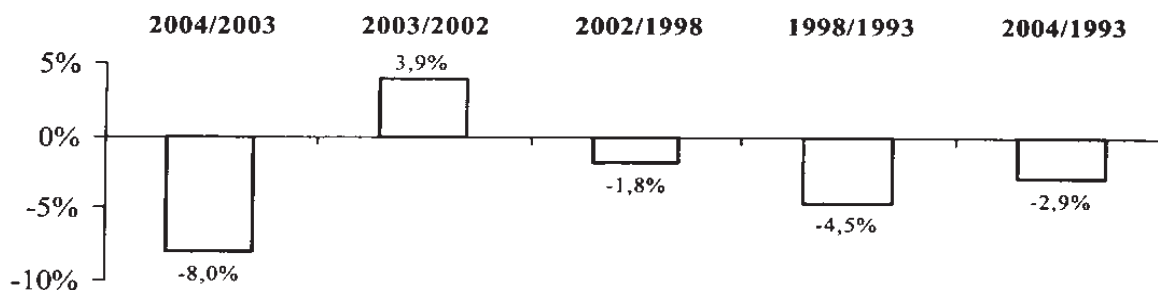
A Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) foi a primeira instituição a mostrar que a miséria enquanto insuficiência de renda aumentou em 2003. Agora uma nova pesquisa demonstra em primeira mão, uma queda substantiva da pobreza, movida por crescimento e, em particular, por redistribuição de renda em 2004. A proporção de pessoas abaixo da linha de miséria passou de 27,26% em 2003 para 25,08% em 2004 atingindo agora o nível mais baixo da série desde o lançamento da nova PNAD em 1992 quando era de 35,87%. Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$ 115 mensais¹. Trata-se do primeiro estudo divulgado sobre a pobreza brasileira baseada em renda utilizando os microdados da recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 (PNAD/IBGE).

¹ Expressos a preços da data da PNAD de 2004 da Grande São Paulo, ajustado por diferenças de custo de vida regionais e com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Vide a metodologia de cálculo no apêndice.

Miséria - Brasil - %

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

A taxa de variação anual de miséria captada em 2004 (-8%) quando comparada a períodos selecionados é superior àquela observada no período todo de 1993 a 2004 (-2,9%) e mesmo em relação aos períodos aproximadamente correspondentes ao primeiro e ao segundo mandato de Fernando Henrique, isto é -4,5%, de 1993-98 e -1,8% de 1998 a 2002. Quando adicionamos à análise o primeiro ano do governo Lula de 2003 quando a miséria subiu 3,9% a taxa média de redução de miséria foi de 2,2% portanto inferior a do primeiro mandato de FHC (-4,5%) mas um pouco superior a do segundo mandato (-1,8%) de FHC.

Variação Anual da Miséria - Brazil

A análise dos movimentos da miséria em 2004 nos domínios metropolitano (-8,28%), de- mais áreas urbanas (-8,17%) e rural (-6,53%), notamos uma queda relativa de miséria me- nos pronunciada nas áreas rurais invertendo as tendências observadas nos últimos anos que serão analisadas na seção seguinte.

Trabalhamos aqui com distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na desigualdade como no crescimento da renda domiciliar per capita. A análise dos determinantes agregados da pobreza expressos nesses termos revela que 1/3 do movimento de queda da miséria se deveu ao efeito-crescimento – ou seja líquido do crescimento populacional – de 2,8%, e os 2/3 restantes da queda é resultante da redução da desigualdade de renda aqui representada pela redução do índice de Gini de 0,585 para 0,573. Esta dominância do aspecto redistributivo é evento raro no histórico das séries sociais brasileiras. A redução da desigualdade de renda domiciliar per capita ocorrida é aproximadamente equivalente àquela acumulada no período de 2001 a 2003 quando passou de 0,596 para 0,585. Ou seja, no último ano o ritmo de desconcentração de renda foi duplicado em relação ao biênio anterior que já era atípico frente ao histórico das séries brasileiras.

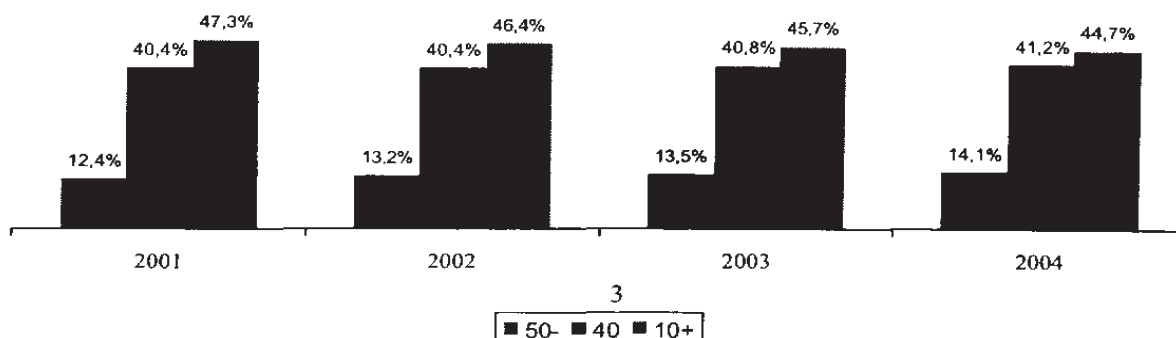
Distribuição de Renda Domiciliar Per Capita
Part(%)

	Total	50-	40	10+
1990	100,0%	11,5%	40,5%	48,0%
1993	100,0%	12,1%	39,5%	48,4%
1996	100,0%	11,9%	40,9%	47,2%
1999	100,0%	12,6%	40,7%	46,7%
2001	100,0%	12,4%	40,4%	47,3%
2002	100,0%	13,2%	40,4%	46,4%
2003	100,0%	13,5%	40,8%	45,7%
2004	100,0%	14,1%	41,2%	44,7%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

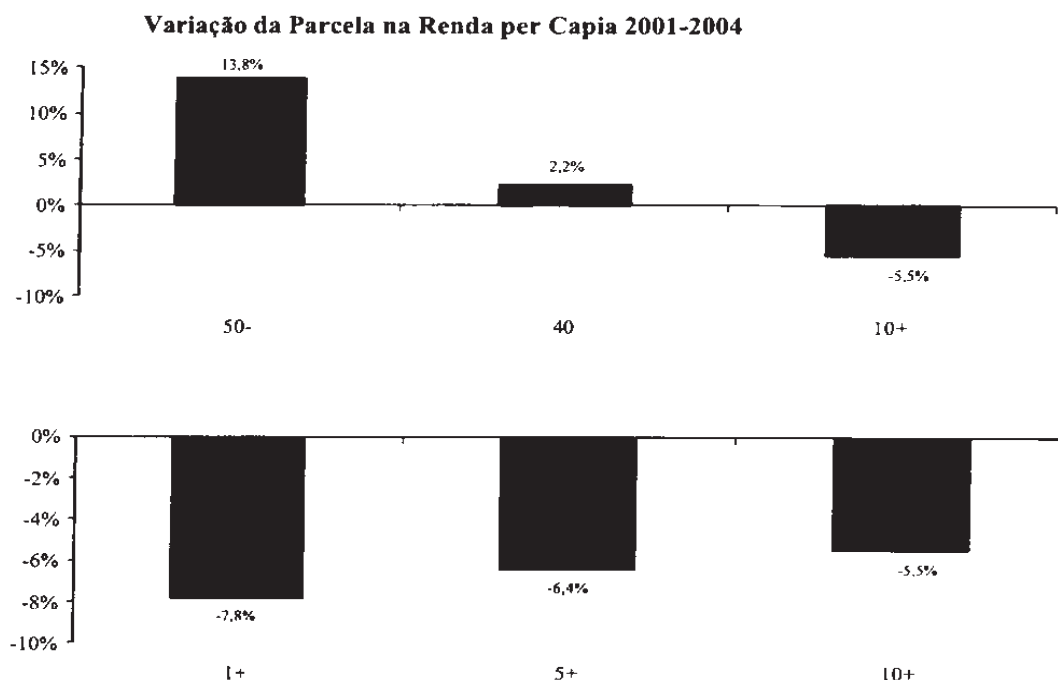
A internacionalmente famosa desigualdade inercial brasileira que ficou mais ou menos estagnada na década passada, justificando seu nome, mas passa a dar sinais de queda consistente desde o começo do milênio. A parcela dos 10% mais pobres sobe de 12,4% para 14,1%. Já a fatia dos 50% mais ricos cai de 47,3% para 44,7%. Vejamos a variação em

Distribuição de Renda Domiciliar Per Capita



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

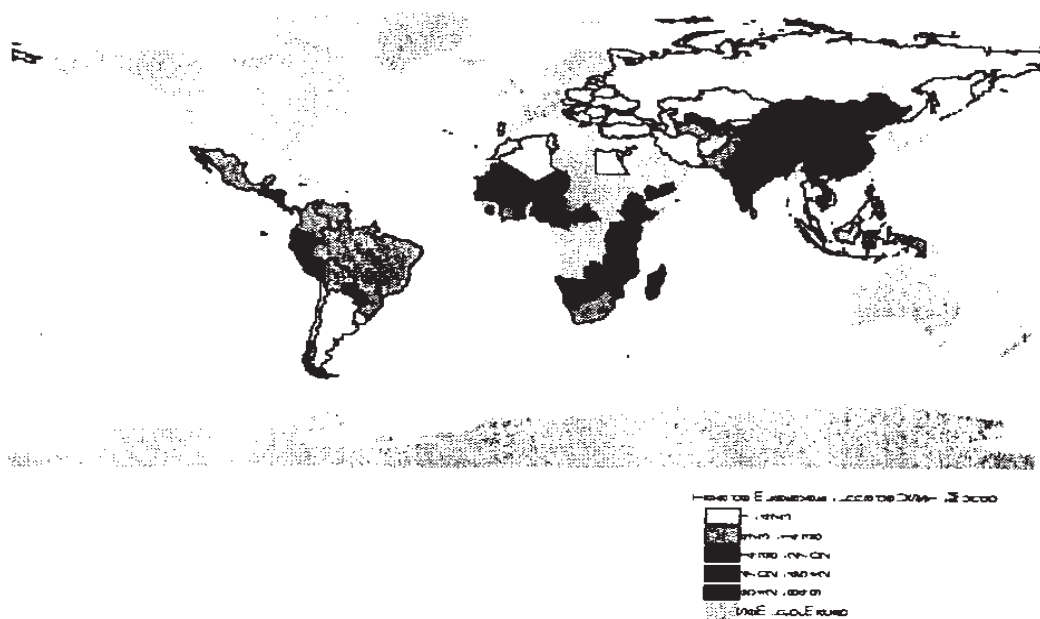
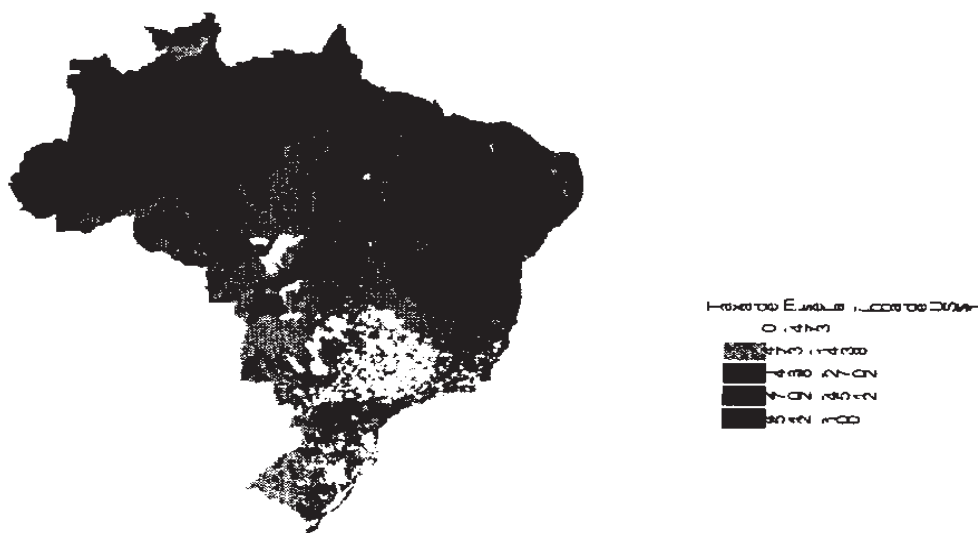
vários trechos da distribuição, inclusive o topo.

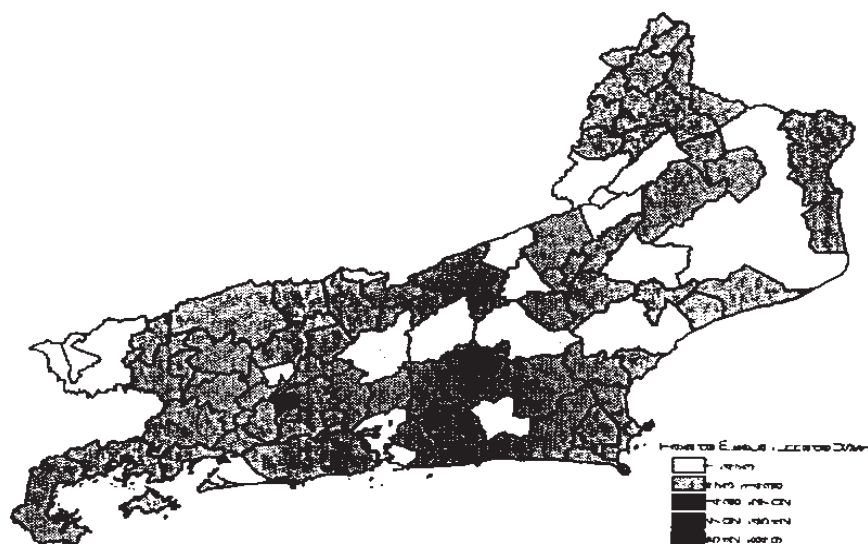
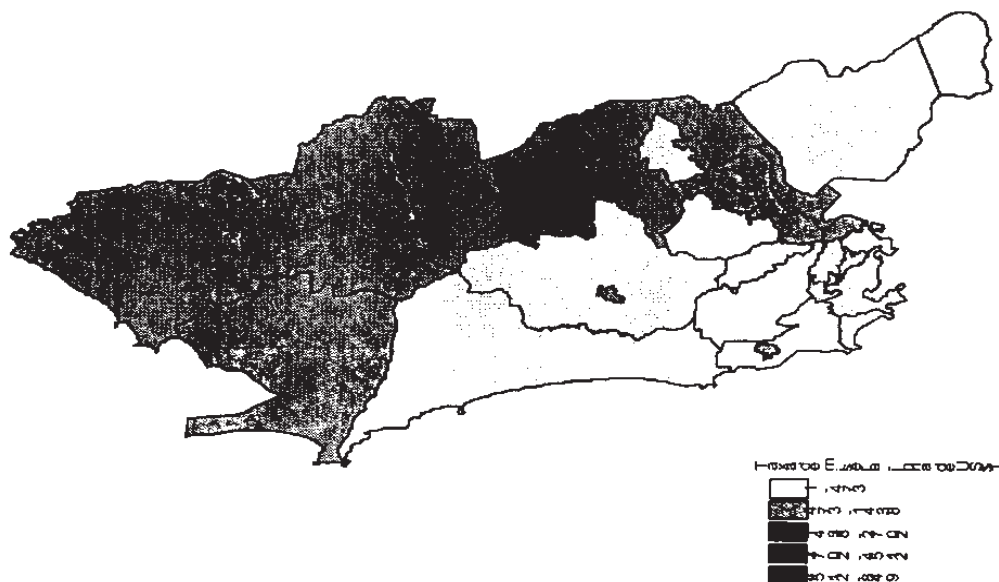


Centrando agora no último ano: o gráfico demonstra que a parcela dos 10% mais ricos na renda cai 1 ponto de porcentagem de 45,7% em 2003 para 44,7% em 2004. A parcela dos 50% menores da renda sobe 0,6 ponto de porcentagem sobe de 13,5% para 14,1%. A diferença de 0,4% é explicada pelo aumento da parcela apropriada pelos 40% intermediários de 40,8% para 41,2%. Ou seja, a classe média no sentido estatístico - qual seja os que auferem a renda média (os 40% que percebem cerca de 40% da renda) – obtiveram também algum aumento de renda.

Além da linha adotada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas optamos também por apresentar o monitoramento da chamada linha de adotada na primeira Meta do Milênio de redução da extrema pobreza a metade entre 1990 e 2015. O valor desta linha é de 1 U\$S dólar por dia ajustado por diferenças de custo de vida entre países e no interior do Brasil. Calculamos para a outra linha mencionada pela Metas do Milênio que corresponde ao dobro da primeira (2 U\$S dólar dia PPP).

Seguindo a linha de 1 U\$S a pobreza cai de 12,41% em 1993 para 5,33% em 2004, ou seja menos da metade. De acordo com as metas a meia vida da pobreza deveria ser de 25 anos mas no nosso caso foi cerca de uma década. Apresentamos abaixo um zoom a partir de das medidas de extrema pobreza baseadas na linha de 1 U\$S PPP dia.

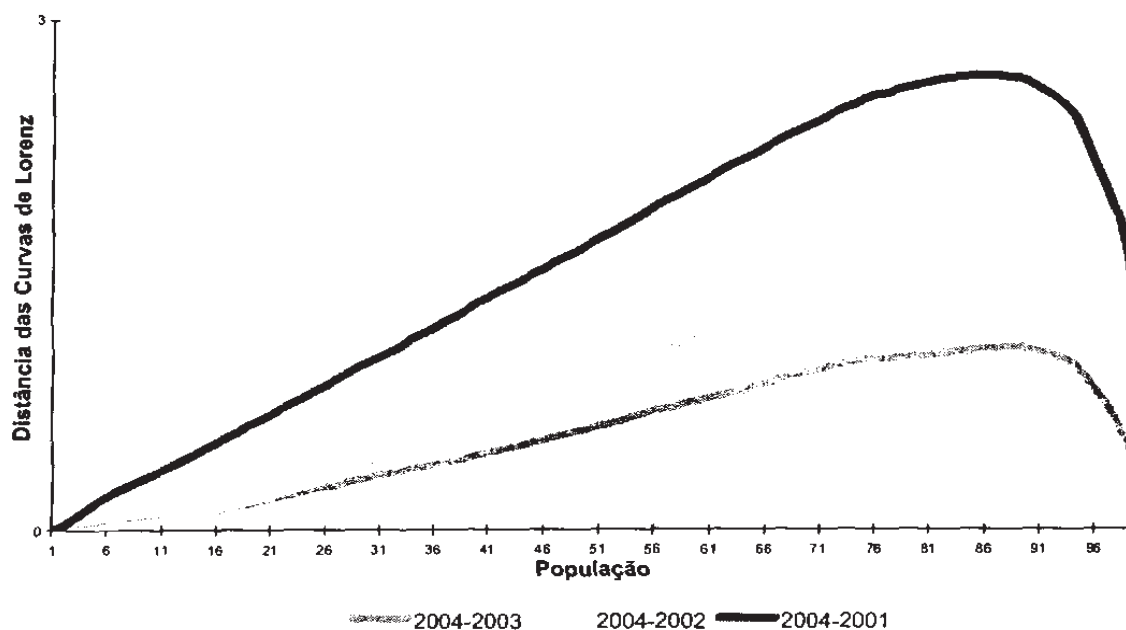
Taxa de Miséria – Linha US\$ 1**Mundo****Brasil**

Estado do Rio de Janeiro**Município do Rio de Janeiro**

Robustez

Cabe frisar a robustez dos resultados encontrados tanto no que tange as mudanças da miséria como da desigualdade. No que tange ao último aspecto, fizemos a comparação da parcela da renda acumulada por cada centésimo de distribuição, ilustra que o resultado é geral: a distribuição de renda per capita de 2004 é mais igualitária que a de 2003. Em outras palavras, a queda de desigualdade é válida para todos os indicadores de desigualdade razoáveis* utilizados. Este resultado é conhecido como dominância de Lorenz e é válido para todas as medidas que respeitam o princípio das transferências de Pigou-Dalton que nos diz que ao se transferir mais renda de uma pessoa com mais renda para uma pessoa com menos renda, sem inverter a posição relativa destes dois indivíduos no ranking, a medida de desigualdade deve cair. A distribuição de renda familiar per capita do trabalho de 2004 também (aqui incluindo os zeros) também domina no sentido de Lorenz a distribuição de 2003. Resultados qualitativamente similares são obtidos para a comparação de desigualdade de renda entre 2003 e 2001.

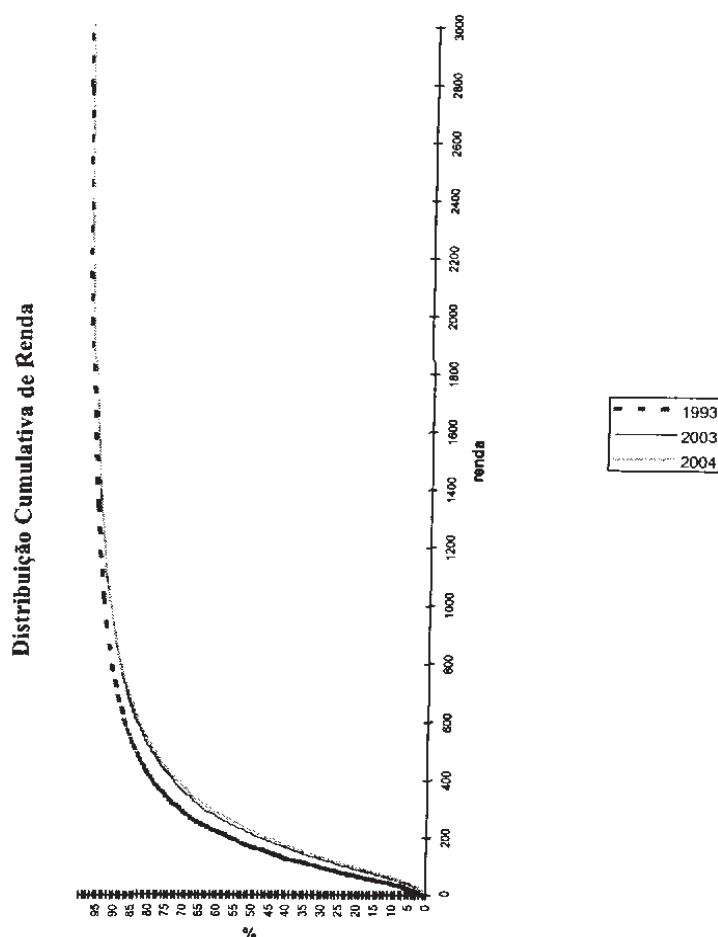
Distância das Curvas de Lorenz - Renda Domiciliar Per Capita



Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

As mudanças qualitativas citadas na pobreza e na desigualdade e são válidas para qualquer linha e indicadores utilizados na literatura

Apesar de estarmos usando uma linha específica de miséria e estarmos enfatizando as mudanças de um indicador específico a proporção dos pobres (P0), pois precisamos de um número de preferencia simples para vocalizar os resultados, a redução de miséria ocorrida é resultado robusto para 2004. Isto quer dizer que para qualquer linha de pobreza e qualquer tipo de indicador de pobreza² utilizado. Pois a distribuição de 2004 domina a de 2003, vale lembrar que esta é dominada pela de 2002. Ou seja, podemos dizer de maneira geral – e não específica - que a pobreza aumentou em 2003, caiu em 2004 e no computo geral do biênio a miséria caiu no governo Lula³.



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

² Por exemplo, toda a família de indicadores da família FGT tais como a proporção de pobres (P0), o Hiato de Pobreza (P1) e o Hiato Quadrático de Pobreza (P2). Cabe lembrar que nesta análise de dominância não estamos fazendo a deflação espacial, vide apêndice.

³ A mesma dominância de pobreza ocorre no período 2001 e 2002 e conseqüentemente no período 2001 a 2004. Os resultados da PNAD de 2002, receberam à época de sua divulgação em 2003 e depois, pou-

Seguindo a tradição da literatura de bem-estar social, como no caso de pobreza - enfatizamos neste trabalho o uso de medidas de média e de desigualdade baseados em renda domiciliar per capita por apresentar uma medida mais abrangente de desempenho social. A idéia é agregar a análise de elementos isolados relativos ao desemprego, informalidade, renda do trabalho, ao efeito de transferências realizadas pelo estado a título de pensões, aposentadorias e programas sociais e advindos da transferência de recursos privados entre pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda entre a mesma pessoa ao longo do tempo. Em particular, acreditamos que a análise do rendimento de trabalho de pessoas ocupadas com rendimento que ficou constante entre 2003 e 2004 em R\$ 733, deixa de fora o ganho proporcionado pelo aumento de 2,7 milhões de postos de trabalho. Sem dúvida a passagem de uma situação de renda zero representa ganho de poder de compra que deve de alguma forma ser incorporada a análise.

Mesmo quando ampliamos o conceito para renda domiciliar total de todas as fontes de renda apenas dos domicílios com rendimento, incorremos num tipo de exclusão que preferimos evitar aqui. Quando trabalhamos com todos os domicílios inclusive os sem rendimento, incorporamos os mais pobres dos pobres, aqueles alijados da chamada economia monetária corrente. Como a parcela de domicílios caiu de 1,5% para 1,1% entre as duas últimas PNADs, esta queda de 27% da proporção sem rendimento, reforça o efeito aumento do bolo e redutor de desigualdade. No caso do índice de Gini quando incorporamos o efeito das rendas zero a queda de desigualdade de renda domiciliar total é amplificada de 1,8% para 2,1% - ou seja 16% maior⁴.

ca atenção. A queda da miséria e o aumento de emprego (postos de trabalho) gerados são algumas das conquistas observadas ao apagar das luzes do Governo Fernando Henrique.

⁴ Este cálculo é feito por intermédio do conceito do dual do indicador de desigualdade. Complementarmente, o compute de renda domiciliar per capita leva em conta o peso dado aos mais pobres que possuem famílias, em geral, maiores.

Dispositivos de Análise da Miséria

a) **Espelho da Miséria.** O Centro de Políticas Sociais da FGV disponibiliza no seu site, um software interativo e amigável chamado Espelho da Miséria, onde cada um pode inserir a combinação de dados de uma pessoa específica, como sexo, idade, raça, local de moradia entre outros e cenarizar como mudou no período 1993 a 2004 a probabilidade de estar ou não abaixo das linhas de miséria do CPS e das metas do milênio (US\$1 dia PPP). O site apresenta também simulador da renda domiciliar per capita seguindo o mesmo cenário.

b) **O Panorama da Miséria** mede a proporção de miseráveis usando as linhas das metas do milênio, levando em conta diferentes atributos relacionados aos chefes de domicílios, estes tomados um a um, tais como sexo, idade; posição na ocupação, conforme podemos ver a seguir.

Panorama da Miséria
Brasil

Ano: 1998

Gerar Tabelas Limpar seleção Selecionar todas

Características Demográficas

☐ População Total ☐ Sexo ☐ Faixa Etária
☐ Anos de Estudo ☐ Cor ou Raça ☐ Posição na Família

Características Sócio-Econômicas

☐ Posição na Ocupação ☐ Tempo de Empresa ☐ Maternidade

Características Espaciais

☐ Tipo de Cidade ☐ Local de Moradia ☐ Região Geográfica
☐ Estado ☐ Região Metropolitana

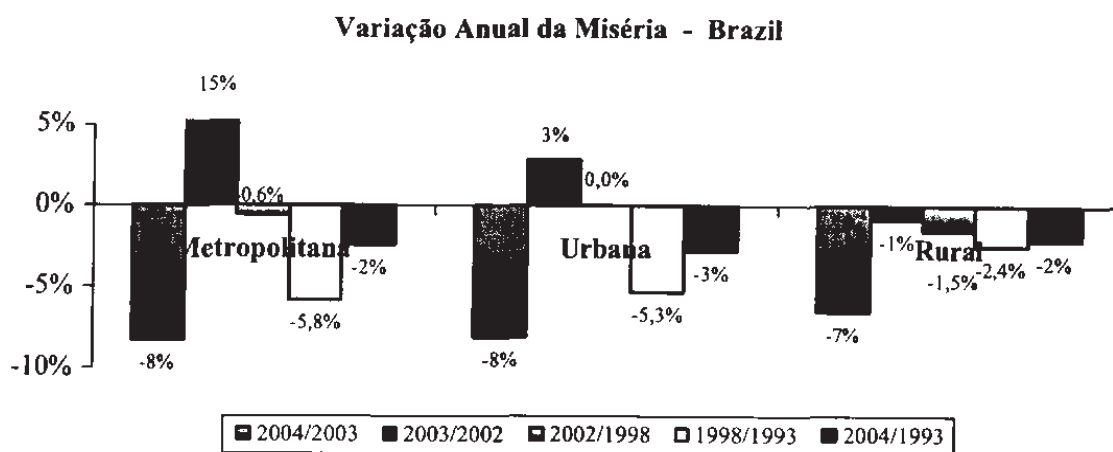
Gerar Tabelas Limpar seleção Selecionar todas

O objetivo principal da pesquisa é oferecer um banco de dados amigável sobre miséria e desigualdade e torná-lo disponível a cada um. Você está convidado a acessar esses e outros dispositivos a fim de desenvolver perspectiva própria acerca do tema através do nosso site

Tendências Rurais, Urbanas e Metropolitanas

As metrópoles apresentaram maior decrescimento da miséria (de 19,14% para), o que pode ser explicado pela reversão da crise do mercado de trabalho com a geração de mais de 1,6 milhões de empregos formais no último ano. Por outro lado, nas áreas rurais notamos queda da pobreza (de 51% para 47,7%) que pode ser resultado de políticas públicas voltadas para o campo.

Olhando para o período 1993 a 2004 observamos queda sistemática da miséria nacional de 35,87 para 25,08. Esta queda é observada mesmo durante os períodos de crise externa e ajustes posteriores. Olhando os grandes números a miséria: i) caiu 31,4% no período 1993 a 2004, preferimos aqui trabalhar com a taxa média anual -2,9% superior ao ritmo requerido de meia vida da miséria de 25 anos que equivale a -2,7% ao ano). ii) -4,5% no período 1993 a 1998. iii) -1,8% no período 1998 a 2002, período marcado por crises externas e ajustes



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

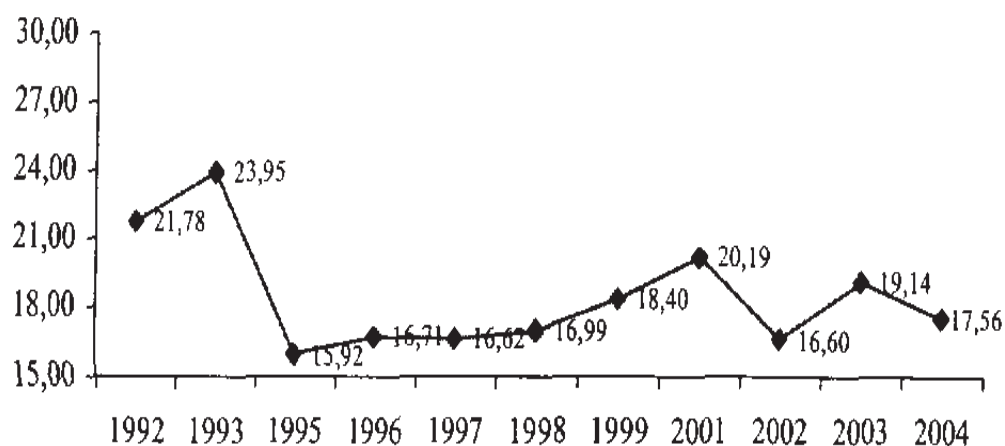
internos; iv) 3,9% em 2003 e v) -8% em 2004.

A miséria nas grandes metrópoles após forte queda no período de Lua de Mel com o plano Real, tem apresentado ano a ano aumento desde 1995, tendência esta interrompida em 2002 e 2004. A miséria rural cai sistematicamente em todos os anos da série inclusive em perío-

dos de seca do Nordeste como 1998 e 2001. A miséria urbana, por sua vez apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional.

Se olharmos para intervalos mais longos a miséria na área metropolitana no período 1992 a 2003 a miséria metropolitana apresenta uma taxa de decréscimo de 12%. O menor entre todos os tamanhos de cidade. Função da maior redução de miséria no período 1992 a 1996 (23%) já que a miséria subiu 15% após 1996.

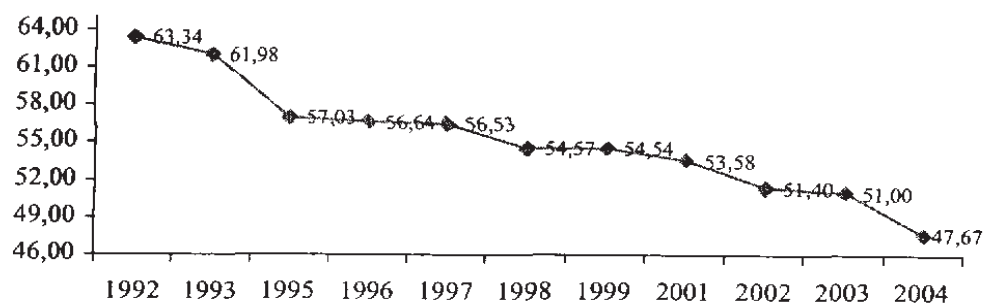
**Miséria Metropolitana - %
Brasil**



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

As áreas rurais foram as menos beneficiadas na conjuntura expansiva 1992 a 1996 caindo 11%. Já no período posterior (1996-2003) as áreas rurais apresentam o melhor desempenho entre todos os tipos de regiões caindo 10%.

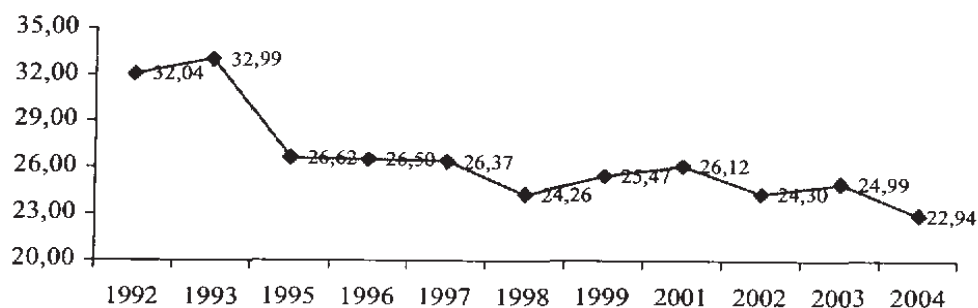
Miséria Rural - % Brasil



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

A miséria urbana, por sua vez apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional sendo a mais estável entre todos os períodos de análise. No computo geral, fruto da expansão das cidades médias a miséria urbana cai cerca de 22% durante o período 1992 a 2003.

Miséria Urbana - % Brasil



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Cenários para 2005 e depois

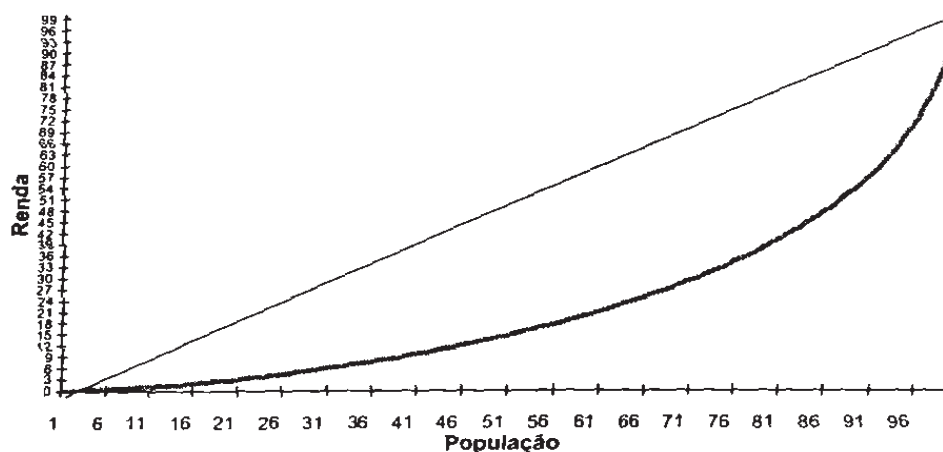
Reduzir a desigualdade num contexto de crescimento econômico parece mais factível do que em períodos de recessão, quando perdas estavam sendo repartidas.

A desigualdade de renda brasileira está entre as maiores do mundo. Tomemos a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre zero e um.

Quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica, onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,573 correspondente ao nosso Gini não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Apresentamos abaixo a curva de Lorenz Brasileira em 2004. O grau de desigualdade pode ser captado pelo tamanho da barriga da Curva de Lorenz,, isto é, a área entre a curva e a reta de 45 graus. O índice de Gini capta o que corresponde graficamente à razão entre a

Desigualdade de Renda Familiar Per Capita - Brasil 2004



Fonte: CPS/Ibre/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

barriga da curva de Lorenz e a área do triângulo inferior do gráfico

Senão vejamos: se a sociedade fosse totalmente igualitária, isto é, ordenando dos mais pobres para os mais ricos a participação acumulada dos indivíduos na população crescesse *pari-passu* com a participação das suas respectivas rendas no total, estaríamos exatamente sobre a reta de 45 graus. Neste caso a medida desigualdade conforme o índice de Gini seria zero. No outro caso polar, de uma sociedade totalmente desigual, onde apenas um indivíduo detém toda renda da economia (e os demais possuem renda zero) estaríamos caminhando sobre as laterais do triângulo da curva de Lorenz,. Neste caso o índice de Gini seria unitário.

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29) não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem um importante aliado na redução da pobreza. Vejamos alguns cenários.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$115 por mês a preços da Grande São Paulo em Outubro de 2004, quantia necessária para suprir as suas necessidades alimentares básicas) cairá dos 25,08% de 2004 para 24,29% em 2004, uma queda de 3,17%, se a renda *per capita* nacional crescer 3% ao ano o que corresponde ao ritmo de crescimento atual do PIB entre 4.5% e 5% ao ano. Se o crescimento per capita de 2,9% ao ano se mantiver por quatro anos consecutivos a miséria cairia para 21,81%, uma queda de 13,03%. Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria neste ano, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade.

Podemos pensar em cenários de redução de desigualdade mais auspiciosos como a convergência da desigualdade brasileira para o nível observado no Rio Grande do Sul apresentado abaixo. A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside a sua solução. Reduzir a desigualdade num contexto de *boom* econômico como agora se apresenta parece mais factível do que em épocas recessivas quando perdas estão sendo repartidas. A adoção de metas sociais ajudaria no combate à miséria. Neste caso é fundamental o monitoramento freqüente, de forma a auferir o cumprimento dos compromissos sociais.

ANEXO:

Cenários Prospectivos de Miséria

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação	P1 (%)	Variação	P2 (%)	Variação
Brasil 2004	413,86	25,08		10,00		5,50	
Efeito Crescimento de							
1%	417,95	24,82	-1,06%	9,85	-1,49%	5,41	-1,61%
2%	422,05	24,50	-2,31%	9,71	-2,94%	5,32	-3,18%
3%	426,15	24,29	-3,17%	9,56	-4,37%	5,24	-4,71%
4%	430,25	23,78	-5,21%	9,42	-5,77%	5,15	-6,21%
5%	434,34	23,59	-5,97%	9,29	-7,13%	5,07	-7,68%
6%	438,44	23,25	-7,29%	9,15	-8,47%	5,00	-9,11%
7%	442,54	23,04	-8,16%	9,02	-9,78%	4,92	-10,51%
8%	446,64	22,79	-9,15%	8,89	-11,07%	4,84	-11,89%
9%	450,73	22,49	-10,34%	8,77	-12,34%	4,77	-13,23%
10%	454,83	22,24	-11,35%	8,64	-13,58%	4,70	-14,54%
11%	458,93	21,99	-12,34%	8,52	-14,79%	4,63	-15,82%
12%	463,03	21,81	-13,03%	8,40	-15,99%	4,56	-17,07%
13%	467,12	21,58	-13,98%	8,28	-17,17%	4,49	-18,30%
14%	471,22	21,35	-14,87%	8,17	-18,33%	4,42	-19,50%
15%	475,32	20,89	-16,70%	8,05	-19,46%	4,36	-20,68%
16%	479,42	20,66	-17,64%	7,94	-20,55%	4,30	-21,83%
17%	483,51	20,48	-18,35%	7,84	-21,64%	4,24	-22,95%
18%	487,61	20,11	-19,81%	7,73	-22,70%	4,17	-24,05%
19%	491,71	19,91	-20,63%	7,63	-23,74%	4,12	-25,13%
20%	495,81	19,59	-21,89%	7,53	-24,75%	4,06	-26,19%
21%	499,90	19,43	-22,53%	7,43	-25,74%	4,00	-27,22%
22%	0,00	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Cenários Prospectivos de Miséria

Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação	P1 (%)	Variação	P2 (%)	Variação
Brasil 2003						
413,86	25,08		10,00		5,50	
Efeito Desigualdade (RS)*						
379,78	20,98	-16,36%	8,01	-19,91%	4,37	-20,49%
Efeito Desigualdade (RS)* com Crescimento de						
1%	19,64	-21,71%	7,51	-24,90%	4,09	-25,53%
2%	19,48	-22,33%	7,39	-26,06%	4,03	-26,71%
3%	18,82	-24,98%	7,28	-27,18%	3,97	-27,86%
4%	18,61	-25,80%	7,17	-28,26%	3,90	-28,99%
5%	18,47	-26,38%	7,07	-29,32%	3,84	-30,09%
6%	18,25	-27,25%	6,96	-30,36%	3,78	-31,16%
7%	18,07	-27,98%	6,86	-31,39%	3,73	-32,21%
8%	17,80	-29,02%	6,76	-32,40%	3,67	-33,23%
9%	17,61	-29,80%	6,66	-33,39%	3,61	-34,23%
10%	17,36	-30,80%	6,56	-34,35%	3,56	-35,21%
11%	17,20	-31,43%	6,47	-35,30%	3,51	-36,17%
12%	16,68	-33,50%	6,38	-36,24%	3,46	-37,10%
13%	16,64	-33,68%	6,29	-37,14%	3,41	-38,02%
14%	16,52	-34,14%	6,20	-38,02%	3,36	-38,91%
15%	16,44	-34,44%	6,11	-38,90%	3,31	-39,78%
16%	16,12	-35,72%	6,02	-39,76%	3,26	-40,64%
17%	15,87	-36,71%	5,94	-40,60%	3,22	-41,47%
18%	15,68	-37,48%	5,86	-41,42%	3,17	-42,29%
19%	15,43	-38,49%	5,78	-42,22%	3,13	-43,09%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio do Rio Grande do Sul (O gini cai de 0.573 para 0.535)

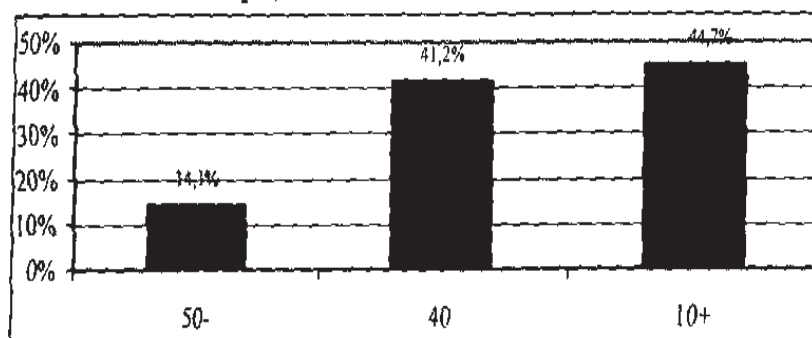
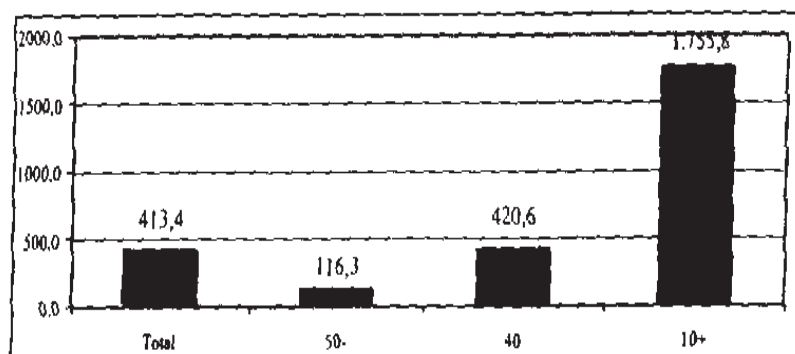
A desigualdade desencalhou

Se tamanho e inércia na promoção de reformas, valeram ao Brasil o apelido de país-baleia, no campo da desigualdade seríamos até agora uma baleia-encalhada.

A lentidão na implementação de reformas econômicas valeu ao Brasil o apelido de país-baleia, em contraposição à agilidade institucional dos chamados tigres asiáticos. Se pelo tamanho e inércia o Brasil pode ser comparado a uma baleia, no campo da desigualdade social o Brasil seria uma baleia encalhada. A nossa desigualdade de renda tem se mantido alta e estagnada, desde 1970, logo depois de incremento observado nos anos 60⁵. No intervalo compreendido entre os Censos de 1970 a 2000, as medidas estatísticas sociais publicadas nos colocam no pódio mundial da desigualdade. Por outro lado, as últimas edições da PNAD do IBGE apontam uma redução da desigualdade. Será que a internacionalmente famosa iniquidade inercial brasileira está finalmente cedendo? No ano passado escrevemos um artigo com o nome “A desigualdade desencalhou?”, escrevemos agora uma seção quase homônima - tirando apenas a interrogação – onde atualizamos os dados para a última PNAD disponível e traçamos algumas conjecturas sobre as possíveis razões para redução da desigualdade.

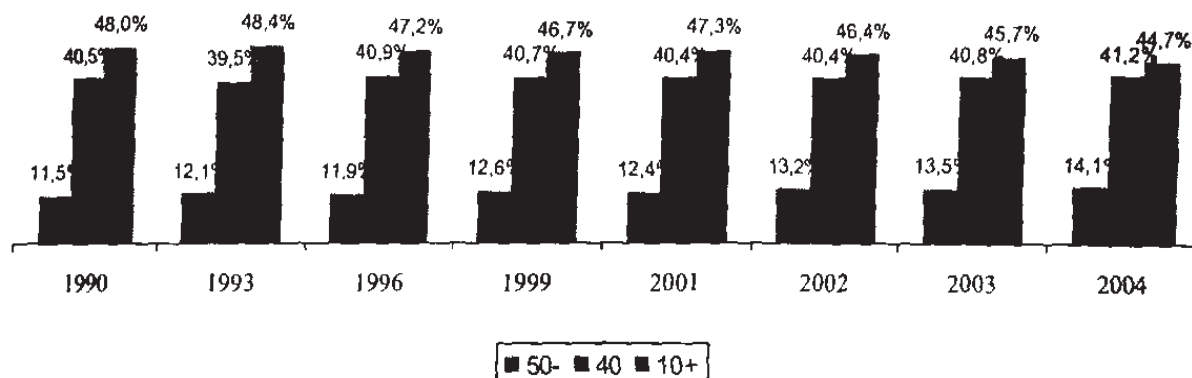
Começamos com um retrato da população brasileira, segmentado em três estratos de renda *per capita*: em 1990, o décimo mais rico se apropriava de quase metade da renda em 1990 (mais precisamente, 48%); a metade mais pobre que se apropriava de pouco mais de um décimo da renda nacional (11,4%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,5%), uma espécie de classe média no sentido estatístico.

⁵ Carlos Langoni explica a alta da desigualdade brasileira observada nos anos 60 através da interação entre a baixa oferta de mão de obra qualificada aliada ao aumento na sua demanda impulsionada pelo crescimento ao ritmo do milagre econômico brasileiro. Isto continua atual. Como vimos, de acordo, com as últimas três edições da Pesquisa Anual de Amostras a Domicílio (PNAD) do IBGE, a desigualdade brasileira começa a dar sinais de queda. O fenômeno parece voltar a manifestar-se; a expansão do sistema educacional ocorrida na última década aliado ao baixo crescimento da economia ao ritmo das chamadas décadas perdidas reflete hoje a imagem invertida no espelho da história contada por Carlos Langoni.

Participação na Renda Total 2004 - Brasil**Nível por Grupos de Renda 2004 - Brasil**

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Se olharmos as flutuações recentes dessas fatias no bolo distributivo, verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-96) e o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal mudanças relativas pouco pronunciadas. Já no último período (2001-2004) observamos um movimento mais consistente de redução da desigualdade, senão vejamos. Começando pelo topo da distribuição: a parcela dos 1% mais ricos cai de 13,7% para 12,6%, dado inédito nos últimos anos. A parcela apropriada pelos 5% mais ricos cai neste período de 33,7% para 31,6%. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 47,3% para 44,7% como podemos ver no gráfico 1.

Gráfico**Distribuição de Renda**

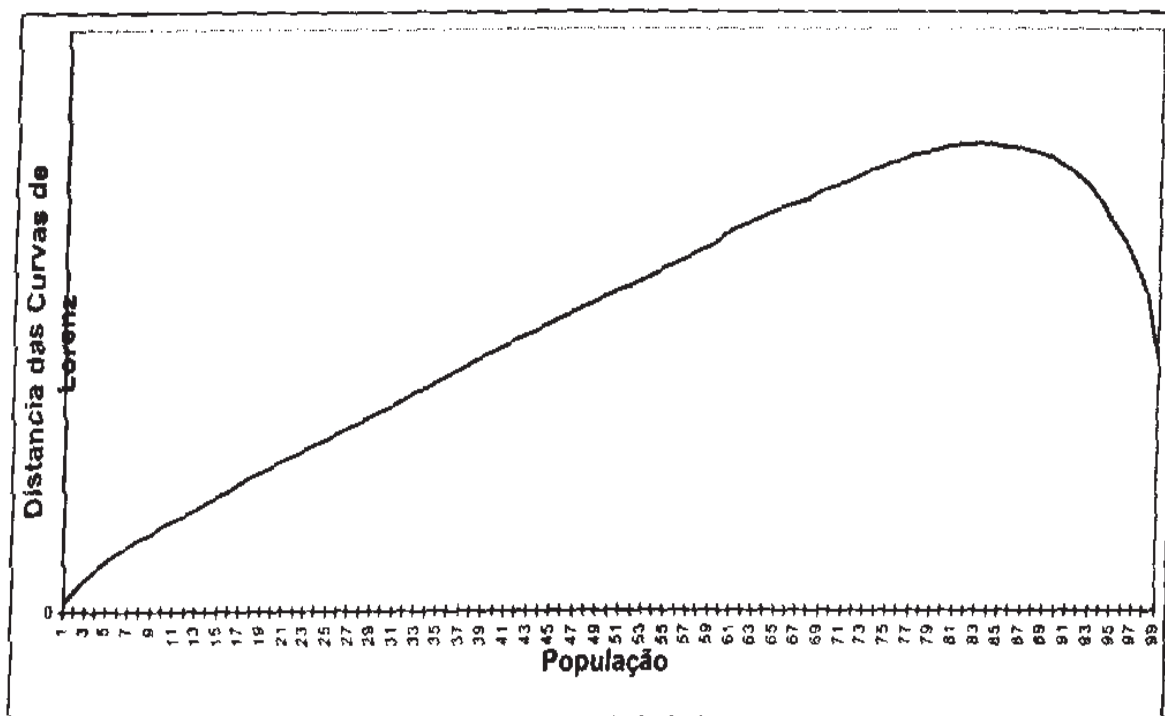
Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Se os ricos perderam fatia no bolo, quem ganhou? os 40% intermediários passaram de uma parcela de 40,4% para 41,2%. Na base da distribuição, a parcela dos 50% mais pobres sobe de 12,4% para 14,1%. Vale a pena verificar a robustez dessa queda da desigualdade, será que ela é válida para um conjunto mais amplo de indicadores? A comparação da parcela da renda acumulada por cada centésimo de distribuição, ilustra que o resultado é geral: a distribuição de renda per capita de 2003 é mais igualitária que a de 2001.

Este resultado é conhecido como dominância de Lorenz e é válido para todas as medidas que respeitam o princípio de Pigou-Dalton de que ao se transferir mais renda de uma pessoa com mais renda para uma pessoa com menos renda, sem inverter a posição relativa destes dois indivíduos no ranking, a medida de desigualdade deve cair. No gráfico 2 é possível ver a distância das curvas de Lorenz 2003 e 2001 medidas através da renda familiar per capita. A distribuição de renda individual do trabalho de 2003 também domina no sentido de Lorenz a distribuição de 2001. Ou seja, a redução da desigualdade observada pode ser considerada um resultado robusto para medidas razoáveis de desigualdade e conceitos usuais de renda. Segue na tabela 1, a razão entre as rendas apropriadas pelos 10% mais ricos em relação aos 20% e 50% mais pobres, nos dois períodos.

Gráfico 2

Distancia das Curvas de Lorenz 2003 e 2001 - Renda Familiar Per Capita



Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Tabela 1

Razão entre as Rendas Domiciliares Per Capita

	2001	2003	2004
Renda Familiar Per Capita			
10% mais ricos / 20% mais pobres	41,09	32,32	29,53
10% mais ricos / 50% mais pobres	18,21	16,16	15,09

Fonte: CPS/Ibge/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Os números da miséria

O cálculo de conceitos como fome, indigência e pobreza, como toda literatura de bem-estar social, depende de julgamentos de valor implícitos na escolha metodológica adotada. O número de miseráveis brasileiros não é uma constante da natureza a ser decifrada como, por exemplo, o número π . É um valor ético e ponto.

Na verdade, cada brasileiro tem uma linha de miséria na cabeça. A pesquisa de padrões de vida (PPV) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quis saber da linha subjetiva de cada um: considerando a sua família, qual seria a menor renda mensal necessária para cobrir gastos com alimentação? A média das respostas foi a valores de hoje de R\$ 153,00/mês, por membro da família. As respostas espontâneas, dadas por milhares de brasileiros e processadas com a excelência de sempre pelo IBGE, devem ser respeitadas.

Já a pesquisa de orçamentos familiares (POF) do IBGE revela que 46,6% da população consideram a quantidade de alimentos consumida por sua respectiva família nem sempre suficiente para satisfazer necessidades básicas. Nas áreas rurais esse número é de 56,9% e no Nordeste, de 60,8%. Esses valores são dez vezes maiores que as estimativas de subnutrição baseadas em medições diretas de índices de massa corporal da população adulta, recém-lançada da mesma pesquisa. A existência de diferentes perspectivas sobre necessidades alimentares revela a complexidade do tema, mas a percepção da maioria dos brasileiros está próxima da manifestada por Lula em diversas ocasiões.

O texto da primeira das Metas do Milênio, que fala de reduzir a miséria pela metade de 1990 até 2015, refere-se tanto a extrema pobreza baseada em renda como a fome, mas o caráter episódico da POF limitaria o monitoramento periódico de metas sociais de desnutrição. A importância da transparência das informações fornecidas pelo IBGE não deve ser subestimada. Da mesma forma que se defende a independência operacional do Banco Central, com mandatos fixos para seus dirigentes, deveríamos ter cuidados institucionais similares com o IBGE. Um sistema de metas sociais é para ser levado tão a sério quanto o de metas inflacionárias.

Mesmo que os níveis dos vários tipos de indicadores sejam muito diferentes, o fundamental é a sua consistente comparação ao longo do tempo. Os índices de miséria enquanto insuficiência de renda, elaborados pelo Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV),

com base no censo demográfico do IBGE, apontam queda de 45,3% na taxa de miséria entre 1970 e 2000. A queda é similar à observada no nível dos índices de desnutrição entre 1974 e 2003. Em outras palavras, a meia-vida da miséria brasileira foi de cerca de 30 anos. Esse dado é relevante em face da primeira das Metas do Milênio.

Por uma linha oficial de miséria

"A adoção de uma linha de miséria oficial é a primeira meta a ser atingida, se queremos metas de redução de miséria."

Apesar da subjetividade envolvida, o Estado brasileiro deve de uma vez por todas arbitrar uma linha oficial de miséria a fim de propiciar um debate mais bem informado sobre a evolução da miséria ao longo de tempo. Os EUA adotaram a sua, em meados dos anos 1960. A Índia e a Irlanda também já o fizeram com avanços sociais. A adoção de uma linha oficial é a primeira meta a ser atingida se quisermos adotar metas de redução de miséria ao longo do tempo. O essencial é adotar-se uma linha, independentemente do valor arbitrado. O país vem discutindo há muitos anos a adoção de linhas oficiais de miséria. Debateremos a exaustão quantos são os miseráveis, tirando o foco do mais importante: qual o desenho de política social mais adequado.

Uma linha oficial mais interessante é a que está acima de idiosincrasias locais. Poderia ser a linha de US\$ 1 PPPⁱ por pessoa-dia das Metas do Milênio, já comprometidas e cumpridas pelo país. Pode-se ir além disso. Ou podem ser linhas calculadas a partir de cestas de consumo internacionais, não importa. Linhas internacionais facilitam a coordenação de ações entre diferentes níveis de governo, de partidos diferentes e serão mais robustas quando das mudanças de governo.

Além do arbítrio da linha de miséria — a fronteira imaginária entre o lado belga e o indiano da nossa "Belíndia" —, temos outros elementos subjetivos — e arbitrários — envolvidos no processo de agregação dos miseráveis calculados a partir de uma determinada linha. A maior parte das análises e as próprias metas do milênio usam a proporção de miseráveis abaixo da linha arbitrada indicador denominado de P^0 . Já o indicador conhecido como P^2 eleva ao quadrado a insuficiência de renda dos pobres, priorizando as ações públicas aos mais desprovidos. Se a meta fixada fosse a redução da proporção dos pobres (P^0) existi-

riam incentivos espúrios para a adoção de políticas focadas no segmento logo abaixo da linha de pobreza e não nos mais miseráveis. Ou seja, recursos migrariam para as pessoas pularem a linha de miséria traçada. No nosso exemplo, não dar, em primeiro lugar, a quem tem zero, mas a quem tem renda de 99 centavos de dólar, um centavo. Uma espécie de promoção voltada aos menos miseráveis dos miseráveis. Além dessa inversão de prioridades, o foco das políticas redistributivas seria bastante sensível à escolha arbitrária da linha de miséria.

No caso do P^2 , independentemente da linha de miséria— pode ser o valor do contracheque do Ronaldinho Gaúcho —, a prioridade é sempre voltada aos de menor renda. A adoção do P^2 corresponde à instituição de ascensor social que partiria da renda zero. A meta de redução do P^2 , ao conferir prioridade máxima às ações voltadas para os mais carentes, é mais eficiente em termos fiscais. Apesar da complexidade associada a esse indicador, o seu corolário imediato "primeiro os mais pobres" parece adequado. Além disso, a ordem da fila de programas sociais fornecida pelo indicador é à prova das linhas arbitradas. O ataque à ignorância exige inteligência. Os pobres merecem algo mais do que políticas pobres. Não basta contar miseráveis, mas os mais miseráveis deveriam contar mais na consecução das metas sociais.

BOX

A miséria dos númerosⁱⁱ

Segundo a POF do IBGE, “a frequência do excesso de peso na população supera em oito vezes o déficit de peso entre as mulheres e em 15 vezes o da população masculina. Num universo de 95,5 milhões de pessoas de 20 anos ou mais de idade, há 3,8 milhões de pessoas (4,0%) com déficit e 38,8 milhões (40,6%) com excesso de peso, das quais 10,5 milhões são consideradas obesas”. Sessenta e seis por cento das famílias entrevistadas atestam que o rendimento familiar é o principal motivo para as pessoas não se alimentarem como querem. De olho no tipo de alimento consumido, apenas 26% das famílias brasileiras se alimentam sempre com a qualidade desejada.

A redução da miséria constatada entre os levantamentos de 1974 e de 2003 não parece ter conseguido acompanhar o ritmo das inovações observadas no desejo de consumo em geral e dos alimentos em particular. Num mundo globalizado, os Silva e seus vizinhos

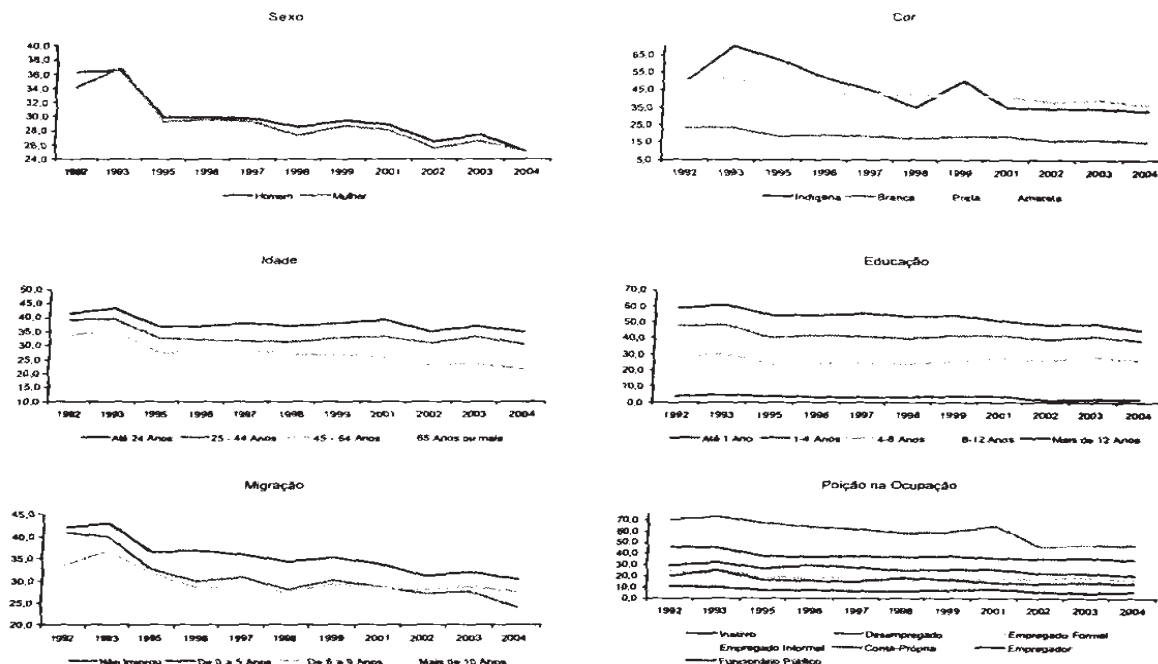
brasileiros se sentem compelidos a acompanhar os hábitos mutantes dos Jones e seus vizinhos norte-americanos. A sensação de frustração consumista ocorreria mais por não possuímos o que desejaríamos ter do que por perder o que já possuíamos. O crescente problema de obesidade observado nos contextos norte-americano e agora no brasileiro aponta para essa inflação na quantidade e deflação na qualidade dos hábitos alimentares. Como as necessidades percebidas são diferenciadas, a linha de miséria tende a crescer com o nível de riqueza PPP das nações, como testou Martin Ravallion para 36 países, complicando análises baseadas em dados nutricionais e econômicos.

As diferenças de medidas de miséria enquanto insuficiência de renda são encontradas mesmo quando comparamos o mesmo indicador calculado pelos mesmos pesquisadores com a mesma linha usando diferentes hipóteses operacionais. Miguel Székely calcula proporções de pobres na América Latina variando de 12,7% até 65,8%, dependendo de hipóteses acerca de economias de escala e diferentes tratamentos dados a rendas faltantes e sub-reportadas. No caso brasileiro, dada a excelência do trabalho realizado pelo IBGE, apenas 2,75% da renda do trabalho não são relatados. Curiosamente, verificamos que as rendas não respondidas são mais frequentes no grupo com sinais de riqueza aparente: 3,4% daqueles com três ou mais automóveis não reportam sua renda do trabalho. Quadro semelhante é visto para outras rendas do gráfico 1, ou no contraste de localidades vizinhas com condições de vida diferentes: 4,5% dos moradores da Rocinha omitiram suas rendas do trabalho contra 8,9% da população da Lagoa. Em outras palavras, talvez por temores fiscais, os menos pobres têm “mais vergonha” de sua riqueza. Nesse sentido, a desigualdade de renda brasileira estaria subestimada nas estatísticas oficiais.

No gráfico 2 — das distribuições cumulativas de renda para 1993, 2003 e 2004 — como a primeira distribuição está sempre por cima da segunda e esta a terceira em todo o domínio da função, a conclusão de que a miséria enquanto insuficiência de renda caiu é robusta para qualquer linha de pobreza e qualquer tipo de indicador de pobreza utilizado (ex: P^0 ou P^2). Ou seja, a ocorrência da queda da miséria do período 1993 a 2003 e a do período 2003 a 2004 não seriam do tipo “assim é, se lhe parece”ⁱⁱⁱ.

Os pobres merecem algo mais do que políticas pobres. Não basta contar miseráveis, mas os mais miseráveis deveriam contar mais na consecução das metas sociais

Evolução da Miséria - Linha FGV



Mapa do Fim da Fome II

O *Mapa do fim da fome II*, elaborado em parceria com a Ação da Cidadania sob os auspícios do Sesc-RJ e o Banco Rio de Alimentos, é um banco de dados georeferenciado permitindo a localização física dentro de estados e municípios das áreas sujeitas às condições sociais mais adversas. Contém um amplo conjunto de informações sobre riquezas e carências das localidades. Estas informações podem ser estendidas em diversas direções desejadas e são passíveis de serem levantadas em qualquer estado ou município brasileiro, constituindo num poderoso instrumento para que a sociedade e governos possam elaborar programas focados de desenvolvimento social (vide o site www.fgv.br/cps)

O *Mapa do fim da fome II* possui duas edições, sendo uma para o Rio de Janeiro e outra para Pernambuco. No Rio a renda da Lagoa é a mais alta do município. O município de São Francisco de Itabapoana é o mais pobre do estado, onde 43,8% da população é miserável. Niterói, com 11,07% de miseráveis é a cidade que tem o melhor desempenho no estado. A cidade do Rio apresenta 14,57% da população vivendo na miséria.

Em Pernambuco a renda da área de Boa viagem é a mais alta do município de Recife e que 53% da população pernambucana vivem em situação de miséria. O município de Maracá é um dos mais pobres do Brasil, com 90% de miseráveis; Fernando de Noronha, com 5% de miseráveis e com maior renda do estado (R\$1.027,00), aparece como o paraíso dos indicadores sociais de Pernambuco.

Ela ainda permite analisar, por exemplo, os municípios de Pernambuco que foram objeto de ações realizadas pelos sem-terra em torno de abril de 2004, época do lançamento do estudo, assim como um comparativo entre a favela da Rocinha, onde também em abril ocorreu uma invasão de traficantes rivais, e outras regiões da cidade do Rio de Janeiro.

ⁱ PPP significa ajuste por Paridade do Poder de Compra a fim de levar em conta diferenças de custo de vida entre países e no caso traduzido em reais.

ⁱⁱ Karl Marx, em *A miséria da filosofia*, contestou Proudhon, autor de *A filosofia da miséria*.

ⁱⁱⁱ Título da peça do dramaturgo italiano Luigi Pirandello.



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004

Data 25/11/2005

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2004

Cobertura Geográfica

Em 2004, a PNAD atingiu a cobertura completa do território nacional.

Anteriormente, a PNAD não abrangia as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em 2004, as pessoas residentes nessa parcela do território nacional, que não era abrangida pela pesquisa, representavam 1,9% da população do País e 23,9% da residente na Região Norte.

Para o acompanhamento da evolução temporal dos indicadores, os resultados de 2004 foram harmonizados para representar a cobertura geográfica da PNAD até 2003.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Considerando os resultados de 2004 referentes à cobertura geográfica abrangida pela PNAD até o ano anterior, verificou-se que o número de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho cresceu 5,3%, de 2004 para 2003. O incremento no emprego registrado, que concentra a maioria dos contribuintes de instituto de previdência, contribuiu efetivamente para essa elevação, que superou todas as ocorridas desde o início da década de 1990. A proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho na população ocupada passou de 46,4% para 47,3%, de 2003 para 2004, e superou todas as ocorridas desde 1992. O mínimo deste indicador foi de 43,1%, em 1993.

O número de pessoas ocupadas sindicalizadas ascendeu em 5,1%, de 2003 para 2004, passando o nível da sindicalização na população ocupada de 17,7% para 18,0%, que foi o resultado mais alto deste indicador desde 1992. Nesse período, o mínimo do percentual de pessoas sindicalizadas na população ocupada ocorreu em 1998 (15,9%).

Situação dos rendimentos

Panorama em 2004

Em 2004, o rendimento médio mensal de trabalho das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho ficou em R\$ 730,00 no País. Esse rendimento na Região Norte foi o segundo mais baixo, situando-se substancialmente afastado tanto do menor, que foi o da Região Nordeste, como dos referentes às demais regiões. Em relação ao rendimento médio mensal de trabalho da Região Sudeste, que foi o maior, o da Nordeste representou 53,1%, o da Norte, 70,9%, o da Sul, 97,3% e o da Centro-Oeste, 99,4%.

As distintas formas de inserção das populações feminina e masculina no mercado de trabalho, em termos de ocupação, atividade, posição na ocupação, categoria do emprego, horas trabalhadas, etc.) influenciam nitidamente o nível dos rendimentos destes dois contingentes.

Os rendimentos médios mensais de trabalho dos dois gêneros apresentaram sensível distanciamento. Esse rendimento das mulheres representava 69,5% do auferido pelos homens. A defasagem entre os rendimentos dos homens e mulheres foi diferenciada por posição na ocupação. Na dos empregados, o rendimento médio mensal do trabalho das mulheres representava 89,2% do auferido pelos homens, na dos empregadores, 72,5%, na dos trabalhadores domésticos, 70,9% e na dos trabalhadores por conta própria, 65,1%.

No total de pessoas ocupadas, 27,6% ganhavam até 1 salário mínimo de rendimento de trabalho. No Nordeste, esse indicador alcançou 46,0%, superando os das demais regiões. O segundo maior percentual foi o da Região Norte (30,9%), que ainda ficou distanciado dos referentes aos das demais. Na Região Sul, a parcela que auferia até 1 salário mínimo de rendimento de trabalho foi a menor (17,9%), vindo em seguida a da Sudeste (20,1%) e, depois, a da Centro-Oeste (23,1%). As pessoas que auferiam

mais de 20 salários mínimos abrangiam 0,9% da população ocupada no País. Esse indicador variou de 0,4% na Região Nordeste a 1,6% na Centro-Oeste.

No País, do total dos rendimentos de trabalho, os 10% dos ocupados com as maiores remunerações detiveram 44,6%, enquanto os 10% dos ocupados com os menores rendimentos ficaram com 1,0%.

O índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho situou-se em 0,547. Esse indicador mostrou que o grau de concentração desses rendimentos foi mais elevado nas Regiões Nordeste (0,569) e Centro-Oeste (0,556). Nas demais, esse índice ficou em 0,511 na Região Norte, 0,515 na Sul e 0,523 na Sudeste.

O rendimento médio mensal dos domicílios com rendimento foi de R\$ 1 383,00. O maior valor desse rendimento foi o da Região Sudeste e os menores, que foram os da Nordeste e da Norte, ficaram bastante afastados. Os rendimentos médios domiciliares dessas duas regiões representavam, respectivamente, 53,7% e 67,0% do referente à Região Sudeste.

Em termos do rendimento mensal domiciliar, que agrega as remunerações de todas as fontes de moradores na residência, a proporção de moradias com rendimento de até 1 salário mínimo ficou em 11,5% e a dos que estavam na faixa de mais de 20 salários mínimos, em 3,7%. Os maiores percentuais nessa última faixa foram os das Regiões Centro-Oeste (5,1%) e Sudeste (4,6%). Já na faixa com rendimento de até 1 salário mínimo, os mais baixos foram os das Regiões Sudeste (6,9%) e Sul (6,7%), bastante distanciados do mais elevado, referente à Região Nordeste (23,1%).

O índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar foi de 0,535. Nas regiões, esse índice foi de 0,498 na Sul, 0,505 na Norte, 0,512 na Sudeste, 0,546 na Nordeste e 0,553 na Centro-Oeste.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A seguir, apresentam-se alguns indicativos de fatores que se refletiram na evolução dos rendimentos no período de 1993 a 2004.

Em 1993, a recuperação do processo recessivo iniciado em 1990, embora acompanhada de recrudescimento da inflação, e uma política salarial mais favorável propiciaram a elevação das remunerações. Esse impulso positivo se fez sentir com maior intensidade nas faixas de remuneração mais altas, revertendo o sentido descendente da concentração dos rendimentos.

O Plano Real, instituído em julho de 1994, provocou, de imediato, queda brusca da inflação, propiciou a aceleração do crescimento econômico e a alta dos rendimentos. A indexação ainda mantida neste Plano, que só foi totalmente eliminada em junho de 1995, de certa forma protegeu as categorias de remunerações mais baixas. Os ganhos decorrentes deste período favorável de estabilidade alcançaram a base da distribuição dos rendimentos em 1995, ocasionando retração no grau de concentração das remunerações. Em 1996, passada esta primeira fase do Plano Real, os ganhos reais nos rendimentos ajustaram-se a patamares menores em função da nova realidade de estabilidade da economia e, de uma maneira geral, cresceram de forma inversa ao valor dos rendimentos, reduzindo o grau de concentração das remunerações.

As duas crises, decorrentes de perturbações na ordem econômica internacional, ocorridas nos dois anos seguintes determinaram ajustes na política econômica do País. A primeira crise ocorreu após o período retratado pela pesquisa de 1997, enquanto a segunda foi deflagrada pouco antes da pesquisa de 1998, não sendo captado plenamente o agravamento que causou, uma vez que há uma defasagem entre a ocorrência de impacto na economia e as suas conseqüências no mercado de trabalho e nos rendimentos. As remunerações tiveram reduções pouco expressivas, tanto em 1997 como em 1998, e o grau de concentração dos rendimentos, estabilizado em 1997, diminuiu em 1998, em função dos ganhos na metade inferior da distribuição dos rendimentos e pequenas perdas na outra metade, já começando a indicar o impacto recessivo. Os rendimentos atrelados ao salário mínimo, que teve ganho real, foram um dos fatores que ajudaram a sustentar o aumento na metade inferior da distribuição das remunerações.

Em 1999, começaram a surgir indícios de recuperação na economia, mas houve aumento da inflação que vinha em ritmo de declínio desde a implantação do Plano Real, causando pequena perda real no valor do salário mínimo. Além deste fato, as conseqüências do período recessivo causaram perdas reais nos rendimentos. Em 1999, os rendimentos tiveram substancial redução, que atingiu com intensidade um pouco maior as remunerações mais altas. A participação no total das remunerações retirada do segmento do topo distribuiu-se entre os demais, reduzindo o grau de concentração dos rendimentos.

Em 2000, firmou-se o processo de recuperação que foi revertido em 2001, ano em que o racionamento de energia e o crescimento das taxas de juros contribuíram para a desaceleração da economia e a inflação continuou em elevação. Estes fatores causaram, em 2001, perda real, ainda que relativamente pequena nos rendimentos, mantendo a tendência de queda iniciada em 1997. Em valores reais, o salário mínimo de 2001 superou em 15,3% o de 1999, o que contribuiu decisivamente para o pequeno ganho real observado na metade inferior da distribuição das remunerações, pois a faixa que mais concentrava este rendimento apresentou elevada alta. Na metade superior da distribuição dos rendimentos, o sentido foi de redução, que no todo foi pequena, em função da última faixa ter apresentado redução irrelevante, o que implicou em estabilidade no nível da concentração dos rendimentos.

Em 2002, os ajustes feitos em função da crise energética ocorrida no ano anterior ainda se refletiram na economia e a recuperação que começava a se delinear foi afetada pela turbulência na ordem econômica interna desencadeada no período eleitoral. Como conseqüência, a perda real nas remunerações foi mais evidente que a constatada no ano anterior, sinalizando a continuação da tendência de queda. Ainda que pequeno, o ganho real que o salário mínimo de 2002 apresentou em relação ao do ano anterior ajudou a atenuar as perdas nos segmentos que continham este rendimento. Na distribuição dos rendimentos, a perda na sua metade superior foi um pouco maior que na inferior, o que fez com que a concentração das remunerações de trabalho apresentasse pequena redução.

Os ajustes na política econômica, iniciados ao final de 2002, definindo a elevação das taxas de juros, contribuíram para a desaceleração na economia em 2003, que foi acompanhada pelo crescimento da inflação. Em decorrência, intensificou-se a perda real nos rendimentos em 2003, mantendo a tendência declinante iniciada em 1997. Na distribuição dos rendimentos de trabalho, somente um segmento, o terceiro menor, não apresentou perda real. O ganho real de 2,1% que o salário mínimo teve

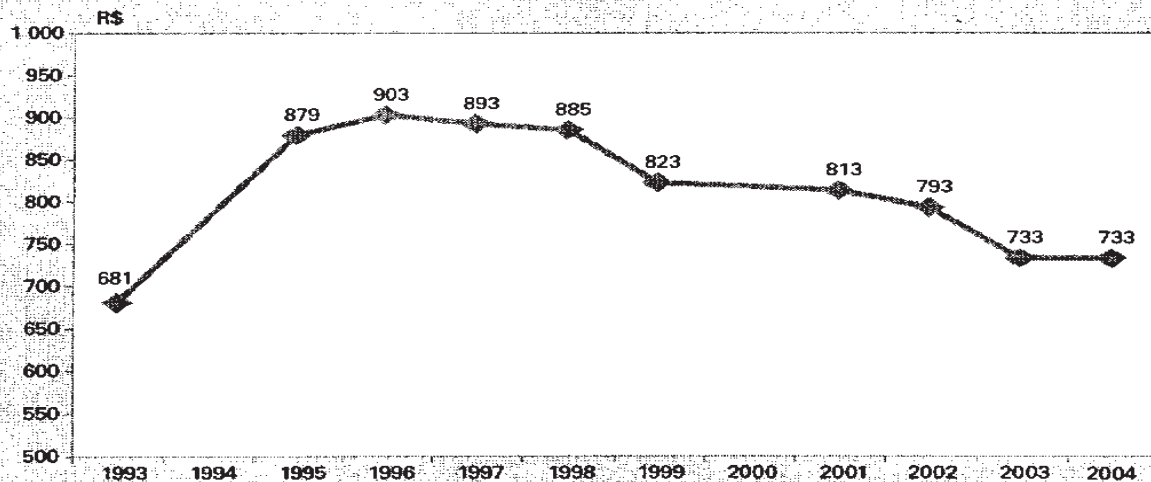
em relação ao do ano anterior sustentou a variação positiva, ainda que pequena, no segmento em que mais se concentrava, e contribuiu para reduzir a perda no seguinte, que ainda detinha parte desse rendimento. Na primeira metade da distribuição, as perdas foram menores que na segunda, o que resultou em redução na concentração dos rendimentos de trabalho. Esse mesmo comportamento foi verificado para o rendimento de todas as fontes.

A política de redução das taxas de juros, que começou a ser aplicada no terceiro trimestre de 2003, contribuiu para impulsionar a atividade econômica em 2004, constatando-se, ainda, retração no nível da inflação. Considerando os resultados de 2004 referentes à mesma cobertura geográfica abrangida pela pesquisa até o ano anterior, o efeito nas remunerações foi de estabilidade em relação às do ano anterior, sustando a trajetória descendente iniciada em 1997. Na distribuição das remunerações de trabalho, o último segmento, que detinha os rendimentos mais altos, apresentou perda real e o imediatamente anterior não variou, enquanto os ganhos reais mais expressivos ocorreram nos segmentos da metade inferior dessa distribuição. Embora o salário mínimo tenha apresentado ganho real de 2,2%, não foi o fator que mais influenciou na elevação na metade inferior da distribuição, uma vez que os maiores aumentos não ocorreram nos dois segmentos em que se encontrava o salário mínimo. O primeiro e o quinto segmentos dessa metade inferior da distribuição foram os que apresentaram os ganhos mais expressivos. Em decorrência dessas variações na distribuição, houve retração na concentração das remunerações de trabalho. Esse mesmo comportamento ocorreu para o rendimento de todas as fontes e para o domiciliar.

De 2003 para 2004, os 50% dos ocupados com as menores remunerações de trabalho tiveram ganho real de 3,2%, enquanto os 50% com os maiores rendimentos apresentaram perda real, ainda que insignificante, de 0,6%.

A remuneração média real das pessoas com rendimento de trabalho não variou de 2003 para 2004. Com esse resultado, foi mantida a perda real de 18,8% em relação a esse rendimento de 1996, ano em que alcançou seu ponto máximo desde o início da década de 1990.

Gráfico 4 - Rendimento médio mensal real de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas com rendimento de trabalho - Brasil - 1993/2004



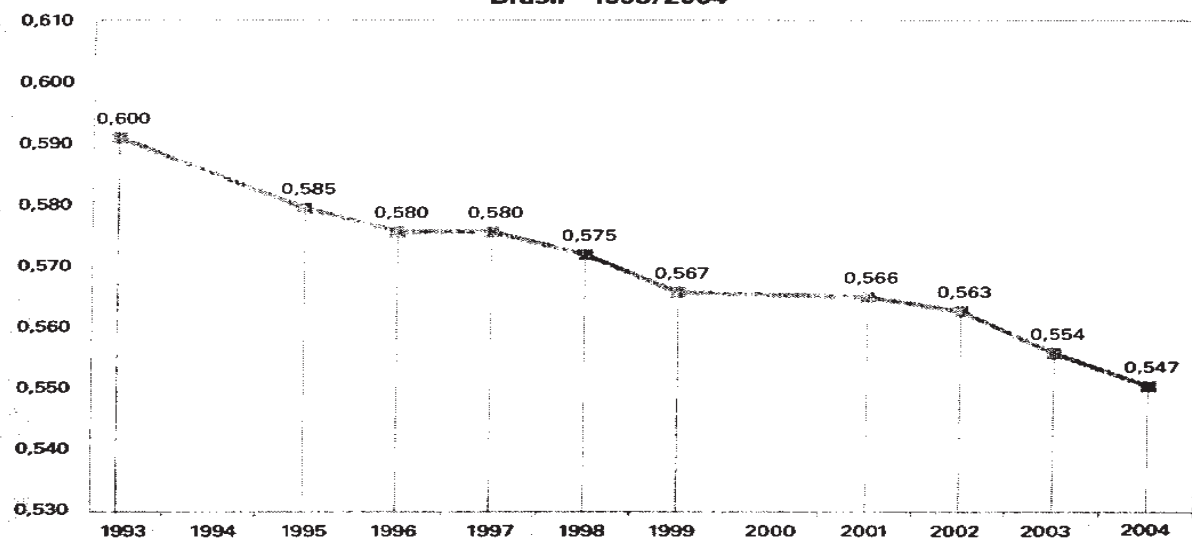
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2004.

NOTAS - 1. Excluído o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2004.
3. Valores de 1994 e 2000 obtidos por interpolação linear

Do total das remunerações de trabalho, os 10% dos ocupados com os maiores rendimentos detiveram 49,0%, em 1993, e 44,6%, em 2004, enquanto os 10% dos ocupados com os menores rendimentos ficaram com 0,7%, em 1993, e 1,0%, em 2004.

No período de 1993 a 2004, o índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho apresentou tendência de declínio. Este indicador estava em 0,600, em 1993, e atingiu 0,567, em 1999, e passou para 0,547, em 2004, o mais baixo resultado desde 1981.

**Gráfico 5 - Índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal real de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas com rendimento de trabalho
Brasil - 1993/2004**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2004.

NOTAS: 1 - Excluído o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
2 - Valores de 1994 e de 2000 obtidos por interpolação linear.

De 2003 para 2004, as oscilações nas remunerações reais das categorias de posição na ocupação foram insignificantes, variando de -1,2% a +0,9%.

Em 1993, o rendimento médio das mulheres com remuneração de trabalho representava 59,0% do recebido pelos homens, alcançou 69,1%, em 1999, e ficou em 69,3%, em 2004. No período de 1999 a 2004, esse indicador manteve-se no mesmo patamar, oscilando de 69,1% a 70,3%.

De 1993 para 2003, o rendimento médio mensal dos domicílios com rendimento apresentou crescimento que não foi expressivo (1,9%).

IBGE

PNAD 2004
DOMICÍLIOS



Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 2004

Grandes Regiões	Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes				
	Iluminação elétrica	Lixo coletado	Rede geral de abastecimento de água	Esgotamento sanitário adequado (rede de esgoto ou fossa séptica)	Telefone Total Somente celular
Brasil	96,8	84,8	82,2	68,9	65,4 16,5
Norte	89,5	70,9	55,2	50,5	48,1 19,8
Nordeste.....	92,8	69,8	73,1	45,4	41,3 14,1
Sudeste.....	99,4	94,2	91,5	86,9	75,8 13,9
Sul.....	98,9	87,4	83,9	76,1	78,3 22,4
Centro-Oeste....	97,5	86,8	78,9	41,5	72,8 24,2

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 2004

Grandes Regiões	Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes						
	Televisão	Rádio	Geladeira	Freezer	Máquina de lavar roupa	Microcomputador	
						Total	Ligado à internet
Brasil	90,3	87,8	87,4	17,1	34,5	16,3	12,2
Norte	79,3	73,0	74,8	14,4	17,8	6,9	4,2
Nordeste.....	81,7	80,7	70,7	6,7	10,2	6,8	4,9
Sudeste.....	95,7	92,5	95,6	17,3	46,2	22,0	16,8
Sul.....	93,8	93,6	95,0	33,9	51,1	20,3	15,0
Centro-Oeste..	89,9	85,0	90,4	18,8	25,9	14,9	11,1

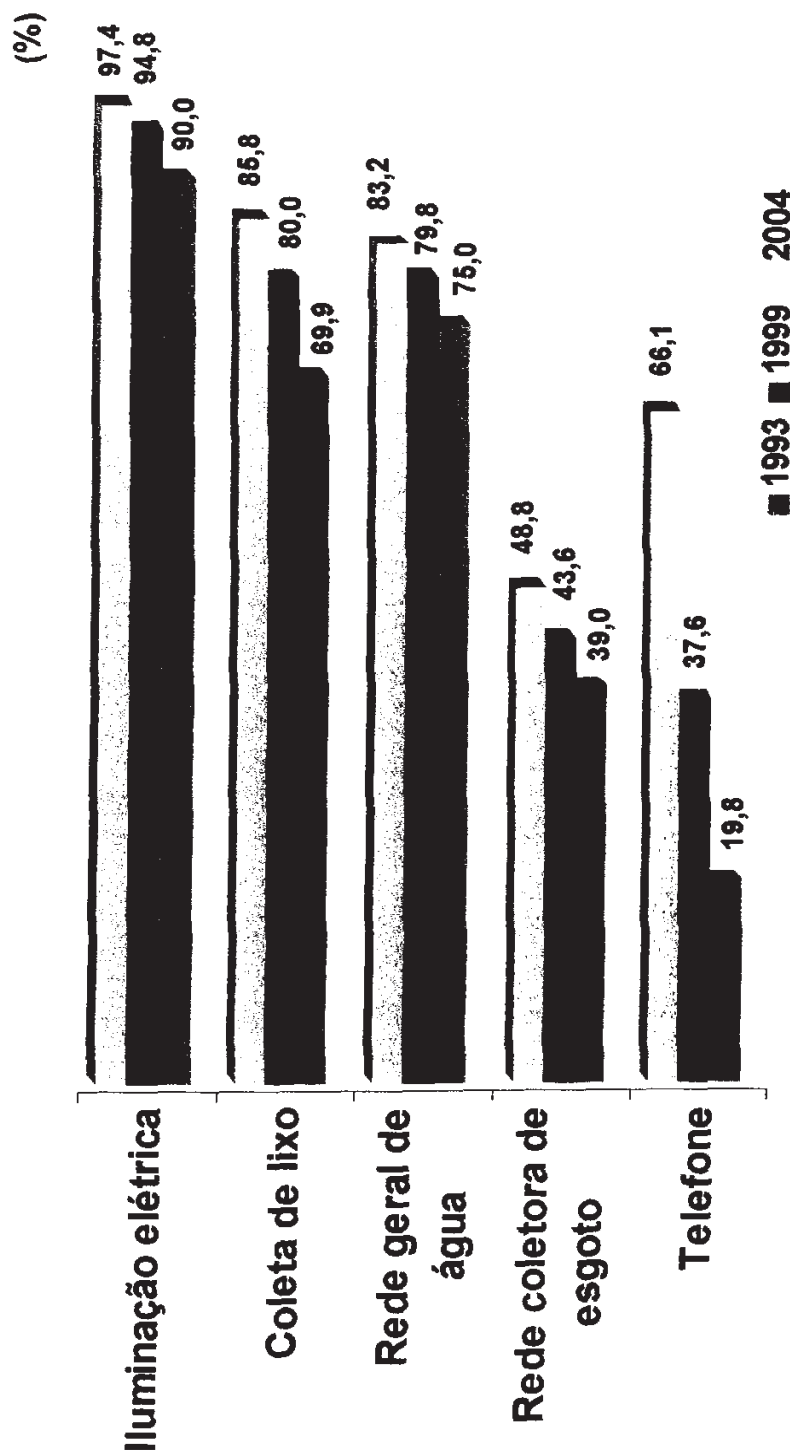
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Percentual de domicílios atendidos por alguns serviços no total de domicílios particulares permanentes

Brasil – 1993/2004



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Nota: Exclusivo os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes

Brasil – 2001-2004

Tipo de telefone	Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes			
	2001	2002	2003	2004
Total.....	58,9	61,7	62,0	66,1
Celular.....	31,1	34,7	38,6	48,3
Somente celular.....	7,8	8,8	11,2	16,5
Fixo convencional.....	51,1	52,9	50,8	49,6
Somente fixo convencional...	27,9	27,0	23,4	17,8
Celular e fixo convencional...	23,2	25,9	27,4	31,8

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

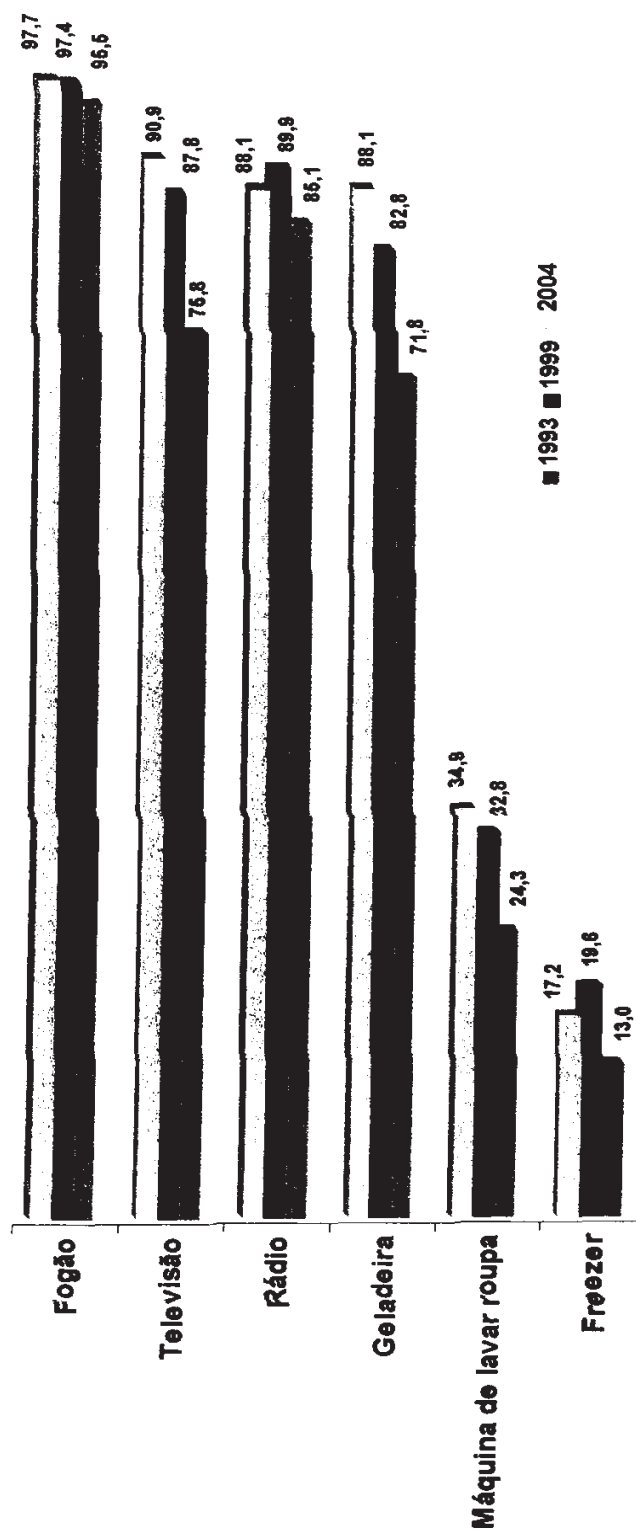
Nota: Exclui-se os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes

Brasil – 1993/2004

(%)



FONTE : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA: Exclusivo os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Percentual de domicílios com geladeira ou freezer no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões – 1999-2004

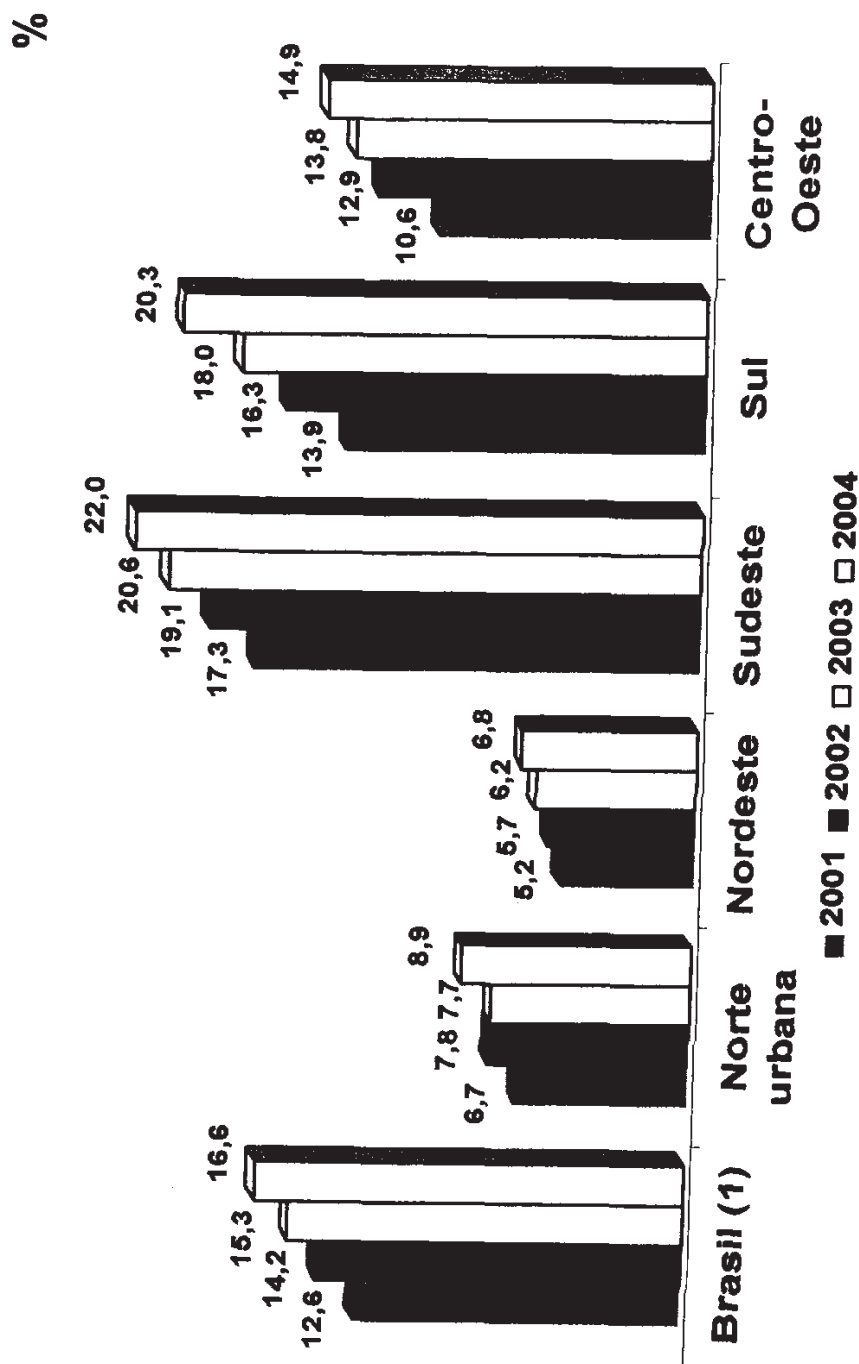
Ano	Percentual de domicílios com geladeira ou freezer no total de domicílios particulares permanentes			
	Com geladeira			Com freezer
	Total	2 portas	1 porta	
1999....	82,8	11,8	71,0	19,6
2001....	85,1	12,8	72,3	18,8
2002....	86,7	13,6	73,1	18,5
2003....	87,3	14,8	72,5	17,7
2004....	88,1	15,8	72,3	17,2

Fonte: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Exclusivo os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



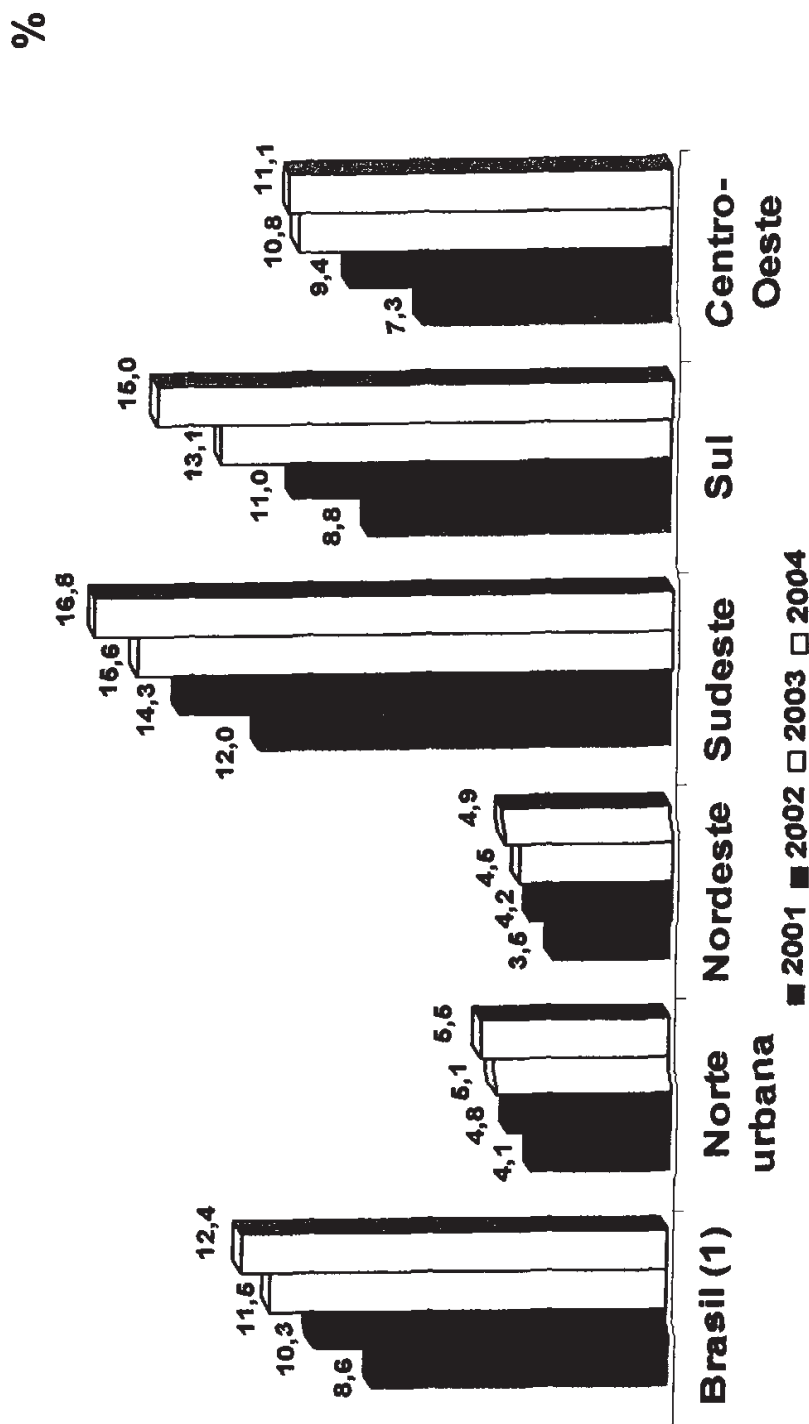
Percentual de domicílios dotados de microcomputador no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões – 2001-2004



FONTE : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
(1) Exclui os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Percentual de domicílios dotados de microcomputador com acesso à internet no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões – 2001-2004



FONTE:- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
(1) Exclui os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

PNAD 2004

EDUCAÇÃO



Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2004

Grupos de idade	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade					
	Brasil	Grandes Regiões				Centro-Oeste
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Total.....	8,9	12,9	9,9	6,7	9,5	10,3
5 ou 6 anos....	18,9	31,0	15,9	13,9	27,3	25,8
7 a 14 anos.....	2,9	5,1	3,9	1,9	2,2	2,8
15 a 17 anos...	18,1	21,4	21,1	14,6	18,3	20,1

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2004

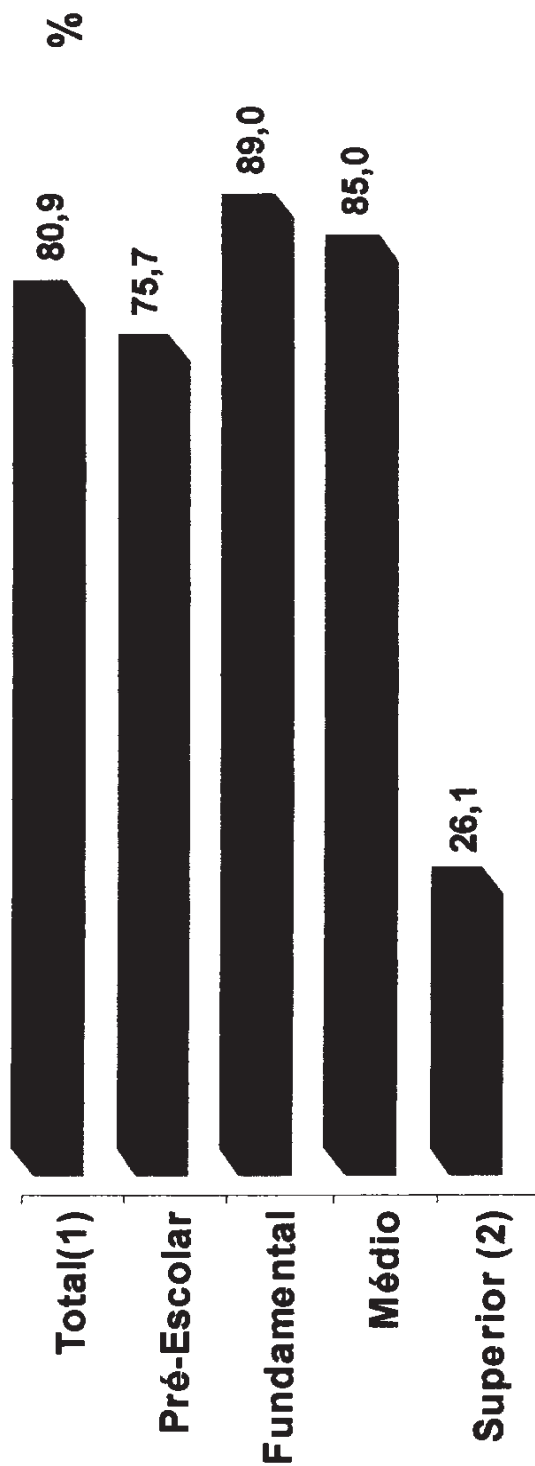
Grandes Regiões	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade							
	5 ou 6 anos		7 a 14 anos		15 a 17 anos		Homens	Mulheres
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Brasil	20,4	17,3	3,2	2,6	18,7	17,5		
Norte	34,4	27,5	5,4	4,7	20,9	21,9		
Nordeste.....	17,0	14,7	4,6	3,2	21,8	20,4		
Sudeste.....	15,5	12,3	2,0	1,9	15,1	14,0		
Sul	27,6	27,0	2,2	2,2	19,1	17,5		
Centro-Oeste.	28,1	23,4	3,2	2,4	21,4	18,8		

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Percentual de estudantes da rede pública, no total de estudantes de 5 anos ou mais de idade, por nível de ensino

Brasil - 2004



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Inclusive os estudantes de cursos de alfabetização de adultos e pré-vestibular. (2) Inclusive os estudantes de cursos de mestrado e doutorado.



Percentual de estudantes da rede pública na população de estudantes de 5 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o nível de ensino - 2004

Nível de ensino que freqüentavam	Percentual de estudantes da rede pública de ensino na população de estudantes de 5 anos ou mais de idade					
	Brasil	Grandes Regiões				Centro-Oeste
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Total (1).....	80,9	88,0	84,8	76,8	80,6	78,7
Pré-escolar....	75,7	76,1	74,5	76,2	79,8	71,0
Fundamental..	89,0	92,9	89,7	86,7	91,0	87,5
Médio.....	85,0	90,8	86,5	83,1	85,4	84,1
Superior (2)....	26,1	46,0	41,5	18,6	23,9	29,0

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Inclusive os estudantes de cursos de alfabetização de adultos e vestibular. (2) Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado.



Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2004

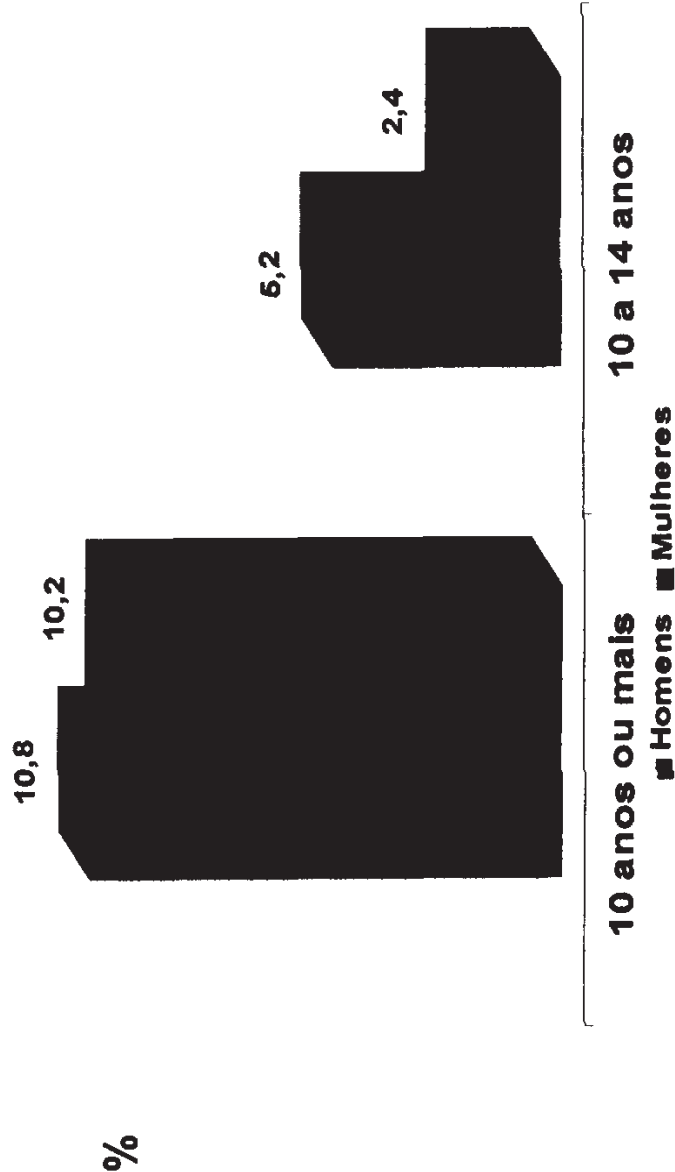
Grupos de idade	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				Centro-Oeste
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Total	10,5	11,7	20,6	6,1	5,7	8,3
10 a 14 anos.....	3,8	5,9	8,0	1,4	1,1	1,4
15 anos ou mais..	11,4	12,7	22,4	6,6	6,3	9,2

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade e de 10 a 14 anos de idade, por sexo

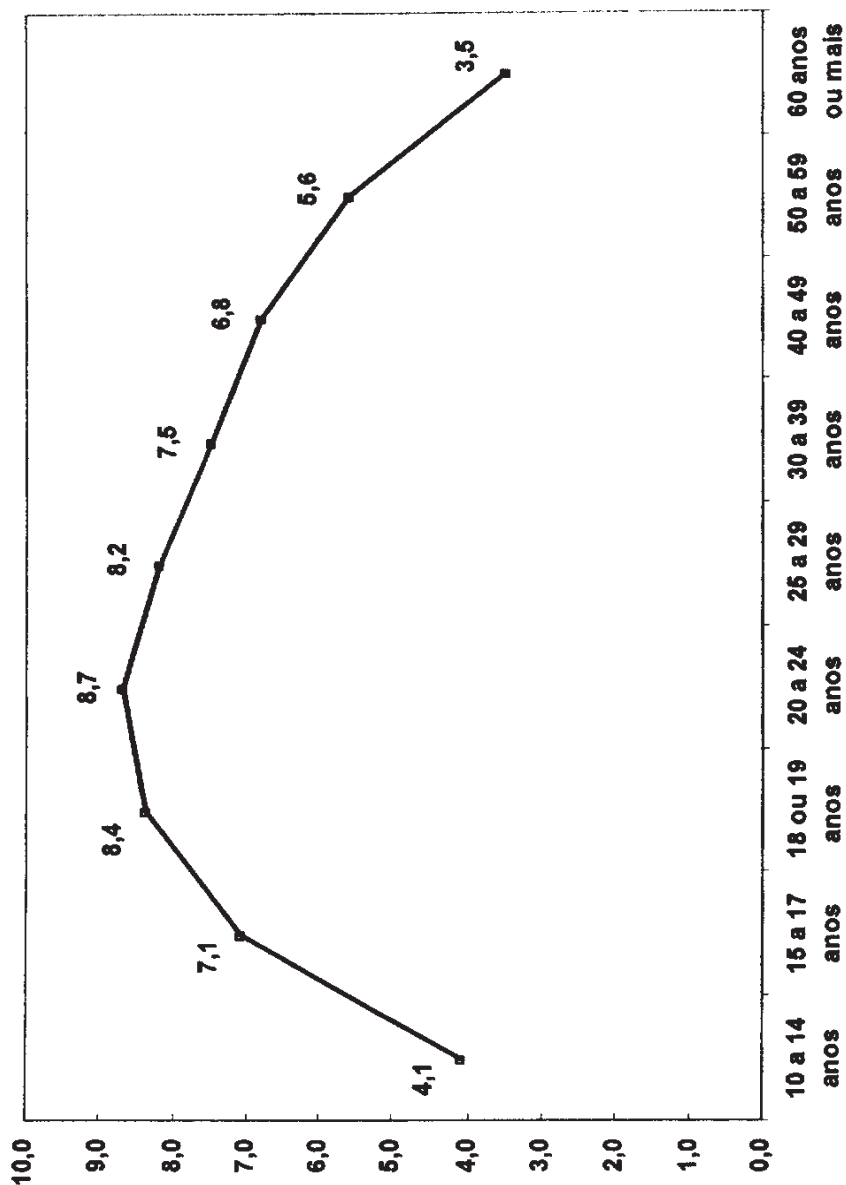
Brasil – 2004





Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade

Brasil – 2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2004

Grupos de idade	Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1).....	6,6	5,9	5,3	7,3	7,1	6,8
10 a 14 anos.....	4,1	3,5	3,6	4,4	4,5	4,3
15 a 17 anos.....	7,1	6,3	6,1	7,8	7,9	7,3
18 ou 19 anos.....	8,4	7,4	7,1	9,2	9,3	8,7
20 a 24 anos.....	8,7	7,8	7,3	9,6	9,6	8,9
25 anos ou mais ..	6,4	5,9	5,0	7,2	6,9	6,6

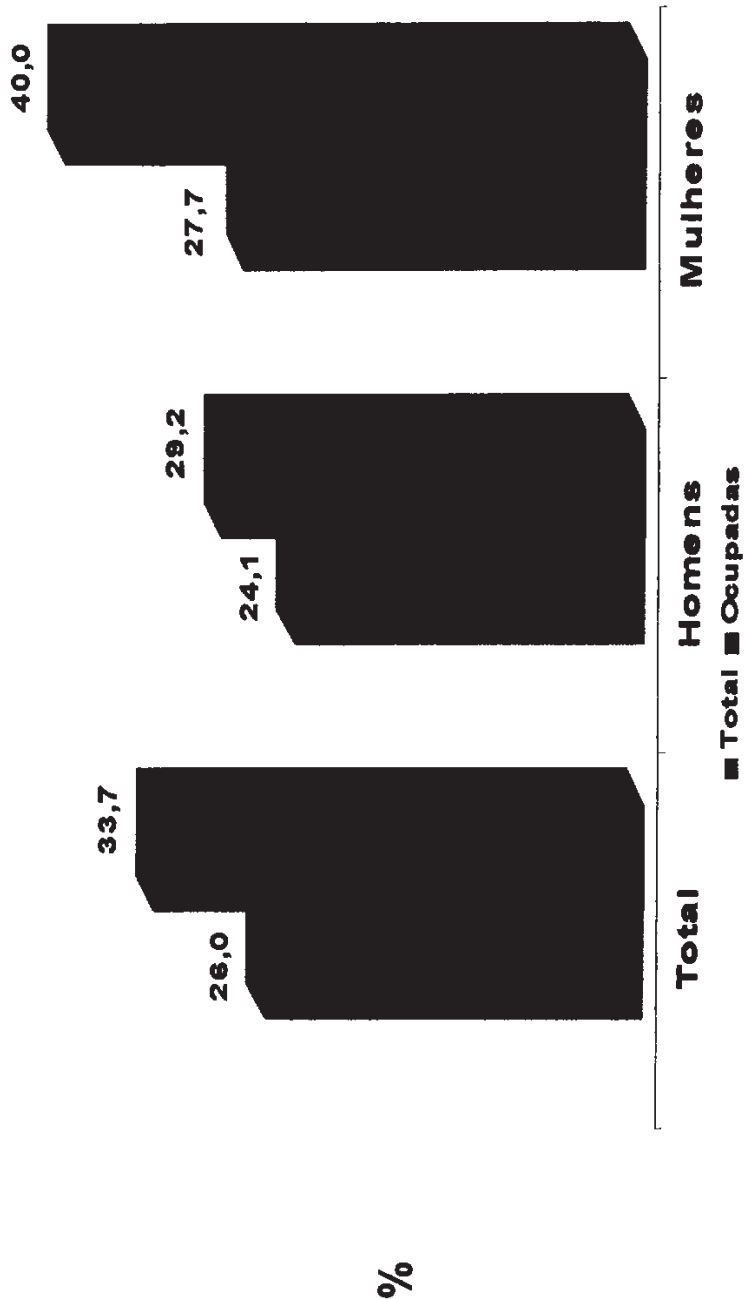
FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Inclusive as informações das pessoas com idade ignorada.



Percentual de pessoas com pelo menos o ensino médio ou equivalente concluído, na população de 10 anos ou mais de idade, total e ocupada, por sexo

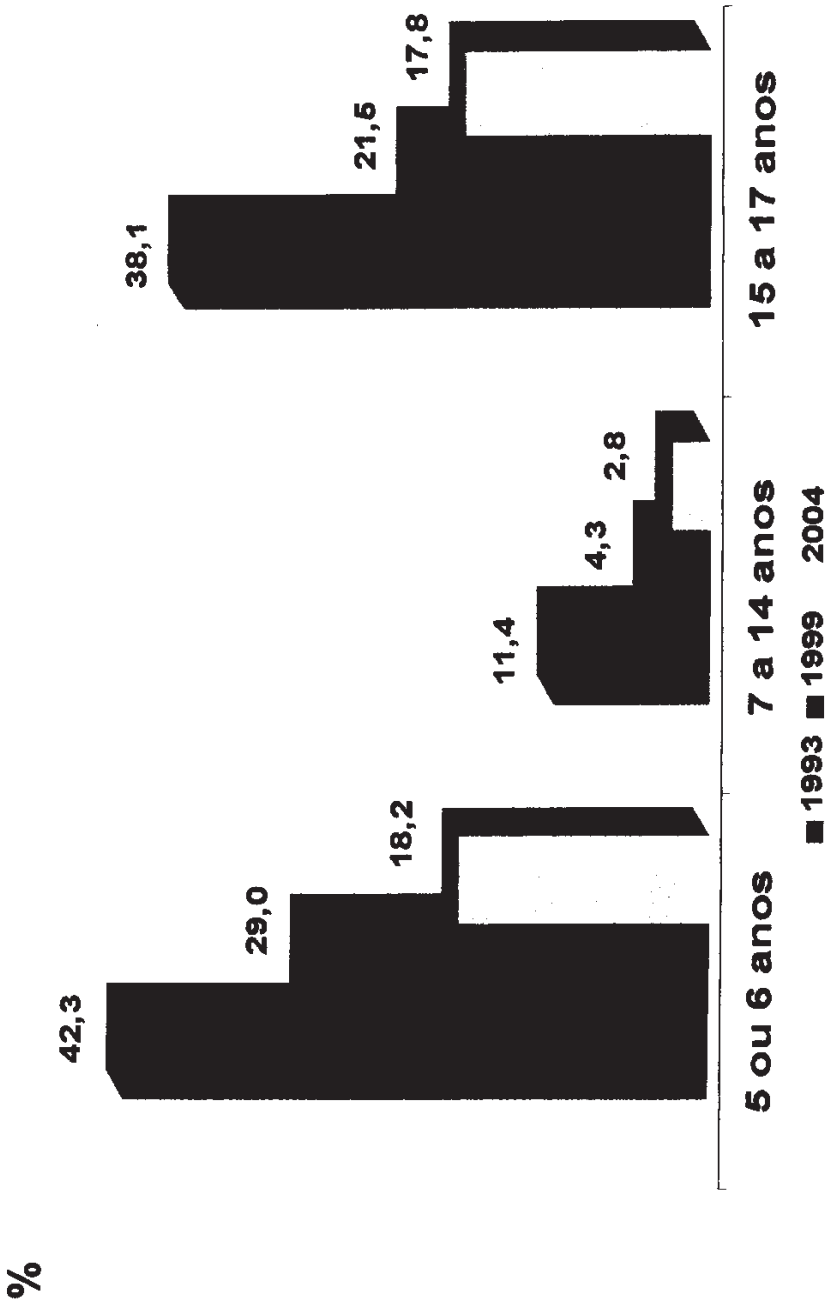
Brasil – 2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade Brasil – 1993/2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA: Exclui as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões e os grupos de idade – 1993/2004

Ano	Percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade						
	Brasil (1)	Grandes Regiões				Centro-Oeste	
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul		
		5 ou 6 anos					
1993.....	42,3	33,2	38,7	41,2	53,7	48,0	
1999.....	29,0	27,8	23,0	28,9	39,2	33,9	
2004.....	18,2	25,8	15,9	13,9	27,3	25,8	
		7 a 14 anos					
1993.....	11,4	9,1	16,6	7,8	10,1	10,6	
1999.....	4,3	4,5	5,9	3,3	3,5	4,0	
2004.....	2,8	4,2	3,9	1,9	2,2	2,8	
		15 a 17 anos					
1993.....	38,1	28,5	40,9	34,5	44,9	38,0	
1999.....	21,5	19,6	23,3	19,0	24,8	22,2	
2004.....	17,8	18,2	21,1	14,6	18,3	20,1	

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

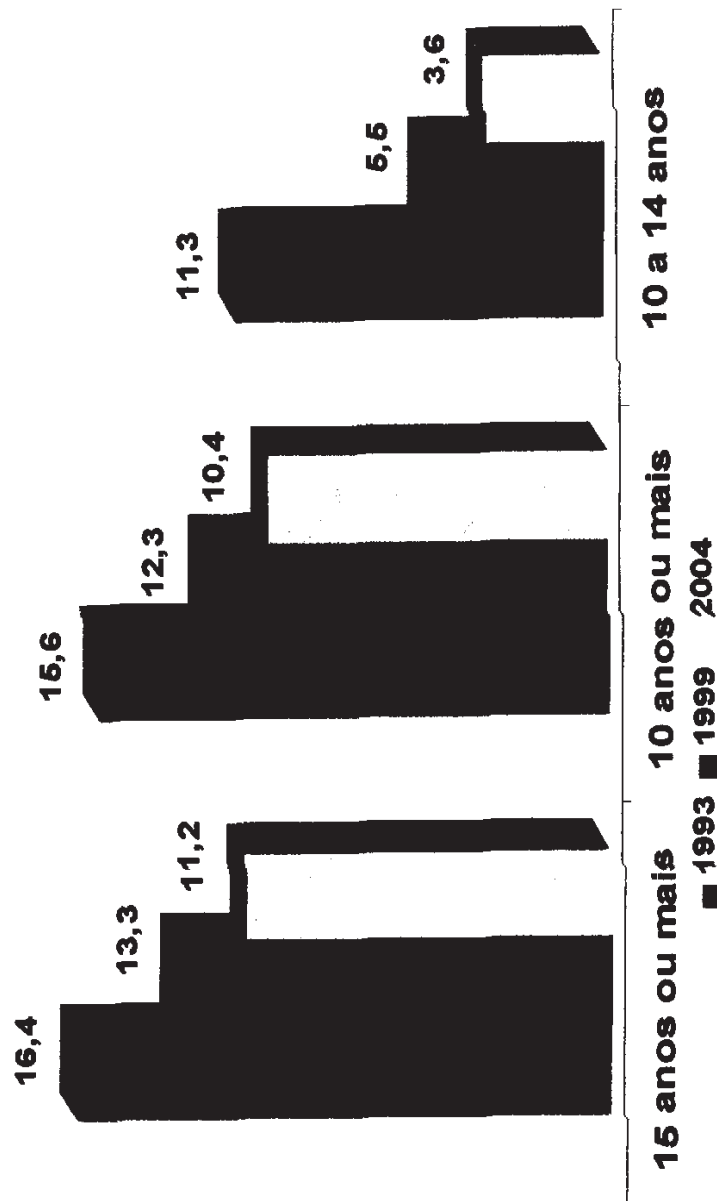
(1) Exclui-se as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, 15 anos ou mais de idade e de 10 a 14 anos de idade

Brasil – 1993/2004

%



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade e de 10 a 14 anos de idade, por sexo

Brasil – 1993/2004

Ano	Taxa de analfabetismo (%)			
	10 anos ou mais de idade		10 a 14 anos de idade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993.....	15,7	15,5	14,1	8,5
1999.....	12,5	12,1	7,0	4,0
2004.....	10,6	10,1	4,9	2,3

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Exclusiva as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade e de 10 a 14 anos de idade, por Grandes Regiões - 1993/2004

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1993...	15,6	12,5	30,9	9,0	8,7	12,7
1999...	12,3	10,4	24,4	7,0	7,0	9,7
2004...	10,4	8,9	20,6	6,1	5,7	8,3
Total						
10 a 14 anos de idade						
1993...	11,3	8,0	26,7	3,2	2,1	5,6
1999...	5,5	4,6	12,8	1,4	1,3	2,8
2004...	3,6	3,9	8,0	1,4	1,1	1,4

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Percentual de pessoas com pelo menos o nível médio ou equivalente concluído, na população de 10 anos ou mais de idade, total e ocupada, por sexo

Brasil – 1993/2004

Ano	Percentual de pessoas com pelo menos o nível médio ou equivalente concluído, na população de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas		
				Total	Homens	Mulheres
1993.....	14,4	13,6	15,2	19,0	16,3	23,2
1999.....	19,0	17,6	20,4	24,9	21,2	30,5
2004.....	26,3	24,5	28,0	34,3	29,8	40,6

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

PNAD 2004

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS



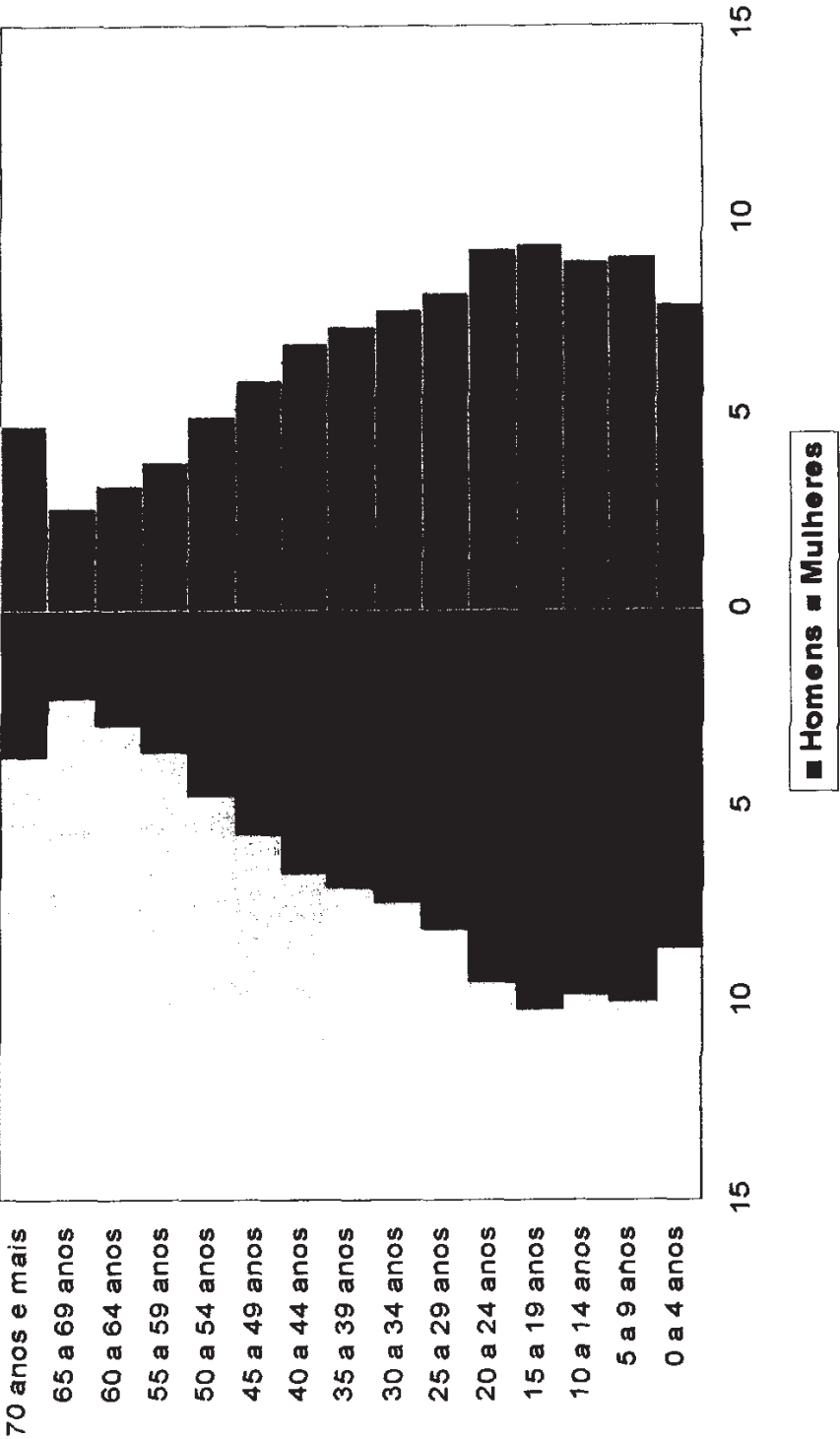
Taxa de fecundidade total Brasil - 2004

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total
Brasil.....	2,1
Norte.....	2,8
Nordeste.....	2,3
Sudeste.....	2,0
Sul.....	1,9
Centro-Oeste.....	2,1

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Distribuição da população residente por sexo, segundo os grupos de idade Brasil - 2004

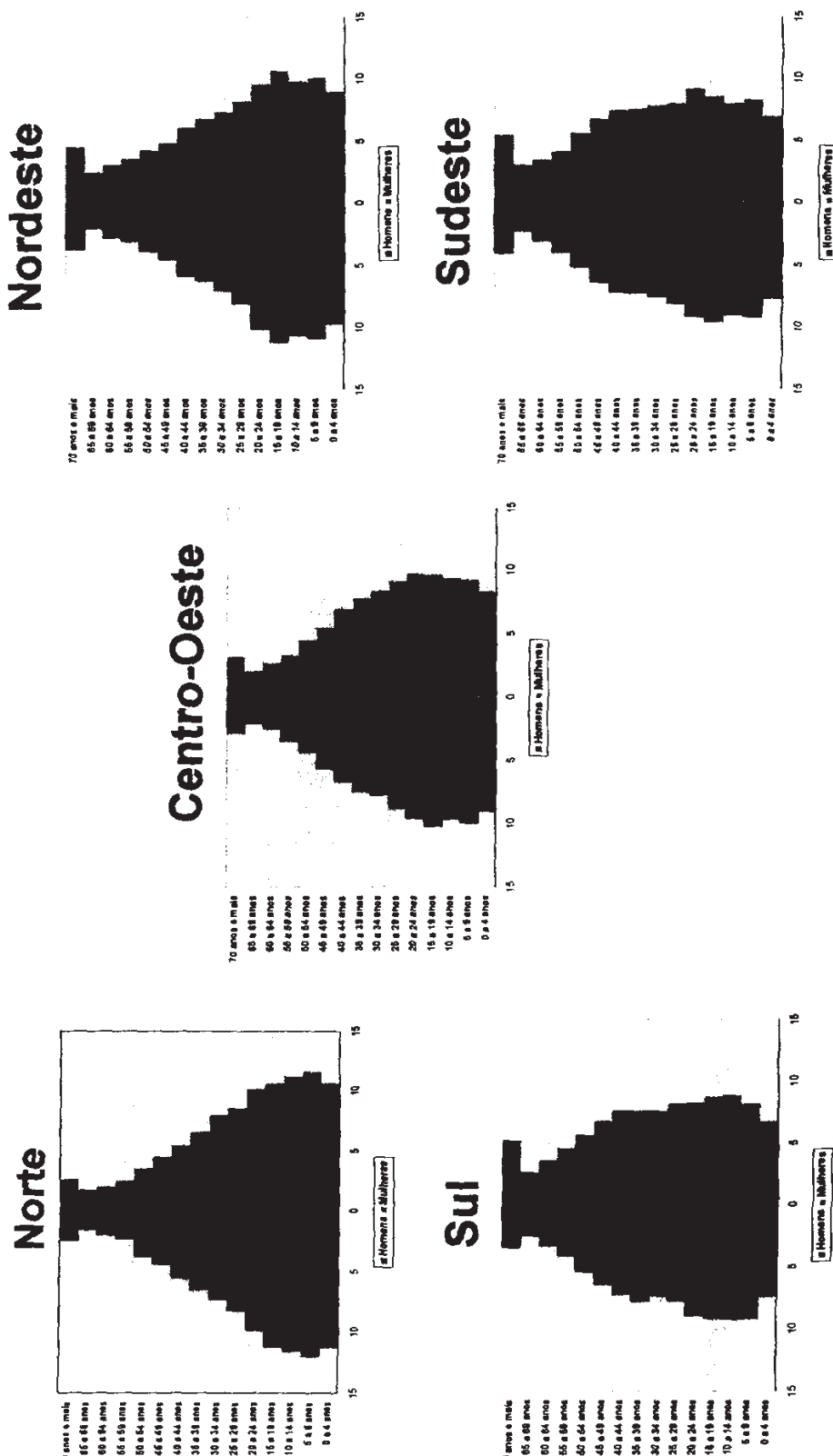


FONTE:- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Distribuição da população residente por sexo e grupos de idade

Grandes Regiões - 2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 15



Taxa de fecundidade total Brasil - 1984 / 2004

Ano	Taxa de fecundidade total
1984.....	3,5
1993.....	2,6
1999.....	2,3
2004.....	2,1

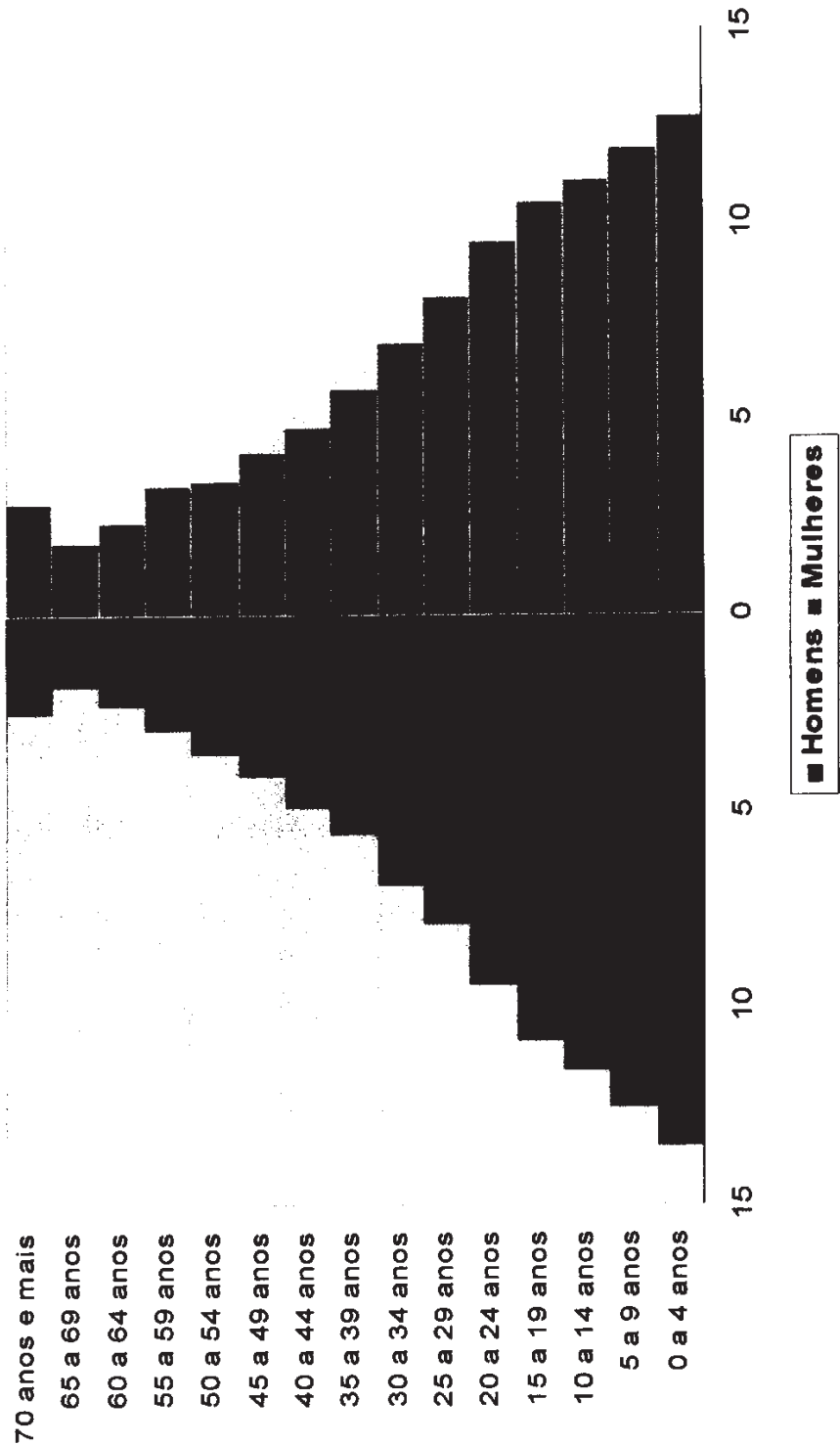
FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Exclusivo as informações das mulheres da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Distribuição da população residente por sexo, segundo os grupos de idade

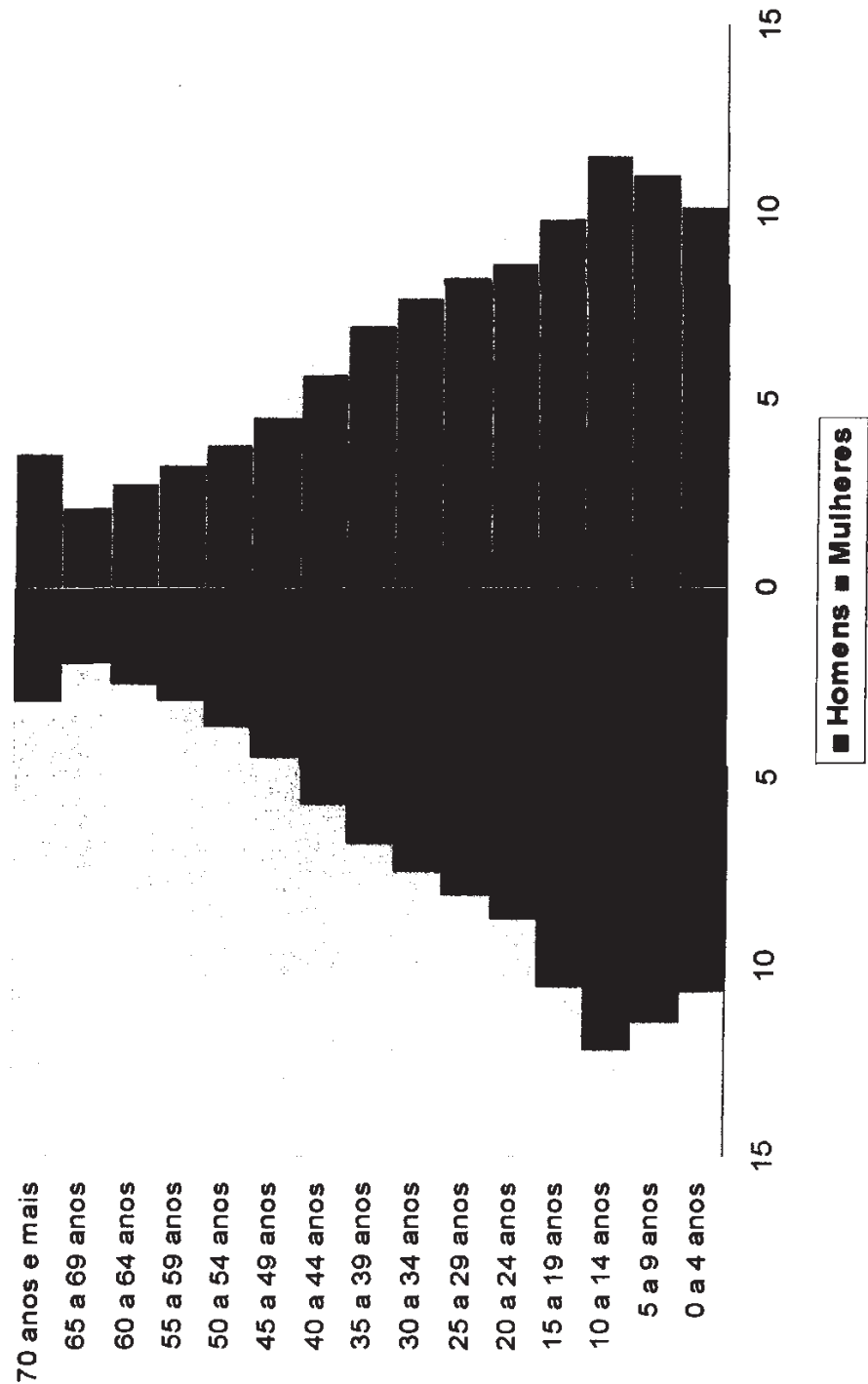
Brasil - 1984



FONTE:- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



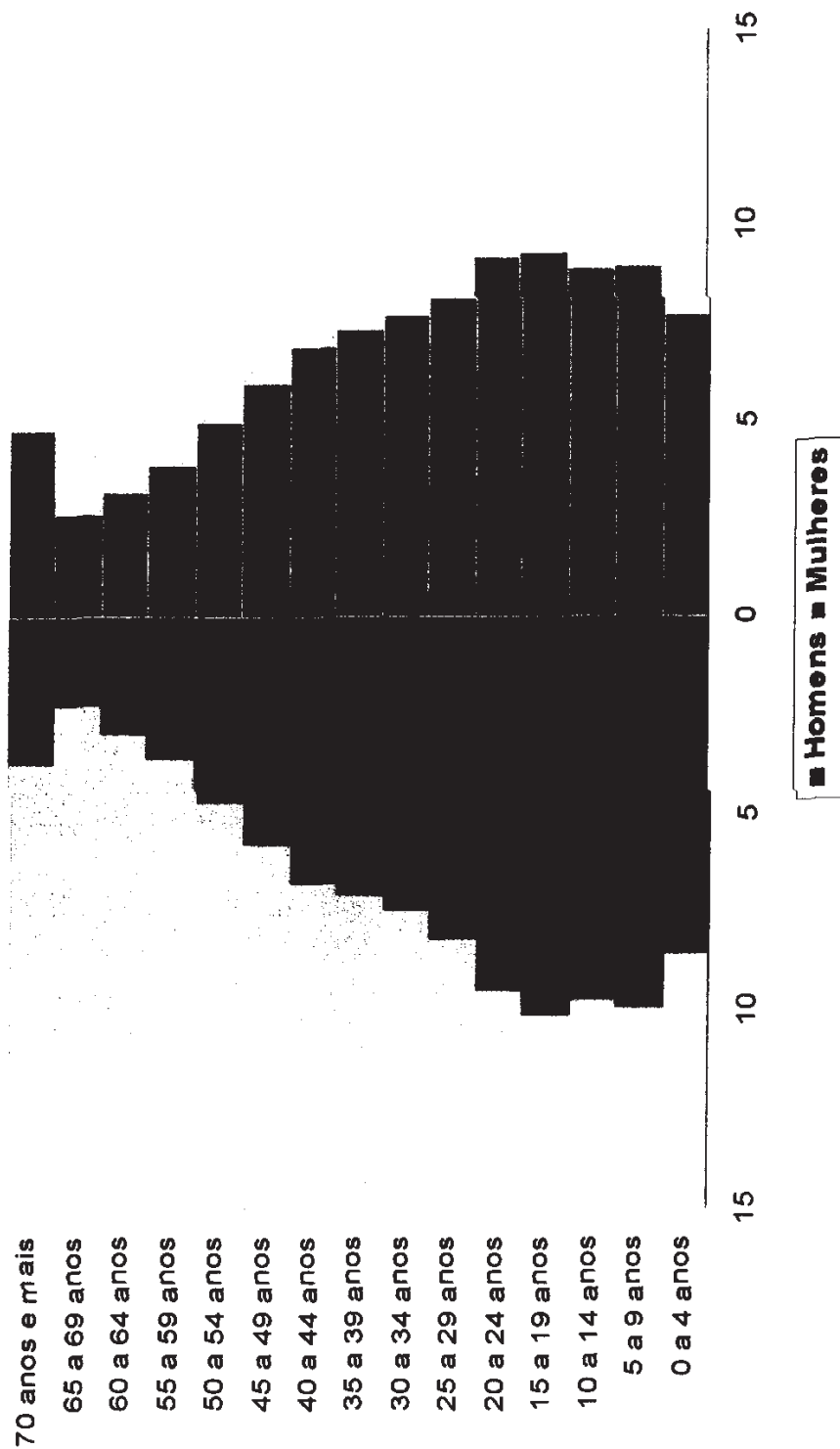
Distribuição da população residente por sexo, segundo os grupos de idade Brasil - 1993



FONTE : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA : Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Distribuição da população residente por sexo, segundo os grupos de idade Brasil - 2004



FONTE : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Número médio de pessoas por domicílio particular permanente, segundo as Grandes Regiões - 1993/2004

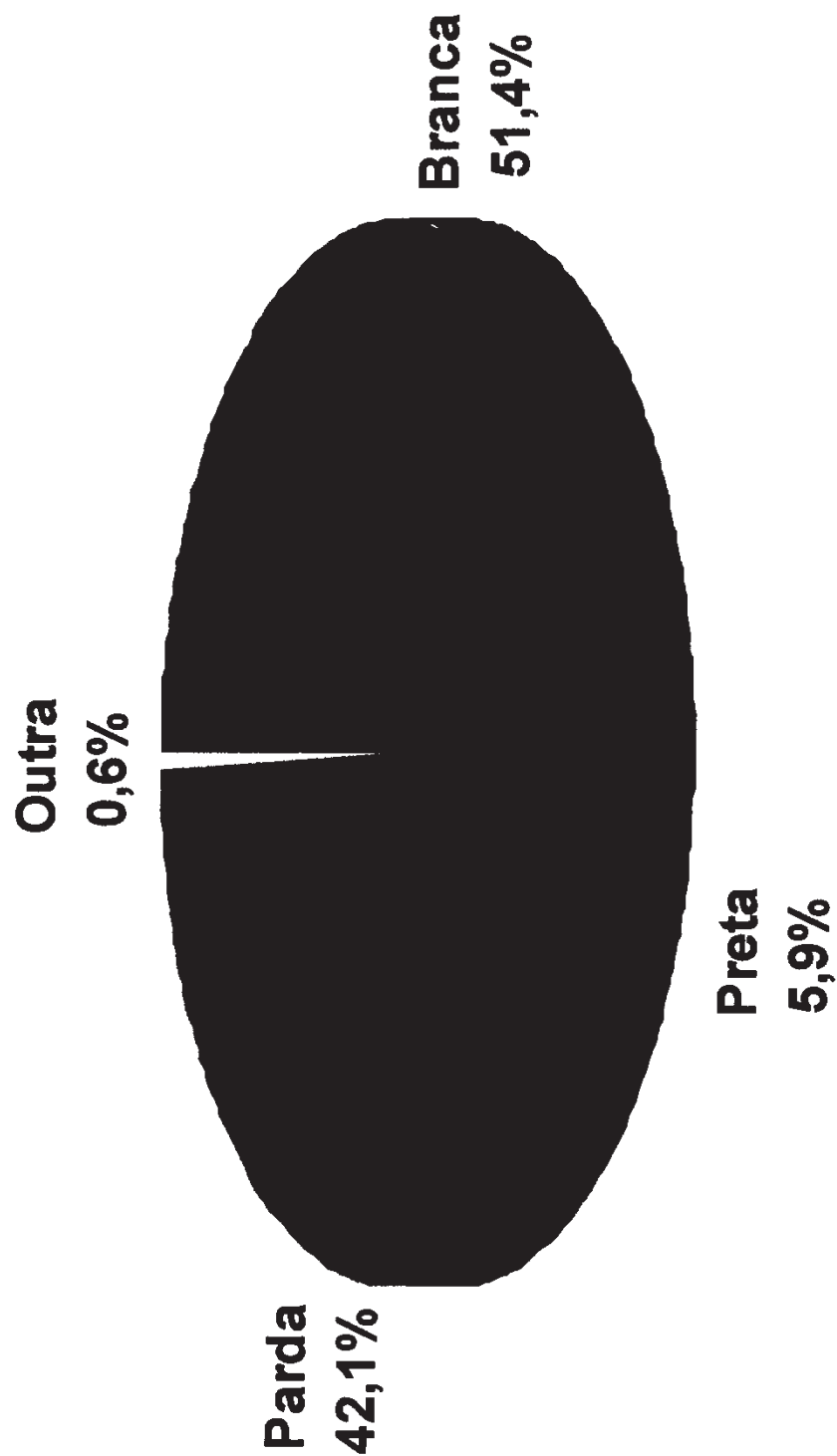
Ano	Número médio de pessoas por domicílio particular permanente					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				Centro-Oeste
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	
1993....	4,0	4,6	4,4	3,8	3,7	4,0
1999....	3,7	4,3	4,1	3,6	3,5	3,6
2004....	3,5	4,0	3,9	3,3	3,3	3,4

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui as informações da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



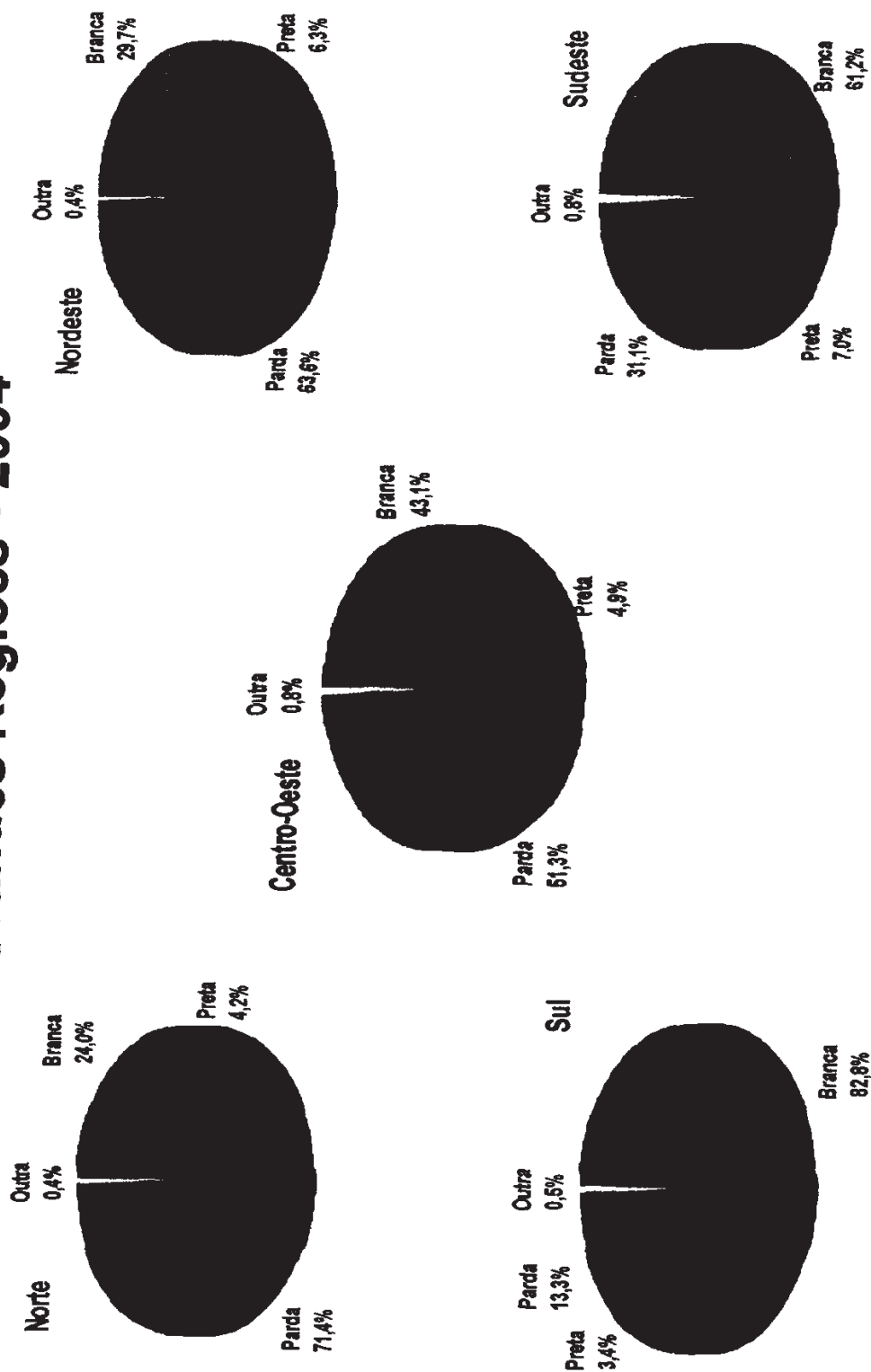
Distribuição da população residente, por cor ou raça Brasil - 2004



FONTE : IBGE, Diretoria de Pesquisas, coordenação de Trabalho e rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



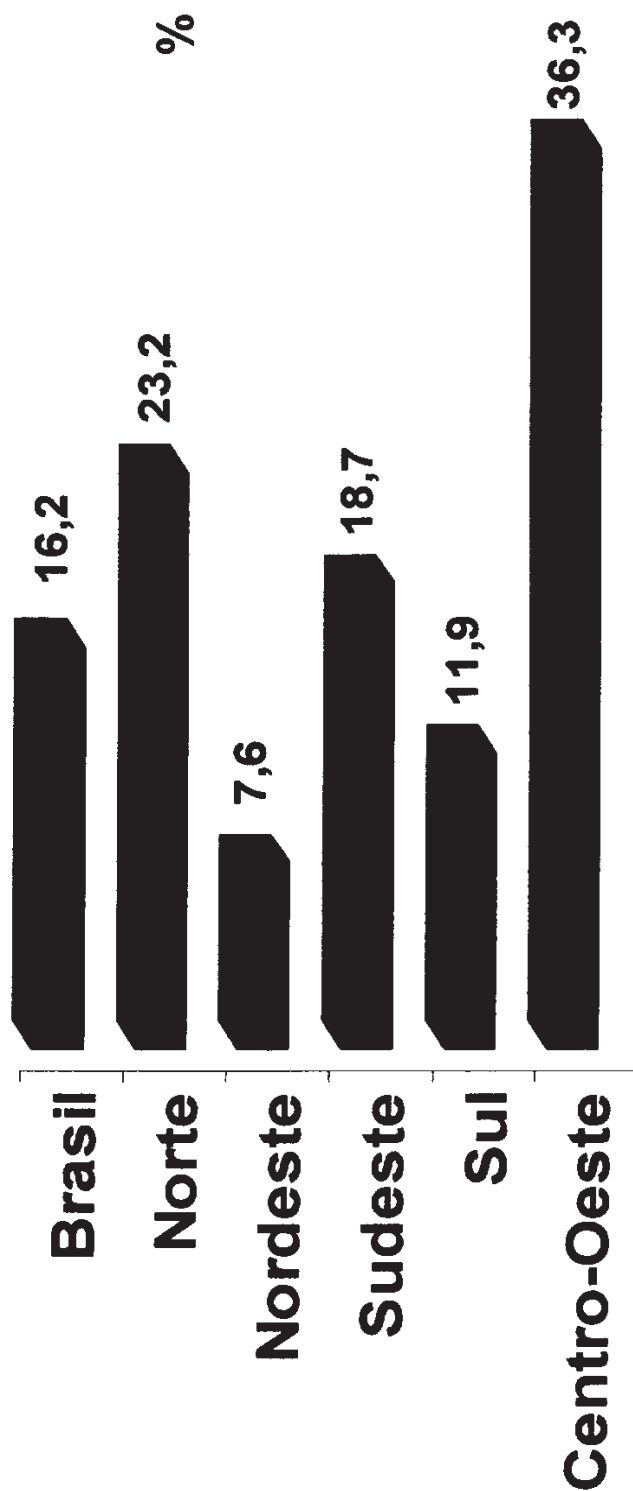
Distribuição da população residente, por cor ou raça Grandes Regiões - 2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 22



Percentual de pessoas não-naturais da Unidade da Federação de residência na população residente, por Grandes Regiões - 2004





**Percentual de pessoas não-naturais do município de
residência na população residente, por Grandes
Regiões - 2004**

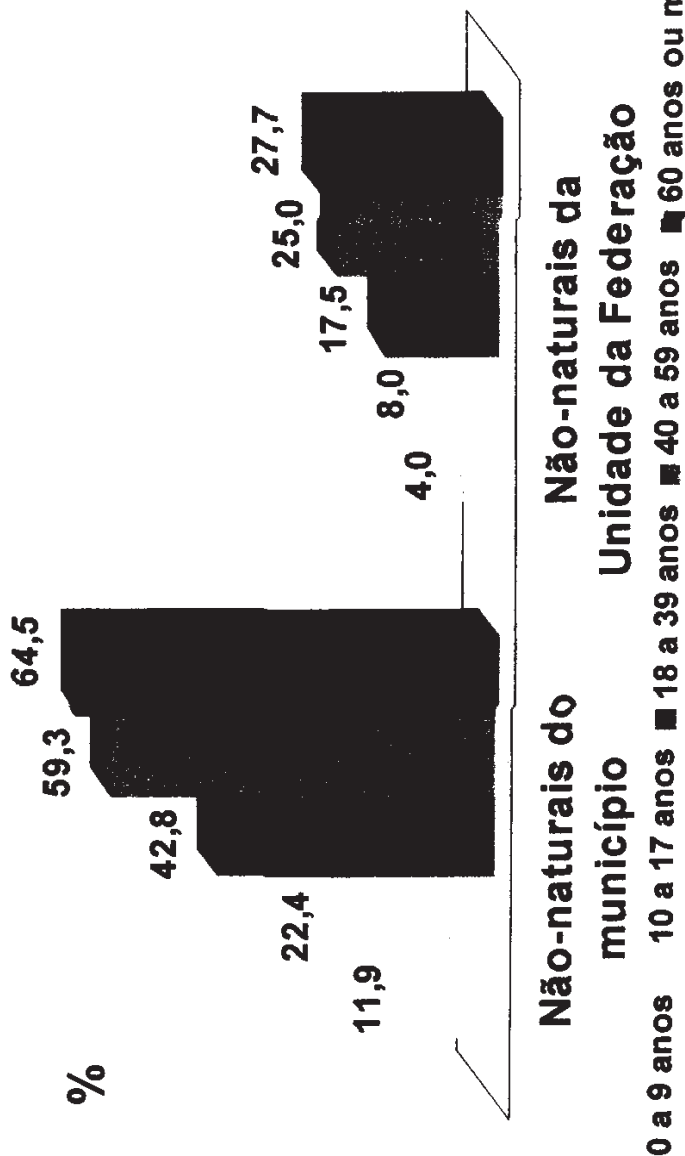


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Percentual de pessoas não-naturais do município e não-naturais da Unidade da Federação de residência na população residente, por grupos de idade

Brasil - 2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação de residência

Brasil – 2004

Naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação de residência	Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)
Total	56,5
Naturais do município.....	53,9
Não-naturais do município.....	59,5
Naturais da Unidade da Federação.....	55,8
Não-naturais da Unidade da Federação....	59,6

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNAD 2004

TRABALHO



Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo

Brasil - 2004

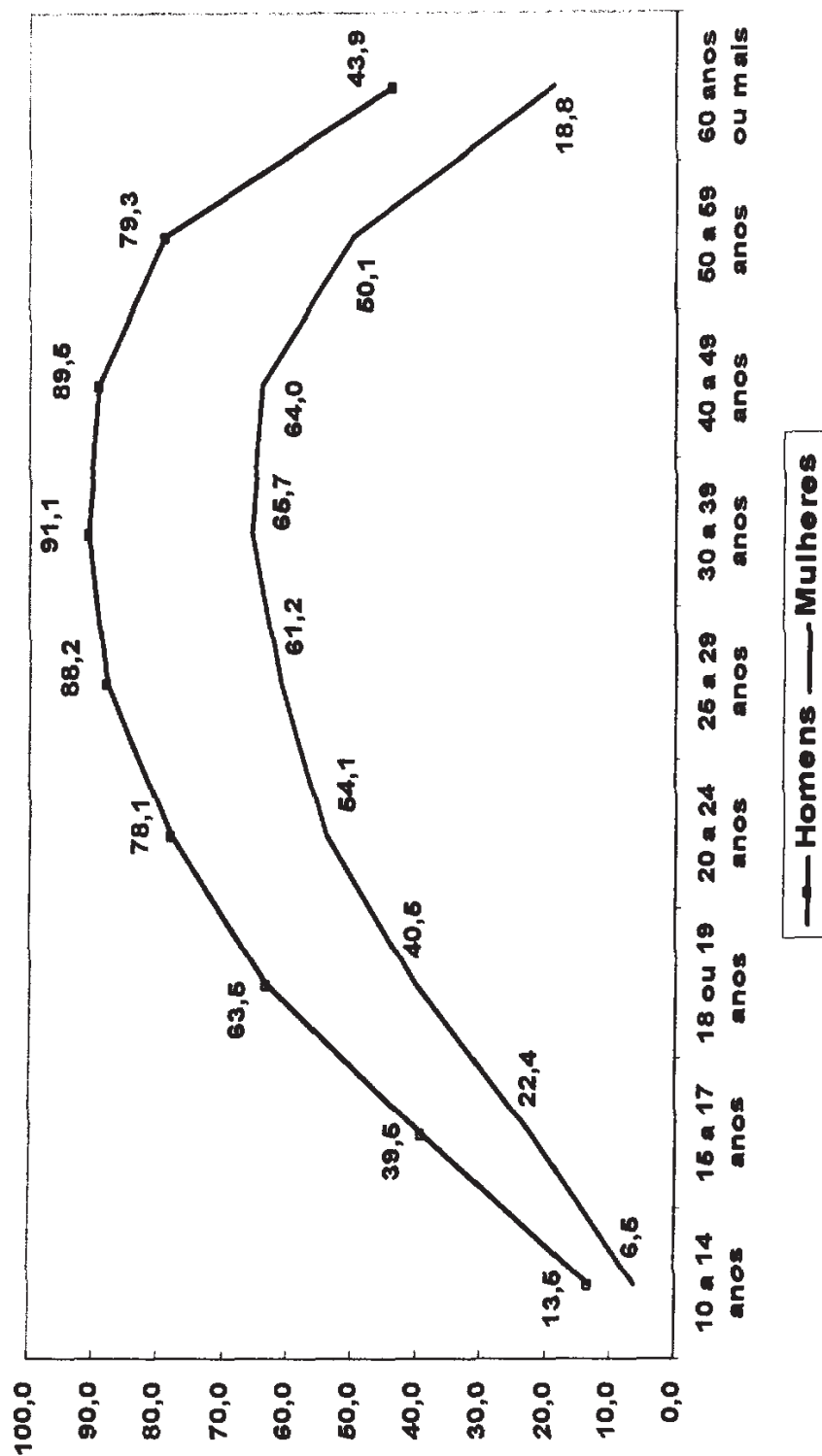
Sexo	Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%) (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade)					
	Brasil	Grandes Regiões				Centro-Oeste
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Total	56,5	57,8	55,3	54,5	62,8	58,6
Homens.....	68,2	71,2	68,0	65,5	73,4	71,0
Mulheres.....	45,6	44,4	43,5	44,4	52,8	47,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade e sexo

Brasil - 2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por Grandes Regiões, segundo os segmentos de atividade do trabalho principal - 2004

Segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (%)						
	Brasil	Grandes Regiões				Centro-Oeste	
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul		
Total (1).....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola.....	21,0	28,6	36,2	10,0	22,6	17,3	
Indústria.....	14,7	11,4	9,4	17,7	18,5	10,7	
Construção.....	6,3	6,5	5,3	7,0	5,8	7,3	
Comércio e reparação..	17,3	17,4	15,5	18,3	17,0	19,0	
Serviços.....	40,5	35,5	33,3	46,8	36,0	45,6	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.



Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, e percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo os segmentos de atividade do trabalho principal

Brasil – 2004

Segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (%)			Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada
	Total	Homens	Mulheres	
Total (1).....	100,0	100,0	100,0	41,8
Agrícola.....	21,0	24,5	16,0	32,0
Indústria	14,7	16,2	12,5	35,7
Construção.....	6,3	10,6	0,4	2,5
Comércio e reparação...	17,3	18,4	15,9	38,3
Serviços.....	40,5	29,9	55,1	56,9
Serviços domésticos...	7,7	0,9	17,1	93,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
(1) Inclusive as pessoas com atividade mal definida ou não-declarada.



Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, e percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada, segundo a posição na ocupação no trabalho principal

Brasil – 2004

Posição na ocupação no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (%)			Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada
	Total	Homens	Mulheres	
Total	100,0	100,0	100,0	41,8
Empregado	55,2	60,1	48,4	36,7
Trabalhador doméstico	7,7	0,9	17,1	93,3
Conta própria.....	22,0	26,0	16,3	31,0
Empregador.....	4,1	5,2	2,5	25,8
Não-remunerado.....	7,0	5,4	9,1	54,6
Trab. na prod. próprio consumo...	4,0	2,2	6,5	68,2
Trab. na const. próprio uso.....	0,1	0,2	0,0	13,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

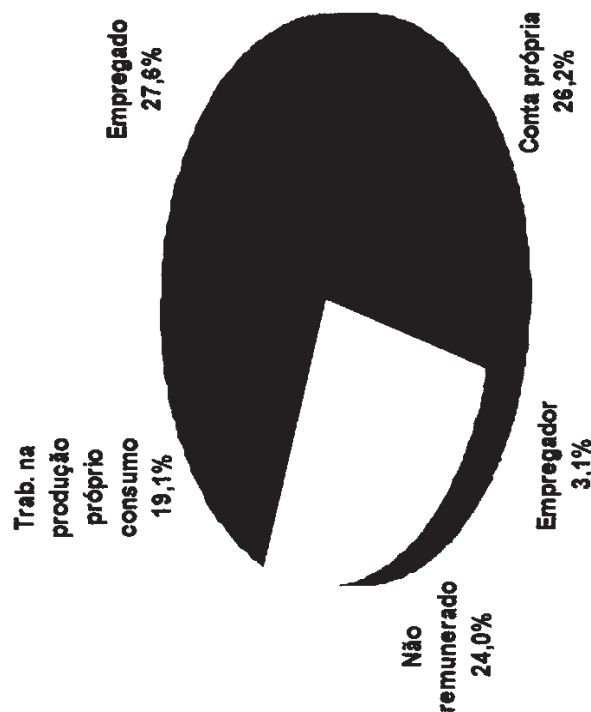
(1) Inclusive as pessoas com atividade mal definida ou não-declarada.



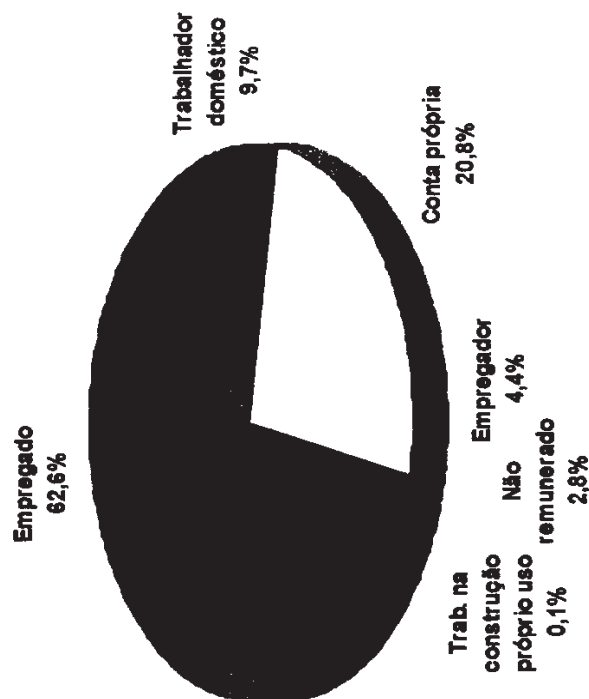
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por atividade e posição na ocupação no trabalho principal

Brasil - 2004

Atividade agrícola



Atividade não-agrícola



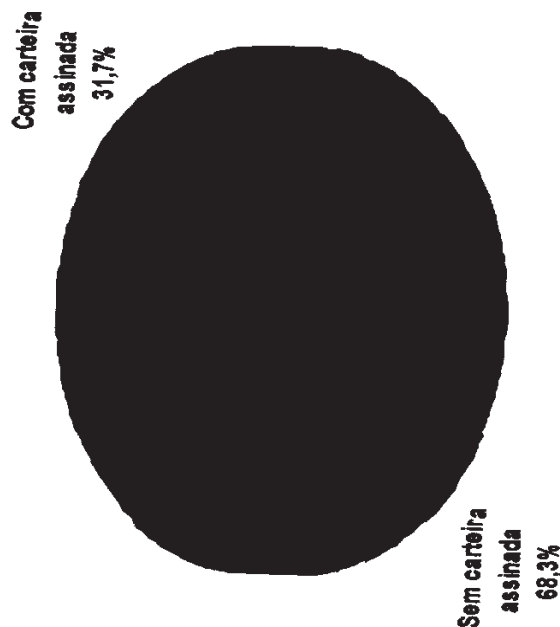
FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Distribuição dos empregados de 10 anos ou mais de idade, segundo a atividade e a categoria do emprego no trabalho principal

Brasil - 2004

Atividade agrícola



Atividade não-agrícola



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada na população de empregados e trabalhadores domésticos de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo a atividade e a categoria do emprego no trabalho principal

Brasil – 2004

Atividade e categoria do emprego no trabalho principal	Percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada na população de empregados e trabalhadores domésticos de 10 anos ou mais de idade					
	Brasil	Grandes Regiões				Centro-Oeste
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Trabalhadores domésticos.....	25,8	11,6	14,6	32,3	30,3	23,1
Empregados.....	55,0	38,5	38,7	62,2	64,3	48,9
Atividade agrícola.....	31,7	15,5	18,5	45,9	36,6	39,3
Atividade não-agrícola.....	57,7	41,6	43,3	63,5	66,5	50,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo

Brasil - 1992/ 2004

Sexo	Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)										
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Total.....	57,5	57,3	57,6	55,1	55,4	54,8	55,1	54,8	55,7	55,4	56,3
Homens.....	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8	67,2	67,9
Mulheres.....	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,4	44,4	45,5

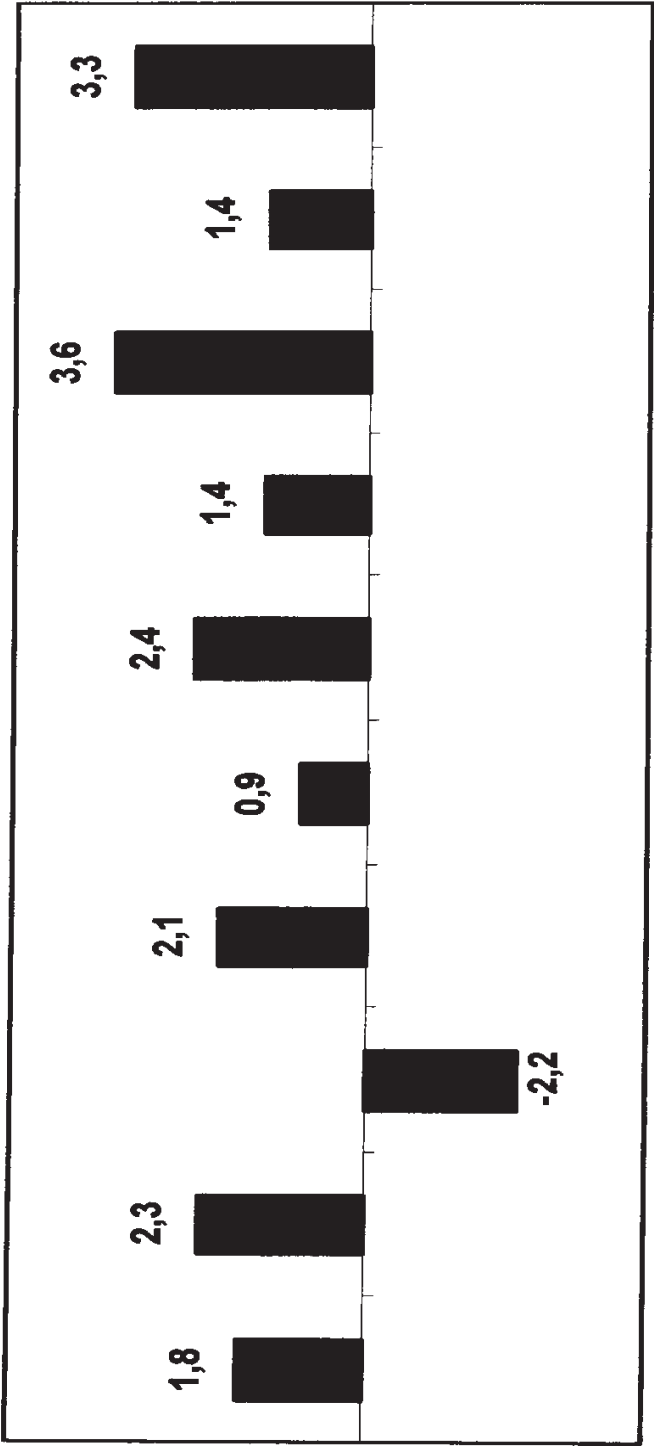
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nda: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Variação anual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas
Brasil – 1992/2004

(%)



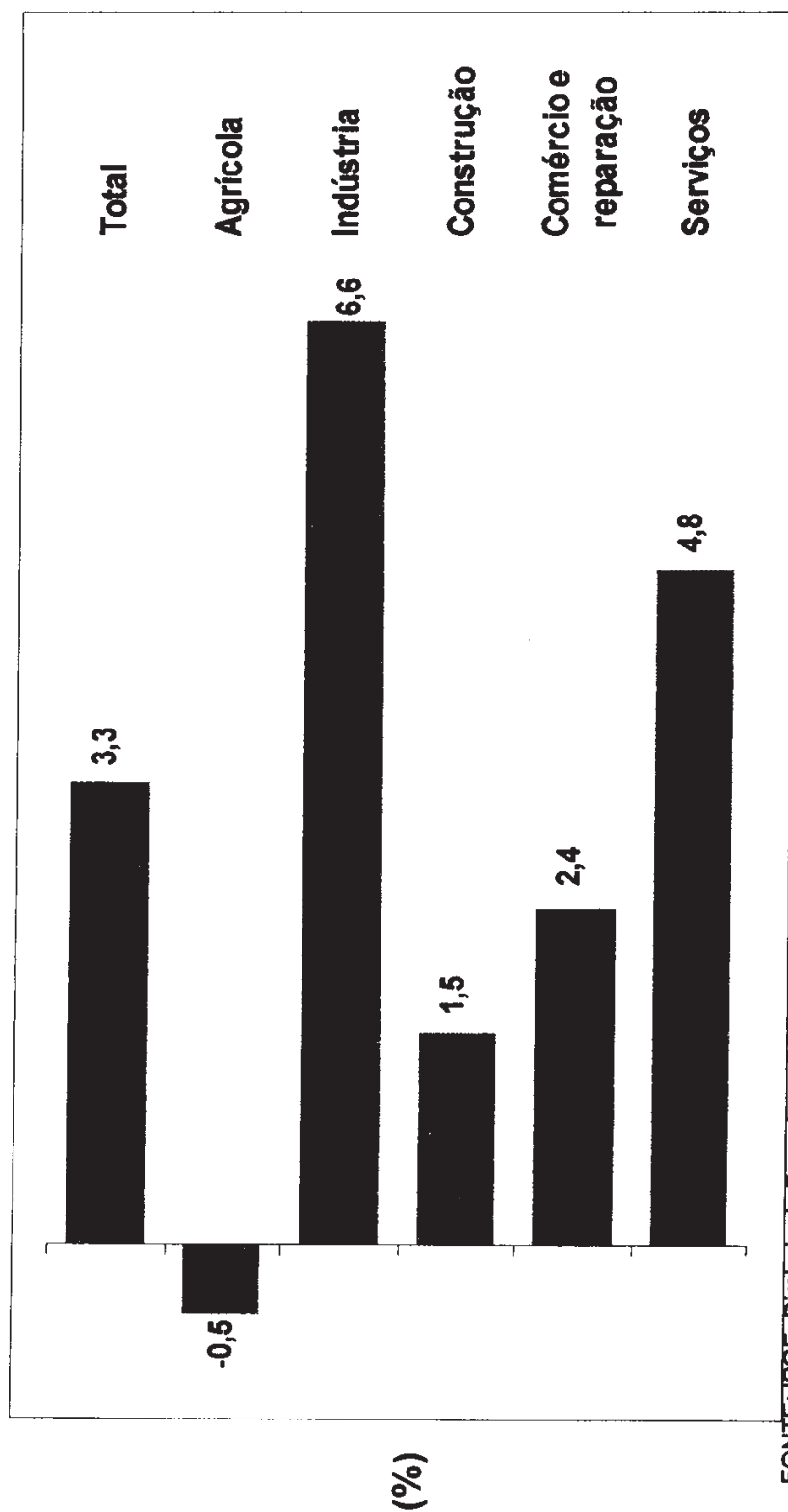
92/93 93/95 95/96 96/97 97/98 98/99 99/01 01/02 02/03 03/04
(anual) (anual)

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA: Exclui-se as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Varição anual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por segmentos de atividade do trabalho principal

Brasil - 2003/2004



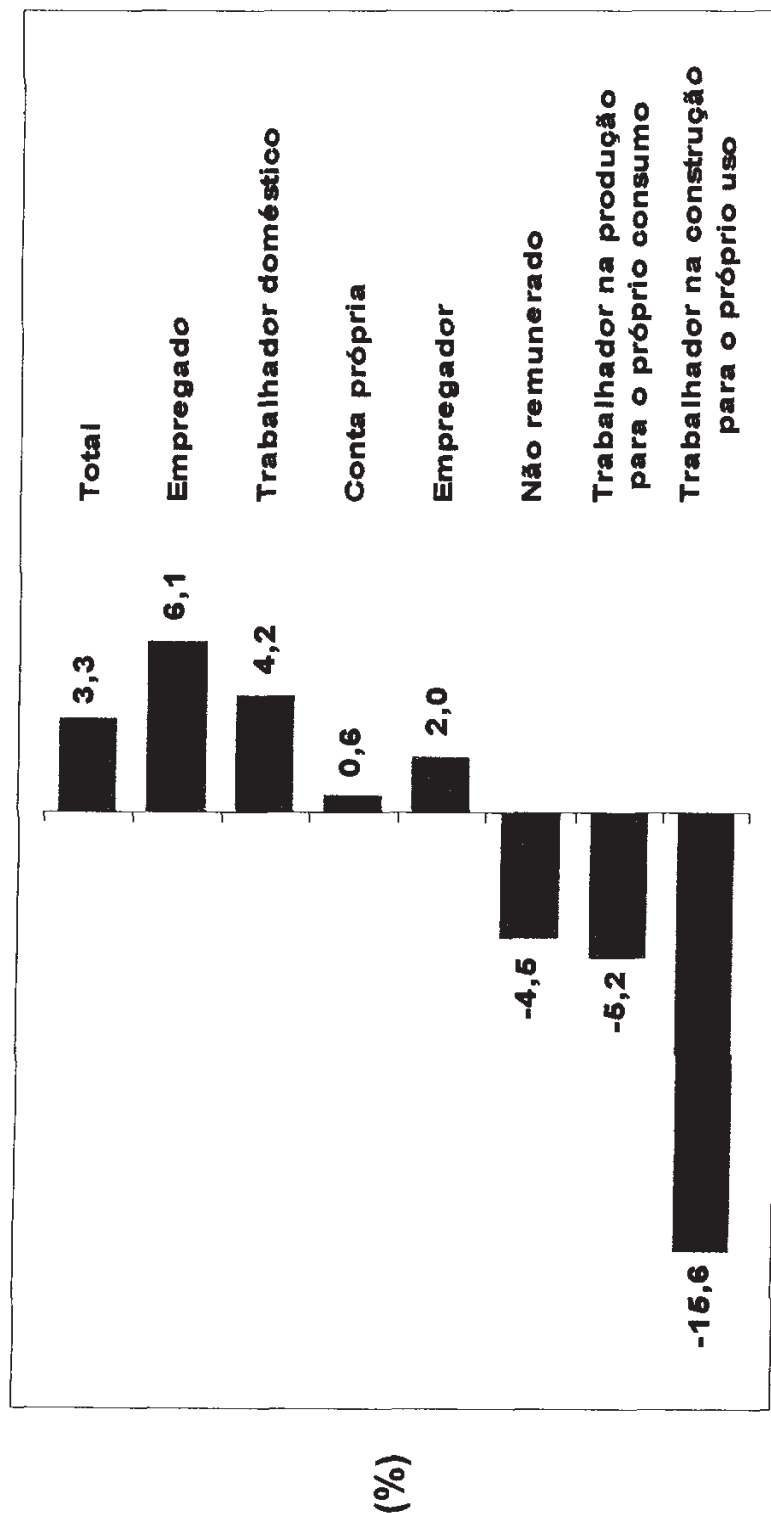
FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Variação anual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por posição na ocupação no trabalho principal

Brasil - 2003/2004

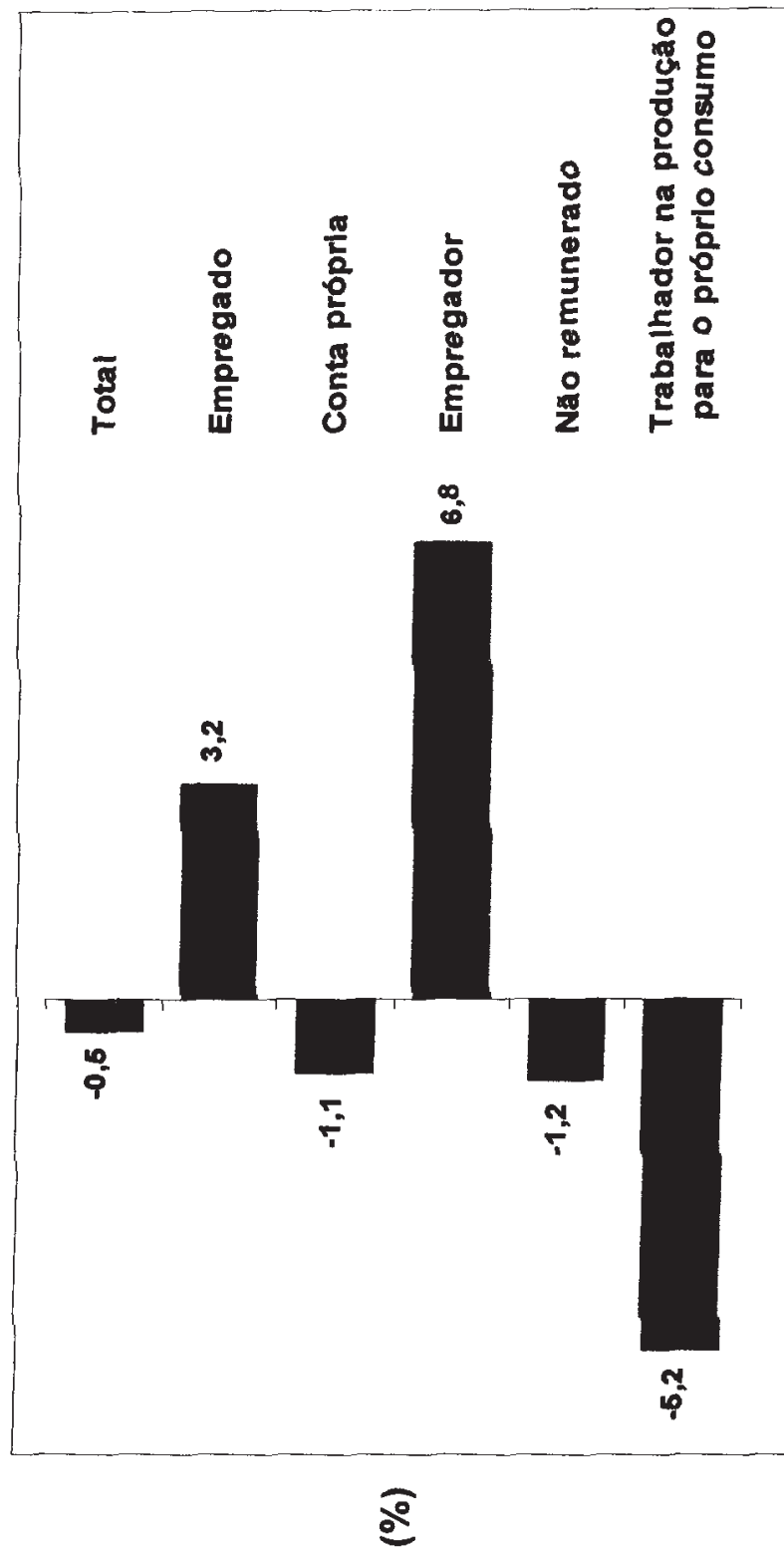


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Variação anual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade agrícola, por posição na ocupação no trabalho principal

Brasil - 2003/2004

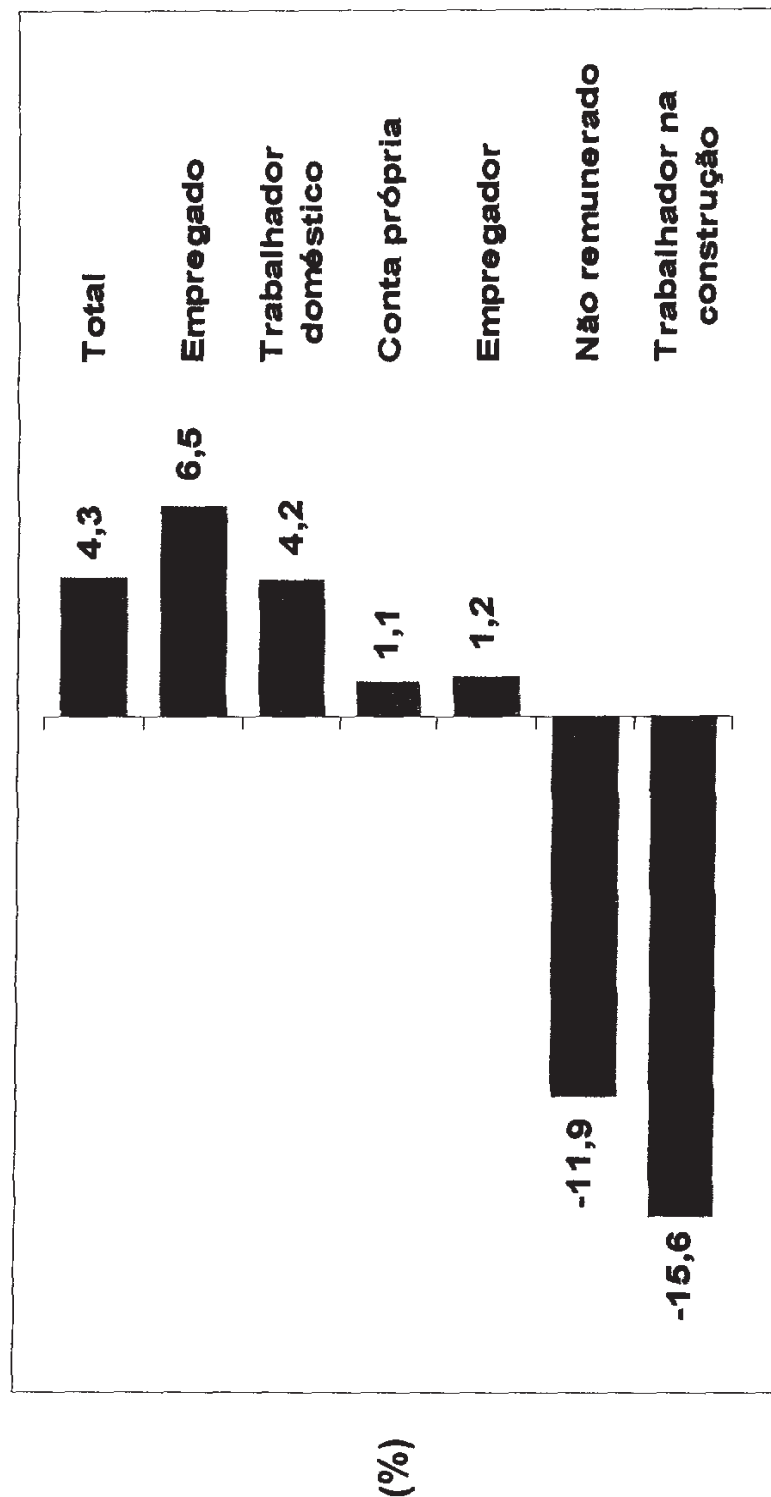


FONTE:: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Variação anual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade não-agrícola, por posição na ocupação no trabalho principal

Brasil - 2003/2004

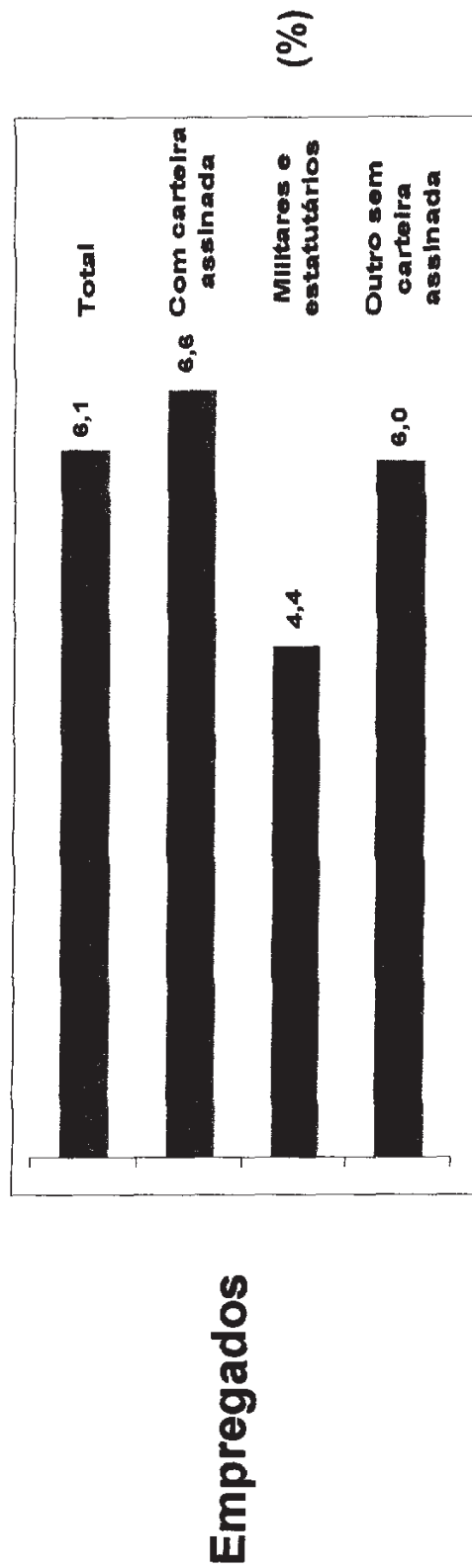
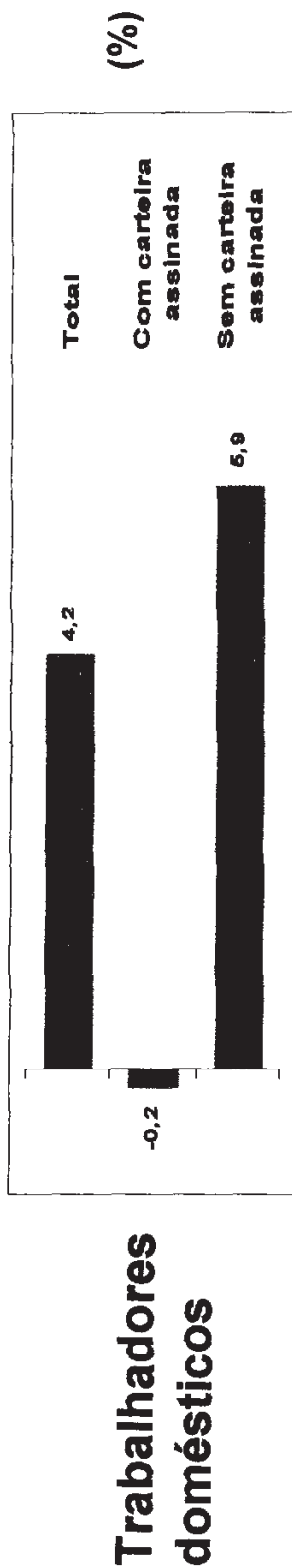


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
 NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Variação anual dos empregados e trabalhadores domésticos de 10 anos ou mais de idade, por categoria do emprego no trabalho principal

Brasil - 2003/2004

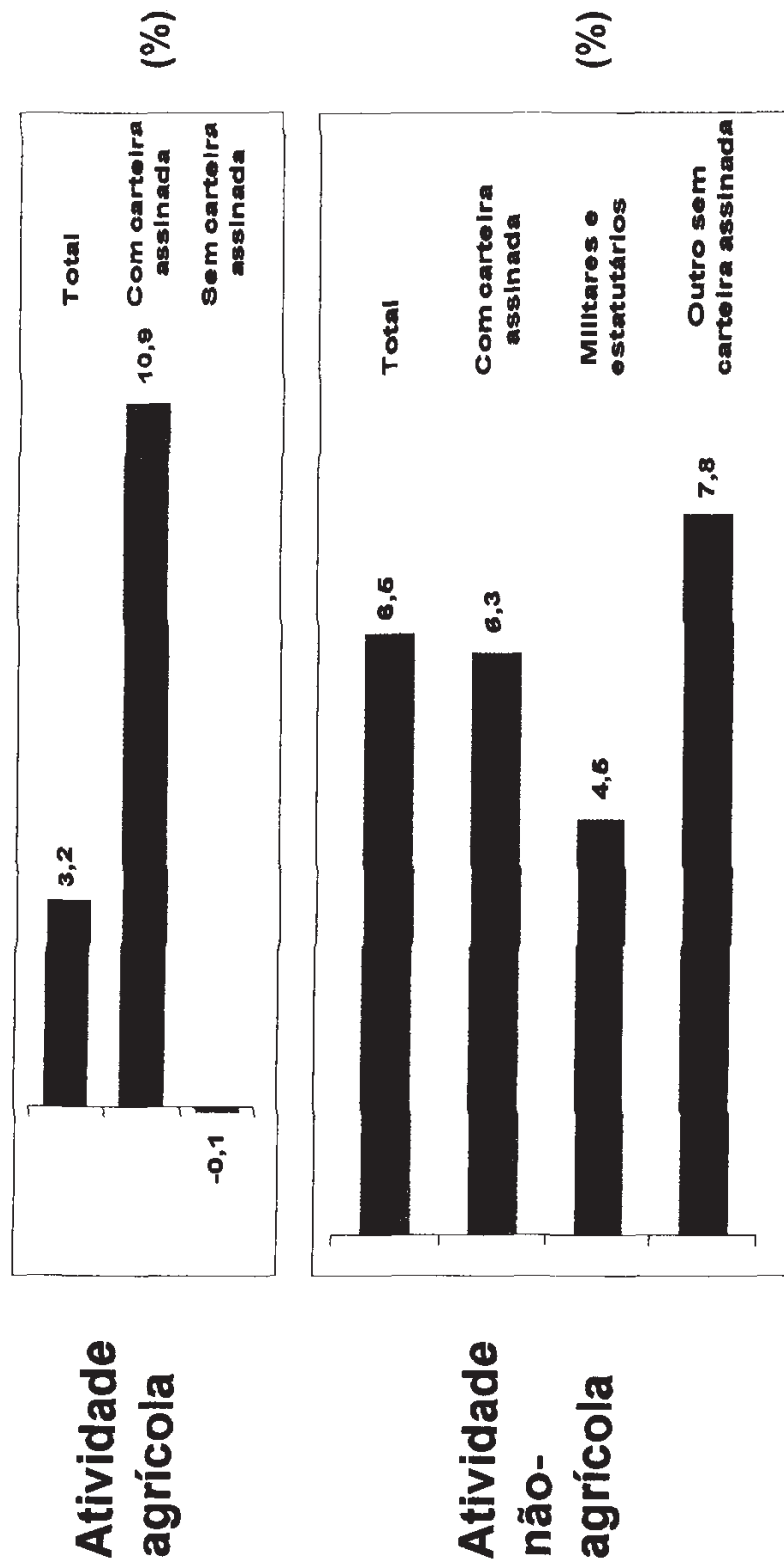


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Variação anual dos empregados de 10 anos ou mais de idade, por atividade e categoria do emprego no trabalho principal

Brasil - 2003/2004



FONTE:: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada na população de empregados e trabalhadores domésticos de 10 anos ou mais de idade, por atividade do trabalho principal

Brasil - 1992/2004

Atividade do trabalho principal	Percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada na população de empregados e trabalhadores domésticos de 10 anos ou mais de idade										
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Trabalhadores domésticos...	17,5	17,2	19,1	22,2	22,7	24,4	25,0	26,1	25,8	27,1	25,9
Empregados.....	56,6	55,4	55,2	54,6	55,0	54,1	53,4	54,2	54,1	55,0	55,2
Atividade agrícola.....	24,8	26,1	27,6	29,6	29,0	28,1	30,1	29,1	29,5	30,0	32,3
Atividade não-agrícola.....	62,2	60,2	59,5	58,1	58,7	57,6	56,6	57,2	56,9	58,0	57,9

Fonte: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Nota: Exclui-se as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

PNAD 2004

TRABALHO DAS CRIANÇAS
E ADOLESCENTES

Nível da ocupação das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2004

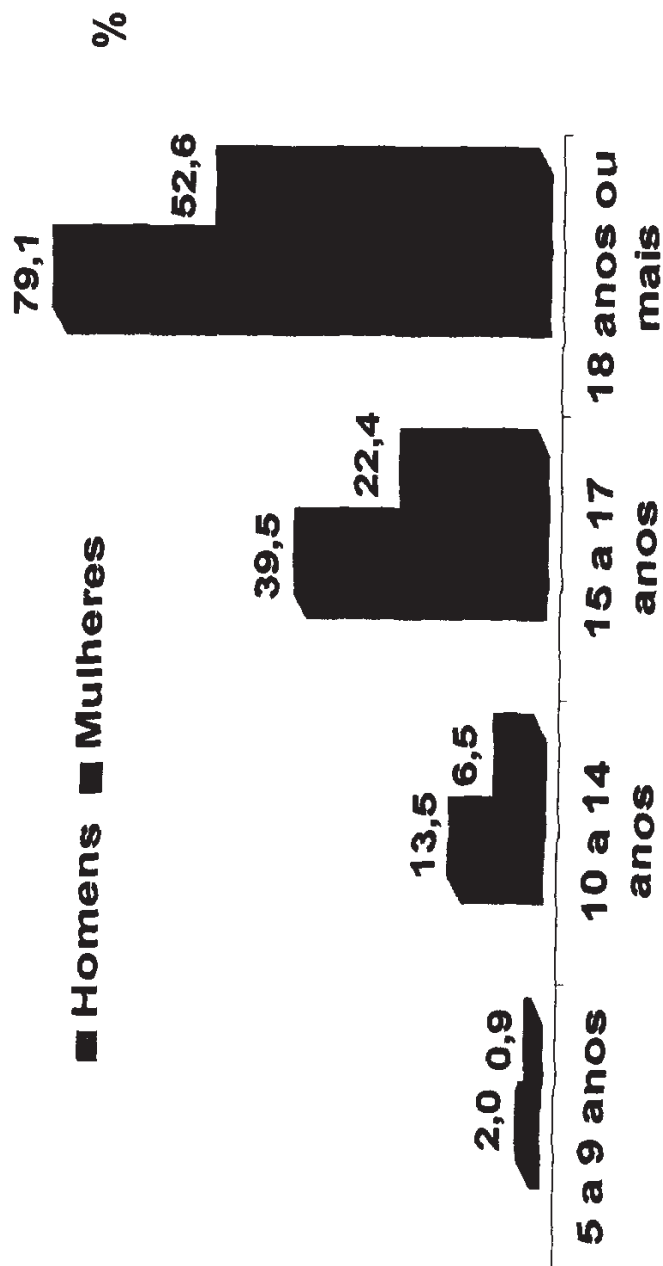
Grupos de idade	Nível da ocupação das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				Centro-Oeste
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Total.....	11,8	13,8	14,8	7,9	14,9	11,1
5 a 9 anos.....	1,5	2,0	2,6	0,4	1,7	0,9
10 a 14 anos...	10,1	14,0	15,2	4,4	12,5	8,3
15 a 17 anos...	31,1	34,6	33,4	25,2	39,8	32,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Nível da ocupação das pessoas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade

Brasil – 2004

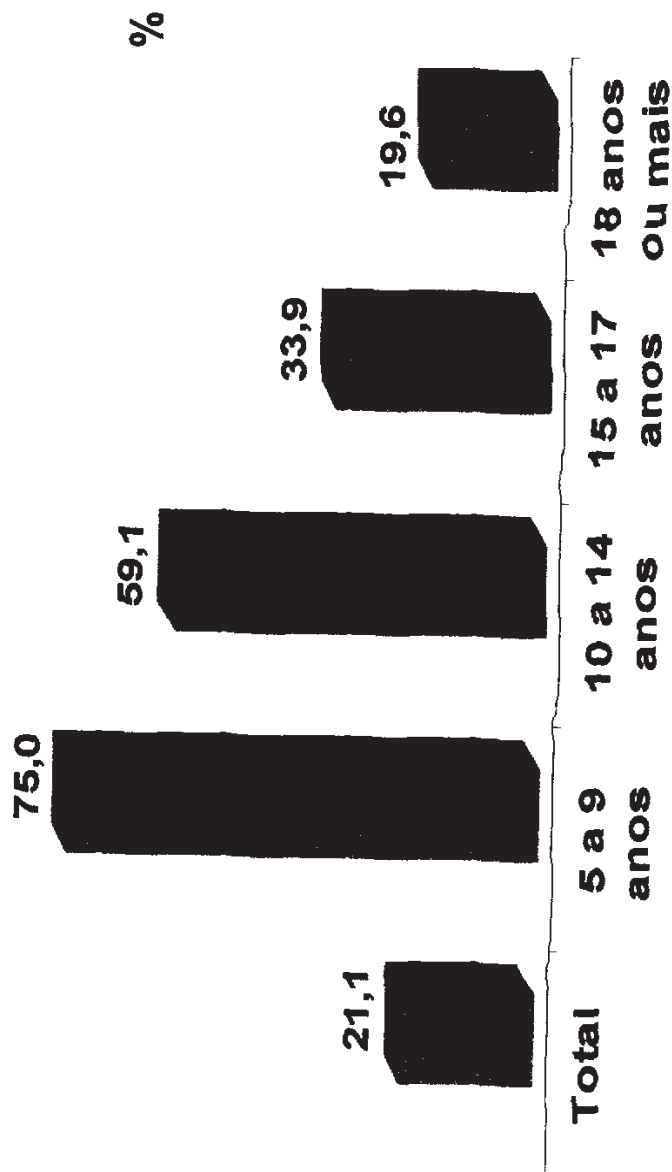


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Percentual de pessoas em atividade agrícola, no trabalho principal, na população de 5 anos ou mais de idade, ocupada, por grupos de idade

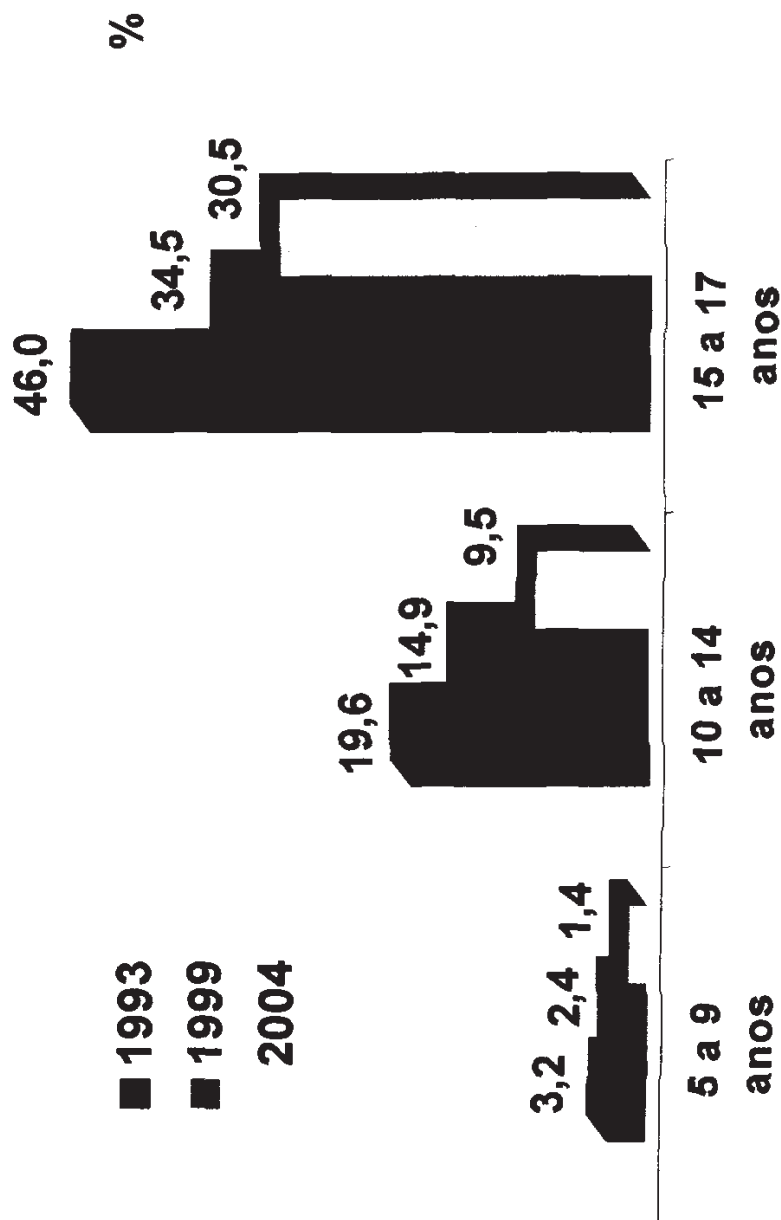
Brasil - 2004



FONTE:- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Nível da ocupação das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade Brasil – 1993/2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTA:- Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Percentual de pessoas de 5 a 17 anos de idade na população de 5 anos ou mais de idade, ocupada, por grupos de idade e atividade do trabalho principal

Brasil - 2004

Anos	Percentual de pessoas de 5 a 9 anos de idade na população de 5 anos ou mais de idade, ocupada		Percentual de pessoas de 10 a 14 anos de idade na população de 5 anos ou mais de idade, ocupada		Percentual de pessoas de 15 a 17 anos de idade na população de 5 anos ou mais de idade, ocupada	
	Agrícola	Não-agrícola	Agrícola	Não-agrícola	Agrícola	Não-agrícola
1993....	2,2	0,2	10,8	3,0	8,4	5,8
1999....	1,7	0,1	9,0	1,7	7,3	4,2
2004....	1,0	0,1	5,3	1,0	6,1	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

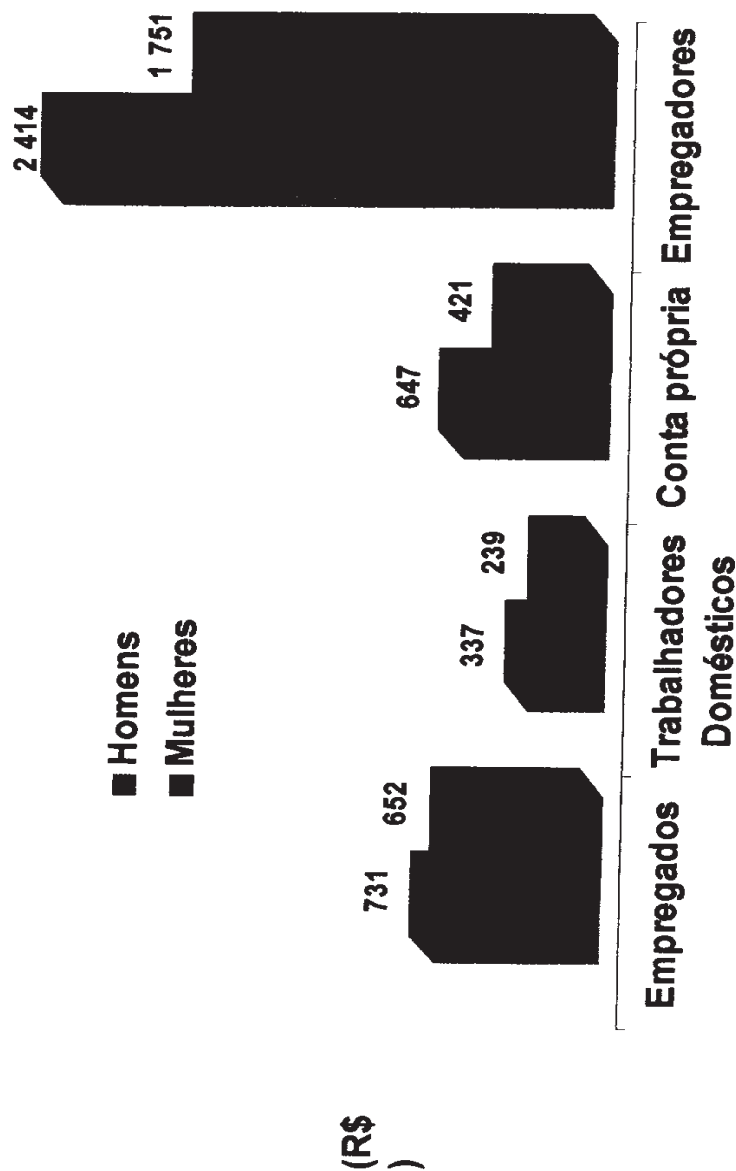
PNAD 2004

RENDIMENTO



Rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas com rendimento do trabalho principal, por sexo e posição na ocupação no trabalho principal

Brasil - 2004

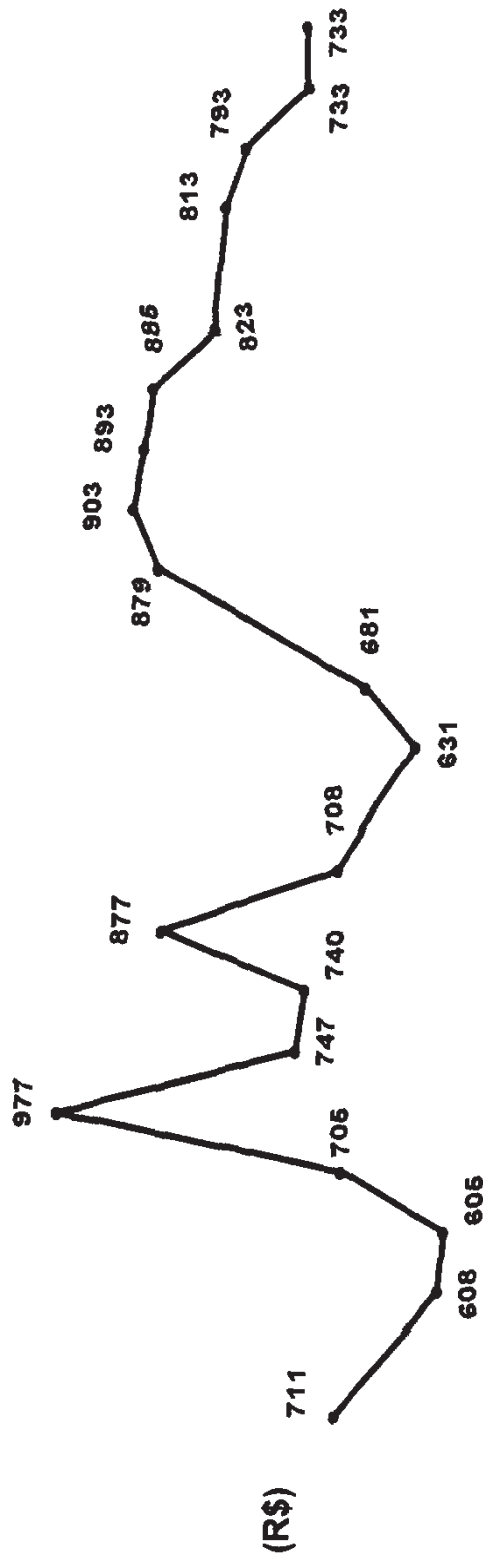


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
 NOTA: Exclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas com remuneração de trabalho

Brasil – 1981/2004



1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004

FONTE : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTAS: 1. Exclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

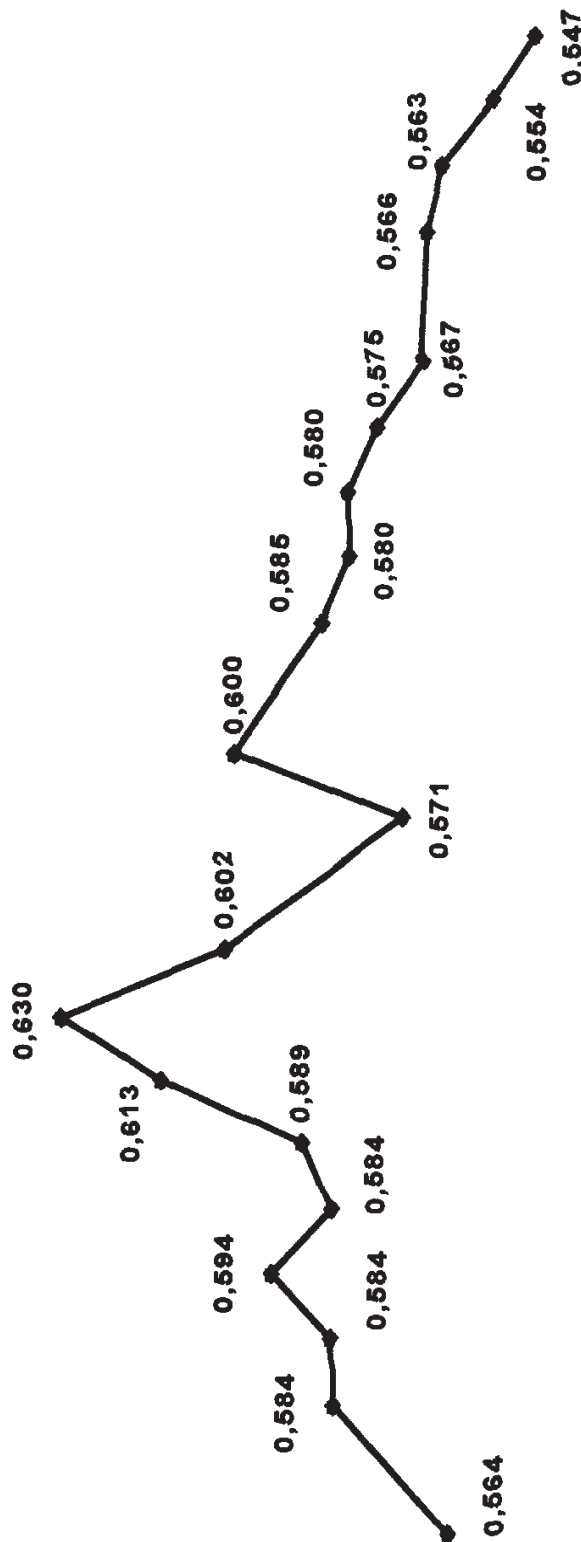
2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2004.

3. Anos de 1982, 1991, 1994 e 2000 obtidos por interpolação linear.



Índice de Gini da distribuição do rendimento das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas com remuneração de trabalho

Brasil – 1981/2004



1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

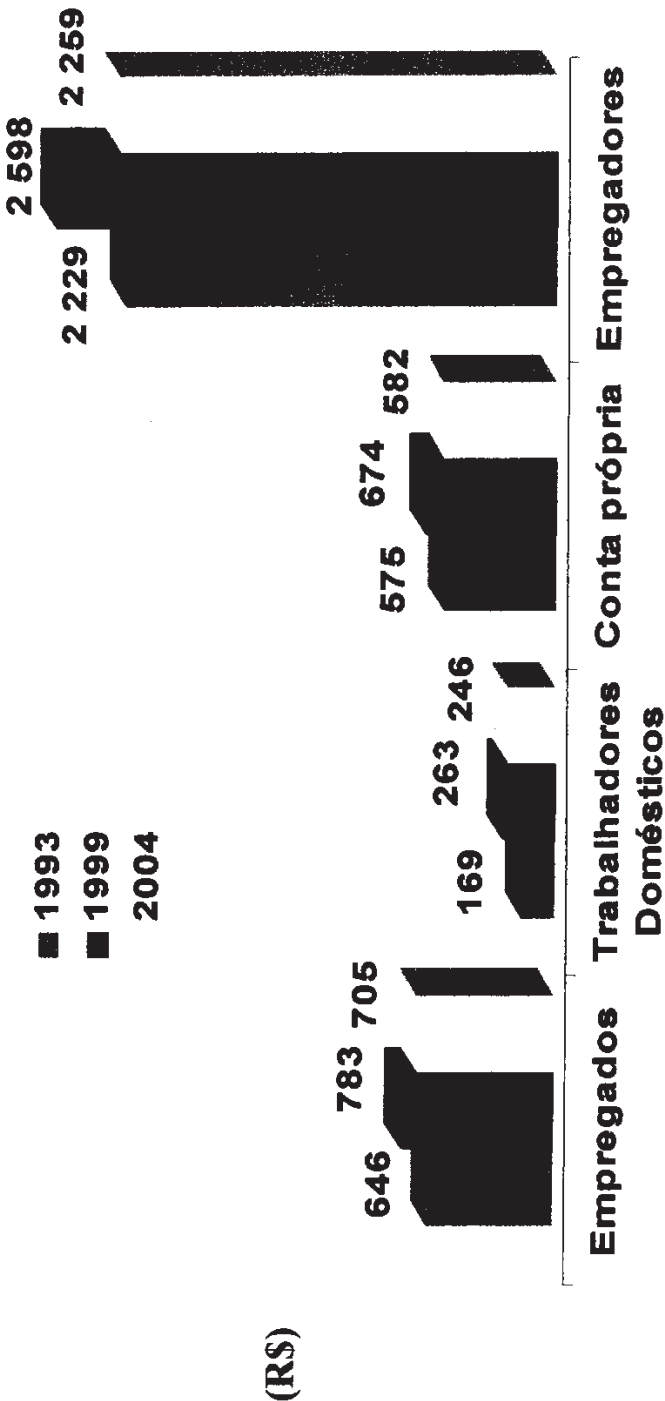
NOTAS: 1. Exclusivo o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2. Anos de 1982, 1991, 1994 e 2000 obtidos por interpolação linear.



Rendimento real médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas com rendimento do trabalho principal, por posição na ocupação no trabalho principal

Brasil – 1993/2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
NOTAS: 1. Exclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2004.

ARRECAÇÃO DO FPM SOBRE 19,3%, PREVÊ TESOUREIRO

Janaína Vilela

Valor Econômico

1-12-2005

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deve fechar o ano com arrecadação recorde de R\$25,43 bilhões, o que representa crescimento nominal de 19,28%, em relação à 2004, segundo estimativas do Tesouro Nacional. Levando-se em consideração inflação projetada de 1,83% para 2005, medida pelo IGP-DI, o aumento chegaria a 17,45%.

Além dos recursos normais que abastecem o FPM (IR e IPI), as prefeituras brasileiras ainda terão reforço de caixa extra de R\$456,57 milhões, referentes ao pagamento do Parcelamento Especial de Débitos (PAES) – programa de renegociação das dívidas de contribuintes não classificados pelo sistema de arrecadação.

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), feita em outubro, apontou que o governo federal não repassava a Estados e municípios os recursos do Paes desde 2003. O TCU determinou, então, que o dinheiro fosse depositado até o 5 de dezembro. O Paes foi criado para parcelar débitos de empresas com o governo federal. Nas dívidas estão incluídos o Imposto de Renda, IPI, Cofins e Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL).

Levantamento feito pela Receita Federal concluiu que a União arrecadou, de junho de 2003 a 20 de novembro de 2005, R\$ 6,7 bilhões no âmbito do Paes. A arrecadação total do IR e do IPI foi de R\$2,02 bilhões. Caberá a Estados e municípios receber R\$991,8 milhões do total arrecadado. O cronograma de pagamentos e os valores a serem repassados foram divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda e já são alvo de polêmica. Isso porque, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o montante não foi corrigido pela taxa Selic.

“Isso é apropriação indevida de recursos. Eles (União) cobraram e não pagaram”, disse o presidente da CNM, Paulo Zilkoski. Em depoimento à Comissão Especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), na terça-feira, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou que primeiro será paga a quantia devida e depois serão revistas as correções.

“Isso tudo vai passar por uma reavaliação, mas nós temos um acordo com o TCU, que se depois houver a verificação de algum dado a mais ou a menos isso será ajustado. Questão de transferências para Esta-

dos e municípios é constitucional, não tem discussão”, afirmou Palocci, durante o depoimento.

A União deposita hoje a primeira parcela de R\$203,9 milhões para Estados e municípios referente ao ano de 2003. Aproximadamente 46% desses recursos (R\$94,12 milhões) serão destinados ao FPM. O restante irá para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e para outras transferências.

Amanhã, outros R\$404,3 milhões, relativos ao exercício de 2004, entram no caixa das prefeituras e dos governos estaduais. No dia 5, serão creditados os R\$383,4 milhões restantes, referentes a 2005.

Até outubro, foram repassados às prefeituras brasileiras R\$22,52 bilhões, via FPM, o que representa um crescimento real, já descontada a inflação medida pelo IGP-DI no período, de 23,58%. François de Bremaeker, economista do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), avalia que a arrecadação recorde do fundo municipal em 2005 vai recompor grande parte das perdas acumuladas pelos municípios desde 2001.

“Ano passado, mais de 60% dos municípios brasileiros fecharam as contas com superávit orçamentário. Mas acredito que houve uma química contábil para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que foram cancelados empenhos, e até mesmo a folha de salários acabou não sendo empenhada no ano. Por isso, só poderemos avaliar o impacto real dessa arrecadação nas contas públicas no ano que vem”, disse Bremaeker.

Zilkoski, da CNM, reconhece que os repasses do FPM vão dar “um alívio momentâneo ao caixa das prefeituras”, uma vez que o reajuste do salário mínimo pode comprometer negativamente o caixa dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Solicito a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – V. Ex^a será inscrito. A Mesa aguarda a autorização.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Encaminharei o requerimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a que me inscreva para fazer uma comunicação inadiável.

Aproveito este instante para louvar o grande e extraordinário Líder do PT, que, no momento mais difícil da história do Partido – muita corrupção, bengaladas e o pior: realmente, o PIB diminuiu –, com essa inteligência notável e caráter extraordinário, na hora mais difícil por que passa o seu Partido, Tião Viana o defende.

Queremos que o País tenha partidos fortes, porque, só assim, a democracia será forte.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Senador Mão Santa, a comunicação inadiável de V. Ex^a foi feita ou V. Ex^a mantém o requerimento? (Pausa.)

V. Ex^a, então, está inscrito como primeiro suplente, uma vez que já há três inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, por estar inscrito e por permutar a vez com o Senador Aelton Freitas. Logo após, concederei a palavra ao nobre Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, esta Casa aprovou um importante Projeto, o PLC 26/1998 – portanto, há muito tempo tramitando no Congresso Nacional –, que proíbe o desenvolvimento, a produção, a estocagem e o uso de armas químicas em território brasileiro, bem como a destruição do material químico existente. Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um atraso de mais de oito anos, embora, a bem da verdade, o Brasil já proíbe, de fato, a fabricação e o uso de armas químicas.

Esse projeto de lei teve como origem a Convenção Internacional sobre a Proibição das Armas Químicas, assinada pelo Brasil em 13 de janeiro de 1993, cujo texto foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 9, em fevereiro de 1996.

Em novembro de 1996, a Presidência da República criou uma Comissão Interministerial para a aplicação, no Brasil, dos dispositivos daquela Convenção, designando uma equipe de alto nível, a qual teve, entre suas várias missões, o preparo do texto desse projeto de lei.

No ano seguinte, em maio de 1997, foi criada a Opaq (Organização para a Proibição de Armas Químicas), como consequência direta da Convenção, cuja sede fica em Haia, Holanda, onde, outrora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um brasileiro, Senador desta Casa, destacou-se com suas idéias, com seus pronunciamentos, com sua garra, com sua determinação: o nosso patrono Rui Barbosa.

A Opaq é uma organização internacional independente, afiliada às Nações Unidas, com o objetivo de implementar e dar eficácia à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas. Ela tem como missão manter a proibição de armas químicas no mundo, fato importante para a manutenção da paz mundial, pois, como sabemos, a fabricação de armas químicas é mais fácil e barata em comparação com as armas atômicas.

O uso de armas químicas produz efeitos terríveis e de longa duração nas populações atingidas, transmitindo-se para os seus filhos, de geração em geração.

Digno de nota que a Opaq é a única organização na área do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa, que não dá tratamento desigual ou privilegiado entre os seus membros, ou seja, os países mais poderosos militarmente têm as mesmas obrigações que os países menos poderosos do mundo. Aí reside a beleza da Convenção: a igualdade entre os seus membros, o que não acontece, por exemplo, na Aiea – Agência Internacional de Energia Atômica –, que proíbe que as nações desenvolvam armas nucleares, mas elas mesmas têm e continuam produzindo essas armas, e cada vez mais sofisticadas.

O mais importante é que, por recomendação do Conselho estabelecido pela Convenção, foi eleito, por unanimidade, em 1997, o primeiro Diretor-Geral da Opaq, um brasileiro rondoniense, nascido em Porto Velho, na capital do meu Estado, José Maurício Bustani, atual embaixador em Londres, na Inglaterra.

Em 2001, um ano antes de terminar o seu mandato, o brasileiro, o rondoniense Bustani foi reeleito, novamente por unanimidade, entre os países membros, para continuar no comando da Opaq.

Em poucos anos, Maurício Bustani duplicou o número de países que aderiram à Convenção. Entre esses países, estava a Rússia, detentora do maior arsenal de armas químicas do mundo e que resistia, até então, a ingressar na Opaq.

No cumprimento da Convenção, todos os países membros, inclusive os Estados Unidos da América, assumiram compromissos de permitir a inspeção pela Opaq de qualquer instalação que possa produzir armas químicas, mesmo as instalações industriais privadas e de destruir, até 2007, todos os arsenais dessas armas e de não mais produzir armas químicas.

Portanto, dentro de no máximo dois anos, todas as armas químicas existentes no mundo deverão estar destruídas, o que significa um grande passo na direção da Paz Mundial.

Curiosamente, foi em razão de cumprimento do dever que o Embaixador Bustani foi afastado da Opaq, quando ele iniciou negociações com o Iraque no senti-

do de que esse país entrasse na Organização e eliminasse as armas químicas. Se o Iraque entrasse para a Opaq, seria mais difícil a guerra com os EUA e aliados ter acontecido, e, provavelmente, o conflito poderia ser resolvido por outros meios pacíficos.

Muitos já foram os pronunciamentos, nesta Casa, inclusive da Senadora Serys Slhessarenko, aqui presente, a respeito da guerra do Iraque e do massacre feito pelos Estados Unidos. Se o Iraque tivesse entrado nesse tratado de não proliferação de armas químicas, como Maurício Bustani queria, certamente milhares e milhares de vidas teriam sido poupadas. No entanto, os poderosos não aceitaram que o Embaixador Maurício Bustani continuasse com aquela operação de levar o Iraque para dentro da Organização e, assim, eliminarem-se as indústrias de armas químicas naquele país, o que culminou na guerra que massacrrou o Iraque.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Raupp, fico muito feliz por ouvi-lo tratar desse assunto e por prestar, de certa maneira, homenagem a um grande brasileiro, que é o Embaixador Bustani. Se o Embaixador tivesse continuado, poderia ter evitado uma grande guerra e seria um merecedor do Prêmio Nobel da Paz. Sem dúvida alguma, se ele tivesse ficado por mais seis meses no cargo que ocupava, teria evitado essa guerra entre os Estados Unidos e o Iraque. No entanto, ele saiu exatamente por isso. Como o seu trabalho demonstraria que não havia armas químicas ou nucleares no Iraque, isso impediria a guerra, mas ela já estava decidida, como todos sabem, muito tempo antes. Ele é um herói de grande competência, porque enfrentou o império americano. É um dos grandes brasileiros que merecem ser homenageados, como V. Ex^a está fazendo ao citar a luta que travou.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Suas palavras, com certeza, engrandecem muito a imagem de Maurício Bustani e também o meu pronunciamento nesta tarde.

Concedo um aparte à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Valdir Raupp, realmente, essa homenagem ao Embaixador Maurício Bustani é extremamente merecida. É difícil a construção da paz – o Senador Cristovam acaba de falar nisso e o pronunciamento de V. Ex^a é nessa linha –, mas isso é necessário e todos os mecanismos possíveis devem ser usados. A dificuldade existe porque isso exige mudança de mentalidade da população como um todo. Infelizmente, existem governantes que a manipulam e manobram, como pode-

mos perceber pelo seu relato e pelo aparte do Senador Cristovam, pois há interesses muito diferentes da vida do ser humano, que fica em jogo na maioria das situações, especialmente nas guerras. A vida não é o principal, não é o que está sendo buscado e poupado nas guerras. “Mas como é que ela quer que na hora das guerras se poupe a vida?” Poder-se-ia até disputar uma guerra se o objetivo fosse construir a paz para um povo – seria “normal” – mas construí-la pelo simples desejo de determinadas figuras internacionais é, realmente, muito doloroso. Eu diria que após o famoso 11 de Setembro, quando foram destruídas as torres, países como os Estados Unidos e tantos outros deveriam parar para pensar sobre o valor da educação. O que deve ser conquistado e mostrado ao ser humano, homens e mulheres do Planeta, é que devemos mudar os valores. Chega de competição. Não adianta ser o maior em termos econômicos, bélicos ou políticos, como alguns países querem. Com o bombardeamento das torres, o símbolo do poderio econômico foi destruído em segundos, assim como o foi o Pentágono, o símbolo do poder bélico. O que deve, realmente, ser valorizado é o ser humano e, para isso, a competitividade deve ser deixada de lado. Devem ser importantes a fraternidade, a generosidade e a solidariedade, mas, para que haja essa mudança de valores, é preciso que exista educação. Parabéns pelo seu pronunciamento, pois uma questão está totalmente relacionada à outra. Muito obrigada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senadora Serys, pela sua contribuição.

Sr. Presidente, encerrarei dentro de, no máximo, um minuto e meio e gostaria de pedir a sua generosidade.

Não foi por acaso que, naquela ocasião, o jornal inglês **The Guardian** afirmou que o brasileiro Bustani era o homem que “mais tinha feito pela paz mundial, nos últimos anos”. Por essa mesma razão, ele foi indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz em 2003 e tive o privilégio de assinar essa indicação, juntamente com milhares de pessoas, no Brasil e no exterior. Como disse o Senador Cristovam Buarque, se mais seis meses tivessem dado a Bustani, ele poderia ter honrado o Brasil com o Prêmio Nobel da Paz.

É esse o teor e o espírito da Lei Bustani (como tomo a liberdade de batizar esse projeto que aprovamos).

Dessa forma, perante o mundo e a ONU, o Brasil demonstra a sua vocação para a paz e, certamente, dá um importantíssimo passo na direção de se tornar um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Aproveito a oportunidade para sugerir ao Presidente Lula que, por ocasião da sanção presidencial,

convide o embaixador Bustani para estar presente ao evento que será, sem dúvida alguma, um marco na História deste País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Almeida Lima, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder, por cinco minutos, de acordo com o art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos, hoje, vivendo o *day after* de um dia que foi estressante, tenso e desagradável para nós, congressistas – desagradável mesmo –, porque cassar colega é sempre uma tarefa desagradável, mas é dever de ofício.

Eu não sou Deputado – nós somos Senadores –, mas me sinto aliviado pelo fato de uma das Casas do Congresso, a Câmara dos Deputados, ter ontem, na minha visão, cumprido com o seu dever. Fez uma opção clara: entre ficar com a pessoa com quem convive no dia-a-dia ou com a justiça, com o clamor das ruas, optou por ficar com a justiça, com o certo, com o correto.

Ontem, a Câmara dos Deputados votou e aprovou o processo de cassação do Deputado José Dirceu, que voltou à Câmara dos Deputados depois de ter sido, durante quase três anos, o “vice-rei” da República. Ele era o superministro do Presidente da República e foi abatido por acusações seriíssimas, que indignaram o País e ocuparam as primeiras páginas dos jornais e capas de revistas durante meses, a começar pelo filme de Waldomiro Diniz com Carlos Cachoeira, pedindo dinheiro, pedindo propina. Waldomiro Diniz era pessoa imediata do Ministro José Dirceu dentro do gabinete do Palácio do Planalto, funcionário de José Dirceu. Depois, houve a denúncia dos empréstimos de Delúbio Soares e Silvio Pereira, feitos para financiar compra de votos e Partidos, e que quem concedeu diz que eram do pleno conhecimento de José Dirceu, o que ele nega. Depois, veio um mundo de denúncias, Sr. Presidente, como até aquelas que diziam que nenhum negócio era fechado, nenhuma doação era feita sem o conhecimento prévio do gabinete do Ministro José Dirceu. Eram denúncias seriíssimas que produziam indignação na sociedade pelo fato de se entender que o esquema, apelidado de mensalão, tinha um “comandante” chamado José Dirceu. E este “comandante” – como ele disse em rela-

ção à Ministra Dilma Rousseff: “companheiro de armas” – é um guerrilheiro, de passado guerrilheiro; realmente, é um homem de luta, Senador Sibá Machado! Ele é realmente um homem de luta! Ele foi abatido com a faca na mão e continua com a faca na mão! Mas, a sociedade e o clamor pela justiça falaram mais alto, e, por 293 votos, na Câmara dos Deputados, ele foi cassado. E é preciso que se faça uma avaliação, no *day after*, sobre quem era José Dirceu, quais eram as vinculações dele com o Partido dos Trabalhadores, o que o Partido dos Trabalhadores está dizendo, se o apoiou ou não o apoiou; enfim, por que ele saiu da Presidência da República?

Senador César Borges, o Secretário Particular do Presidente, o Sr. Gilberto Carvalho, está enredado no escabroso caso do assassinato de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André. Mas, continua lá a se encontrar muitas vezes por dia com o Presidente! E é acusado. Ainda ontem as acusações foram renovadas pela Polícia, pelo Ministério Público de São Paulo, que voltou a dizer que confia nos depoimentos, e que o Sr. Gilberto Carvalho era estafeta do dinheiro que era extorquido da Prefeitura de Santo André e levado para o Sr. José Dirceu. Isto foi repetido: “Levado para o Sr. José Dirceu” que, dava o destino que ele queria. Mas ele continua firme na Presidência! José Dirceu foi defenestrado pelas evidências. Foi Roberto Jefferson quem disse: “Zé, sai daí, senão você vai culpar um inocente”. Ele saiu, mas não foi por que quisesse, não; saiu porque não tinha mais como ficar. Não tinha como ficar.

Agora, Senador César Borges, aqueles que o defenestraram – o Presidente da República, os do PT, ontem na Câmara – fizeram discursos, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, de louvação a ele. Eu vi o Presidente do PT, Ricardo Berzoini, e o Líder do PT na Câmara, Deputado Henrique Fontana, pedindo, pelo amor de Deus, o voto contra a cassação de José Dirceu! As manchetes, as notícias na Internet dizem: “Lula diz que Câmara cassou Dirceu sem provas”. Sem provas? E por que ele demitiu José Dirceu? Por que José Dirceu deixou a Casa Civil? Agora diz que “a Câmara o cassou sem provas!” Então, Sua Excelência é obrigado a defenestrar José Dirceu, pelas evidências todas, e agora diz que a Câmara o cassou sem provas? Qual é a de Lula? Sua Excelência queria o quê? Que o Congresso Nacional, em dissintonia com a opinião pública, mantivesse o mandato de José Dirceu, diferente do que Sua Excelência fez, obrigado pela pressão da opinião pública? Era isso o que Lula queria? O que pretendem Lula e o PT? Assumam! Eu quero que eles assumam a amizade e os malfeitos!

Senador César Borges, dei-me ao trabalho de assistir – e fiz bem – ao filme “Entre Atos”. O vi e revi

muitas vezes. Senador Paulo Paim, já fiz três campanhas majoritárias como candidato a Governador, três campanhas como candidato a Senador e várias outras apoiando candidatos a Prefeito amigos meus, e sei que o círculo em que se faz campanha eleitoral é o das pessoas em quem você mais confia. É a sua patota. É a gente com quem você vai governar se chegar lá. Foi assim comigo. Creio que foi assim com o Senador César Borges, que já foi Governador da Bahia. E procuro me cercar dos meus melhores amigos.

Senador César Borges, Senador Augusto Botelho, Senador Almeida Lima, Senador Flexa Ribeiro, anotei as figuras preeminentes, as que mais aparecem no filme: é a patota. Em primeiro lugar, a respeitável figura da esposa de Sua Excelência o Presidente, D. Marisa. Fora de questão. Depois, quem mais aparece é o Sr. José Dirceu. Aparece, Senador Sibá Machado, de forma sempre muito afirmativa. De todos, quem parece mais mandar na campanha, nos princípios, nas atitudes, é o Sr. José Dirceu. Depois, Duda Mendonça; depois, Gilberto Carvalho; depois, Gushiken; depois, Palocci; depois, Sílvio Pereira; depois, Paulo Rocha; depois, Mercadante, Luiz Dulce, o filho do Presidente, Fabinho, e Delúbio Soares. Veja que turma, Senador César Borges! Vejam que turma!

José Dirceu, ontem, cassado. Duda Mendonça está enredado com o dinheiro no exterior, na conta Dusseldorf, o que se afastou do esquema do PT; todo enredado. Gilberto Carvalho, o homem, estafeta do dinheiro de Santo André, acusado, é mantido Secretário Particular. Gushiken, rebaixado; repleto de complicações em nível de denúncias que envolvem tráfico de influência nos Fundos de Pensão. Palocci, nem preciso falar: ele virá aqui para explicar a “República” de Ribeirão Preto. Sílvio Pereira, aparece quantas vezes, no jatinho, ao lado de Lula, com atitude respeitosa e íntima? Quantas vezes? Já defenestrado, Secretário Executivo do Partido que era, entre outras coisas, pelo mimo recebido de um amigo, um Land Rover. Delúbio Soares – a emblemática figura de Delúbio Soares. Está lá, aparece nas comemorações do resultado do segundo turno, aparece com um largo sorriso. Paulo Rocha, o homem que o recebe, que o leva no aeroporto, que o recebe no aeroporto, faz a festa no Estado do Pará, em Belém. Não é a Senadora Ana Júlia; é o Deputado Paulo Rocha! Está aí: já pediu demissão, já renunciou ao mandato. Com relação ao Senador Aloizio Mercadante e ao Ministro Luiz Dulce, não tenho considerações a fazer. E vem mais, Senador Jefferson Peres: o filho, Fabinho, aparece com muita frequência; o Fabinho, da Gamecorp, que ainda vai dar muito que falar! E, por último, Ricardo Kotscho, que já pediu para sair; era o Secretário de Imprensa e tinha uma

enorme influência sobre Lula; pediu para sair e disse que saía por decepção. Frei Beto, consultor espiritual, aparece no filme até dando uma bênção, em um dado momento. Este já saiu por decepção com o Governo. Francisco Graziano, que era Ministro, deixou de sê-lo, e agora é só da área de ação especial, aparece com muita frequência.

Senador Jefferson Péres, veja que patota da pesada! Que patota da pesada! E Lula, hoje, diz que “a Câmara cassou o José Dirceu sem provas”. Depois de o Presidente ter demitido José Dirceu, Sua Excelência queria que a Câmara não fizesse nada? Que entrasse em confronto com a opinião pública? Queria que a banda boa do Congresso não botasse para fora a banda podre? “Faça o que digo, mas não faça o que faço” – é isso que Sua Excelência quer? É isso que Lula quer?

Concedo um aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador José Agripino, ontem foi cassado o ex-ministro todopoderoso do atual Governo. Vários auxiliares próximos e amigos do Presidente já foram afastados. As provas contundentes estão aí. Havia um enorme esquema de corrupção, coordenado lá do Planalto. E o Presidente da República continua lá, impávido, falastrão como sempre, a dizer que não houve nada, que nada está provado. Senador José Agripino, como fiquei invejoso ontem de um país parlamentarista: o Canadá! Descobriu-se o envolvimento de membros do governo com corrupção eleitoral. O Governo caiu. O Primeiro-Ministro caiu e foram convocadas novas eleições. Senador José Agripino, há seis meses este Governo teria caído, e já estaríamos elegendo um novo. Que pena que o povo brasileiro não tenha votado pelo Parlamentarismo! Mas meus parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, sempre importante com suas observações.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço com muito prazer o meu estimadíssimo e querido amigo, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a é professoral. Lembra Franco Montoro. Mas quero somar, dizendo que, para onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Sou médico e li uma tese de psicologia da culpa. Segundo o autor, o culpado nunca reconhece a culpa – para entender o discurso de José Dirceu. Ele defendia a tese, analisando duas personalidades, os maiores bandidos da história da América: Al Capone e Two Gun. Al Capone dizia que ele era um benfeitor, que ele alegrava Chica-

go, cassinos e tal, que era um injustiçado. E o outro era Two Gun. Tinha dezenas de mortes, e ele dizia: “Mas só matei quem não prestava”. Quer dizer Al Capone, Two Gun e agora José Dirceu. A mesma coisa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Almeida Lima e, em seguida, ao Senador César Borges, com aquiescência da Presidência.

Senador César Borges, por favor.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador José Agripino, V. Ex^a, sempre com muita precisão, relata os fatos a que o Brasil desejava assistir, como aconteceu ontem com a cassação de alguém que tem toda a culpa. Eu acho que precisamos evoluir um pouco no raciocínio para não cometermos uma injustiça com o Presidente Lula, porque, assim como Delúbio Soares, dessa lista que V. Ex^a fez, retirada do filme Entreatos, numa hierarquia quase entre os últimos lugares, que foi responsabilizado como sendo o articulador de toda essa questão que infelicitou o País, do valerioduto, dessa lambança toda – e nós sabemos que o Delúbio é apenas um executor, mesmo assim, de baixo nível, pois houve um autor intelectual –, isso nos leva ao raciocínio de que não pode ter sido também apenas o ex-Deputado e ex-Ministro José Dirceu o responsável por toda essa articulação. Por essa proximidade que V. Ex^a coloca, o Presidente Lula tem conhecimento desses fatos, tinha conhecimento. Não é possível que a essa proximidade toda ele não soubesse como sua campanha se desenrolava, de onde vinham os recursos! É disso que precisa o País saber, porque o Presidente Lula posa, mais uma vez, com total descompromisso com a verdade: que nada foi provado, que não há provas, que são denúncias vazias, denunciismo, quando todo o País sabe do comprometimento de toda a *entourage* que fez a campanha de 2002 e que o elegeu. Quero apenas parabenizá-lo e dizer que, fatalmente, temos de chegar à conclusão de que não é possível injustiçar o Presidente Lula. Ele não pode ser um Presidente que não mandasse em absolutamente nada, que não soubesse de nada, que, ao arrepio dele, tudo estivesse acontecendo no próprio Palácio do Planalto, em sua própria campanha, e que disso ele não tivesse conhecimento. Ele seria totalmente despreparado para exercer o cargo ao qual chegou. E não é à toa que chegou à Presidência da República. Então, eu acho que é uma consequência natural que cheguemos a esse raciocínio. É uma contribuição que eu gostaria de prestar ao raciocínio e ao discurso de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador César Borges, V. Ex^a conhece o ditado: “Diz-me com quem andas que eu te direi quem és”. A patota de

Lula é esta aqui: as pessoas que fizeram a campanha eleitoral com ele foram aquelas com quem convivia no dia-a-dia, que lhe davam os conselhos, com quem ele tinha intimidade, com quem fala toda hora, a quem se abraça efusivamente, fraternalmente. É essa.

Será que José Dirceu fazia algo que Lula não sabia? Duda Mendonça recebia dinheiro de onde Lula não sabia? Que Gilberto Carvalho fazia algo que Lula não determinava? Que Luiz Gushiken operava algo que Lula não sabia? Que o Ministro Palocci tinha um passado que Lula desconhecia e operava algo que Lula não sabia? Que Silvio Pereira era o que é, capaz de receber um Land Rover? Que Delúbio Soares faria o que fez? Será que isso tudo passa pela cabeça do Presidente?

O que mais me estranha, Senador Garibaldi Alves, é que sai José Dirceu e o Presidente fala esta pérola: “Lula diz que Câmara cassou Dirceu sem provas”. Será que ele está com medo do que José Dirceu possa dizer agora, cassado? Será que está tirando uma carta de seguro? Será que há uma orquestração do PT inteiro para segurar os seus que estão desmoronando e até Lula chega em socorro? O que há? Eu tenho o direito de pensar em tudo. Em tudo o que se pensa, nada é correto. Infelizmente, nada, nenhum raciocínio é correto.

Ouçõ com muito prazer o Senador Almeida Lima.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço a V. Ex^a que seja breve, porque já foi prorrogado o tempo do Senador José Agripino. Além disso, o Senador Almeida Lima está inscrito para falar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já concluirei, Sr. Presidente.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – PI) – Senador José Agripino, tenho certeza de que V. Ex^a me permitirá fazer a leitura rápida da letra de uma música de autoria de Paula Toller e George Israel, da Banda Kid Abelha. Diz assim a letra:

Nada sei dessa vida
Vivo sem saber
Nunca soube, nada saberei
Sigo sem saber

Que lugar me pertence
Que eu possa abandonar
Que lugar me contém
Que possa me parar

Sou errada, sou errante
Sempre na estrada

Sempre distante
Vou errando enquanto o tempo me deixar
Nada sei desse mar
Nado sem saber
De seus peixes, suas perdas
De seu não respirar
Nesse mar
Os segundos insistem em naufragar
Esse mar me seduz
Mas é só pra me afogar
Sou errada, sou errante
Sempre na estrada
Sempre distante
Vou errando enquanto o tempo me deixar passar
Vou errando enquanto o tempo me deixar passar.

É o Kid Abelha quem canta essa letra numa música belíssima. Era esse o aparte que pretendia oferecer ao pronunciamento de V. Ex^a, pois me parece que se encaixa muito bem nesse “não sei, não vi, não sei o que acontece” de Sua Excelência, o Presidente Lula. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Almeida Lima.

Para concluir, Sr. Presidente Romeu Tuma, estamos nesse *day after*, como disse no começo da minha fala, de um jogo que não pode ser de faz-de-conta. Não vamos admitir que pessoas que têm claríssima culpa se façam de vítimas ou de inocentes. Ontem foi um dia de afirmação para o Congresso Nacional. Os Deputados mostraram que ali tem gente que sabe votar. Os que votaram pela cassação não têm de explicar nada. Quem tem de se explicar são aqueles que fizeram a defesa candente de um cidadão que foi cassado pelas evidências que todo o País conhece e que Lula diz tratar-se de provas que não existiam contra José Dirceu. Fique Lula com sua opinião. A maioria da Câmara ficou com outra opinião, pela cassação de José Dirceu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Senador Almeida Lima, farei uma intercalação. Como é hora da Ordem do Dia e não haverá votação, darei a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, retornando à tribuna, faço questão de dizer a V. Ex^{as} que não me esqueço do dia 02 de março de 2004, quando

aqui, nesta mesma tribuna, quase fui apedrejado por aqueles que diziam que o Deputado José Dirceu era um homem honesto.

O tempo passa, mas devo dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não sou revanchista. Não sou de tripudiar nem de escarnecer os derrotados. Não cultivo ressentimentos por mais que me agridam, embora não ofereça a outra face. Eu reajo. Tenho a estatura necessária para estar onde me encontro, como Senador da República. Não sou mesquinho. Mas o resgate de fatos grandiosos e o seu registro na história se tornam indispensáveis à construção de qualquer nação que pretenda fundar-se em princípios éticos que conduzam o cidadão ao sentimento de satisfação com o País onde vive.

Ontem, a maioria da Câmara dos Deputados casou o mandato e os direitos políticos de José Dirceu. A quebra do decoro parlamentar se deu pela prática insofismável de corrupção sobejamente comprovada.

A cassação teve grande repercussão, inclusive na mídia internacional. Estamos sendo observados pelo mundo. Aqui se falou de constrangimento de parte da Oposição pelo ato de cassação. Se é verdadeira essa informação de constrangimento, trata-se de sentimento hipócrita, inoportuno, ignominioso, uma afronta, um desserviço à Nação e às boas instituições deste País, pois esse falso constrangimento significa dizer: “Já basta! Doravante escondam a corrupção, serenem os ânimos e não cassem mais ninguém”.

Falou-se também que José Dirceu, ao ser cassado, caiu de pé. Hipocrisia! Quem é cassado pela prática de corrupção não cai de pé, é arrastado pela enxurrada na sarjeta.

Sr^{as} e Srs. Senadores, constrangida quem ainda está é a Nação brasileira diante dela própria e do mundo que nos observa e nos vê sem qualquer admiração pela bandalheira, pela patifaria, pela pouca-vergonha e pelo cinismo de todos os que praticaram a corrupção, pior peste que devasta milhões e milhões de pessoas no Brasil e em todo o mundo, levando-as à morte prematuramente por falta de assistência social.

A cassação de José Dirceu não é um objetivo que se encerra em si próprio. A decisão da Câmara atende a uma velha pretensão do povo brasileiro, ainda não conquistada, que é a de sermos uma verdadeira República, que vem a ser a coisa pública, de todos. A decisão atende aos ideários democráticos que devem persistir, e o contrário, a não-cassação, seria ferir de morte a democracia, pois este é, ou era, o desejo da turma do José Dirceu, que pretendia transformar o Brasil num estado totalitário.

Portanto, a obra, com a cassação, não acabou. Hoje não é dia de comemoração, de brindes, nem de autógrafos. A obra ainda está por ser concluída. Escre-

veu-se apenas um capítulo, e ela não poderá jamais ser encerrada com a cassação dos demais envolvidos, que deve acontecer o mais rápido possível.

As investigações precisam continuar. A sociedade brasileira, para o seu próprio bem, precisa manifestar-se em apoio e em cobrança a posições mais firmes na condução dos trabalhos das CPIs, na condução das investigações pela Polícia Federal, sem que o Executivo imponha dificuldades na apuração dos fatos. Que o Ministério Público seja mais diligente e que o Poder Judiciário não interfira em prejuízo do trabalho que as CPIs podem e devem realizar e que foram obstaculizados por liminares e **habeas corpus** a criminosos confessos que passaram a se comportar cinicamente diante de seus inquisidores, em flagrante desrespeito a um dos Poderes da República.

A obra não acabou. Por exemplo, o Presidente e o Relator da sepultada CPI do Mensalão precisam dar explicações convincentes, porque deixaram esgotar o prazo de vigência da própria CPI sem sequer deliberarem um relatório parcial que pudesse dar consequência às provas até então apuradas. O Presidente, o então Vice-Presidente e o Relator foram muito exigentes com os seus pares na condução dos trabalhos de investigação e deixaram o prazo se esgotar sem qualquer decisão, transformando tudo em uma grande *pizza*. Os senhores realizaram despesas, gastou-se tempo de servidores e dos próprios Congressistas. E os senhores não dão nenhuma satisfação à sociedade?

A obra não acabou. O Ministro Antonio Palocci, acusado por seus ex-assessores, não foi convocado a depor. O irmão do Presidente Lula, da mesma forma. O filho do Presidente, idem, assim como o homem do dinheiro na cueca. A empresa GDK, aquela que deu uma de Papai Noel ao presentear o Sílvio Pereira com o Land Hover para intermediar entendimentos com a Petrobras, também não foi convocada. E há muitos outros depoimentos que devem ser feitos e sigilos que devem ser quebrados e que ainda não o foram, a exemplo dos cartões corporativos e dos fundos de pensão. Por que estão blindando toda essa gente?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, de blindagem, de proteção, quem precisa é o povo, para se livrar desse bando de corruptos!

Mas a obra não acabou. Precisamos, urgentemente, instalar a CPI do Caixa Dois, até mesmo para fazermos aquilo que não foi feito pela CPI do Mensalão, ou seja, uma investigação ampla e profunda em todas as campanhas eleitorais. Nada deve ser levado para debaixo do tapete. A vida pública deve ser bem transparente, e a sociedade precisa acreditar na classe política, mas, para tanto, devemos fazer por onde.

Como poderemos afirmar que estamos satisfeitos se a reforma política, o Governo nem o Congresso desejaram fazê-la, embora tivessem todo o tempo necessário para sua elaboração? Como poderemos nos apresentar para o próximo pleito com a mesma legislação que aí está, embora não se possa atribuir a ela a culpa pela corrupção daqueles que a praticaram, pois assim agiram em decorrência do desvio de caráter?

Portanto, a obra não está completa com a cassação de José Dirceu. Se não aprovarmos o orçamento impositivo, acabando a possibilidade de Senadores e Deputados apresentarem emendas ao Orçamento da União em benefício de Estados e Municípios, não estaremos contribuindo para acabar com a corrupção no País ou para diminuí-la. Recursos para Estados e Municípios não devem ser objeto de emenda ao Orçamento da União. Recursos para Estados e Municípios devem ser decorrência de aumento dos percentuais do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para que os repasses sejam constitucionais e obrigatórios, não como uma dívida do Governo Federal, porque, a partir daí, a barganha campeia, a compra de parlamentares entra em vigor. E é assim que estamos aí a comprovar toda essa fraude, toda essa corrupção.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, repasses precisam ser constitucionais, obrigatórios e não uma dívida do Governo. Se fizermos um orçamento impositivo, aquilo que se transfere a Estados e Municípios por liberalidade terá que ser transferido por obrigação constitucional. Senadores e Deputados estão neste Congresso para apresentar emendas ao Orçamento da União para despesas que venham a ser executadas pelo Governo Federal em projetos, como a revitalização do rio São Francisco, executada diretamente pelo Governo Federal, como a Transnordestina, como as hidrelétricas, projetos regionais e projetos de interesse nacional. No entanto, para a construção de uma escola ou de um posto de saúde num povoado de um Município do meu querido Estado de Sergipe não há necessidade de que o prefeito venha buscar um intermediário – que é o Senador ou o Deputado – para barganhar uma emenda no Orçamento da União. Ao contrário, o prefeito deve receber os recursos por uma determinação constitucional, porque, a partir daí, ele não deverá favores nem a Deputado nem a Senador; nem Deputado ou Senador precisará se vender ou vender a sua consciência, o seu voto, o seu apoio para aprovar projetos do Executivo em detrimento dos interesses da sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo, dizendo que a cassação no dia de ontem do

Deputado José Dirceu não completou a obra. A obra está inacabada. É preciso continuar com a fiscalização e dar a este País – a classe política tem condições de fazê-lo e, se não o fizer, é porque a sua maioria assim não o deseja – as normas legais necessárias e indispensáveis para o fortalecimento de nossas instituições democráticas.

Esse é o nosso dever. Esse é o dever da classe política brasileira. É o dever daqueles que compõem este segmento social; se não for feito, com toda a certeza, a população brasileira poderá cobrar de todos nós e poderá continuar com o conceito que tem da classe política, que, em última instância, é a responsável por tudo que aqui se encontra.

Quando me refiro à classe política, devo ressaltar, Sr. Presidente, que não generalizo, pois há inúmeras e brilhantes exceções. Mas a classe política só fala pelo seu conjunto majoritário, e a minoria sempre, com certeza, é derrotada.

Por essa razão, venho à tribuna dizer a V. Ex^{as}, repetindo, que a obra não está encerrada. Não é dia de festa, de comemorações. É preciso seguir em frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

Em seguida, ao Senador Paulo Paim, para uma comunicação urgente.

Como, por antecipação, não há Ordem do Dia, estamos concedendo a palavra para comunicação urgente, e V. Ex^a é o primeiro inscrito para falar. Vamos fazer uma intercalação, e eu passo a palavra a V. Ex^a. Desculpe. Como não há Ordem do Dia, em razão da decisão do Presidente devido à entrada de uma medida provisória, para não ficarem sem fazer as comunicações urgentes, estamos fazendo a intercalação. Peço desculpas a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

Por favor, Senador, cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, falarei menos que cinco minutos, até porque entendo que diversos Senadores estão esperando.

Sr^a Presidente, quero cumprimentar o Presidente da Câmara e o do Senado, como também todas centrais sindicais e confederações, pelo ajuste que fizeram nesta semana, depois que houve a marcha pelo salário mínimo e pela atualização da tabela do Imposto de Renda e também pela redução da jornada de trabalho, para que a Comissão Especial, composta de sete Deputados e sete Senadores, seja instalada na próxima terça-feira.

Faço um apelo a todos Deputados e Senadores que farão parte dessa Comissão para que estejam presentes na sala da Comissão indicada pelo Presidente da Casa, conforme comunicado a todos os gabinetes, para que a Comissão seja instalada, e construamos então, definitivamente, um projeto de recuperação, atualização permanente do valor do salário mínimo, estendendo o mesmo percentual a todos os aposentados e aos pensionistas.

Quero cumprimentar não apenas as Centrais, como também as Confederações e o Dieese, que também fará parte desse momento importantíssimo em que estamos para votar a peça orçamentária. Esta peça orçamentária tem que ter já como rumo o debate estipulado nas duas Casas sobre o valor do salário mínimo.

Estive conversando hoje pela manhã com o Deputado Carlito Merss, que é o Relator da Comissão de Orçamento. Diz S. Ex^a que vai fazer de tudo para que ultrapasse o valor original, que é de R\$321,00. Já me sinalizava com R\$340,00 – sinalizou, vai tentar trabalhar nesse sentido. E eu acho que podemos chegar, se depender da vontade deste Parlamentar, a algo em torno de R\$400,00.

Entendo que a Presidência da República também vai colaborar. Porque o Presidente Lula criou, no âmbito do Executivo, uma Comissão especial que está também debatendo um novo valor do salário mínimo. Vou propor na primeira Comissão a ser realizada que as duas Comissões sentem e trabalhem com um projeto comum para ver se, esse ano, teremos um salário mínimo que atenda às necessidades básicas do trabalhador e de sua família, como manda o art. 7º da nossa Constituição.

Sr^a Presidente, para dar espaço, como me foi já solicitado, aos outros Parlamentares, eu queria que

V. Ex^a considerasse como lidos na íntegra os meus dois pronunciamentos. O segundo pronunciamento diz respeito a uma análise da situação econômica do Estado do Rio Grande do Sul, que é muito grave, nesse momento da história do nosso País, onde eu aponto alguns caminhos para a recuperação da economia do Estado.

Fiquei exatamente, calculo eu, em dois minutos e meio. Agradeço a V. Ex^a.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta Tribuna para falar sobre a 2^a Marcha Pela Valorização do Salário Mínimo que foi realizada nos dias vinte e oito e vinte e nove de novembro e que culminou ontem onde o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros e o Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo, receberam os representantes das principais centrais sindicais do Brasil.

CUT, Força Sindical, CGTB, CGT, SDS e CAT entregaram uma pauta de reivindicações onde constam alguns itens que são bandeiras históricas do movimento sindical brasileiro. Além de reivindicarem o aumento do salário mínimo para R\$400 em 2006, os trabalhadores defendem o reajuste de 13% na tabela do Imposto de Renda, a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas semanais sem redução de salários e uma política de valorização dos servidores públicos.

Como já falei aqui nesta Tribuna na terça-feira, as reivindicações do movimento sindical e social convergem à vida pública e parlamentar deste senador. Quando ascendi ao Congresso em 1986 na Constituinte, pude trazer, já que sou oriundo do movimento sindical, todas essas bandeiras de luta, que são justas e vêm ao encontro das necessidades da classe trabalhadora.

Os meus ilustres pares, Senador Renan Calheiros e Deputado Aldo Rebelo, com a antevisão de que cada vez mais é necessário à construção de um conjunto de medidas que aporte e dê embasamento a uma verdadeira política para o salário mínimo anunciaram para a próxima terça-feira, dia 06, a instalação de uma Comissão Mista Especial para construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo, cumprindo assim o Ato nº 3 do 2º semestre de 2005, assinado pelas duas casas.

Os Presidentes Renan Calheiros e Aldo Rebelo estão de parabéns pela atitude e lembro que em 02 de dezembro de 2004 apresentei e aprovei por unanimi-

dade requerimento criando a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo.

Sr. Presidente, com a instalação da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo teremos enfim um foro privilegiado para debater um assunto de grande relevância para a sociedade brasileira. Espero que esta Comissão cumpra seu papel para termos uma política permanente de recuperação do salário mínimo, porque o trabalhador brasileiro será o principal beneficiado.

Teremos oportunidade de debatermos o Projeto de Lei nº 314 de nossa autoria que prevê para 2006 um salário mínimo de R\$400,40; estendendo os mesmos percentuais aos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria também de dizer, como segundo assunto, que se analisarmos os dados sobre a economia brasileira vamos perceber que ela está indo bem em relação aos anos anteriores.

Lamentavelmente, a situação do Estado do Rio Grande do Sul não acompanha o quadro nacional.

Ao examinarmos os dados econômicos do Estado em 2005 percebemos o quanto instáveis são esses resultados. Os reflexos do campo tem influenciado sobremaneira na indústria e no comércio, castigando violentamente a economia gaúcha.

Os bons resultados de 2004, nos investimentos, nas exportações, no comércio, e nos lucros das empresas gaúchas, lamentavelmente, não se repetiram em 2005, e o sentimento de fragilidade, aliado aos juros altos, ao câmbio desajustado e ao clima imprevisível, inibiram os investimentos.

O Estado do Rio Grande do Sul, detentor de um dos maiores e mais diversificados parques industriais deste país atingiu em 2004 um crescimento de 8% do seu Produto Interno Bruto – PIB, porém, a previsão para este ano é de que haja um decréscimo de 3%.

As vendas industriais no Estado sofreram, de janeiro a junho deste ano, uma variação negativa de mais de 9%. O setor agropecuário demitiu 4,45% e a construção civil demitiu 1,8%. Resultados preocupantes que demonstram um cenário muito desfavorável ao crescimento econômico do Estado.

Já os setores de serviços e comércio tiveram percentuais positivos, apesar de modestas variações, efetuaram contratações durante este ano.

Os empresários calçadistas viram sua competitividade ir ao chão com as restrições argentinas, a invasão dos produtos chineses, a limitação das transferências de créditos de ICMS, o dólar desvalorizado, a alta carga tributária e os juros elevados. Suas exportações suportaram uma queda de 10%. Em dados reais, exportamos 158,22 milhões de pares de sapato contra 176,19 milhões exportados no ano passado.

O agronegócio sofreu sua maior queda nos últimos 10 anos! No primeiro semestre deste ano, as exportações decresceram 8,72% no Estado do Rio Grande do Sul. O clima foi o principal responsável pela perda de competitividade do agronegócio gaúcho, produzindo números que provocaram desânimo ao nosso produtor.

No âmbito nacional, os produtos com maior queda do Valor bruto de produção foram o milho; a soja; o arroz; o trigo e o algodão.

Dados do Ministério da Agricultura apontam que a renda agrícola das 20 principais culturas brasileiras diminuiu: os R\$96,7 bilhões apurados neste ano estão longe dos R\$108,5 bilhões do ano passado e do recorde de R\$113,4 bilhões contabilizados em 2003.

Sr. Presidente, apesar de alguns números extremamente desanimadores o Estado ainda tem o que comemorar.

Destacamos o crescimento das quantidades exportadas no setor de produtos químicos, com acréscimo de 16,0% em volume de exportações, e ainda, acréscimos nos preços das exportações de produtos químicos em 23,4%, de veículos em 18,5% e de máquinas e equipamentos em 16,8%.

A movimentação de contêineres no Porto de Rio Grande cresceu 10%, sendo responsável por 95% das exportações do estado. O aumento deve-se principalmente às exportações de carnes de frango e gado e de maçã.

Até o mês de outubro deste ano o Rio Grande do Sul foi o terceiro pior desempenho no país, superior apenas aos estados de Alagoas e Rio de Janeiro.

Acredito que para superar a crise gaúcha serão necessárias medidas de longo e médio prazo, de forma que venham a contribuir para um crescimento sustentado.

Para retomar o crescimento é preciso alterar a atual política econômica, fortalecendo medidas que contribuam para a geração de emprego e renda e fortalecem o mercado interno.

É imprescindível aprovar uma reforma tributária menos onerosa ao empregador e mais justa para com a sociedade brasileira.

E, por fim, é preciso que sejam repassados, pela União, os valores referentes às isenções do ICMS das exportações e que seja renegociada a sua dívida com o governo federal, que já apresenta um déficit estrutural de R\$1,2 bilhões por ano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero encerrar este pronunciamento com uma frase do saudoso Dom Helder Câmara:

“Quando sonhamos sozinhos é só um sonho; mas quando sonhamos juntos é o início de uma nova realidade”.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a será atendido.

Senador Paulo Paim, nós é que agradecemos, principalmente pelo respeito ao tempo.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Augusto Botelho, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Srs. e Sr^{as} Senadoras, está ocorrendo, agora, no Ministério da Defesa um seminário sobre defesa nacional com foco sobre a Amazônia, onde há vários palestrantes, inclusive, um professor indígena de Roraima.

Sr^a Presidente, foi noticiado no *site* do PDT que o andar térreo da sede da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, no centro do Rio, foi pequeno para abrigar todos os militantes do Partido que quiseram acompanhar, no dia 20 de outubro, a palestra do Presidente do Clube Militar General Luiz Gonzaga Lessa, ex-Comandante Militar da Amazônia. O encontro foi organizado pelo Movimento dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do PDT e contou, entre outros, com a presença do Presidente Nacional do PDT, Carlos Lupi, e do Secretário-Geral, Manoel Dias.

Lessa, em sua longa exposição, pontuou os principais problemas enfrentados pela maior floresta do mundo e, munido de dados, apresentou números desconhecidos pela grande população, por conta do boicote da mídia sobre a questão amazônica a partir do ponto de vista dos brasileiros – o que é inadmissível até pelo fato de a Amazônia totalizar 56% do território brasileiro e ser inadmissível para um patriota, sob qualquer aspecto, abrir mão da soberania do Brasil sobre essa área.

Disse o General:

A Amazônia é compartilhada por oito países, sendo que a maior parte dela está em território brasileiro. Nela está o maior banco genético do mundo, além de um terço da água doce do planeta. Ela é rica em todos os minerais conhecidos e a maioria de suas jazidas estão lá intocadas, embora já haja várias frentes de exploração. Para se ter idéia da grandeza dessas jazidas, 95% do nióbio do mundo estão na região de São Gabriel da Cachoeira, na região da Cabeça do Cachorro, ao norte do Amazonas, intocados.

O nióbio é um metal usado nas ligas para fazer revestimento de satélites e em aparelhos de alta pre-

cisão, por ser um minério de alta resistência e pouco peso.

Sr^a Presidente, de acordo com o General – Comandante Militar da Amazônia dos anos de 1998 e 1999 –, os últimos governos brasileiros não dão à Amazônia a importância e a prioridade que ela merece, daí a descontinuidade das políticas públicas para a região, a falta de planejamento estratégico e o verdadeiro abandono dos reais interesses do Brasil na região, permitindo, na prática, o avanço da cobiça internacional sobre o maior banco de biodiversidade do Planeta e da maior reserva de água doce do mundo, origem das futuras guerras, segundo análise do pentágono.

A globalização está aí. Existem muitos líderes internacionais que defendem que a Amazônia é um bem internacional, que a soberania do Brasil e dos demais países da região sobre a floresta é relativa – por isso, seria necessária a autorização dos organismos mundiais para a exploração de seus recursos naturais e manejo da floresta. Eles falam em “soberania relativa” como se fosse possível existir meia soberania, já sabendo que, daqui a alguns anos, a disputa das fontes de água será palco de batalhas no mundo.

Na questão ambiental, Lessa argumentou que existe um trabalho sistemático da mídia – nacional e internacional – de defesa feroz da “intocabilidade” da Amazônia e de seus recursos a título de preservar a floresta, o que não é interesse do Brasil, porque o tempo conspira contra o Brasil. Ele citou o Governo JK e a importância da construção de Brasília, porque hoje ninguém contesta que Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins pertencem ao Brasil, e só ao Brasil. Na sua visão, é fundamental o Brasil acelerar o Projeto Calha Norte e ocupar especialmente as regiões fronteiriças do Norte do País, isoladas e de floresta contínua, para evitar, no futuro, que nações hegemônicas, a título de preservar o meio ambiente, tenham condições de quebrar a soberania do Brasil.

Disse o General Lessa:

Isso é muito sério, porque eu acho que o brasileiro deve, sim, explorar a floresta e as riquezas do subsolo amazônico em benefício do Brasil. Somos um País em franco desenvolvimento e não há sentido mantermos a Amazônia como se fosse um museu intocável. É claro que não podemos destruir, é claro que temos que preservar, mas é fundamental dizer que existem formas sustentáveis de realizar essa exploração, e caso não façamos isso, caso não exploremos a Amazônia, o interesse internacional acabará fazendo isso, em detrimento dos reais interesses do Brasil.

Lessa relatou que dois terços do potencial hidroelétrico do Brasil estão na Região Norte, e é um absurdo não usarmos o que a natureza nos deu, em benefício dos brasileiros. Abordou, ainda, assuntos ligados aos índios, defendendo políticas diversas para as tribos, em função de seus estágios de desenvolvimento – inclusive a segregação de índios “que ainda vivem na Idade da pedra”.

Lessa disse:

Quando fui comandante da Amazônia, conheci muitos índios Secretários Municipais e até mesmo Secretários de Estado. Conheci índios primitivos, vivendo como nossos ancestrais, conheci índios aculturados, vivendo como caboclos da Amazônia, e conheci até índios de paletó e gravata. A discussão sobre a questão indígena, é complexa, e não há como simplificá-la. Hoje, a base de nossas forças terrestres, por exemplo, é o povo da mata que vive com a natureza – muitos deles descendentes de índios.

General Lessa criticou, também, a política da demarcação de terras indígenas em áreas contínuas em extensões absurdas, como aconteceu, recentemente, por exemplo, no meu estado de Roraima, na região da serra da Raposa, uma imensa extensão no território de Roraima, foi ocupada, nessa região, onde 12% do território brasileiro – uma extensão imensa do território de Roraima – foram colocados sob a guarda, como reserva, de menos de quatrocentos mil brasileiros indígenas. Roraima é um Estado inviabilizado economicamente, falou Lessa, embora seja a porta de entrada do Brasil no Caribe, pelo fato de mais de 57% de seu território ser considerado área de reservas indígenas – inclusive a Raposa Serra do Sol, onde se concentra a maior jazida de urânio do Brasil.

Essa informação até eu ignorava, de que lá em Roraima nós temos a maior jazida de urânio. E o urânio é o combustível mais limpo do futuro. Quando esgotarmos os nossos recursos hídricos, vamos ter que apelar para esses minérios radioativos para gerar energia e não deixar que o povo passe fome no País por falta de trabalho e falta de emprego.

Lessa apresentou aos presentes lá na Fundação Pasqualini também um grande mapa da região Norte do Brasil, onde localizou primeiro os grandes corredores de preservação do meio ambiente, sobrepondo no mesmo mapa, depois, as reservas conhecidas e não exploradas de diversos minerais estratégicos e, depois, sobrepondo no mesmo mapa, as áreas mapeadas como reservas de nações indígenas. Mostrou, em termos visuais, as áreas da Amazônia que, “por políticas

públicas de funcionários e de agências brasileiras”, por falta de visão estratégica do interesse nacional, estão condenadas a se manterem como santuários se os brasileiros e o Governo brasileiro não mudarem a sua atual política de ocupação e exploração dos recursos naturais da Amazônia brasileira.

Já em fase de conclusão de sua palestra, afirmou ser de extrema importância o fortalecimento da vontade nacional em torno da Amazônia e a priorização da exploração dos recursos da floresta pelo Brasil.

Segundo ele, “a cobiça internacional é uma realidade. Não podemos ficar parados ouvindo o capital internacional dizer que a Amazônia é um bem mundial para daqui a alguns anos não podermos explorar mais nada, mantermos a região intocada para posteriormente ser explorada pelo interesse internacional”.

O General Lessa condenou também o Projeto de Lei nº 4.776, de 2005 – a Lei das Florestas –, do Ministério do Meio Ambiente, que prevê a exploração dos recursos naturais da floresta por meio de concessões a ONGs e inclusive a empresas internacionais. Ele definiu esse projeto como mais uma ameaça à soberania brasileira, como muitas que acontecem, inclusive a ação permanente de organizações internacionais, ditas de defesa do meio ambiente, em diversas áreas da Amazônia Legal brasileira. Lessa criticou o governo Lula por insistir nesse projeto de lei, que “nem Fernando Henrique teve coragem de tocar para frente”.

“O atual governo enxerga a floresta de uma forma equivocada. Temos que saber o sentido da palavra soberania para termos força de defender nossas terras. A pior ameaça é dizer que a Amazônia tem tamanho incommensurável, mais ela jamais terá um preço – com especularam anos atrás, sugerindo doar pedaço dela para pagar a dívida externa do Brasil. Acredito que a solução desses problemas seja a integração da floresta ao povo. A Amazônia tem de deixar de ser um apêndice do Brasil para se tornar uma prioridade dos brasileiros. É preciso acabar com as políticas pontuais para a região e realizar projetos em longo prazo, e não descontinuados como acontece hoje” – concluiu Lessa.

Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, mais uma vez o General Lessa expõe, com sabedoria, alguns dos problemas que assolam a Amazônia e põem em risco a nossa soberania nacional.

São palavras que devem encontrar ressonância na mente de todos os brasileiros verdadeiramente comprometidos com o Brasil e interessados em nossa soberania.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança da Minoria, com a palavra, por cinco minutos, o Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Peço que o Senador Augusto Botelho assuma a Presidência porque quem está com a palavra, por ordem de inscrição, é a minha pessoa.

A Sra. Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Serys Slhessarenko.

Em seguida, também seguindo a ordem de inscrição, usará da palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só cederei o lugar à Presidente Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado.

Finalmente nós falamos.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez venho a esta tribuna para tratar – digo mais uma vez porque já vim várias vezes – de decisões do ilustre titular da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, o Juiz Julier Sebastião da Silva.

É que o Juiz Julier Sebastião, que tem se destacado pela verdadeira devassa que vem promovendo contra as práticas do crime organizado no Estado de Mato Grosso, acatando sempre solicitação do Ministério Público, determinou, no último dia 18 de novembro, a abertura de inquérito policial federal para apurar crimes de lavagem de dinheiro, crime contra o Sistema Financeiro, participação em organização criminosa e delitos em crimes tributários contra o empresário João Dorileo Leal, que é o proprietário do Grupo Gazeta de Comunicação, um grupo que controla as emissoras de rádio e televisão e o jornal de maior circulação no meu Estado.

Sr. Presidente, o inquérito foi aberto, agora, depois que quebra do sigilo bancário de João Dorileo Leal confirmou intensa movimentação financeira entre aquele empresário e o ex-comendador João Arcanjo Ribeiro, considerado chefe do crime organizado em Mato Grosso e que está preso no Uruguai.

Srs. Senadores, não preciso dizer que esta decisão do Juiz Julier está provocando um verdadeiro abalo na comunidade de Mato Grosso. Afinal de contas, trata-se da maior empresa de comunicação do Estado. A decisão do ilustre magistrado foi publicada no dia 18 de novembro, mas só no dia 26, domingo, a

comunidade mato-grossense soube dela, através de uma curta nota divulgada pelo corajoso *site* informativo **Olhar Direto**, de responsabilidade do jornalista Marcos Coutinho. É que havia uma espécie de pacto do silêncio para abafar o assunto.

À medida que o **Olhar Direto** divulgou a decisão do juiz, ela acabou merecendo grande destaque no noticiário desta terça-feira, da TV Centro América, repetidora da Rede Globo em Mato Grosso, e temos agora em Mato Grosso uma situação deverás curiosa. Em sua edição desta terça-feira, o jornal **A Gazeta**, que até então não tratara da decisão judicial, acusa a TV Globo em Cuiabá de só falar no assunto para prejudicar o bom nome do empresário Dorileo Leal.

Essa questão, Sr. Presidente, no nosso entendimento, só será esclarecida à que medida que avançar o processo, à medida que a Justiça Federal colocar em pratos limpos todas as práticas que envolvem a figura do ex-comendador Arcanjo, atualmente preso no Uruguai, mas que continua ainda exercendo influência sobre o comportamento de algumas pessoas e de algumas instituições lá no meu Estado de Mato Grosso.

Outro detalhe igualmente impactante e que ainda se sobressai na decisão do Juiz Federal Julier Sebastião é que a quebra de sigilo bancário deste grande empresário da comunicação, que é o Sr. João Dorileo Leal, pode vir a lançar luz sobre os bastidores da disputa eleitoral que se travou em Mato Grosso no ano de 2002. A partir das denúncias ali alinhavadas, fica evidente a necessidade de que se investigue a prática de caixa dois naquela campanha, um caixa dois que teria sido financiado pelo crime organizado, o que, sem dúvida nenhuma, torna deveras grave a situação que se vive no meu Estado de Mato Grosso.

É aqui eu queria repetir: caixa dois não tem tempo para ter acontecido e ser apurado. A partir do momento que se constata que se existiu, tem de ser apurado sim, em qualquer partido, em qualquer situação.

Se existiu caixa dois, que se apure até as últimas consequências, que se investigue, que se julgue e que se puna, independente de quem quer que seja e do momento em que aconteceu.

É claro que a ação do juiz Julier Sebastião deixou muita gente inquieta, sobressaltada, temerosa do que ainda está por vir. Quando a Justiça movimenta a sua mão poderosa, é natural que isso aconteça. Por isso, não é de estranhar que, diante da ação da Justiça Federal, os implicados reajam, lançando mão dos mais absurdos argumentos.

Além de atacar a TV Centro América e o grupo Zahran, o jornal **A Gazeta**, em uma de suas edições, volta seus canhões contra a figura do juiz Julier Se-

bastião para dizer que este juiz estaria a serviço do Partido dos Trabalhadores.

Aqui a gente tem que fazer uma pausa e dizer que parece brincadeira que isso ainda aconteça. Não sei se isso acontece só no meu Estado ou se acontece também em outros Estados. Quando um juiz julga, dá uma determinação, se é contra determinadas pessoas, dizem que é porque está a serviço do outro partido, que, por acaso, deve ser adversário daquelas pessoas.

Agora, a última acusação que querem fazer pairar sobre o juiz Julier Sebastião é a de que ele é um juiz do PT. Faltava essa ainda! Eu queria dizer aqui que uma prova maior contra isso é que, há pouco tempo – não sei se foi em maio ou em abril, sei que foi no primeiro semestre deste ano –, o juiz Julier Sebastião determinou, em Mato Grosso, a prisão de mais de cem pessoas na “famosa” Operação Curupira, aquele absurdo que aconteceu no Ibama. Entre essas pessoas, estavam três filiados ao Partido dos Trabalhadores. Eles foram presos e ainda estão sendo avaliados pela Justiça.

Em nenhum momento, vim a esta tribuna dizer que o juiz Julier Sebastião estava a serviço da Gazeta ou do PSDB ou sei lá de quem seja. Ao contrário, vim a esta tribuna apoiar a atitude do juiz Julier Sebastião, porque, se existe irregularidade, se existe corrupção, em qualquer órgão, em qualquer sentido, isso tem de ser apurado às últimas consequências, independentemente de qualquer partido ou de pessoas filiadas a qualquer partido.

Não podemos continuar querendo ameaçar inclusive a Justiça se ela realmente resolve investigar a vida de alguém que é muito próximo a nós, por qualquer motivo, principalmente partidário.

Eu não admito isso. E estarei aqui sempre defendendo esse juiz que foi quem conseguiu, se não exterminar, pelo menos fragilizar muito o crime organizado em Mato Grosso.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que vou repetir o final do que acabei de dizer quando lia. O interessante agora, aquilo para o qual temos de ficar espertos, alertas agora, além dos ataques à TV Centro América – e eu não sou advogada de defesa da TV Centro América de jeito algum, até porque ela não precisa disso, mas a verdade tem que ser colocada –, é para o fato de que o jornal **A Gazeta**, em suas edições, volta seus canhões novamente contra a figura deste juiz tão respeitado em Mato Grosso, Julier Sebastião, para dizer que ele estaria a serviço do Partido dos Trabalhadores.

Esse é um discurso de que já se lançou mão anteriormente, de que alguns já lançaram mão, na tentativa de desqualificar o trabalho desenvolvido por esse

competente e comprometido juiz federal. Mas, acima dos esperneios do jornal **A Gazeta**, está a vigilância do Ministério Público, das autoridades da Procuradoria da República em Mato Grosso, as quais, é bom que se recorde, além de processar corruptos e criminosos, também têm a responsabilidade de zelar pela boa condução das autoridades do nosso Poder Judiciário.

Finalizando, Sr. Presidente, nossa certeza é de que os fatos que agora se revelam em Mato Grosso contribuirão para dar a devida dimensão de muitas das figuras que comandam ainda as atividades políticas em nosso Estado.

Vamos acompanhar essas investigações e, no que depender de nós, aqui estaremos para reforçar o trabalho da Justiça Federal e do Ministério Público, visando a extirpar toda espécie de corrupção que ameaça a vida de nossa comunidade.

Ao encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, se existe suspeita de caixa dois, devem ser convocados todos sobre os quais paira essa suspeita. Se existem tais informações, que se convoquem as pessoas para depor na CPI que investiga o caso, sejam políticos, sejam empresários. Que todos sejam convocados para depor nas nossas CPIMs!

Queremos que se apure tudo, que se esclareça tudo de ponta a ponta, doa a quem doer. Que todos respondam realmente pelos seus atos. Que se convoque para a CPI o empresário Dorileo Leal. Se não existe problema, que ele venha a CPI para esclarecer os fatos. Que se convoque o juiz Julier Sebastião. Que se convoque o Procurador da República, Pedro Taques. Que se convoquem todos os que necessário se fizer, para que se esclareçam todas essas questões e realmente não fique nada sem ser investigado e, muito menos, sem punição aqueles que tiverem culpa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigada, Senadora.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Ney Suassuna, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Serei muito breve, Sr. Presidente.

O meu Partido é extremamente democrático. Tenho muita honra de nunca ter tido outro Partido na vida. Só pertenci até hoje aos quadros do PMDB, que tem todas as tendências que se possa imaginar e não se atritam. Como Líder, tenho a honra de ter como Cole-

gas desde o meu amigo Mão Santa até o Presidente da Casa; desde o meu amigo Garibaldi Alves Filho até o ex-Presidente José Sarney. Enfim, é um Partido que tem amplas tendências, todos convivendo na maior fraternidade. São vinte e dois Senadores. Senador Edison Lobão, já o convidei várias vezes, mas V. Ex^a ainda não se decidiu. Seria um orgulho para nós do PMDB tê-lo também nas nossas hostes.

Nessa amplitude, fiz, na semana passada, Sr. Presidente, um convite ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, e vi, hoje, distorcido no jornal, que ele nos procurou. Não. Eu, Líder da Bancada, fiz o convite com muita tranquilidade, porque, se há tendências mais à esquerda ou à direita, não é um problema para o PMDB, um Partido, como eu disse, que aceita essa variedade enorme de tendências e posições, porque é democrático. Por isso, tanto orgulho eu tenho dele.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Sem Partido. AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Sem Partido. AC) – Senador Ney Suassuna, tenho, em razão do que V. Ex^a acaba de dizer, dois agradecimentos a lhe fazer. O primeiro é o fato de o senhor revelar a verdade do que se passou. Terça-feira, nos encontramos na ala das Comissões e o senhor me fez, como acaba de confirmar, um generoso e simpático convite. Tivemos uma conversa amistosa, agradável, e, por isso, quero fazer o primeiro agradecimento, no momento em que algumas pessoas me negam o benefício da dúvida. Algumas pessoas hoje me negam o benefício da dúvida. V. Ex^a, de forma generosa e simpática, faz-me o convite de ingresso no PMDB, Partido, diga-se de passagem, ao qual já fui filiado tempos atrás, na década de 80. O segundo agradecimento, Senador Ney Suassuna, dá-se exatamente em razão do que V. Ex^a acaba de dizer, por revelar a verdade. Tenho, como V. Ex^a e como todos os Parlamentares aqui, respeito absoluto pela liberdade de imprensa, mas o que não podemos admitir é que fatos sejam colhidos e distorcidos pela imprensa. O Informe do **Jornal do Brasil**, hoje, o Informe JB, reproduz esse assunto como se eu tivesse procurado V. Ex^a ou lideranças do PMDB em busca de um abrigo para me proteger de alguma coisa. Estou com a minha consciência tranqüila nesta Casa. Tenho lá meu processozinho no Conselho de Ética, apresentei minha defesa prévia, não preciso de guarda-chuva, não preciso da proteção de ninguém. Apresentei minha defesa prévia, vou provar a improcedência dos fatos. Agora, há pouco, eu conversava

com o Senador Demóstenes, que lembrava, se não me engano, Sêneca, que dizia que a mentira é mais perigosa do que a verdade, porque contra a mentira não há o que se fazer. A mentira, às vezes, aparece, toma corpo e denigre a imagem das pessoas. Portanto, permita-me fazer-lhe esses dois agradecimentos, primeiro, por colocar a verdade dos fatos e, segundo, do fundo do coração, pelo convite formulado. Não estabelecemos absolutamente prazos. Vamos conversar muito a respeito disso. Diga-se de passagem, não foi o primeiro convite que recebi, depois de ter-me desvinculado do P-Sol. Não foi o primeiro convite que recebi, o que é sinal de que tenho respeito e admiração dos meus Pares nesta Casa. Isso me tranqüiliza, no sentido de repor a verdade dos fatos. Essa notícia publicada, hoje, no **Jornal do Brasil** foi replicada no meu Estado, num determinado jornal, de forma maliciosa e perversa, mostrando o que não aconteceu, que eu estava à procura de proteção, e isso jamais me passou pela cabeça. De fato, o que houve foi exatamente isto: um convite feito por V. Ex^a, que muito me honrou, o que mostra que tenho o apreço e a consideração dos companheiros desta Casa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Geraldo Mesquita, não o fiz antes de conversar com o ex-Senador Nabor Júnior, figura querida nossa e chefe partidário no Acre, com o nosso Deputado João Correia e com o nosso Senador Flaviano. Todos eles disseram que V. Ex^a já pertenceu ao nosso PMDB e que era uma pessoa que não teria problema nenhum de estar ao lado de todos nós.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, queria apenas ajudá-lo nessa missão de Líder, e ninguém a exerce tão bem como V. Ex^a, que está conseguindo a unidade. Nós mesmos íamos criar um grupo autêntico, mas nos rendemos. Queria apenas auxiliá-lo e dizer ao Senador Geraldo Mesquita que ninguém se perde no caminho de volta. S. Ex^a acabou de declarar que era do PMDB. Nós o queremos, porque V. Ex^a enriquece o PMDB ou qualquer Partido do Brasil.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Essa frase é do José Américo, nosso paraibano velho que dizia que na volta ninguém se perde.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.395, DE 2005

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005, que “Declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro”.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2005.

Senadora *Sis de Araújo*

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.396, de 2005

Requer a audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o Projeto de Lei da Câmara nº 3/2005, de 5 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos

Regimentais, a audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o Projeto de Lei nº 3/200, de 5 de janeiro de 2005, (PL Nº 1.089/2003, na origem), que “altera dispositivos do Decreto-lei nº 467 de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes Genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências.

Justificação

O Projeto de Lei acima referido versa sobre matéria que diz respeito a medicamentos de uso veterinário e, portanto, afeta à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Dessa maneira, pelo teor desse Projeto de Lei e, para que se possa proceder a uma análise mais ampla do seu mérito, entendo ser necessária e conveniente a sua audiência por aquela Comissão Técnica do Senado, decisão que submeto aos meus ilustres pares desta Casa.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2005.

– Senador **Gilberto Goellner**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou ao conhecimento desta Presidência acordo das Lideranças para a apreciação do Item 1.

Está encerrada esta fase da sessão.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 31, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social e de Encargos Financeiros da União, no valor global de novecentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 29-03-2006

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.359, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Oc-

távio, que *altera os arts 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas.*

Parecer sob nº 120, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Sérgio Cabral e Augusto Botelho.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.351, de 2005.

3

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.*

Parecer sob nº 1.861, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.*

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003**
(*Votação nominal*)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.*

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**
(*Votação nominal, caso não haja emendas*)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar*

membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao ilustre Senador baiano César Borges, por 20 minutos. S. Ex^a esperou, mas foi premiado com o dobro do tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, agradeço a V. Ex^a por ter-me incluído após a Ordem do Dia, dando-me tempo para comentar dois assuntos. Talvez, se eu falasse antes da Ordem do Dia, só daria para comentar um deles.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Salvador, capital do meu Estado, vive hoje um clima de inquietação. Aliás, isso começou exatamente na terça-feira, quando a BR Distribuidora, uma subsidiária integral da Petrobras – que é essa empresa que deveria ser de todos os brasileiros e que tem imensas parcerias com o Estado da Bahia e com a Prefeitura de Salvador –, resolveu romper um acordo com a Prefeitura Municipal de Salvador e suspender o fornecimento de combustível e asfalto para a Prefeitura de Salvador. Imagine V. Ex^a a gravidade desse problema.

É uma prefeitura de uma capital com 2,6 milhões habitantes. Há uma frota grande de carros, que seguem a disciplina do tráfego da cidade, determinada pela Superintendência de Tráfego, sem a qual se instalaria um caos no trânsito da cidade. A frota conta com as ambulâncias do tal Samu, implantado pelo próprio Governo Federal, impondo ônus às prefeituras municipais. Isso atende à saúde da população mais pobre e mais carente da cidade, e o Prefeito viu, de uma hora para outra, surgir a possibilidade de um caos iminente, porque não havia abastecimento, suspenso pela prefeitura, quando havia entendimento para o pagamento de uma dívida – imagine, Sr. Presidente! – de R\$2 milhões. A prefeitura a negociava por conta das dificuldades próprias das municipalidades – que, em final de ano, têm prioridade de pagamento de décimo terceiro, de folha de pessoal – e mantinha essa negociação, que foi rompida.

Toda a população de Salvador, os comentaristas e o mundo político prestaram, como devem, apoio a essa situação. Há protesto geral, há apoio à população de Salvador, em primeiro lugar, e àquele que está à frente da municipalidade e que é meu adversário político – nem por isso, sinto-me neste momento constrangido, porque é meu dever emprestar solidariedade ao povo de Salvador e à prefeitura, que foi desrespeitada pela Petrobras.

O que exigimos é que a Petrobras assuma aquele compromisso de procurar, até a última instância, a negociação. Que não suspenda pura e simplesmente o abastecimento.

E a situação é mais surrealista, Sr. Presidente, quando verificamos que o PT teve candidato em Salvador a Prefeito Municipal, foi para o segundo turno apoiando o atual Prefeito, contra as nossas forças políticas, e compõe, com vários secretários, a Administração Municipal. Portanto, é uma situação realmente surrealista, em que o PT, participando de uma Administração, tem o controle da Petrobras em nível nacional – o Presidente da Petrobras é um baiano, o economista José Sérgio Gabrielli, que é do PT –, tem Ministros no Governo Federal, como o Ministro Jaques Wagner, como o Ministro Waldir Pires, e o Partido faz essa barbaridade contra Salvador por meio de uma subsidiária da Petrobras, a BR Distribuidora, que é comandada pelo aparelhamento do PT nessas estatais.

Com relação à Petrobras da Bahia, é um verdadeiro caos, Sr. Presidente, porque ela tem presidido as suas ações por uma política partidária que, inclusive, nas últimas eleições, investiu maciçamente na campanha eleitoral; tem patrocinado até festas juninas; foi capaz de gastar mais de R\$4 milhões – é o que se noticia. Mas quer impedir que uma frota que atende uma população de uma cidade como Salvador não se movimente, porque não quer fazer o abastecimento enquanto negocia uma solução.

Sr. Presidente, há unanimidade hoje entre os comentaristas políticos de todos os jornais, entre todos os políticos. Ontem, na Câmara dos Deputados, foi o Deputado ACM Neto quem fez um pronunciamento. Notícia a imprensa que o Senador Antonio Carlos ligou para o Prefeito. Então, há uma solidariedade, em primeiro lugar, ao povo de Salvador, que não pode ser desrespeitado por uma distribuidora que não cumpre o seu papel e a sua função social, tão apregoada pelo Partido dos Trabalhadores.

Essa é uma situação inaceitável, surrealista mesmo, de um Partido que está demonstrando, a cada dia, não ter sensibilidade social. E o que é o pior: não tem compromisso com a Bahia e com Salvador, porque temos lá a questão do metrô, mas esse Governo, decorridos três anos, não soube ainda dar uma solução. Agora, diz que há uma solução: impôs à Prefeitura assumir os trens urbanos de Salvador para que, a partir daí, possa liberar recursos que são do Banco Mundial, que deveriam estar sendo liberados de forma regular desde o início desse Governo, e não o foram. Hoje, as obras do metrô estão totalmente paralisadas.

Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui para protestar contra essa insensibilidade, essa insanidade da

BR Distribuidora, que, por intermédio dos seus dirigentes, quer prejudicar a população de Salvador. Essa é uma posição que eu quero que fique bastante clara, porque se trata de uma situação inadmissível em uma capital como Salvador, que não pode ficar privada de serviços básicos por conta de uma ação nefasta de uma empresa estatal, que deveria, em primeiro lugar, ter compromisso com a sociedade.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz aqui é a questão que hoje preocupa os secretários estaduais ligados ao saneamento e deve preocupar todos os Parlamentares: a falta de investimentos no setor de saneamento em nosso País.

Secretários estaduais reuniram-se em Porto Alegre, no dia 22 do mês passado, e fizeram a Carta de Porto Alegre. Essa carta deixa muito clara a situação do Saneamento no País, sem investimentos por parte do Governo Federal.

Diz a carta:

O fato é que os investimentos encontram-se muito aquém das necessidades por um conjunto de fatores: os volumes anunciados não são efetivamente disponibilizados; as limitações fiscais do setor público, no caso do saneamento, jamais mereceram um tratamento apropriado por parte da área econômica do Governo Federal, não obstante a importância estratégica do setor; as contratações e liberações dos financiamentos estão condicionadas a uma burocracia crescente e ilógica; as taxas de juros incidentes sobre os recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foram recentemente majoradas, onerando os custos dos investimentos; finalmente, o setor enfrenta a inadmissível drenagem de recursos, através do aumento da alíquota do PIS/Cofins, que representará uma transferência do setor à União de um valor anual superior a R\$ 1,1 bilhão.

Enquanto isso, o Presidente Lula vive a declarar que está assumindo o saneamento, que tem investimentos, em todo o País, 14 vezes superiores aos investimentos feitos pelo Governo passado. Não há afirmativa tão descabida como essa. Se cotejarmos os números, vamos ver que o Orçamento da União praticamente reduziu a menos da metade o valor de investimento. Senador Alvaro Dias, a média de investimento de 1999 a 2002 era de R\$1,185 bilhão ao ano. No atual Governo, essa média caiu para R\$422 milhões ao ano.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo, com muita satisfação, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador César Borges, eu também falaria sobre esse tema, mas como V. Ex^a o aborda com muita competência, usarei o meu tempo para outra abordagem. Mas quero acrescentar às palavras de V. Ex^a dados que considero respondem por si a essa absurda afirmação do Presidente Lula de que investe em saneamento básico. Lamentavelmente, em saneamento básico, o Presidente não investe. Na área de saneamento básico, a situação é caótica. Dos R\$3,4 bilhões contratados em 2003 e 2004, apenas R\$387 milhões foram desembolsados em dois anos. Do Orçamento de 2005, R\$3,15 bilhões, nada foi contratado até este momento. E V. Ex^a há de convir, pela experiência de ex-Governador, que, nesse tempo que nos resta até o final do ano, certamente muito pouco poderá ser contratado, porque não há mais tempo, já que a burocracia exige tempo para licitações, para contratações, para desembolso de recursos, etc. Portanto, passamos mais um ano em que se pode afirmar: é caótica a situação em matéria de saneamento básico no Brasil, por incompetência do Governo, que não consegue sequer gastar os recursos provisionados no Orçamento para isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

V. Ex^a trata a realidade hoje no setor de saneamento, porque duas fontes financiam esse setor: ou o Orçamento Geral da União, ou recursos do FGTS. Todos sabemos disso.

No Orçamento Geral da União, primeiro, há um contingenciamento. São duas ineficiências do Governo: a primeira, o contingenciamento – só se liberam os recursos já no final do ano, quando não há possibilidade de contratação de obras, porque, para fazer a necessária licitação, é preciso empenho, e, como só agora foi liberado o empenho, não se pode sequer cobrar do Ministério; a segunda, a ineficiência do próprio Ministério: o Ministério da Cidade também vive a discutir políticas ainda de saneamento, políticas de urbanização já no final, no ocaso de um Governo.

Por outro lado, observando-se o FGTS, se houve contratações em 2003 e 2004, não houve as devidas liberações. Então, a burocracia criada na Caixa Econômica Federal é para impedir que os organismos estaduais, municipais tenham acesso a esses recursos, que são importantíssimos, porque investimento em saneamento, todos sabem, é um investimento básico, que previne doenças, que traz saúde à população. Mas, lamentavelmente, os números que temos são esses que V. Ex^a acabou de apresentar. O Governo Lula, de 2003 a 2005, com relação a FGTS, não operou mais

do que R\$370 milhões. Essa é a realidade. No Governo passado, foram R\$570 milhões ao ano. O Governo Lula está paralisado com relação à aplicação no setor de saneamento.

O nobre Senador Magno Malta me pede um aparte?

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador César Borges, o discurso de V. Ex^a contribui para chamar a atenção do Governo, dos líderes do Governo, dos assessores parlamentares de cada ministério, de cada órgão do Governo, dos bancos. Se eles prestarem bem atenção, verão que V. Ex^a traz, nesta quinta-feira, uma das mais felizes contribuições, que pode estar passando despercebida. O grande drama deste Governo, principalmente aqui no Senado Federal, é que os ministros, diretores e presidentes de bancos, da Petrobras, se sentem cada qual um presidente do seu ministério, um presidente da Petrobras, um presidente do Banco do Brasil, um presidente da Caixa Econômica Federal, operando sozinho, como se não fossem uma máquina, e cada um faz seu próprio Governo. Contando e somando-se a vaidade que todos eles encarnaram em suas vidas, começam a usar isso a seu favor ou contra quem eles querem, como é o caso da Bahia. No caso de alguns ministérios, os ministros-presidentes viabilizam tudo aos seus Estados e nada aos outros, principalmente onde há uma oposição mais contundente e efetiva. Alguns ministros são verdadeiros operadores de Pare e Siga, e, se o Governo estivesse prestando atenção, já os teria trocado. Aliás, eu até peço desculpas aos operadores de Pare e Siga porque não é uma tentativa de ofendê-los. O operador de Pare e Siga é aquele menino que fica na estrada com aquelas placas: Pare e Siga. Ele não é engenheiro, não é mecânico, não sabe fazer nada, só aquilo mesmo. A maioria desses ministros são operadores de Pare e Siga. Eles não operam nada, não sabem nada, não são capazes de nada. E são vaidosos. E a Bahia paga o preço dessa vaidade de cada ministério ou de cada presidente de banco – e temos “n” presidentes no Brasil sem a coordenação de um que veja o País como um todo. Eu lamento o que está acontecendo com a Bahia, mas fico feliz porque o alerta de V. Ex^a, sem dúvida alguma, vai contribuir para o Brasil. Espero que os assessores parlamentares de cada ministério e de cada banco estejam vendo e ouvindo o seu alerta para poder levar aos seus respectivos patrões no sentido de melhorar o relacionamento e o respeito ao contribuinte, não somente o baiano, mas do Brasil inteiro, que precisam ver as obras de infra-estrutura acontecer, que precisam ver a obra do metrô acontecer, porque o dinheiro existe e não é do cofre brasileiro, é empréstimo estrangeiro contraído

pelo Governo baiano e autorizado que está para ser entregue. O meu Estado, por exemplo, paga porque não recebeu autorização para convênios para ajudar na solução dos problemas que a seca fez no norte do Estado do Espírito Santo e que a Defesa Civil deveria ter autorizado, mas não autorizou. Quando fomos ao ministro, ele disse: “Lamento informar a vocês, mas a seca e a chuva não fui eu que inventei”. Essa foi a resposta que tivemos do ministro! Fico feliz com o seu discurso porque sei que V. Ex^a hoje dá uma grande contribuição para o Governo Federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador. Esta é uma realidade. O Governo, que deveria primar pela sensibilidade na área social, não a tem. E não acontece apenas em relação à área social, não, mas de modo geral. Quando os ministros não são incompetentes, por mais que seja determinada a sua vontade de servir, eles não têm condições. Temos ministros, como o Ministro Roberto Rodrigues, que queria evitar a febre aftosa no País e não conseguiu, porque não sensibilizou o Governo a liberar recursos para a defesa sanitária animal, e hoje convivemos com a febre aftosa. Isto acontece em outros ministérios. O Governo não libera recursos e, quando o faz, os recursos não têm a menor condição de serem aplicados no final do ano.

Veja que o superávit primário deste ano chegará a mais de 5%. Então, não adianta o Presidente dizer que manterá o superávit em 4,25%, porque não há mais como gastar neste ano. Por isso ele disse que ficará em 4,25%.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador César Borges, na Argentina, país com dificuldades infinitamente maiores que as nossas, o superávit fiscal do Presidente Kirchner está sendo usado para aumentar salário. O superávit fiscal nosso vai para o superávit primário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é.

Com relação à área de saneamento, os números divulgados pelo Ministério das Cidades são totalmente distorcidos. Com o objetivo de esclarecer isso, apresentamos requerimentos nas Comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos, requerendo a presença do Ministro, que à época era o Sr. Olívio Dutra, que nada sabia do seu Ministério. Só fazia falar, falar e falar.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Operador de Pare e Siga.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é, operador de Pare e Siga. Ele só sabia dizer: “O companheiro Lula, o companheiro Lula”. E ficava no companheiro Lula, e nada acontecia no seu Ministério.

Foi mudado. Veio o Sr. Márcio Fortes, que, como sabemos, é um técnico competente, que tem experiên-

cia. No entanto, me parece que ele está no Ministério das Cidades de braços e pés totalmente amarrados, porque de toda a estrutura que existia o PT não aceitou modificação alguma. Então, o Ministro está lá simplesmente para preencher alguns cargos, atendendo à solicitação da base aliada do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti – lamentavelmente. Quero que o Ministro Márcio Fortes venha ao Senado para poder esclarecer sobre esses números, falar sobre o setor de saneamento, que teve a carga tributária aumentada. E, o que é pior, isso está também explicitado na carta do Secretário de Saneamento, a Carta de Porto Alegre.

O Governo enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.296, que procura estabelecer uma nova política para o saneamento. Entretanto, na verdade, é uma visão míope, distorcida da realidade do setor, pois tenta desorganizar o que está organizado, porque, se há ainda alguma estrutura de saneamento no Brasil, é graças às empresas estaduais de saneamento. V. Ex^a, Sr. Presidente, foi Governador do Piauí e sabe o esforço necessário para uma estrutura de saneamento nos Estados. E isso tem sido feito à custa da administração do dia-a-dia das empresas estaduais, umas mais eficientes, outras menos, mas todas elas procurando atender a sua população.

Pois bem, o Governo, por meio deste projeto, está tentando desestabilizar esse setor, e todos os secretários, os presidentes de empresa estão se insubordinando contra isso. Disseram muito claramente que é inaceitável este projeto que hoje tramita na Câmara dos Deputados. Seria mais um desserviço que o Governo Federal estaria fazendo ao setor de saneamento no País.

Por isso estamos – e devemos estar – atentos para que este projeto possa ser aperfeiçoado ou até rejeitado na Câmara dos Deputados, para que tenhamos a oportunidade de manter em funcionamento o setor no País, dando inclusive reforço e apoio para que as empresas estaduais possam atender à população.

Sr. Presidente, era o que queria registrar nesta tarde de hoje. Agradeço a V. Ex^a pela compreensão.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador César Borges, V. Ex^a pode ficar tranquilo que jamais cortaria a palavra daquele que, sem dúvida nenhuma, trouxe o maior desenvolvimento para o

Nordeste com a implantação da Ford, quando governou a Bahia.

Senador Magno Malta, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de acrescentar que V. Ex^a, ex-Governador do Piauí, colaborou também para o desenvolvimento do Nordeste.

Solicito a V. Ex^a que me inscreva pela Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito como Líder e falará de acordo com a orientação sábia do nosso Secretário Raimundo Carreiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Qual é a orientação?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Alternar os oradores inscritos com as lideranças. V. Ex^a está inscrito. O País aguarda ansiosamente seu pronunciamento.

Farão uso da palavra, pela ordem de inscrição, os Senadores Alvaro Dias, Aelton Freitas e Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador pelo Paraná, Alvaro Dias, que, regimentalmente, tem direito a cinco minutos, mas jamais cortarei a palavra de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não são 20?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Após a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para V. Ex^a, com sua capacidade e inteligência sintética, cinco minutos está bom, lembrando que Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, o País todo ouviu sua oratória. E até advertiríamos seu partido a evitar aquela política antiga de São Paulo e Minas, apelidada de café-com-leite. V. Ex^a, do Paraná, seria um extraordinário candidato, e seria um *capuccino* novo.

Pela lista dos oradores inscritos, passo a palavra ao Senador Aelton Freitas, em permuta com o Senador

Valdir Raupp. O Senador Aelton Freitas é do Estado de Minas Gerais, do Partido Liberal.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Tribunal de Contas da União anunciou ontem uma medida de suma importância no que se refere à conservação e recuperação de estradas federais que passam por Minas Gerais. Decisão cautelar proferida pelo Ministro Augusto Nardes suspendeu a transferência de oito trechos de rodovias federais para o Governo do Estado, além de determinar providências imediatas para a recuperação de um total de 2 mil quilômetros que se encontram em situação mais crítica dentre as rodovias federais em Minas.

Essa decisão do Ministro Augusto Nardes, do TCU, somada à disposição já manifestada pelo Ministério dos Transportes de providenciar a restauração dos trechos, nos traz a esperança de que as rodovias federais mineiras possam entrar realmente em um processo contínuo de recuperação, que não venha mais a ser interrompido.

Sr. Presidente, a polêmica criada em torno da estadualização de rodovias federais envolve argumentos legítimos tanto do Governo Federal quanto por parte dos Estados. Entretanto, acima de tudo, deve prevalecer o interesse público. Por isso, é fundamental se chegar logo a um acordo sobre uma data para que seja consumada de forma definitiva a transferência aos Estados. O mérito da decisão do TCU é justamente impedir que as estradas que se encontram neste processo de transição caiam em situação de abandono, porque algumas até já estão, enquanto as partes ainda discutem e negociam.

É inadmissível, Sr. Presidente, que algumas BRs importantes para as economias regionais do nosso Estado fiquem impossibilitadas de receber recursos para que se procedam urgentes recuperações, em virtude dessa situação legal indefinida.

A Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados defende, como proposta para pôr fim ao impasse, que a transferência das rodovias aos Estados seja efetuada apenas em 2009, após as obras estarem recuperadas. Tenho certeza de que o Ministério dos Transportes, sob o comando do companheiro Alfredo Nascimento, também quer e trabalha pela recuperação das rodovias, mas muitas vezes é vítima dos contingenciamentos orçamentários. Isso também precisa ser revisto, independente de qualquer transferência, pois não se reformam estradas sem dinheiro, e sem estradas, a economia não cresce como poderia e deveria.

De acordo com o que foi estabelecido na decisão de ontem do Ministro Augusto Nardes, do TCU, deverão ser recuperados, com urgência, trechos da BR-135, entre Montes Claros e Curvelo, da BR-265, entre Barbacena e Boa Esperança, da BR-120, entre Ponte Nova e Leopoldina, da BR-267, entre Machado e Poços de Caldas, no sul de Minas, da BR-146 entre Muzambinho, Cabo Verde, Botelhos e Andradas, da BR-491, entre Areado, Alfenas e Paraguaçu, e da BR-354, próximo à divisa de Minas com o Estado do Rio de Janeiro.

Todos esses trechos das rodovias federais que passam por Minas se encontram realmente em péssimas e críticas condições, repletos de buracos que representam um enorme risco à população que trafega diariamente pelas rodovias.

Felizmente, outras rodovias importantes, como a BR-050, no Triângulo Mineiro, e a BR-381, a Fernão Dias, entre Belo Horizonte e o Vale do Aço, na região do Vale do Rio Doce, que também apresentam graves problemas, estão sofrendo intervenções. No caso da BR-050, rodovia que liga São Paulo a Brasília, posso dar um testemunho pessoal de que foi necessário bastante empenho para viabilizar junto ao Governo Federal 11 milhões de reais, investidos na recuperação do trecho entre a minha cidade de Uberaba e a importantíssima cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

Boa vontade por parte dos órgãos federais responsáveis pelas rodovias notamos que existe, mas, como já destaquei, faltam recursos para tamanhas demandas. Por isso, acredito sim que a estadualização de algumas rodovias será importante, mas desde que feita de forma a garantir condições mínimas de conservação.

Dessa forma, nossa expectativa é de que a decisão do TCU impulse a recuperação das BRs “mineiras” e facilite, no futuro breve, as negociações para concretizar a estadualização das mesmas.

A recuperação das rodovias federais deve ser prioridade dos Governos, das autoridades e de nós Parlamentares. Um recente estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) apontou que as condições precárias das rodovias federais em Minas, por exemplo, causam prejuízos anuais de, no mínimo, R\$1,3 bilhão. O custo adicional com o tempo perdido em logística, o encarecimento dos fretes e dos seguros e os custos humanos são aproximadamente 30% maiores quando se trafega em rodovias precárias.

Mais de 18 mil empresas mineiras estão localizadas em cidades no entorno das rodovias federais e a degradação das estradas acaba sendo um fator impeditivo para projetos de expansão e maior gera-

ção de empregos. Como Minas tem a segunda maior frota de caminhões do País, o Estado é um dos mais prejudicados com a inadequação da infra-estrutura rodoviária.

Sei, entretanto, que vários outros Estados também enfrentam problemas com as rodovias e a precariedade é de âmbito nacional, guardadas as devidas exceções. Com essa consciência, posso afirmar que todo o esforço que se fizer em investimentos na recuperação da malha rodoviária federal será recompensado, pois estradas em boas condições trazem retorno positivo imediato para empresas, trabalhadores, comunidades e, sem sombra de dúvida, também para os Governos. Nosso papel é renovar sempre as cobranças nesse sentido.

Parabênizo o Ministro Augusto Nardes, ex-Parlamentar que está desenvolvendo seu papel e fazendo justiça naquilo que deve em seu posto no Tribunal de Contas da União.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande satisfação que revemos neste plenário o Senador Alberto Silva.

Professor Cristovam Buarque, V. Ex^a simboliza a responsabilidade educacional de nosso País. Quero relatar aqui que acompanhei o Senador Alberto Silva a Itajubá. São 92 anos da Escola Federal de Engenharia, que escolheu, Senador Heráclito Fortes, os seis maiores nomes da sua história: quatro estavam presentes e dois, no exterior. Entre eles, o presidente da Siemens, o presidente da Vale do Rio Doce e o Senador Alberto Silva.

Senador Cristovam Buarque, para V. Ex^a ser nota dez, precisa visitar a Universidade de Itajubá. Impressionou-me a maneira de saudação de cada um: revele-se antes por atos que palavras, digno do País. Esse ensinamento foi proferido por Teodomiro Santiago, o fundador, o mesmo que Aristóteles ensinava a cada discípulo na escola de Platão: seja ousado, mas não em demasia. Essa é a grandeza.

O Senado estava presente, por mim representado. E, mais, Senador Heráclito Fortes, orgulhoso de ser piauiense, porque vi Alberto Silva ser aplaudido de pé por aqueles educadores.

Continuando a nossa sessão, concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, do PSDB do Espírito Santo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, ouvi atentamente os Líderes José Agripino e o meu Presidente, Tasso Jereissati, homens experientes, ex-

Governadores e que conhecem este País como ninguém. Desta tribuna, S. Ex^{as} tentaram dar explicações ou interpretar as razões da queda espetacular do PIB brasileiro, o contrário do que ocorreu na maioria dos países semelhantes ao nosso.

O principal motivo que encontraram foi a falta de liderança dos homens que ocupam hoje o poder no País.

O Senador Magno Malta, há pouco, disse que se tratava de vaidade dos Ministros brasileiros. Quero, entretanto, ir mais longe; ser mais contundente. Quero aqui afirmar, sem medo de errar e sem nenhum receio: a crise que o Brasil está atravessando hoje é uma crise, Sr. Presidente, de burrice, é uma crise de incompetência.

V. Ex^a, Sr. Presidente, é testemunha de que toda semana estamos aqui, alertando o Presidente Lula, por exemplo, que a arroba da carne de gado custa hoje R\$45,00 e que, no governo passado, valia R\$55,00; que um litro de diesel, naquela época, era R\$0,70 e hoje custa R\$2,00; que um saco de arroz custava R\$50,00, ou seja R\$0,80/kg; hoje, um saco de arroz custa apenas R\$15,00; que um saco de soja valia R\$40,00 e hoje, R\$18,00.

Enquanto isso, o Governo estava comemorando. Comemorando o quê? Comemorando a desgraça dos agricultores brasileiros. Os reajustes vinham de maneira astronômica para quem? Para as multinacionais. E, aí, vinham reajustes para as vacinas, para os remédios, para os tratores, para os automóveis, para a energia elétrica e muitos outros.

E não é preciso, Sr. Presidente, ser inteligente para detectar que essa gente não tem mais como plantar; essa gente vendeu as matrizes, e nós vamos diminuir o nosso rebanho. E que o recuo dos produtores refletiria, evidentemente, na indústria da cidade. Foi o que aconteceu e irá continuar se aprofundando.

Outros tentam justificar a queda do PIB pela falta de investimentos na área social. Quando se fala em social, no Brasil, o Governo crê que cuidar do social é dar esmolas. Social, Presidente Lula, Sr. Presidente Mão Santa, é distribuir rendas, é incrementar o crescimento econômico, é gerar emprego. Mas não com um salário de R\$ 300,00. Quem ganha R\$ 300,00 é tão miserável quanto quem está desempregado. Salário tem de ser uma remuneração capaz de permitir a uma família viver com dignidade.

Além das referências que fiz, há uma preocupação ainda maior, Sr. Presidente. É que, enquanto o Governo patina, não implantando políticas para o homem do campo, não investindo em infra-estrutura, pratica uma política, por meio de alguns Ministérios e principalmente dos segundo e terceiro escalões, um

verdadeiro terrorismo contra todos os que desejam trabalhar ou estejam trabalhando, inclusive a iniciativa privada.

Vejam o que está acontecendo, Sr. Presidente. Listei alguns pontos para que o Brasil possa ter conhecimento do que está acontecendo. O Governo Federal e outros Estados, assim como a iniciativa privada, estão querendo construir hidrelétricas no País, e estamos às vésperas de um novo apagão. Simplesmente, Presidente Mão Santa, não pode.

Há muita gente, muitos empresários, querendo produzir álcool. O Governador Zeca do PT tentou construir três usinas de álcool no seu Estado. Não pode, Sr. Presidente. E a alegação é que pode haver um vazamento na usina, pode atingir o rio Paraguai, podem as águas ir para o Pantanal e pode algum jacaré morrer bêbado. Incrível, Senador Mão Santa!

Há Estados querendo construir pontes. Não pode.

Há gente querendo transportar através dos rios. Não pode.

No final do Governo Fernando Henrique, foram construídas várias balsas para transportar a soja no rio Araguaia, com dinheiro do povo – acredito que cerca de R\$ 50 milhões. Até hoje, 5 anos depois, elas estão paradas, enferrujando, balsas que iam transportar 800 mil toneladas cada uma, com dois rebocadores e cada uma com dois motores Scania para impulsionar a barça. Não pode transportar. Alegação: é que vai fazer uma pequena onda, que vai derrubar um pedacinho do barranco do rio.

Ora, Senador Mão Santa! Ora, meu Presidente do coração! Onde estamos?

Tem gente querendo comprar minério para exportar gusa, e a Vale do Rio Doce não entrega, não vende. Por quê? Porque há um monopólio escandaloso.

A própria Vale quer construir siderúrgicas há três para serem construídas para exportar aço, em vez de minério de ferro. Também não pode. O Cade já disse que não pode, mesmo com o parecer do Ministério Público. Onde vamos parar, Presidente Mão Santa? Onde vamos parar, Senador Alberto Silva?

Tem muita gente querendo plantar soja! Mas não pode, não deixam, não tem como.

Tem gente querendo reflorestar este País. Não pode, tem gente para dizer que não pode.

Tem prefeituras querendo construir vicinais. Não pode.

Tem gente querendo produzir camarões neste País. Não pode. Não adianta o empresário dizer que está tudo legal, que está de acordo com as exigências do Ministério do Meio Ambiente. Não pode. Não há razões que façam com que eles aceitem. Simplesmente não pode.

Tem governos querendo construir redes de energia elétrica por este País afora. Não pode. Na Bahia, o Governador Paulo Souto queria trocar o cabeamento de uma rede, mas nem trocar o cabeamento podia. O povo está sem energia, e a obra está parada, porque pode prejudicar algum passarinho que, por acaso, tenha que pousar naquele fio.

Tem empresas querendo trabalhar ajudando na importação de remédios – as *trades* –, mas a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) diz: não pode. Se é produto primário, não pode; só pode importar o próprio dono do remédio, mas o dono do remédio não tem logística para fazer esse trabalho.

Então, repito o que disse antes: é uma questão de incompetência. Incompetência que podemos traduzir em burrice!

Tem gente da iniciativa privada querendo construir portos. Não pode. Nossos portos no Espírito Santo estão prejudicados pela ação do Governo Federal. O Governo Paulo Hartung quer um porto que seja administrado pelo Estado. Não pode. Não fazem e não deixam fazer.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedo a V. Ex^a mais dois minutos para que encerre o pronunciamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Mas há coisa pior, Sr. Presidente: a Petrobras quer aumentar a produção de petróleo na costa brasileira. Não pode, não deixam.

A Petrobras quer construir mais gasodutos neste País, tenta trabalhar, tenta construir. Presidente Mão Santa, não pode.

Tem a duplicação da BR-116 – esse é um grande exemplo – entre Curitiba e São Paulo. Falta duplicar 17km. Morrem 10, 12 pessoas semanalmente, mas não pode fazer o restante da duplicação, porque encontraram uma pedra com um ninho de papagaio; para não tirar o papagaio de sua casa, têm de morrer dezenas de pessoas semanalmente.

No meu Estado, queremos duplicar a BR-101 no trecho entre Cariacica e Serra. Não pode. O Governo do Estado pediu que lhe fosse repassada a estrada. Não pode, não repassam, não deixam que haja construção.

Há pouco, ouvi atentamente o discurso do Senador César Borges, que falava da necessidade de investir em saneamento básico. Ele explicou de maneira detalhada: a Caixa Econômica não deixa. Portanto, também não pode.

Esta Casa, Sr. Presidente, no momento oportuno, tem que instalar uma CPI para mostrar essa face do Brasil, implantada atualmente pela administração do

PT, uma CPI para mostrar o que está paralisado neste País, uma CPI para mostrar os empresários que estão desencorajados de investir no País. Enquanto isso, nós não temos emprego, a população vive na miséria...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedo mais um minuto para que V. Ex^a consiga a “CPI do Não Pode”.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Obrigado, Sr. Presidente, pela sua gentileza.

Ontem mesmo, ouvimos um Senador do Rio de Janeiro reclamar da violência. E a violência não está só no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, ou na minha capital. Agora ela está indo para o campo, para o interior. A violência a cada dia aumenta mais. E não venham dizer que dando cesta básica, dando bolsa-escola vão resolver esse problema não. Não vão não. Vamos deixar de burrice neste País! Temos que distribuir renda, temos que gerar emprego, temos que colocar as empresas para trabalhar. Há empresários que têm coragem e querem produzir!

É uma vergonha, Sr. Presidente, que estejamos patinando por causa de tanta incompetência. É uma vergonha, é uma coisa incrível! Mas tenho fé em Deus que isso há de passar, e só vai passar – eu acredito – no dia em que sair o PT do Governo deste País...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Foi cortado o som no momento mais emocionante. Então, prorrogo o seu tempo por mais um minuto, para V. Ex^a bisar o seu término.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Sr. Presidente, eu gostaria, porque a Senadora Ana Júlia fez uma...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Ela vai também poderá usar da palavra, mas concedi o tempo para V. Ex^a concluir, porque faltou som. Eu vi tanta emoção...

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Conceda-me mais tempo, Excelência.

Ontem a Senadora Ana Júlia Carepa fez um discurso muito eloquente – eu quase fiquei apaixonado por ele – e mostrou mais ou menos o que estou dizendo. S. Ex^a reclamou, rasgou o relatório da CPMI da Terra, porque não concordava com a maneira como ele fora feito. Estou com S. Ex^a em gênero, número e grau. Contudo, S. Ex^a deixou patente que é necessário que os sem-terra invadam as fazendas, invadam as propriedades para ajudar a reforma agrária.

Isso é uma demonstração clara...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Peço a V. Ex^a que conclua e informe que a Senadora

Ana Júlia está protegida pelo art. 14. Logo em seguida anuncio, porque já havia anunciado, o Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB ES) – Isso é uma demonstração clara de que o Governo não tem políticas para o homem do campo. Não é possível que tenhamos de incentivar invasões de terra para que haja ação do Governo. Então, não há Governo!

E, falando na cidade, também não há política para os sem-teto... Ora, falta política habitacional no País. Não podemos, por causa disso, mandar invadir a casa do cidadão, nem os apartamentos.

Foi o discurso da minha prezada Ana Júlia Carepa que mostrou ao Brasil que este País não tem política para o homem do campo, que este País não tem Governo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, pelo art. 14 do Regimento, à Senadora do PT que representa o Estado do Pará, Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero dar um esclarecimento não só ao Senador João Batista Motta, mas também aos Senadores e Senadores e a todas as pessoas. Ontem eu disse que a jornalista Tereza Cruvinel se referiu à minha atitude naquela reunião, e eu disse que até poderia ser um exagero, mas que exagero maior foi o que fizeram os ruralistas.

Na verdade, não rasgamos o relatório da CPMI. Aquilo era uma proposta, um voto em separado, era um documento elaborado por um Parlamentar, que o distribuiu. Não era o relatório da CPMI. O relatório apresentado pelo Relator foi inclusive rejeitado pela maioria dos membros da Comissão.

Talvez eu não tenha sido entendida; então, quero esclarecer que não acho que se devam incentivar ocupações para que haja uma política agrícola para que o homem possa produzir no campo, principalmente o pequeno produtor. Diversas vezes tenho cobrado aqui uma diminuição mais acelerada da taxa de juros. Tenho cobrado aqui, quase todos os dias, o descontinenciamento de recursos. Tenho aqui não só cobrado, mas realizado ações. Hoje fizeram discurso em relação aos madeireiros, ao termo de ajuste de conduta, um documento que atrapalha os madeireiros, porque o termo de ajuste de conduta, assinado pelo Ibama nacional, Incra nacional e Ministério Público Federal, acaba impedindo que eles possam trabalhar.

Pois bem! Mais do que falar, estou agindo junto ao Incra, junto ao Ibama, junto ao ministério, junto ao Ministério Público. Vou, daqui a pouco, à Casa Civil – por isso pedi ao Senador Heráclito para falar logo – para, junto com os madeireiros, resolvermos este problema.

Não estamos defendendo as ocupações como forma de pressionar. Ao contrário, Senador João Batista Motta, e V. Exª, que conhece o meu Estado, sabe que o Pará é o Estado que tem a maior quantidade de assentamentos no Brasil. O Governo anterior fazia propaganda dizendo que tinha feito a maior reforma agrária do Brasil, que tinha assentado a maior quantidade de trabalhadores neste País. Mas, em que condições? V. Exª sabe em que condições? As piores.

Nós não queremos fazer a mesma coisa. Nós preferimos não assentar a mesma quantidade, queremos qualidade. Porque não adianta colocar o homem na terra sem assistência técnica, sem dar a ele condições de escoar o produto, sem dar a ele condições de preços, sem dar a ele energia elétrica. Esses programas estão sendo feitos.

Infelizmente, depois de um longo trabalho, dois anos de trabalho... Há um deputado que se diz estudioso do assunto, Xico Graziano. Acho que só o vi uma vez. Ele apareceu para votar o relatório da UDR. Que vergonha! E ainda se desmoralizou lá porque foi contestar, e o Relator, Deputado João Alfredo, deu um banho, ensinando ao Deputado Xico Graziano, do PSDB, muitas coisas das quais se diz estudioso, mas que havia esquecido.

Senador João Batista Motta, depende do ponto de vista. Eu sou do Partido dos Trabalhadores, O Ministério que mais gastou até agora, que já aplicou 90% dos recursos, é o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Ministério tem trabalhado com dificuldades, os recursos são poucos, precisamos de mais recursos. V. Exª sabe o quanto concordo com V. Exª em vários pontos. Quando eu critico, muitas pessoas falam que é fogo amigo. Não importa se é fogo amigo. Importa que nós queramos. Quem não quer uma política econômica com mais investimento é quem não quer que o Governo melhore.

É por isso que o PSDB defende tanto a política econômica do Antonio Palocci. É claro! Imagina! Só um cego vê. É lógico, porque se houver mais investimento, melhores gastos, é claro que a população vai sentir, principalmente a população mais pobre. Estou falando em nome das milhares de pessoas necessitadas. Então não acho que a ocupação seja necessária por isso.

Agora, na falta de condições, as pessoas ocupam!

O que é um absurdo é tentar dizer que é terrorismo ocupar. Terrorismo!? Crime hediondo?! Eu estou pedindo à Convenção Internacional da Organização das Nações Unidas informações sobre o que significa terrorismo, o que significa ato terrorista, o que significa crime hediondo, para poder ensinar essas pessoas que esse tipo de ocupação não se trata de crime hediondo. Também acho que se cometem excessos dentro do Movimento dos Sem-terra. Não, jamais vão dizer que eu não falei isso porque falo isso há muito tempo. Em alguns momentos se cometem excessos, mas não podemos compactuar com a omissão, com o incentivo à violência, porque isso significa incentivar a impunidade e ser cúmplice de assassinato, que foi aquele absurdo que, infelizmente, depois que eu rasguei, foi aprovado pela CPMI da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista, queremos cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento, que foi um dos mais importantes a que assisti neste plenário. A Senadora utilizou cinco minutos, de acordo com o art. 14 do Regimento. Quero prestar solidariedade à Senadora do Pará por ela ter rasgado o relatório. A nossa geração aprendeu com Che Guevara, que disse: “Se és capaz de tremer de indignação cada vez que se comete uma injustiça no mundo, somos companheiros, e isso é o mais importante.”

Concedo a palavra ao Piauí, ao seu extraordinário representante, não ainda tão grande quanto Alberto Silva, mas seria a medalha de prata do Piauí. O Senador Heráclito Fortes tem um significado muito grande que me deixa orgulhoso: ele é Presidente da União Parlamentar do Brasil e, em Genebra, na Suíça, percebi sua importância. Foi eleito um italiano, mas foi eleito porque ele teve a inteligência de buscar o apoio de Heráclito Fortes, que conseguiu o apoio de toda a bancada latino-americana, o Parlatino, que eu representava, o Deputado Ney Lopes, e deu a vitória ao italiano.

Conhecemos o Senador Heráclito Fortes como um grande líder municipalista, e é hoje um grande líder no mundo.

Regimentalmente, V. Ex^a tem dez minutos. Depois, o País quer ouvir o Senador Magno Malta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, obrigado pelas sempre generosas palavras de V. Ex^a.

Antes de entrar no assunto, Senadora Ana Júlia Carepa, eu queria ter a ousadia de discordar de V. Ex^a. Cabe a V. Ex^a todo o direito de não gostar do Deputado Xico Graziano, mas daí dizer que o Deputado não en-

tende de reforma agrária, não entende de agricultura, vai uma diferença muito grande.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me dá um aparte, para esclarecer que não foi bem isso que eu falei?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concluirei o meu. O Deputado Xico Graziano foi Presidente do Incra.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Sei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo. É um homem que tem os seus artigos acolhidos pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, geralmente versando sobre matérias desse tema.

Evidentemente, não podemos – aí V. Ex^a passa a ter razão – querer que o Deputado Xico Graziano pense igualmente ao que pensava V. Ex^a ontem e pensa hoje, mas o mesmo não pode se dizer do seu Partido. O pensamento dele com relação à invasão de terra e ao MST é diferente do de V. Ex^a. Sabe V. Ex^a que ele serviu a um governo cujo Presidente teve a sua propriedade invadida de maneira totalmente descabida pelo Movimento dos Sem-terra, que foi lá não para tomar terra e torná-la produtiva, mas os bons vinhos que o Presidente da República guardava na sua adega. Evidentemente, é maneira de pensar diferente.

Quero lembrar apenas um fato. O partido de V. Ex^a trouxe ao Brasil há três anos o Sr. José Bové. V. Ex^a deve ter participado desse movimento. José Bové percorreu o Brasil desfraldando a bandeira do PT contra os transgênicos. Levou umas bordoadas aqui. Agrediu pessoas. Duvido que o PT traga o José Bové aqui novamente para combater os transgênicos, porque hoje defende. Mudou, V. Ex^a não. V. Ex^a continua rasgando papel em público. V. Ex^a hoje deveria ser para o PT um símbolo, porque foi das que não mudou. Até a sua ira com relação ao Ministro do seu Partido é santa, quando ataca o Palocci.

Como disse que vai sair daqui para a Casa Civil a fim de tratar de assunto dos madeireiros, junte-se à Ministra para tentar derrubar o Palocci. Junte-se, preste esse desserviço ao País. A Oposição não vai fazer isso. A Oposição é coerente, responsável. Aliás, a única coisa boa que o Partido de V. Ex^a fez neste Governo, sem dúvida alguma, foi ter escolhido para presidir o Banco Central um homem do partido do Presidente da República anterior, Fernando Henrique Cardoso – por que não escolheram alguém do PT? – e ter escolhido Palocci para Ministro da Fazenda. O Palocci não está sendo condenado nem criticado pelos seus erros no Ministério, mas pelos seus pecados de adolescência, pelos pecados de Ribeirão Preto. É preciso que o Partido de V. Ex^a, ao invés de lançá-lo às cha-

mas do fogo amigo, dê-lhe, pelo menos, a proteção e a cobertura para que tenha tranquilidade de continuar fazendo seu trabalho, que é o único lado positivo que o Governo de V. Ex^a tem alcançado. Quando se contraria o Ministro, o PIB cai, e V. Ex^a sabe quais serão as consequências disso.

Senadora Ana Júlia Carepa, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Primeiramente, quero esclarecer um ponto. Se eu não me fiz entender, peço desculpas. Eu jamais atacaria o Deputado Xico Graziano, pois sei que S. Ex^a é um estudioso no assunto. Comentei que S. Ex^a foi uma pessoa ausente na CPMI. Ninguém pode deixar de concordar com isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero lembrar a V. Ex^a que o Deputado Xico Graziano era suplente.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Ao contrário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – S. Ex^a assumiu uma vaga de titular.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Ele estava na Comissão como titular.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas S. Ex^a era suplente de um Deputado de São Paulo. Ele assumiu o cargo de titular na vaga de alguém que foi ocupar outra função.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Estranharam-me os argumentos de S. Ex^a ao contestar algumas questões, como a organização de cooperativas, alegando que o Relator não tinha razão. Nesse ponto, o Relator o contestou, mostrando que realmente a organização de cooperativas representa 80% dos pequenos produtores, mas a sua direção veio para cá para somar com a UDR. Era isso que o Relator estava argumentando. V. Ex^a já me ouviu dizer que eu também discordo, sim, dos excessos que fazem os movimentos de trabalhadores. Creio que excessos, de todos os lados, Senador, são ruins, tanto é que propus retirar várias questões do relatório do Deputado João Alfredo, para que se pudesse chegar a um consenso. Mas, infelizmente, houve uma intransigência total da Bancada Ruralista, do ex-Presidente da UDR, do Deputado Abelardo Lupion. Gostaria só de dizer isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, eu não quis entrar no mérito da questão até porque não conheço. Apenas achei-me no direito de fazer a defesa de um homem que tem dedicado a sua vida... o Deputado Chico Graziano.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Eu quero enfatizar o meu respeito ao Deputado Chico Graziano. Só fiz esse comentário, Senador Heráclito

Fortes, porque estava presente na hora e pensei que, por ser estudioso no assunto, ele não foi o mais feliz naquele momento. E talvez fosse melhor, por ele não ter acompanhado a CPMI... Se ele não concordava com o excesso que nós mesmos propusemos para retirar também do relatório que o Relator fez, o melhor que ele faria talvez fosse não votar em nenhum dos dois, porque fica feio. Agradeço-lhe o aparte. Na política econômica, quanto ao homem público e à pessoa do Ministro Palocci, tenho o maior respeito e o trato desse modo. É natural, na democracia, ter alguma divergência na política econômica.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Até essa divergência de gastar, de gastar que alguns setores do Governo pregam é relativa e subjetiva, porque o Governo não teve capacidade de gastar sequer o orçamento de dois anos atrás.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Citei o MDA, que já gastou 90% do seu orçamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Governo não teve capacidade e competência de cumprir aquele acordo do FMI, que prejudica, inclusive, uma emenda da autoria de V. Ex^a referente às eclusas de Tucuruí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, infelizmente, o Senador Heráclito Fortes já deu o aparte à V. Ex^a, e a palavra está com ele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Governo não teve capacidade de gastar com transparência os programas estruturantes do Brasil. Então, o que falta ao Governo não é gastar, mas saber gastar – com transparência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Mas ele está deixando.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Gastar no momento certo e não às vésperas, antevésperas...

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a sabe também que o problema é das eclusas, não sabe?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PA) – ...de votações importantes nesse Governo.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Eu só queria dizer isto: o problema das eclusas V. Ex^a sabe que foi um pouquinho maior. O projeto cresceu quase 100% de um ano para o outro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PA) – Pois é, mas é incapacidade do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia, não vamos rasgar o Regimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PA) – É incapacidade do Governo aprovar uma eclusa na qual sabia que não podia gastar. Ainda bem que V. Ex^a é do Governo mas concorda com as críticas que eu faço.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Nem todas. Algumas, sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PA) – Acontece, Senadora Ana Júlia, que hoje nós estamos vivendo aqui a Quarta-Feira de Cinzas, na qual se está tirando o lixo do tapete. Ecoa no ouvido, não a pancada do surdo ou do bumbo que nos atormentou nos cinco dias da folia, mas o singrar pelos céus daquela bengala, com a qual não concordo. Acho que a bengala foi imprópria, num momento impróprio.

Mas o que me atemoriza nisso tudo é a leveza com que os companheiros do José Dirceu trafegam hoje nos tapetes do Congresso Nacional. Não vi tristeza em ninguém. Ao contrário, vi alívio.

Eu sou curioso. Eu chego nesta Casa, Senador José Maranhão, às oito e meia da manhã. Sou dos primeiros que assinam e saio pulando da vassoura, me livrando do cisco. O zelador está passando a vassoura e eu pulando por cima. Ontem saí daqui amargurado e decepcionado. Os companheiros do Ministro José Dirceu que pediam voto por ele diziam: Nós devemos votar no Zé, mas se ele for absolvido, a crise não acaba.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PA) – Eu nunca vi, Senador Mão Santa – eu pediria a V. Ex^a um pouquinho de compreensão, porque eu dividi o meu discurso democraticamente com a Senadora Ana Júlia –, uma falta de sinceridade tão grande como no episódio de ontem.

Senadora Lúcia Vânia...

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a vai me dar licença.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PA) – Senadora Lúcia Vânia e Senador Ana Júlia, a matemática responde muito mais ao que vimos hoje do que qualquer discurso. A Oposição unida tem, no máximo, 150 votos; o Ministro José Dirceu teve 296 contrários! E sabíamos, de antemão, que alguns setores do Governo, uns por pena, outros por gratidão, votaram a favor do Ministro José Dirceu e que, se fizesse a contabilidade, aí a Oposição cairia para 130 votos. De onde saíram os 293, senão do fogo amigo? E, no fogo amigo, é fácil de se identificarem as vertentes: os adversários de luta, porque o José Dirceu, com o poder na mão, com a caneta na mão, foi um homem distante dos amigos, dos companheiros. José Dirceu, com a caneta na mão,

dialogou pouco com os companheiros, e muito menos com os adversários!

Observei uma parte, do plenário, e outra parte, já em casa. Toda vez que tinha oportunidade de ver, naquela fila, alguns Parlamentares com o envelope de votação na mão, esperando a hora de colocá-lo na urna, era muito fácil, pelos lábios, pelo semblante, observar a intenção do voto de cada um. É uma pena! O Ministro José Dirceu foi um guerreiro, um lutador, ao longo da sua história, mas é vítima do que construiu infelizmente. Jogou um cesto de pedras para cima, esqueceu-se de sair de baixo, e elas foram caindo de uma por uma na sua cabeça. Ontem e hoje, ele se lembrou de pedir desculpas ao Ricardo Fiúza, mas não se lembrou de pedir desculpas ao Eduardo Jorge, que foi um dos caluniados aqui na tribuna do Congresso, na tribuna da Câmara por ele e por seus companheiros. Esqueceu-se de pedir desculpas a Paulo Afonso Martins de Oliveira, que morreu respondendo a um processo condenado por calúnia. Paulo Afonso, que durante anos dirigiu a Câmara dos Deputados, ao ser Ministro do Tribunal de Contas e ter direito a um apartamento funcional, foi acusado por Dirceu e por seus companheiros de apropriação indevida, de ocupação indébita.

O PT a vida inteira, Sr. Presidente, se caracterizou por aniquilar honras, destruir reputações. Quem não se lembra do Alcenir Guerra? O Brasil está cheio desses exemplos. E agora exigem da Oposição um comportamento que nunca tiveram quando ocuparam esse posto. O PT não tem autoridade para criticar a Oposição brasileira, porque é a Oposição mais responsável que este País teve nos últimos anos e, agora há pouco, tivemos o exemplo. Saem do próprio Partido do Governo os que querem derrubar o Palocci, porque o Palocci tem cuidado com o cofre, o Palocci tem cuidado com a economia nacional.

Senadora Lúcia Vânia, José Dirceu agora disse que vai continuar sua luta e que vai percorrer o Brasil defendendo a reeleição do Lula. Duvido muito que Lula queira, porque não o quis, há pouco tempo, a seu lado no Palácio e discretamente pediu que saísse, que fosse para a Câmara dos Deputados se defender das acusações. Acho que Dirceu é a primeira grande vítima nacional e simbólica da ingratidão do PT. Serviu: sem Dirceu não haveria Lula; sem Dirceu, não haveria eleição. Mas Dirceu, para conseguir isso, teve que abdicar de alguns princípios. Aliás, Duda Mendonça, que combateu por ter sido artífice das campanhas que deram vitória ao Maluf, juntou-se àqueles que combateu ao longo do tempo. Aliou-se ao capital internacional, que condenava, virou as costas para a Igreja, que foi sua grande aliada ao longo desse tempo. Rasgou a história.

Lamento todo esse processo. Ver um compa-
nheiro, um Parlamentar cassado não alegra ninguém.
Acho até que algumas vezes a dose é maior do que
o necessário. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, essa
decisão está tomada. Espero que o ex-Ministro que
nasceu neste Governo poderoso, senhor de todos os
caminhos do Governo, avalista do destino dos que
queriam alguma coisa na Nação...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a já usou quinze mi-
nutos e há outros oradores. E quinze é um número
abençoado, é o número do PMDB, que V. Ex^a entrou
na política, e tem na Bíblia, provérbio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a
está me dando mais quinze minutos? Agradeço, fico
muito satisfeito com a generosidade, é uma homena-
gem que V. Ex^a me presta no dia de hoje. Com certeza
ocuparei muito menos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Não, é o número 15 que lembrei, que V. Ex^a foi do
PMDB. E ninguém se perde no caminho de volta. Ali
está o Senador Alberto Silva convidando a sua volta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era
exatamente sobre isso o encerramento do meu discur-
so. Espero que o Dirceu não se perca no caminho de
volta o da humildade, que percorra os caminhos que
prometeu com as sandálias da humildade, fazendo re-
almente uma análise sincera dos erros, da arrogância,
da prepotência. Mas que não sirva só para ele essa
lição; sirva para o seu partido, seus companheiros.
Lamento porque, sem o Dirceu, o PT está mais pobre.
O Dirceu vai fazer muita falta ao Partido dos Trabalha-
dores, porque, com todos os seus defeitos, ainda era
uma cabeça, um horizonte, um rumo. E o que temo,
Sr. Presidente, é que a biruta enlouqueça a partir de
agora. Pergunto: quais as cabeças que, a partir de hoje,
vão pensar pelo Partido? Para fazer estratégia, para
traçar planos, para discutir e até mesmo para errar?
Ninguém acertou nos últimos anos tanto quanto o José
Dirceu, mas também ninguém errou tanto quanto ele,
e por isso está pagando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Agradecemos a compreensão de V. Ex^a.

Senador Alberto Silva, o número 15 que nos
lembra o PMDB lembra também a Bíblia, Provérbio
15, que diz: “A palavra branda afasta a ira; a dura sus-
cita o furor.”

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência comunica que o Presidente Renan
Calheiros designou o nobre Senador Eduardo Siqueira
Campos para representar o Senado Federal na reu-
nião do Colegiado do Conselho da Justiça Federal, a

realizar-se no próximo dia 9 de dezembro, às 9 horas,
em Palmas, Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência comunica que o Presidente Renan
Calheiros designou a nobre Senadora Maria do Carmo
Alves para representar o Senado Federal na Cúpula
Mundial da Família+1, no período de 3 a 8 de dezem-
bro corrente, em Aracaju, Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Continuando, falará como Líder do seu Partido o
Senador Magno Malta.

Senador Magno Malta, V. Ex^a desperta grande
esperança neste País. Quanto ao crime de Santo An-
dré, V. Ex^a, em participação com o Senador Suplicy
e o Senador Tuma, o País tem a certeza de que será
esclarecido aquele crime, que envergonha a nossa
Pátria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia
o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador
Mão Santa, obrigado pelos elogios. V. Ex^a, normalmen-
te, é generoso com os seus companheiros. Isso é que
o faz maior que nós: sua generosidade, esse gesto de
grandeza. Senador Heráclito Fortes, Senadora Lúcia
Vânia, Senador Mão Santa, na semana passada, no
sábado, tive a oportunidade de participar de um en-
contro, de um debate, de um seminário sobre violência
no Município da Serra, no Espírito Santo. Trata-se de
um grande município, que cresceu desordenadamente
com aqueles que abandonavam seus Estados e busca-
vam emprego na instalação, à época, da CST, da Vale
do Rio Doce. E o Município se tornou muito violento.
Foi governado pelo Senador João Batista Motta por
duas vezes. E, nos últimos oito anos, por meu amigo
particular – irmão – ex-Prefeito Sérgio Vidigal. Imagi-
no que um dos quadros mais importantes com capa-
cidade administrativa neste País, porque administrou
miséria. E, ao deixar o Governo, tinha um pouco mais
de 90% de aceitação, depois de oito anos. Falo de um
Prefeito do PDT. Agora, o Município é dirigido por um
sucessor chamado Aldifas, um técnico dos quadros
da equipe de Vidigal. Era um Município extremamente
violento, Senadora Lúcia Vânia, que já figurou como
o primeiro, em violência, no Brasil, há alguns meses.
Agora, os últimos dados demonstram que o Município
caiu para o sexto lugar.

Depois da iniciativa de criar uma secretaria de
ações na área social, no que diz respeito a trabalhos
preventivos a fim de coibir a violência, porque a parte
de repressão pertence à polícia e a algumas iniciativas
desta, nomearam um Secretário chamado Ledir Por-
to. Senador Mão Santa, isso interessa a V. Ex^a, preste
atenção no que estou falando porque é interessante

para V. Ex^a, que foi Prefeitinho, Governador e que será Governador novamente.

Aliás, estive no Piauí e escutei todos dizerem a mesma coisa. Dizem que Rui Barbosa teve trinta e um anos de Senado. Por que o Senador Alberto Silva só terá dezesseis? Disseram-me que era um mote criado pelo Senador Mão Santa, defendendo vinte e quatro anos de Senado e, depois, mais oito, para o Senador Alberto Silva. O Brasil, também, merece uma cabeça, uma integridade como S. Ex^a, aqui, no Senado.

Senador Mão Santa, esse Secretário a que me refiro, Senadora Lúcia Vânia, há 13 anos eu o tirei da cadeia por tráfico de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Magno Malta, eu estava atento porque, regimentalmente, às 18 Horas e 30 minutos, eu teria que prorrogar a sessão para que o Brasil ouvisse V. Ex^a. E o Brasil está aguardando o pronunciamento do Senador José Maranhão e da Senadora Lúcia Vânia. Então continue com toda a tranquilidade, porque jamais cortarei a palavra de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a quer prorrogar?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroquei para ouvir V. Ex^a e os dois oradores seguintes porque V. Ex^a recebe a inspiração da sua santa mãe Dadá.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Tirei esse Secretário da cadeia 13 anos atrás por tráfico de drogas, envolvido com roubo de carga. Um dado curioso, Senador Mão Santa, foi que peguei esse rapaz no interior, numa cidade chamada Barra de São Francisco, atendendo a um pedido que a família me fez, e ele veio comigo. Naquela época, nossa casa de recuperação, dirigida pela minha esposa – há 25 anos tiramos gente das ruas, das cadeias –, estava muito cheia, e fui obrigado a levá-lo para minha casa. Há 13 anos, ele tinha o 2º ano primário. Fez o primário, o ginásio, o segundo grau. Formou-se em Administração. Hoje faz mestrado em Gestão Ambiental, tem uma obra social maravilhosa. Foi Vereador no Município dele, marcou pela sua dignidade, pelo seu trabalho, pela honradez e pela restauração definitiva de um caráter – acredito em investimento em vidas –, e hoje é Secretário desse Município. Depois que ele assumiu a Secretaria, a violência em seu Município caiu; era o primeiro do *ranking* e caiu para sexto. Então, quero homenagear aqui a vida e aqueles que acreditam nela.

Minha mãe, D. Dadá, que V. Ex^a acabou de citar, era analfabeta profissional. Das muitas coisas que ela me ensinou, Senador Mão Santa, uma foi de fundamental importância. Ela me disse o seguinte: “Meu

filho, a vida só tem sentido quando investimos na vida dos outros”.

Fui participar desse seminário sobre segurança pública, e lá estava comandando-o o Secretário Ledit Porto. Um cidadão, Senador Maranhão, que eu vi depauperado, desmoralizado, sem esperança, sem crédito pessoal nem familiar. As últimas esperanças da sua mãe foram investidas na iniciativa de o termos aceitado em nossa instituição de recuperação de drogados. E, como ele, centenas de outros.

Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas) para gerir políticas públicas na área de prevenção, as instituições de recuperação de drogados foram abandonadas no Brasil e ainda o são. São obras sacerdotais, de pessoas que, numa iniciativa meramente sacerdotal, colocam suas vidas à disposição dos outros, dividindo o seu pão, a sua geladeira, o seu leite, sacrificando a sua privacidade, juntamente com a sua família, para poder ajudar os outros.

No Governo Lula, eu esperei e ainda espero ter uma oportunidade de falar com o Presidente. Existem centenas de entidades neste País. Senador Mão Santa, quando alguém tira um drogado da rua, no primeiro momento parece que se fez um favor ao drogado. Só no primeiro momento. Mas o favor maior se faz é à sociedade de onde ele está sendo tirado. Quando se tira um drogado de um bairro, tira-se do bairro, da rua, a possibilidade de um estupro, de um seqüestro, de um assalto, de um roubo de carro, de uma agressão a uma mãe, a um pai, a uma criança. Isso quando se tira um indivíduo. E quando se tiram dois, três, quatro, cinco, seis, dez, o serviço mais digno prestado à sociedade ajuda no combate direto à violência.

Senador Mão Santa, é preciso que a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou com Orçamento de R\$ 68,00 – imagino que ainda não tenha passado disso –, ao encerrar o Governo Lula, centre todas as suas forças nessa obra social de grande relevância.

Senadora Lúcia Vânia, no seu Estado, há muitas dessas entidades, muitos desses abnegados que não têm qualquer tipo de visão ou de carinho dos Governos no sentido de ajudá-los por estarem fazendo um grande favor a um Governo que nada sabe fazer nessa área. E essas pessoas que atuam na ponta, recebendo esses já desesperançados, essas pessoas que enxugam lágrimas quentes de mães que choram na madrugada, de esposas que se desesperam, de pais que se angustiam, são as que prestam socorro e que não têm qualquer tipo de atendimento ou de amor do Poder Público, Senador Mão Santa.

Estou falando isso hoje porque, amanhã, vou enviar um ofício ao General Félix. Quero propor a ele que, no último ano do Governo Lula, as entidades de recuperação de drogados no Brasil sejam chamadas para perguntarmos a elas o que podemos fazer para ajudá-las a melhorar, a aumentar o seu espaço, para que, em vez de 15, sejam 20; para que, em vez de 3, atendam 6; para que, em vez de 100, atendam 200.

Eu tenho 120 hoje, lá no projeto, mas eu preciso fazer de 12 a 15 *shows* por mês para poder sustentá-los. São desde meninos de 9 anos, viciados em cocaína, a pessoas de 70 anos. Não é possível escolher a faixa etária porque a oferta é muito menor do que a procura.

O problema das drogas, do uso e do abuso, vai se avassalando neste País, contribuindo de forma definitiva para a violência. É necessário que o Governo chame essas pessoas e questione o que podemos fazer, onde podemos estar juntos. Mas, ao contrário, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, quando o Sr. José Serra era Ministro, baixou uma Portaria – eu era Deputado Federal e, no ano seguinte, exerceria o meu terceiro ano de mandato – para fechar todas as casas de recuperação no Brasil. Dizia a Portaria que recuperação de drogados era um problema do SUS. Mas o SUS não cumpre o que tem que cumprir, não faz o que tem que fazer!

Imaginem se essas instituições todas de recuperação de drogados no Brasil, essas filantrópicas, esses abnegados da vida humana, resolvessem, Senadora Lúcia Vânia, dizer numa reunião: Olha, vamos fechar as portas e devolver todos para as ruas. Devolveriam uma legião, um exército aos guetos, aos becos, aos escuros, às ruas, às cracolândias, ao exercício do crime.

Alguns Senadores falaram aqui sobre a área social e de tudo o que o Governo Lula pregou, de tudo que o Presidente Lula falou. Eu dei a minha confiança e o meu crédito ao Presidente Lula, até porque fui um dos soldados do segundo turno com a obrigação de viajar o País “dessatanizando” o Presidente no meu segmento.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) Eu o fiz esperando realmente que a área social fosse atendida, que, em vez de comprar um novo avião, o Presidente se tornasse o grande avião da área social brasileira na história do País, que fosse considerado o maior Presidente da área social. Mas encontrei um cidadão simples em meu Estado que me disse assim: “O Fome Zero foi apresentado como um plano ‘magnum’, o sujeito entra pobre e sai magro e nu”. Então, a área social tem sido tratada como um plano “magnum”, de que o sujeito sai magro e nu.

Espero, Senador Mão Santa, que o Presidente Lula nos dê ouvidos, neste último ano, no sentido de que pelo menos esses que estão na ponta façam o trabalho.

Quero registrar, ao final da minha fala, com a benevolência de V. Ex^a, pois temos ainda dois oradores, que vivemos um caso dos mais enigmáticos e emblemáticos deste País, o caso Santo André.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) Tenho conclusões em minha cabeça, juízo formado de que não esta não é uma história de crime político em que o Partido armou para matar Celso Daniel, ou seja, que teria sido coisa de política. Não! Absolutamente. Aí, o Partido fica na defensiva. Se é citado o nome de Gilberto Carvalho, o Partido vai para a defensiva. Isso não é preciso.

Quero explicar algo à Nação: o dossiê que dizem que o Celso Daniel tinha e pelo qual teria sido morto não foi feito por ele. Esse dossiê chegou à Prefeitura, e o Gilberto Carvalho, que era seu secretário, recebeu e passou para ele. É só isso, absolutamente.

Hoje entendo que a motivação da morte do Celso Daniel foi porque ele estava sobrando, estava atrapalhando. Um ser humano foi morto, e foi dada uma motivação a mais escabrosa, tentando brincar com a inteligência do povo brasileiro e do povo de Santo André ao afirmar que foi crime comum. Não! Colocaram Celso Daniel em uma bandeja...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Magno Malta, completam-se os dez minutos, e dez é a nota que V. Ex^a merece. V. Ex^a é um homem privilegiado, porque, além da grande oratória, tem a musicalidade com que se comunica mais do que com a oratória. Assim Davi se expressava nos salmos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É verdade.

Senador Mão Santa, colocaram Celso Daniel em uma bandeja. Armaram um esquema, Senadora Lúcia Vânia, e o mandaram para a morte.

O arrebatamento de Celso Daniel é a prova mais contundente de que uma quadrilha trabalhou, armou, e, num crime de mando, acabaram com a vida de um cidadão, de um ser humano. Independentemente de ter sido o Celso, independentemente de ser o Prefeito, era um ser humano. Houve um seqüestro o mais esdrúxulo possível: uma Pajero blindada, nível 6, em que não entra tiro nem de AR-15, foi abordada por um grupo de sete bandidos, e tiraram o Celso.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Vou finalizar e falarei sobre isso amanhã ou na próxima terça-feira.

O Celso foi tirado como um cão de dentro do carro. Só o motorista pode abrir a porta de todos, e todos não podem abrir a porta do motorista. Levaram Celso Daniel e deixaram o Sérgio Gomes com uma pistola automática e telefone celular, num carro blindado, falando tranqüilamente ao telefone. Esse foi o esquema montado pelo Dionísio, arrebatado do presídio por helicóptero, para montar o seqüestro. As armas usadas, os carros usados, as pessoas que ouvimos naquele domingo, os populares da Avenida dos Três Tombos em São Paulo – a mim, não me resta nenhuma dúvida de que o crime é de mando. A motivação, para mim, não tem nada a ver com motivação política. Ele estava sobrando no esquema de pessoas de olho grande, avarentas, que mandaram para a morte o Celso Daniel, num desrespeito total à vida.

Mas nós vamos trabalhar intensamente os Senadores Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e eu para oferecermos ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, um sub-relatório, a ser acrescentado ao relatório dele, para oferecer subsídios à Justiça deste País, para que a Justiça faça justiça e responda a Santo André, a São Paulo e ao Brasil, dê a resposta que nós todos queremos: que culpados sejam punidos, para que não se inocentem culpados e se culpem inocentes, nesse processo emblemático e hoje o mais enigmático do País.

Sr. Presidente, obrigado pela benevolência de V. Ex^a, da Senadora Lúcia Vânia e do Senador José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Que V. Ex^a se inspire em São Francisco de Assis: onde houver erro, leve a verdade. Traga a verdade ao País.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia e, em seguida, como último orador desta sessão conforme o Livro de Deus, “os últimos serão os primeiros”, ao Senador José Maranhão, da Paraíba, que, sem dúvida alguma, é o primeiro e extraordinário líder do Nordeste.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PDDB – PB. Fora do microfone.) – Mas isso é no Reino dos Céus, e eu não quero morrer agora.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de solidarizar-me com as palavras do Senador Heráclito Fortes quando se referiu aos comentários feitos aqui pela Senadora Ana Júlia Carepa em relação ao Deputado Xico Graziano. Quero dizer que o Deputado Graziano é um homem sério, correto, um grande

estudioso da questão fundiária no País, e, sem dúvida alguma, merece do PSDB, como de toda a Casa, todo o respeito. Portanto, a minha solidariedade às suas palavras em relação ao Deputado Xico Graziano.

Gostaria também de parabenizar o Senador Heráclito Fortes pelo seu belíssimo discurso, pela análise política profunda, respondendo às perguntas que a sociedade faz em cada canto deste País. Ele foi objetivo, relatou todos os últimos acontecimentos nesta Casa e acredito que merece o nosso aplauso, bem como o aplauso da sociedade.

Mas, Sr. Presidente, eu venho à tribuna nesta tarde para tratar de um assunto que merece séria reflexão. A queda de 1,2% no Produto Interno Bruto brasileiro entre julho e setembro é bem maior do que se esperava e, como todos nós sabemos, é fruto dos juros altos, da valorização do real em relação ao dólar e da redução dos investimentos públicos, conforme afirmam os economistas e os Parlamentares que aqui me antecederam.

Com cenário tão pouco atraente, não houve outra alternativa para a economia a não ser apresentar uma baixo desempenho, enquanto os países vizinhos cresceram uma média bem superior à que vamos apresentar neste ano.

É nesse sentido que, embora o Governo comemore os números da Pnad, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, de que a miséria caiu 8% no País, em 2004, é preciso também se verificar esses números ao longo dos últimos anos.

Tomando por base os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio, de 1992 a 2004, verifica-se que essa redução da miséria apresentada em 2004 foi menor do que a redução verificada nos anos de 1995 e de 2002, que foi, respectivamente, de 18% e 9%.

Sem dúvida, o maior programa de redução da miséria, no Brasil, foi a estabilização de preços decorrente do Plano Real, que reduziu a miséria entre 1993 e 1995 em 18%.

É nesse sentido que recomendo cautela ao Governo ao analisar os números agora divulgados.

Em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, o diretor do Centro das Indústrias de São Paulo, Bóris Tabacof, afirmou que os dados da indústria paulista durante este ano não mostram avanços no consumo de alimentos, calçados, roupas e bebidas. A explicação seriam os fatores negativos que estariam a encobrir os efeitos positivos da melhora da renda, como os juros altos, que afetam de forma direta o consumo, a produção e a criação de empregos. O endividamento do trabalhador é outro fator que também impede o avanço no consumo.

Esse é o panorama com que o País chega ao final deste ano.

O número de consumidores endividados subiu 63% em novembro, contra 59% em outubro, conforme pesquisa de endividamento e inadimplência da Federação do Comércio de São Paulo. A pesquisa também mostra que esse consumidor detém pouca renda e precisa recorrer a uma ou mais modalidades de crédito, ofertado a juros altos e com prazos reduzidos.

Mas, Sr. Presidente, o que mais me preocupa é a inadimplência no setor de supermercados, em especial no consumo de alimentos. Segundo pesquisa do Programa de Administração de Varejo da Fundação Instituto de Administração, 26,5% das pessoas com renda de até três salários mínimos parcelam compras no supermercado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o consumidor brasileiro está precisando comprar alimentos a prazo é porque algo errado está acontecendo na economia do País. É óbvio que a inadimplência vai estourar a qualquer momento, porque não dá para comprar alimentos com as atuais taxas de cartões de crédito variando entre 9% e 11% ao mês.

Na verdade, a inadimplência já estourou: levantamento da Telecheque, empresa especializada na concessão de crédito no varejo, mostra que o índice de inadimplência do mês de outubro foi o terceiro maior desde janeiro de 2004: 3,11%.

Sr. Presidente, é louvável a redução da miséria em nosso País. Mas os números divulgados esta semana são preocupantes e precisam de análises aprofundadas.

A queda do PIB de 1,2% e a elevação na inadimplência do consumidor brasileiro não são dados aleatórios. Refletem uma economia apreensiva, à espera de um timoneiro, de um rumo, de uma direção segura.

Estamos chegando a 2006. A expectativa de mais um ano de baixo crescimento poderá afetar as decisões de investimento e diminuir o ritmo de produtividade no País. Caberá ao Legislativo estar atento a esses sinais e cobrar do Governo uma posição quanto ao futuro imediato tanto na área política quanto econômica.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância. Agradeço ao Senador José Maranhão por, gentilmente, ceder-me sua vez para que eu pudesse falar, em função de compromissos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador José Maranhão, do PMDB do Estado da Paraíba.

José Maranhão faz do PMDB da Paraíba um dos mais fortes do Brasil. Relembro 1994, quando, ao lado de Antonio Mariz, ganhava o Governo do Estado da

Paraíba. Naquele ano, houve a maior vitória do PMDB em todo o Brasil, com grande número de deputados estaduais, deputados federais e senador da República.

Então, o PMDB do Piauí, também grandioso pelo Senador Alberto Silva, rende-se à grandeza e à pujança da liderança de V. Ex^a, que faz do PMDB da Paraíba um dos mais fortes do Brasil.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a generosidade de V. Ex^a. A recíproca dos conceitos é verdadeira em relação à atuação de V. Ex^a e do Senador Alberto Silva no Estado do Piauí. Desafiando o conservadorismo de um Estado que vinha se revezando entre oligarquias, o Piauí elegeu um médico que trazia no próprio apelido o grande significado de seu trabalho, Mão Santa, Governador do Estado e Senador da República. E o Senador Alberto Silva, do alto da sua idade e da sua inteligência, tem conseguido manter acesa a admiração de seus pares no Senado. Quando ocupa a tribuna, o Senador Alberto Silva chama a nossa atenção pelo respeito que devotamos à sua personalidade, à sua inteligência, à sua cultura e sobretudo ao seu elevado espírito público.

Nobre Senador Mão Santa, a eleição a que V. Ex^a se refere, de 1994, não foi a maior vitória do PMDB. A maior vitória do PMDB ocorreu depois, em 1998, quando eu fui reeleito Governador do Estado, com 82% dos votos válidos, e o Senador Ney Suassuna sagrou-se campeão de votos no nosso Estado.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Como Líder da Bancada, sou muito orgulhoso dos seus membros, como o Presidente José Sarney, o Senador Alberto Silva, nosso decano permanente, com toda essa sua carga de vitórias e tudo mais, o Senador Gilberto Mestrinho e o Senador Mão Santa, tão querido no Piauí e, por que não dizer, no Brasil todo. São muitas as alegrias que a Bancada nos dá. Eu me orgulho muito de ser, há 35 anos, membro do PMDB – nunca pertenci a outro Partido – e seu Líder. Parabéns a V. Ex^{as}.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – É um galardão que guardo no melhor dos meus arquivos o fato de, desde o golpe militar de 64, não ter pertencido a outro Partido senão ao glorioso MDB, hoje PMDB.

Costumo dizer, Sr. Senador, de maneira informal, que não sou um histórico do PMDB, porque sou pré-histórico. Eu já carregava no coração, na consciência e na palavra o receituário democrático do PMDB antes mesmo de ele ter surgido, depois de 64, pois antes de

64 pertenci ao PTB, na época em que o PTB era uma proposta social democrática.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a matéria de capa da revista **IstoÉ** desta semana resume o sentimento de vergonha que nos atinge ao presenciarmos, a cada dia, em nosso País, de norte a sul, o descumprimento da Constituição Federal e o total desprezo à dignidade da população.

Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, à situação de penúria, omissão e desrespeito às mínimas noções de humanidade, cidadania e consciência cívica observada nos hospitais mantidos pelo Poder Público no Brasil.

O relato de dois repórteres que peregrinaram, durante oito dias, em hospitais de Belém, Salvador, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro... Eu poderia falar também da nossa Paraíba, Senador Ney Suassuna, porque o Hospital de Trauma e Urgência, o único existente no Estado da Paraíba, está inteiramente sucateado, não por falta de recursos, mas por falta de responsabilidade e de gestão, não por falta de dedicação e de competência dos médicos que servem àquela casa hospitalar, não por falta de recursos do Sistema SUS, porque os recursos do Sistema SUS cresceram cerca de 50%.

Na época em que fui Governador, o Sistema SUS despendia, com a manutenção daquele hospital, R\$500 mil ao mês. Hoje esse valor foi elevado para R\$750 mil, que não chegam ao hospital. Como os recursos não são transferidos diretamente à administração do hospital, porque não é uma unidade orçamentária, eles são transferidos à Secretaria de Saúde e lá mesmo eles morrem, chegando apenas a ínfima quantia de R\$300 mil.

Citei esse tópico em relação à Paraíba, referindo-me apenas a um hospital, mas, oportunamente, vou falar a respeito do quadro geral da saúde e dos hospitais no nosso Estado.

Vou referir-me agora ao quadro nacional.

A penúria e a escassez de recursos de infra-estrutura e de recursos humanos não se resume às regiões mais pobres ou ao interior dos Estados. O ambiente cruel faz parte da rotina diuturna de milhões de brasileiros, contribuintes de altos impostos e taxas e relegados ao descaso e à incompetência administrativa.

Na teoria, tudo parece um mar de rosas. Basta abrir o sítio do Ministério da Saúde, responsável pela formulação das políticas públicas, para navegar em uma infinidade de projetos que, na prática, deixam muito a desejar. Citemos o HumanizaSUS, o QualiSUS, programas destinados a melhorar a relação entre o usuário e o atendimento hospitalar, que continuam ignorados e ainda não renderam os resultados esperados.

O Ministério da Saúde, com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, realizou pesquisa em 2003 demonstrando que mais de 90% da população brasileira é usuária do sistema SUS, direta ou indiretamente, Presidente Mão Santa, V. Ex^a que conhece essa situação na palma da mão. Trata-se de mais de 164 milhões de pessoas que dependem de ações governamentais para fazer valer o acesso aos serviços de saúde, compatíveis com a brutal carga tributária que suportamos.

Costuma-se dizer, Sr. Presidente, que muitos dos usuários do sistema SUS não são contribuintes da Previdência. Não existe maior balela e maior injustiça social do que essa, porque em um Estado democrático, em um Estado de direito como queremos todos nós que o Brasil seja, todos são contribuintes. Os tributos estão embutidos em tudo que se consome em um país democrático.

Foram gastos, em 2004, na Função Saúde, mais de R\$34 bilhões; para 2005, dos R\$38 bilhões previstos, foram empenhados R\$33 bilhões, e estima-se, para 2006, volume superior a R\$43 bilhões. São cifras ínfimas, se comparadas com países da própria América do Sul, como no caso da Argentina, que gasta duas vezes mais com saúde do que gastamos no Brasil.

É do conhecimento das autoridades o longo tempo de espera em filas nas emergências dos hospitais, filas para a realização de consultas médicas – quem quiser, se houver dúvida, levante-se às cinco horas da manhã e procure um ambulatório do INSS: vai encontrar pessoas dormindo no chão, porque chegaram a essas filas na noite do dia anterior a fim de garantir uma consulta médica que muitas vezes termina não havendo porque o médico adoeceu e não veio atender ou porque o número de pessoas na fila ultrapassa a capacidade de atendimento do corpo médico-hospitalar – e exames e a superlotação das unidades de atendimento médico. Entretanto, a burocracia que permeia a administração da saúde pública é cruel, omisa e cúmplice de muitas mortes, que realmente têm acontecido, o que não constitui aqui a descoberta de nenhuma novidade.

É comum serem encontrados em hospitais equipamentos de alta qualidade e precisão de altíssimo custo que não funcionam pela ausência de médicos ou de especialistas para sua operação e manutenção.

Há poucos dias, fui ao Ministro do Planejamento, antes tendo ido ao Ministro da Saúde, pedir que atendessem a uma reivindicação da Reitoria da Universidade Federal de Campina Grande, que adquiriu uma aparelhagem completa para exames de hemodinâmica por US\$1 milhão. Os aparelhos estão no hospital há mais de um ano e até agora não foram sequer monta-

dos porque o Ministério da Educação não autoriza a contratação de médicos, embora tenham sido aprovados em concurso público para o bom funcionamento desse serviço.

A falta de profissionais é um fato. Sabemos que a interiorização da Medicina foi e é uma questão séria a resolver, mas a criação de vagas em hospitais, particularmente os universitários, que treinam as novas gerações de médicos e enfermeiros, depende de uma extensa cadeia de procedimentos e decisões burocráticas. Decisões que atrapalham o funcionamento do processo, não somente pelo vazo do emaranhado burocrático, mas, sobretudo, porque as decisões estão a depender de uma política fiscal que sobrepõe os interesses do sistema financeiro nacional e internacional aos interesses da população brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, um festival anônimo e de despreparo entre os diversos escalões dos setores responsáveis pela contratação de recursos humanos tem sido realmente o grande entrave à solução desses problemas. Ora trata-se de decisão do Ministério do Planejamento, ora da Saúde, ora da Educação, termina não sendo de ninguém, e a solução não vem.

Mesmo que as vagas existentes, que o resultado do concurso público tenha sido homologado, a falta de transparência, de fiscalização, de supervisão inibe o fluxo normal de provimento de pessoal treinado imprescindível ao atendimento da parcela mais humilde da população.

Os obstáculos enfrentados por aqueles que procuram atendimento médico ou dentário nos hospitais ou postos de saúde são incomensuráveis. Como constataram os repórteres da revista: “Palavras como urgência e emergência têm significados diferentes daqueles encontrados em dicionários”.

A cultura do mau atendimento, com raríssimas exceções, faz parte do dia-a-dia do serviço de saúde pública. Repito: o sistema opera com funcionários sem adequado treinamento, superlotação das unidades, insensibilidade às reivindicações dos pacientes, equipamentos e acomodações desconfortáveis, sujas e impróprias. E essa não foi a primeira vez que um órgão da imprensa nacional denunciou esse descabimento. Estou careca de ouvir na televisão e de ver nas revistas e nos jornais denúncias com esse mesmo conteúdo. Os pacientes são acomodados em cadeiras plásticas, macas, armários, pelo chão, deserdados que são pela saúde pública que, no diagnóstico de muitos médicos e sindicatos da categoria, padecem de situação “terminal”.

O Ministério da Saúde declara que realiza vários programas com a missão de trazer a saúde para perto do cidadão e dar ao profissional a especialização

necessária a fim de que possa exercer seu trabalho com mais qualidade. Mas é claro que todos esses programas de capacitação profissional e de aquisição de novos equipamentos dependem fundamentalmente da vontade política de assumir o problema da saúde da população como o problema prioritário do País. São programas e projetos nos quais os recursos são investidos sem supervisão. Quando existem auditorias, estas se arrastam anos a fio, tornando a impunidade dos responsáveis um lugar comum.

Isso também existe. Mas sou franco em dizer que os recursos que o Governo brasileiro – não este, já que o problema é crônico e está presente em todas as administrações, desde o Brasil colônia – destina são sempre inferiores às reais necessidades do setor.

A prática freqüente de transferir pacientes de um Município menor, onde inexistente hospital público, para a capital ou centros maiores ganhou nome. Imaginem depender do ambulatório ambulante, que é a ambulância. Significa viajar quilômetros e quilômetros pelas esburacadas e abandonadas rodovias do País para amenizar dores, realizar partos, hemodiálise, exames cardiológicos, ou procedimentos básicos como trocar curativos ou gessos.

Isso mesmo, Sr. Presidente, neste momento, muitas ambulâncias estão se movimentando em território brasileiro, levando e trazendo pacientes para a via-crúcis de um posto médico, hospital ou maternidade, seja no Norte, Nordeste ou na Capital Federal.

Não podemos ignorar tamanho descaso e incompetência no setor de saúde pública. Precisamos de uma urgente mudança nos métodos e dinâmica operacional do sistema de saúde. A municipalização dos serviços, a criação de farmácias populares, a criação do Cartão do Paciente, passos para melhorar o atendimento, ainda não mostram sinais de terem sido implementados eficientemente. E eu diria mais, de terem sido implantados na sua totalidade.

A farmácia popular chegou a muito poucos Municípios em todo o território nacional. Na Paraíba, temos talvez quatro ou cinco farmácias populares. É um sistema extraordinariamente eficiente, teoricamente, mas cuja eficiência está a depender da localização geográfica em todo o território nacional.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com toda a honra, Senador.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador José Maranhão, estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Ex^a, e nós todos que fomos governadores sabemos disso tudo isso que V. Ex^a expõe, com toda competência e com todo o conhecimento que tem. Estamos aqui

todos ex-governadores – ali o nosso Presidente Mão Santa, aqui o nosso companheiro Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a e eu. Quero dar um testemunho. Tenho certeza de que o que aconteceu no meu Estado ocorreu no Estado de V. Ex^{as}. Acima de tudo, exige-se algo mais que se chama competência. V. Ex^a falou em vontade política; tudo bem. Mas competência. Quando V. Ex^a foi governador da Paraíba, tenho certeza de aquele hospital, que tinha recursos aplicados no valor de 400 ou 500 milhões; e que agora ficou reduzido...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Senador, 500 milhões eram a parte do SUS; os outros 500 milhões eram investidos em recursos próprios do Estado.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Exatamente. Então, V. Ex^a, como governador, isso não acontecia no seu Estado, como não aconteceu no meu, no do Senador Mão Santa e do nosso companheiro Garibaldi. Creio, então, que poderíamos juntar as nossas experiências. V. Ex^a diz que precisamos dar um jeito. Se o Governo não dá um jeito, vamos arrumar alguma coisa, um grupo de trabalho com a nossa experiência, e fazer uma sugestão. Assim, por alto, eu lembraria: que tal terceirizar uma parte do SUS, para tirar aquela aglomeração dos hospitais, onde a fila começa à meia-noite porque não cabe, não há médico suficiente e nem espaço? Então, se não há médicos e não há espaço, mas há dinheiro, vamos aplicar o dinheiro de maneira inteligente. E V. Ex^a traz, nesta tarde, a esta Casa algo da maior importância, e tenho certeza de que V. Ex^a sabe muito bem como resolver esse problema. Vamos juntar nossas experiências e fazer uma proposta ao Governo? Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, sobretudo a generosidade de dizer que eu saberia resolver esses problemas. E sei também de outra coisa: como é difícil e como é longa a distância entre o querer e o poder resolver esse problema.

Mas eu diria a V. Ex^a que a terceirização não me parece uma solução adequada, mesmo porque o SUS convive com a terceirização. O número de hospitais privados contemplados pelo SUS é muito maior do que o número de hospitais públicos, e certamente as deficiências, agora denunciadas em relação ao hospital público, também existem em relação ao hospital privado.

Os administradores culpam a escassez de recursos humanos e financeiros; os médicos e seus sindicatos apontam problemas administrativos e de direção pelas indignas condições de trabalho. Os fornecedores reclamam do atraso no pagamento dos serviços prestados, e o círculo vicioso está formado. Ninguém sabe, ninguém viu, e a população sofre indefesa, impotente,

os efeitos dos desmandos impunes e aviltantes dos interesses da população!

A atitude insensível e complacente com o atual estado de coisas, compromete gerações e estaciona o País no patamar dos subdesenvolvidos, com prejuízos desumanos para a nossa gente.

E aqui, outra vez, repito os números e a força da estatística. Países da América do Sul dedicam muito mais recursos do Orçamento público ao setor de saúde do que o Brasil. É o caso da Argentina. Vou ficar nesse país, que muitas vezes é chamado nosso rival, mas que na realidade tem uma economia muito menor do que a do Brasil e que investe recursos públicos, duas vezes mais do que o Brasil no trato dos problemas de saúde.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. Denúncias como essa que a revista **Veja** faz, inclusive documentada com o registro de fatos verificados em todo o território nacional, precisam ser consideradas, levadas a sério pelas autoridades públicas, especialmente pelo Ministério da Saúde. E digo isso com toda a autoridade, porque o Ministério da Saúde hoje é ocupado por um ilustre membro do meu Partido, o PMDB. É claro que problemas como esse, que já se constituem em mazelas crônicas no Brasil – eu diria desde o descobrimento até hoje – não vão se resolver do dia para a noite. Mas com um pouco de boa-vontade e decisão política, certamente, o Governo, os seus técnicos, os seus médicos, os seus sanitaristas, os seus administradores públicos vão encontrar soluções eficientes, honestas e eficazes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador do PMDB pelo Estado do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho. Eu gostaria que V. Ex^a, como cristão...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, fique tranqüilo que serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, Excelência. É que, segundo Cristo, comunhão é dividir o pão. E acaba de solicitar a palavra esse extraordinário Senador de Deus,...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...que pode ter perdido a Prefeitura do Rio de Janeiro. Mas vi o Sr. Fernando Henrique Cardoso perder e tornar-se depois Presidente. Ele, portanto, pode chegar à Presidência e nós...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Estados e Municípios vão receber R\$991 milhões. A princípio,

pode-se pensar que essa cifra veio para resolver os problemas, principalmente dos Municípios; não digo dos Estados, mas sobretudo dos Municípios. Esses recursos do Parcelamento Alternativo Especial – Paes –, que fazem parte da arrecadação, na verdade, ainda são insuficientes para debelar a crise que os Municípios enfrentam. O Paes foi criado pela Receita Federal em 2003 e permitiu o pagamento parcelado de débitos tributários atrasados de pessoas físicas e jurídicas.

Governadores e Prefeitos, ao longo desse tempo, de 2003 para cá, cobraram do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o pagamento dos recursos, mas o Tesouro alegava que não tinha conseguido detalhar quanto o Paes arrecadara com cada tributo. Estados, Municípios e fundos constitucionais têm direito a receber apenas parte da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. O Fundo de Participação dos Estados, por exemplo, ficará com 21,5% desses tributos, e o Fundo de Participação dos Municípios – FPM – ficará com 22,5%.

Diante da demora no recebimento desses recursos, o Tribunal de Contas da União determinou que o Ministério da Fazenda concluísse o detalhamento em sessenta dias e repassasse os recursos do Paes ainda em 2005.

Diz o jornal **O Globo** de hoje:

O Tesouro informou que hoje serão repassados a Estados, Municípios e Fundos Constitucionais R\$ 203,9 milhões, sendo R\$ 94,1 milhões para o FPM e R\$ 89,9 milhões para o FPE. O valor se refere à arrecadação do Paes em 2003. Já amanhã será feito o pagamento de 2004, de R\$ 404,3 milhões, sendo R\$ 186 milhões para o FPM e R\$ 177 milhões para o FPE. No próximo dia cinco, serão repassados R\$ 383,4 milhões (R\$ 176 milhões para o FPM e R\$ 168 milhões para o FPE) relativos a este ano.

Sr. Presidente, quanto a esses recursos, que já eram devidos aos Estados e Municípios, não podemos deixar de assinalar que chegam em boa hora, pois os Municípios se vêem impossibilitados de pagar o 13º salário. Muitos Municípios, principalmente do Nordeste, não têm – repito – condições de pagar o 13º salário. O recebimento desses recursos não deixará de se constituir em um alívio para que as Prefeituras possam fazer frente a esse pagamento. Mas esses recursos são insuficientes. É preciso que o Ministério da Fazenda cumpra aquilo que foi acordado no sentido de possibilitar aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios.

O Ministério da Fazenda disse que só pagará se a reforma tributária for aprovada, porque esse dispositivo está contido na reforma tributária. Sem ela, não haverá pagamento disso aos Municípios. Não há possibilidade – o Ministro Antonio Palocci na última reunião com os Prefeitos foi bastante taxativo – de pinçar e votar separadamente aquilo que os Municípios estão esperando, que é o pagamento de 1%.

Portanto, fracionar aquilo que foi fracionado dentro da reforma tributária não é possível. E vejam que a reforma tributária foi fatiada para atender ao Governo Federal e para atender aos Estados. Mas na hora em que se depara com o Município, com o mais fraco, com aquele que depende mais, com aquele que pode menos, o Governo Federal afirma que não poderá pagar se não for aprovada a reforma tributária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós não estamos aqui para dizer que a reforma tributária não deve ser aprovada. Ela já deveria ter sido aprovada. Já aprovamos neste plenário uma reforma tributária que possibilitará que o sistema tributário nacional seja mais enxuto, mais compatível com as necessidades das empresas e do País. Estamos diante da necessidade de possibilitar aos Municípios esse desafogo.

Nos dias 13 e 14, Sr. Presidente, estarão aqui de novo mais de mil Prefeitos. Quem anuncia isso é o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski. Ele disse que os Prefeitos voltarão aqui para pedir a votação da reforma tributária e do dispositivo que permite o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Desta vez os Municípios não vão desistir facilmente. Virão para solicitar aos Parlamentares que olhem a sua situação, a sua realidade. Daí por que venho trazer esta palavra, no encerramento de nossos trabalhos, dizendo ao Presidente que é chegada a hora de se fazer justiça aos Municípios brasileiros, no sentido de que se possa possibilitar a eles esse aumento no Fundo de Participação dos Municípios, que, embora pequeno, é fundamental para o destino de cada um.

Fica aqui o meu apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, como último orador – aliás, S. Ex^a é cristão –, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não me alongarei, mas eu não poderia deixar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não preciso lembrar a V. Ex^a que Cristo fez o melhor discurso em um minuto: o Pai-Nosso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – É verdade. Na Cruz, Ele falou até em menos tempo,

quando pediu a Deus que perdoasse àqueles que o crucificavam.

Eu não poderia deixar de vir aqui, Sr. Presidente, para dizer que, no Rio de Janeiro, a violência está alarmando toda a população. A queima de ônibus com pessoas dentro, ocorrida ontem, foi um ato de barbárie que sensibilizou todo o País e a nós, Parlamentares, trouxe, mais uma vez, o dever de clamar deste plenário por providências por parte dos responsáveis pela segurança pública.

Recentemente, o Jornal **O Globo** juntamente com a Firjan, que representa os empresários do meu Estado, a riqueza, o capital da minha região, fizeram um encontro chamado “O Grito do Rio”. Reuniram Secretários de Segurança do Espírito Santo, de Minas Gerais, da Bahia, do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo e do Rio de Janeiro, com dois especialistas em segurança pública, um da Scotland Yard e um do FBI. Terminado esse simpósio, que também contou com a participação do Deputado Federal Josias Quintal, ex-Secretário de Segurança do meu Estado. Eles chegaram à conclusão de cinco pontos, Sr. Presidente. Primeiro, aumentar a carceragem. Propuseram o Bangu VI, VII, VIII, XIX, X. Depois, que o Congresso Nacional se debruçasse para uma reforma do Código Penal, aumentando a pena. Terceiro, que fosse aumentado o efetivo e o equipamento da polícia. Quarto, que houvesse um sistema de informação com computadores ligando Polícia Civil e Militar. E, quinto, um combate implacável à pirataria, que prejudica o comércio.

Sr. Presidente Mão Santa, aumentar a carceragem, aumentar o policiamento, aumentar as penas não é o Grito do Rio. Esse é o grito dos ricos. Parafraseando V. Ex^a, atentai para o que eu digo: esse é o grito dos ricos. O Grito do Rio é saúde, é emprego, é moradia, é dignidade para mais de um milhão de pessoas que moram em favelas e mais de um milhão e meio no Grande Rio que não têm emprego.

O Brasil tem hoje 26 milhões de pessoas desempregadas, 16 milhões de subempregadas, essas pessoas que vemos pela rua gritando, tentando vender alguma coisa para sobreviver. O País não cresce, não tem emprego. Trinta mil brasileiros foram presos e deportados dos Estados Unidos.

Venho a este plenário para clamar o Grito do Rio, o verdadeiro Grito do Rio: Senhor Presidente Lula, o nosso Governo não inaugurou, não cortou uma faixa no Rio de Janeiro. Onde está a Rodovia do Contorno, que iria gerar milhares de empregos? Onde está aquela bendita refinaria que seria em Itaguaí, que seria em Campos, passou a ser em Pernambuco e não foi? Onde estão os investimentos?

Os ônibus estão queimando. Se não fizermos alguma coisa por esse povo, eu temo pelo dia de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a brilhantemente termina seu pronunciamento, e eu queria terminar com um pensamento de V. Ex^a, inspirado em Deus, que diz: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Entendo que essa é uma mensagem de Deus aos governantes para propiciar trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca, João Batista Motta, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte e Totonio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Era o último da fila”, de autoria da jornalista Valéria Blanc, publicada pela revista **Época** em sua edição de 21 de novembro do corrente.

A matéria mostra que as investigações promovidas pela CPMI dos Correios, que já atingiu petistas “estrelados” como José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoíno e Sílvio Pereira, alcançou agora o ex-secretário de Comunicação do PT, Marcelo Sereno.

Segundo a matéria, a sub-relatoria dos fundos da CPI dos Correios “constatou sinais de que Marcelo Sereno, através de dirigentes do Núcleos, tomou parte na definição de negócios feitos pela fundação, que podem ter sido prejudiciais a ela e ter gerado resultados indevidos”.

A matéria cita, ainda, que “a gestão do Núcleos no Governo Lula foi tão turbulenta que em agosto deste ano o Conselho Deliberativo decidiu afastar todos os dirigentes”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte desse pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Era o último da fila

A CPI dos Correios encontra fortes indícios da participação de Marcelo Sereno em irregularidades com fundos de pensão e o convoca a depor

VALÉRIA BLANC

A artilharia que já tirou o deputado José Dirceu do ministério e atingiu em cheio petistas estrelados como Delúbio Soares, Sílvia Pereira, José Genoíno e Luiz Gushiken voltou-se para o mais discreto personagem desse enredo, o ex-assessor da Casa Civil e ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Sereno. Aparentado como manda-chuva de vários fundos de pensão de porte médio, Sereno até aqui escapou das insinuações de que estaria por trás de operações polêmicas das fundações. Agora, contudo, a sub-relatoria dos fundos da CPI dos Correios decidiu convocá-lo a depor devido a "fortes indícios" de sua participação em irregularidades no Nucleos – entidade que complementa a aposentadoria de funcionários da Eletronuclear, INB e Nuclep, empresas estatais da área de energia nuclear.

"A sub-relatoria constatou sinais de que Marcelo Sereno, através de dirigentes do Nucleos, tomou parte na definição de negócios feitos pela fundação, que podem ter sido prejudiciais a ela e ter gerado resultados indevidos", anuncia o sub-relator, deputado

Figueiredo, Gildásio Amado Filho e Abel Almeida por gestão temerária, colocando em risco as reservas do fundo, especificamente ao aplicar no Banco Santos quando o banco já estava sob investigação. Cada um terá de pagar R\$ 20 mil. Figueiredo, que durante as denúncias foi transferido da presidência do Nucleos para a da Eletronuclear, caiu depois para assessor da diretoria e, na semana passada, foi destituído do cargo, passando a ser apenas um economista do quadro funcional.

Segundo relata o conselheiro Neildo de Souza Jorge – autor do cálculo do rombo de R\$ 53 milhões –, a massa dos participantes do Nucleos (3.243 pessoas, entre ativos e assistidos) é diretamente atingida pelo rombo. "Se o déficit do fundo já é da ordem de R\$ 220 milhões, essa situação só se agrava em função do que era para estar no caixa do Nucleos e foi desviado. É como uma caixa-d'água. Ela está num nível bom e é preciso mantê-lo. Mas, se tenho um ladrão vazando e não entra água por cima, ela logo acaba", compara. "Ou seja, daqui a alguns anos, se continuasse a roubafeira, o Nucleos poderia perder condições de arcar com aposentadorias", completa. Uma auditoria da KPMG já havia constatado o desvio de R\$ 22,7 milhões em 2004. Uma nova auditoria será contratada para ratificar ou não os R\$ 53 milhões apurados no conselho do fundo. Os prejuízos referem-se à compra e venda de títulos públicos e às perdas com operações financeiras em investimentos.

Ex-assessor de José Dirceu na Casa Civil, Sereno deixou a Secretaria de Comunicação do PT a contragosto, no dia 9 de julho. Saiu sob acusações de ter conhecimento do mensalão e, junto com Genoíno e Delúbio, ter oferecido R\$ 20 milhões ao PTB, na forma de caixa dois, para financiar campanhas. Por meio de sua assessoria, Marcelo Sereno disse à *ÉPOCA* que nunca interferiu na indicação de nenhum dos diretores do Nucleos e que foi o próprio conselho deliberativo do fundo que indicou integralmente a diretoria. Neildo insiste que não. "Sereno, que tinha toda a estrutura de poder na ocasião, indicou essas pessoas. Elas passaram pelo crivo dele."

Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA). Os requerimentos já estão sendo preparados e o nome de Sereno está na primeira lista de chamadas, a partir desta semana.

A convocação para esclarecimentos vem num momento propício. Na semana passada, o Conselho Deliberativo do Nucleos revelou a *ÉPOCA* que a primeira gestão do fundo de pensão no governo Lula provocou um rombo de R\$ 53 milhões – quase 10% de todo o patrimônio de R\$ 650 mi-

lhões da entidade. O cálculo foi feito a partir da média do mínimo atual (defesa das reservas destinadas a aposentadorias no futuro) de todos os fundos de pensão do país. Sereno sempre negou ter indicado diretores do Nucleos, embora seja notória sua influência política e sindical no setor nuclear. Por isso, foi indicado pelo BNDES a ser conselheiro de administração da VBC Energia, controlada pelos grupos Votorantim, Camargo Corrêa e Bradesco – de onde saiu no meio de 2005 depois de quase um ano e meio como conselheiro.

A gestão do Nucleos no governo Lula foi tão turbulenta que em agosto deste ano o Conselho Deliberativo decidiu afastar todos os dirigentes. Na quinta-feira 17, a Secretaria de Previdência Complementar decidiu autuar os ex-diretores Paulo ▶

NEGAÇÃO Marcelo Sereno será ouvido pela CPI, mas diz que nunca interferiu nas indicações

ÉPOCA 21 DE NOVEMBRO, 2005



Área de influência de Sereno

"O resultado das aplicações do Nucleos foi um vexame. Esperamos que as autoridades, como a CPI, provem a ingerência de Marcelo Sereno. É a elas que cabe isso", acrescenta o conselheiro deliberativo André Luiz Fernandes de Almeida. Neildo diz que Sereno indicou Paulo Figueiredo para presidir o Nucleos em 2003. Desde o início das investigações, Paulo Figueiredo vem negando sua participação em qualquer desvio. As investigações constatarem que há muitas pessoas envolvidas nessa confusão.

O deputado ACM Neto chamará Sereno a se explicar

Além de Gildásio (ex-diretor-financeiro) e Abel (ex-diretor de Benefícios), são acusados João Manoel Gonçalves Barbosa, presidente do Conselho do Nucleos na gestão passada, e Luiz Carlos dos Santos Vieira, que teria sido indicado por Marcelo Sereno para a presidência da INB, depois de ter militado com o petista no movimento sindical. Todos negam participação em eventuais irregularidades. ■



Conselheiro diz que fundo como o Nucleos é doce perto de formiga

ÉPOCA – De onde o senhor tirou que Marcelo Sereno influenciava nas negociações?

Neildo de Souza Jorge – Figueiredo presidiu o Nucleos por indicação de Sereno, era ligado a ele e não escondia isso de ninguém dentro do fundo. Os demais diretores faziam parte da conexão com Sereno.

ÉPOCA – Por que os fundos de pensão são tão cobichosos?

Neildo – Um fundo de pensão como o Nucleos é doce perto de formiga. O desvio não é notado facilmente, mas é alto e danoso à massa de participantes.

ÉPOCA – Acredita no sucesso das investigações das autoridades?

Neildo – A tendência disso é correr para um abafamento geral. E, quanto

mais nome aparece, mais se dissipam as investigações. Mas o Nucleos, com a nova direção, quer abrir tudo, todos os sigilos e ver onde mais há rombo, além dos R\$ 53 milhões que calculamos até agora.

ÉPOCA – Seriam suas denúncias motivadas por sua demissão como superintendente da INB?

Neildo – Não. Eu fui demitido em junho e reintegrado à INB pela Justiça em setembro. Embora com salário reduzido em 61%, eu, por exemplo, não aceitei a chantagem de Paulo Figueiredo para trabalhar cedido à Eletronuclear. Sabe que queria meu silêncio.

ÉPOCA – Sofre represálias?

Neildo – Há os que tentam me desqualificar porque provoço as investigações. É difícil o meu papel. Muita gente me vê como um leproso. Não se tem notícia por aí de gente de outros fundos de pensão falando de rombos, tem? Todos têm medo de perder o emprego. Ou estão metidos na roubafeira. ■

ÉPOCA 21 DE NOVEMBRO, 2005

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A traição dos intelectuais”, de autoria do professor de filosofia Denis Rosenfield, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de novembro do corrente.

O autor, em seu artigo, critica a atitude dos intelectuais que “terminaram por renunciar à verdade e à moralidade, pondo-se a serviço de um partido ou de um governo determinado”. Ainda segundo Denis Rosenfield, “Todos os eventos de derrocada moral e po-

lítica do governo Lula e do PT têm sua origem neles mesmos e em sua base aliada”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A traição dos intelectuais

Denis Lerrer Rosenfield

Há uma certa classe de intelectuais que se comprazem na negação da verdade, na recusa dos fatos e na renúncia do juízo moral. Já em 1927 Julien Benda, num texto célebre, *A Traição dos Clérigos*, cunhou uma expressão que teve vida longa, embora pareça não ter atravessado adequadamente o Atlântico Sul. O tempo das idéias não corresponde frequentemente ao tempo histórico, embora intelectuais devam, por ofício, estar a par do que acontece no mundo. Com essa formulação, Benda designava aquele tipo de pessoa que, tendo como ofício a palavra e o discurso, se punha a serviço de uma causa, numa espécie de servidão voluntária que caracterizou boa parte da intelectualidade ocidental no transcurso do século 20. O serviço à verdade desaparecia do horizonte, pois o que contava era “a causa” ser ou não devidamente defendida.

Os que se dedicam à verdade e ao exercício do juízo moral são os que não tergiversam sobre os fatos, seguindo-os atentamente, e, se for o caso, se dispõem a revisar as suas posições. Seu alvo central é o “universal”, ou seja, discursos, regras e ações que tenham uma validade universal e não sejam instrumentos de causas particulares, tornadas, pela fé política, absolutas. Por exemplo, se intelectuais defendiam acertadamente a “ética na política” como um princípio devendo reger a vida pública, é porque esse princípio era tomado em sua universalidade, independentemente das pessoas ou dos partidos a que se aplicava. Quando, no entanto, o “mutismo” toma o lugar da “loquacidade” de outrora nos assuntos de moralidade pública, é porque houve aquilo que Benda chamava de “traição”: o abandono dos princípios morais em nome de uma causa que se traveste, então, de religiosa.

A função intelectual deveria estar voltada para a crítica de regras, costumes, máximas e proposições que não se adequassem às condições de verdade das proposições e dos princípios morais, não se subordinando a interesses específicos, apesar de estes poderem ser ditos, erroneamente, universais. O

problema consiste em que o século 20, nas experiências das esquerdas autoritárias ou totalitárias, nas experiências do “socialismo real”, mostrou um tipo de intelectual a serviço de uma “causa temporal”, como se esta devesse e pudesse ser justificada independentemente de seus resultados e meios de realização. Ou seja, estar a serviço da causa veio a significar uma completa relativização das distinções morais ao tudo subordinar a um bem maior, o partido, que servia, assim, de justificativa para qualquer tipo de ação ou de barbaridade.

Operando dogmaticamente, os intelectuais terminaram por renunciar à verdade e à moralidade, pondo-se a serviço de um partido ou de um governo determinado. O exemplo do stalinismo e dos partidos comunistas, acompanhados de seus clérigos de apoio, dos “companheiros de caminho”, é particularmente ilustrativo. Tal tarefa foi facilitada por terem sido os fins do comunismo identificados com fins universais, tais como uma sociedade sem classes, a extinção da exploração ou, em termos religiosos, a realização da Cidade de Deus na Terra. Havia uma espécie de reconforto, como se não houvesse aqui uma traição, nesta busca temporal de um ideal atemporal ou, como alguns dizem, de realização da utopia.

Todos os eventos de derrocada moral e política do governo Lula e do PT têm sua origem neles mesmos e em sua base aliada. Graças às denúncias de Roberto Jefferson, todo um “novo mundo” emergiu, mostrando personagens relativamente desconhecidos, como Delúbio Soares, Silvinho Pereira e Marcos Valério. Ministros foram substituídos ou caíram, numa tentativa frenética de o governo contornar os efeitos da crise produzida. A cúpula do PT teve de renunciar. A captura partidária do aparelho de Estado ficou ainda mais escancarada com a corrupção que salta cada vez mais aos olhos. Fontes ilegais de financiamento petista e de sua base comparecem semanalmente, se não diariamente, nos noticiários. Nem o Banco do Brasil, por intermédio da Visanet, parece escapar desse assalto aos cofres públicos. O que di-

zem os “clérigos”: “Trata-se de uma invenção da mídia!”, “na-de foi provado!”, “somos ingênuos e bem-intencionados!” Só falta dizer: somos puros e eternos. Talvez no uso da mentira e da tergiversação.

Até um novo vocabulário foi inventado para encobrir o que está acontecendo e os propósitos dos que assim agiram e continuam agindo. O de maior efeito é provavelmente o que procura mascarar a corrupção com a expressão “recursos não contabilizados”. Delúbio Soares deveria, inclusive, ganhar o prêmio da Academia Brasileira das Falsas Letras por esta pérola: “Não há contabilidade de recursos não contabilizados.” Traduzindo prosaicamente: “Não prestarei contas do di-

SÓ FALTA DIZEREM: ‘SOMOS PUROS E ETERNOS.’ TALVEZ NO USO DA MENTIRA...

nheiro da corrupção!” Ora, até mafiosos têm contabilidade do que ganham ou extorquem ilegalmente. Onde está essa “contabilidade”? Perdida nos meandros de palavras e discursos que procuram velar uma prática autoritária de poder.

Contudo, os que tiveram o senso crítico de não aceitar um tal uso “imoral” dos discursos, criticando internamente o PT ou o abandonando para ingressar em outras agremiações partidárias mais à esquerda, como o PSOL, só parcialmente fizeram um serviço ao esclarecimento da verdade. O seu movimento consistiu a passagem de “uma causa” a “outra”, como se o problema não fosse, precisamente, o de estar a serviço de uma causa cuja aplicação redundou, no mundo, em experiências autoritárias ou totalitárias e, no Brasil, na captura partidária do aparelho de Estado, tendo como consequência o desrespeito à democracia representativa, ao Estado de Direito ou, mesmo, à inteligência das pessoas. Talvez deixar de ser “clérigo” seja a mais urgente tarefa de uma certa classe de intelectuais, se é que estão verdadeiramente preocupados com o Brasil e com o resgate da questão social. ■

Denis Lerrer Rosenfield
é professor de Filosofia
na UFRGS. E-mail:
denisrosenfield@terra.com.br

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Avanço no social”, publicado na seção “Opinião” do jornal **O Globo** do último dia 30 de novembro do corrente.

O artigo, ao tratar dos resultados apresentados na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), mostra que “os números são ainda preocupantes, mas indicam que o esforço feito para se aumentar a escolaridade e levar serviços básicos a toda a população vem dando resultados”.

O artigo mostra, também, que “Essa evolução não é tarefa de um só governo. O Brasil vem aprimorando uma rede de segurança social desde meados da década de 90”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	REFERE	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O GLOBO		30	Nov/05	Opinioa	A	6A

OPINIÃO

Avanço no social

A economia brasileira tem crescido bem menos do que a expectativa, mas a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, referente a 2004, revela uma melhora nos indicadores sociais do país. E o mais importante é que a proporção de brasileiros com nível de renda muito baixo diminuiu. Os números são ainda preocupantes, mas indicam que o esforço feito para se aumentar a escolaridade e levar serviços básicos a toda a população vem dando resultados.

Sob o ponto de vista econômico, é salutar que a combinação de crescimento econômico, mesmo modesto, com inflação declinante tenha interrompido o processo de queda na renda média mensal da população. A distribuição de renda também melhorou, embora na verdade a desigualdade tenha diminuído em função da queda da renda dos 10% mais ricos, e não de uma expansão substancial nos rendimentos médios dos 50% mais pobres.

No entanto, é bem animador que a percentagem de mulheres ocupadas esteja crescendo, e que sua remuneração pouco a pouco se aproxime da que é recebida pe-

los homens. Em 1992, essa relação era de 59%, e em 2004 chegava a 69,3%.

A esperança no futuro aumenta quando se verifica que os índices de analfabetismo continuam recuando (em 2004, correspondiam a 11,2% da população com mais de 15 anos, enquanto em 1992 representavam 17,2%) e que a proporção de crianças fora da escola diminui ano após ano. Simultaneamente, a escolaridade dos jovens está se ampliando.

Ainda que insatisfatório, o número de domicílios servidos por abastecimento de água, coleta esgoto e lixo cresceu.

Grande parte das residências no Brasil é atendida com fornecimento de energia elétrica e abriga os eletrodomésticos essenciais à vida moderna.

Essa evolução não é tarefa de um só governo. O Brasil vem aprimorando uma rede de segurança social desde meados da década de 90, e os resultados desse trabalho, que se expandir na administração do presidente Lula, começam a ser colhidos.

Com a economia crescendo, certamente a melhora dos indicadores sociais será mais rápida.

**Os avanços
conseguidos
não são obra
de um único
governo**

eletrodomésticos essenciais à vida moderna.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar o artigo intitulado “Parece o fim mas é apenas o começo”, de autoria do jornalista Wilson Figueiredo, publicado no **Jornal do Brasil** de 14 de novembro do corrente.

O autor, em seu artigo, tece comentários sobre o desempenho do atual governo petista e, particularmente, sobre a atuação do presidente Lula. O jornalista afirma que “o projeto dito ‘de poder’ teve mais a esconder do que a revelar. Dizem que Dirceu operava abaixo da linha imaginária entre a ética e a política,

enquanto Lula voava acima das nuvens. Lula continua o de sempre, com acréscimos redundantes”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL

CADERNO B SEGUNDA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2005 **B3**

Parece o fim mas é apenas o começo

Em algum lugar devia estar escrito mas ninguém leu. No PT e no governo não se dá atenção política a questões que pedem decisão. Tomar decisão é hábito de governante, mas contraria a natureza do presidente, segundo o perfil tardio dado a público pelo antigo chefe da Casa Civil. José Dirceu apresentou Lula como alguém de esquerda recheado de valores conservadores. Mas Dirceu erra na premissa: Lula está mais para ambidestro.

Quando o presidente anunciou, com entonação piedosa, que Dirceu está com os dias contados e vai perder o mandato por motivo estritamente político, o ex-chefe da Casa Civil já havia aberto a janela para mostrar Lula em trajes políticos menores. Era tarde para voltar atrás ou fechar a janela. “Lula não gosta de tratar de problemas do governo. Gosta mesmo é de ouvir falar de realizações”, desabafou Dirceu a uma platéia de meia centena de militantes petistas egressos do Partido, gente que sabe ouvir e entender. A dificuldade é localizar obras de encher os olhos dos eleitores para Lula ser fotografado. Há mais a esconder do que a mostrar. O êxito da política econômica desnorteia o partido geneticamente de esquerda, e só. Para desgosto da rapaziada petista, a política econômica é a mãe das contradições deste governo. E mãe sempre será o último argumento em grandes divergências de opinião e de interesse.

A parceria governo-partido já deu a ambos mais do que podia. Repete a dificuldade das PPPs no convívio entre interesses privados e desinteresse público. O projeto dito “de poder” teve mais a esconder do que a revelar. Dizem que Dirceu operava abaixo da linha imaginária entre a ética e a política, enquanto Lula voava acima das nuvens. Lula continua o de sempre, com acréscimos redundantes.

Mensal, trimestral ou semestral, o mensalaço não oferece solução etimológica e não melhora a

situação de quem o recebeu, nem de quem o financiou. Melhora para a oposição extasiada. A propina foi inventada para favorecer e não para prejudicar. Nesse assunto delicado o presidente se sente mais à vontade entre nominalistas, que viveram prestígio na Idade Média e sustentavam que as idéias abstratas não passam de palavras. Viviam às turras com os realistas. O nominalismo de Lula não foi iniciativa de José Dirceu na chefia da Casa Civil. Para ser nominalista ou realista não é preciso estudar filosofia nem ter diploma. É fechar os olhos e escolher. Não se sabe o que levou Lula a filiar-se a idéias com grande atuação no passado, mas com capacidade ociosa no século 21. O mensalaço remeterá essa gente ao confronto da idéias, e não apenas a divergências sobre quantias embolsadas. Para um nominalista de verdade, tudo mais é abstração. Lula é nominalista e nega com ênfase a existência do mensalaço.

Quando José Dirceu foi convidado a sair do governo, já tinha contabilizado (por fora, claro) a opinião de que o presidente é destituído de capacidade de decidir. Como foi convidado a se retirar pela porta da frente, não espalharia agora o segredo, óbvio. Com a mesma cortesia presidencial, foi advertido de que perderá o mandato. Razão política, uma ova. Trata-se de abstração, é das boas.

Desde a montagem do ministério, foi Dirceu quem salvou não apenas as aparências, mas o próprio presidente no que ele tem de pior, que é pensar que sua palavra seja levada a sério. O que há de melhor em relação a Lula é que os brasileiros já estão se dando conta do tamanho da questão presidencial. Foram decisivas as reformas do ministério no primeiro e no segundo ano de governo. Pareceu o fim do próprio governo. Mas era apenas o começo.

Wilson Figueiredo escreve na segunda

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “MP acusa secretário da Receita de improbidade”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 21 de novembro do corrente.

A matéria destaca que o Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação de improbidade administrativa na Justiça Federal contra o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e outros quatro auditores fiscais que trabalhavam em 1994 no Estado da Bahia. Segundo a matéria, o processo pede ainda o

afastamento imediato de Rachid de sua atual função, “porque estaria se servindo do cargo para cercear os trabalhos de investigação”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	21	Nov/05	Nacional	A	6-A

MP acusa secretário da Receita de improbidade

Ação pede que Jorge Rachid seja afastado do cargo, por não ter cumprido a lei em autuação feita quando era auditor, na Bahia

Fabio Graner
BRASILIA

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação de improbidade administrativa na Justiça Federal contra o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e outros quatro auditores fiscais que trabalhavam em 1994 no Estado da Bahia. O processo pede ainda o afastamento imediato de Rachid de sua atual função, porque estaria se servindo do cargo para “cercear os trabalhos de investigação”. Também afirma que, “com abuso de poder no uso das prerrogativas do cargo” estaria pondo em risco “o regular curso desta ação”. Os procuradores Lauro Pinto Cardoso Neto e Valquíria

Quixadá, que assinam a ação, pedem também a indisponibilidade dos bens dos réus.

O processo do MPF se baseia no episódio em que Rachid, quando ainda era auditor fiscal na Bahia, e os outros auditores multaram a construtora OAS em R\$1,1 bilhão, por não recolhimento de Imposto de Renda. A empresa recorreu e conseguiu reduzir drasticamente o valor da multa para R\$ 25 milhões.

A justificativa para tal redução seria que Rachid e os outros auditores descumpriram as normas internas da Receita Federal na autuação. Teriam feito lançamentos em duplicidade, deixado de realizar as diligências necessárias, como visitas à empresa para análise de docu-

mentos fiscais, e errado nos cálculos para definição da multa.

De acordo com os procuradores, os erros de Rachid e dos demais auditores no processo “favoreceram diretamente os auditores fiscais contratados pela OAS, Sandro Martins Silva e Paulo Baltazar Carneiro, em R\$ 18,6 milhões”. Os dois eram os responsáveis pela defesa da empresa e teriam tido seu trabalho facilitado por conta dos problemas na autuação.

Para os promotores, independentemente da intenção do então auditor Jorge Rachid, houve improbidade administrativa. Ela seria caracterizada no capítulo da lei que fala em “agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda”.

O secretário contestou, por meio de sua assessoria de imprensa, a acusação do MPF. Assegurou que o procedimento adotado à época foi correto.

Rachid afirmou também que não faz sentido dizer que agiu de forma imprópria na autuação para facilitar a vitória do recurso dos dois representantes da OAS, porque “era um fiscal comum, subordinado ao delegado da Receita em Salvador”, e não conhecia Paulo Baltazar e Sandro Martins.

“Acho estranho que um caso ocorrido há mais de uma década seja retomado de tempos em tempos, mesmo sem nenhuma comprovação das supostas acusações”, disse.

Na ação, os promotores também acusam o secretário-adjunto da Receita, Ricardo Pinheiro, de improbidade. Isso porque na época ele era o coordenador responsável pelo gerenciamento da fiscalização executada pelos auditores na Bahia. O MPF acusa Pinheiro de não ter tomado providências administrativas contra Rachid por ele ter executado parte dos trabalhos fiscais em sua casa.

A Receita Federal não comentou o assunto. ●

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Okamoto reafirma que pagou dívida de Lula” publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 23 de novembro do corrente.

Segundo a matéria, o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, não conseguiu convencer a CPI dos Bingos de que quitou legalmente uma dívida de R\$29.436,26 do presidente Lula com o PT. Na presta-

ção de contas à Justiça Eleitoral, o partido se referia a esse valor como um empréstimo feito por Lula.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Okamoto reafirma que pagou dívida de Lula

Mas presidente do Sebrae não conseguiu convencer CPI dos Bingos; oposição suspeita que dinheiro era de caixa 2

CRISE NO GOVERNO LULA

Rosa Costa
BRASÍLIA

O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, não conseguiu convencer a CPI dos Bingos de que quitou legalmente uma dívida de R\$ 29.436,26 do presidente Lula com o PT. Na prestação de contas à Justiça Eleitoral, o partido se referia a esse valor como um empréstimo feito por Lula.

Okamoto disse que o débito se referia a gastos de viagens de Lula. Segundo ele, R\$ 13.662,32 seriam da viagem à China feita pela mulher de Lula, Mariza Letícia, em 2001. Também houve adiantamento para viagens feitas pelo próprio Lula a Cuba e a países europeus antes de assumir a Presidência. E uma pequena parte da dívida teria sido contraída em 1997. Ele contou que fez tudo à revelia do presidente, “para não constrangê-lo”, e esperava ser ressarcido, porque contestara a cobrança.

“Foi um dos piores depoimentos na CPI, ele foi nocauteado várias vezes, ficou no nê-nê-nê e só aumentou as suspeitas”, criticou o líder do PFL, José Agripino Maia (RN). Ele disse que a oposição suspeita que o dinheiro do pagamento saiu do caixa 2 do PT.

Agripino apontou contradições. Disse, por exemplo, que, se era para preservar Lula, por que, no pagamento de uma das parcelas, o office boy que fez o

depósito exibiu cópia do RG de Lula para identificá-lo como origem do dinheiro. Também lembrou que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares disse à CPI dos

Oposição quer convocar Paulo de Tarso

DEPOIMENTO: Os líderes no Senado do PFL, José Agripino Maia (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM) vão propor que a CPI dos Bingos convoque Paulo de Tarso Venceslau e Roberto Teixeira para depor. Eles disseram que Paulo de Tarso foi expulso do PT depois de denunciar

extorsão às prefeituras petistas de São José dos Campos, Campinas, Santo André, Diadema e Piracicaba para fazer caixa 2 do PT. Segundo Paulo de Tarso, a empresa responsável pela extorsão pertence a Teixeira, compadre do presidente Lula, e R.C.

Correios que “no PT dirigentes, ex-dirigentes e funcionários, usam essa prática de fazerem empréstimos (do partido) e depois ressarcirem sem juros”.

Okamoto não mostrou provas de sua versão. Nem foi convincente ao dizer que tomou a decisão de pagar porque Delúbio foi “implacável” ao exigir a quitação de todas as dívidas de Lula quando do fim de seu contrato de trabalho com o PT. “Delúbio me informou que estava organizando o partido e cobrando de todos os devedores.”

Jefferson Péres (PDT-AM),

disse que essa versão mostra a promiscuidade entre o público e o privado no governo. “O senhor fez um favor ao presidente e recebe em troca um cargo dos mais cobiçados”, ironizou. Para o presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), a questão do dinheiro continua em aberto.

O relator, Garibaldi Alves (PMDB-RN), perguntou-lhe sobre as denúncias do ex-petista Paulo de Tarso Venceslau de que ele era o “arrecadador” de extorsões a prefeituras do PT. Ele negou. ●

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “O candidato Lula”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 27 de novembro do corrente.

O editorial trata da entrevista concedida pelo presidente Lula a emissoras de rádio, no último dia 24 de novembro. Na entrevista, o presidente voltou a insistir que ainda não definiu se será ou não candidato à reeleição. Segundo o editorial, “não seria exagero dizer que Lula na realidade nunca desceu do palanque, tendo sido ele próprio um dos responsáveis pela antecipação da corrida eleitoral, da qual se queixou na entrevista”.

Ainda segundo o editorial, a antecipação da campanha presidencial tem como origem na maneira como o PT tem exercido o poder: “fracassado na coordenação política, voraz na captura de postos da máquina pública, antiético e imprudente nos meios de financiar seu projeto, o governo Lula semeou a tempestade que está colhendo”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

O CANDIDATO LULA

EM ENTREVISTA concedida a emissoras de rádio na quinta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a insistir que ainda não definiu se será ou não candidato à reeleição. Trata-se de um segredo de polichinelo. A candidatura de Lula é tida como certa no meio político e seu comportamento tem confirmado amplamente essa avaliação.

Não seria exagero dizer que Lula na realidade nunca desceu do palanque, tendo sido ele próprio um dos responsáveis pela antecipação da corrida eleitoral, da qual se queixou na entrevista. É verdade — e não poderia ser muito diferente — que o escândalo de corrupção e a instalação de CPIs criaram um ambiente propício à precipitação da disputa pela Presidência, mas também nesses episódios a origem dos problemas está na maneira como o PT tem exercido o poder. Fracassado na coordenação política, voraz na captura de postos da máquina pública, antiético e imprudente nos meios de financiar seu projeto, o governo Lula semeou a tempestade que está colhendo.

Pode-se até imaginar que o presidente, ao se ver mergulhado num “pesadelo” — termo que ele usou ao saber do caso de um emissário do PT que transportava dinheiro em seus trajes íntimos —, tenha cogitado de não competir no pleito de 2006. Uma decisão nesse sentido poderia ser apresentada como uma atitude coerente de alguém que sempre se manifestou contra a reeleição. Mas, ao que tudo indica, essa hipótese surgiu apenas como mais um ardil na tentativa de reagir à crise.

Hoje está muito claro que nem as convicções de Lula sobre o direito a um segundo mandato nem a gravi-

dade do cenário político se erguem como obstáculos à candidatura. Salvo uma enorme surpresa ou o surgimento de fatos que tornem sua situação insustentável, o presidente irá lutar para permanecer em seu posto por mais quatro anos.

Em seus discursos, o candidato Lula já deixa transparecer parte da estratégia que utilizará em campanha. Vai explorar seu carisma popular, apostar na confusão, negar fatos, afirmar que “tudo” foi investigado, que o “mensalão” não existiu e que seu governo em poucos anos fez no Brasil o que Deus realizou em uma semana no universo — a obra da Criação. A seu favor devem atuar os resultados da economia, apenas medianos, mas positivos à luz do fiasco do crescimento em anos anteriores.

É claro, porém, que o presidente perdeu a condição de favorito e que encontrará muitas dificuldades na provável hipótese de a disputa ser decidida em segundo turno. Seus problemas, além da extrema facilidade com que poderá ser atacado e da possibilidade de as CPIs produzirem novos “pesadelos”, estão na dificuldade de costurar uma articulação política que dê solidez e amplitude à candidatura e no elevado índice de rejeição apontado pelas pesquisas.

Não basta gozar de prestígio entre os mais pobres e menos informados, contando com o rendimento eleitoral de programas como o Bolsa-Família. Para que possa aspirar à vitória, Lula precisaria recompor alianças e reconquistar ao menos parte do terreno perdido em algumas frentes, em especial na classe média, que depois de anos de relutância deu um voto de confiança ao PT e sentiu-se, muito justificadamente, traído.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida pelo senador Tasso Jereissatti ao jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 18 de novembro do corrente.

Na entrevista, intitulada “Palocci é o fiador da estabilidade, diz Tasso”, o atual presidente do PSDB afirma que o ministro Palocci é o lastro da política econômica. “Até a tibieza e dubiedade do presidente na disputa interna tiram dele a autoridade para ser esse

lastro. Lula, que já não tinha crédito, perdeu qualquer possibilidade de ser o fiador da estabilidade”.

Sr. Presidente, requeiro que a entrevista do senador Tasso Jereissatti seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/PALOCCI NA MIRA

Virtual presidente do PSDB nega que oposição ‘blinde’ ministro e diz que ‘tibieza’ de Lula tira-lhe autoridade para ser lastro da política econômica

Palocci é o fiador da estabilidade, diz Tasso

VERA MAGALHÃES
DOFA, NE, EM BRASÍLIA

O senador Tasso Jereissatti, 56, que assume hoje a presidência do PSDB, afirma que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, é “o lastro” da política econômica, pois o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tem “crédito para ser fiador da estabilidade”.

Ele critica Lula pela “tibieza” e “dubiedade” com que defende a política econômica. E mostra que a tolerância com Palocci não se estende a Lula. “O presidente não gosta de estudar, não gosta de ler, não gosta de trabalhar, não gosta de problemas e se orgulha disso.”

O senador diz que o maior desafio do PSDB é ter um projeto alternativo para a economia — que, admite, ainda não existe. Jereissatti assume hoje o comando da legenda, em Brasília. Leia os principais trechos da entrevista concedida ontem à Folha.

★

Folha - A oposição deixou de inquirir o ministro Antonio Palocci sobre as acusações que pesam contra ele. Foi estratégia ou a oposição manteve a blindagem ao ministro?

Tasso Jereissatti - Essa estratégia foi decidida porque a oposição avaliou que deveria, antes de tudo, tratar o ministro Palocci com o respeito que ele merece. Fazemos oposição ao governo e ao ministro, mas, sem dúvida, ele tem um trabalho feito a este país.

O ministro Palocci sofre uma série de acusações, vindas de ex-assessores, que não podemos deixar de investigar. Por outro lado, ele também está sendo muito acossado pelo próprio governo, e não tem sido amparado devidamente pelo presidente Lula. Isso pode prejudicar um período de ganância pré-eleitoral que é defendida por setores do PT.

Folha - Mas é tarefa da oposição defendê-lo do fogo amigo?

Tasso - Nós não vamos blindar ninguém nem estamos dando sobrevida ao ministro. O país está longe de viver um momento brilhante na economia. Mas, pelo menos nessa área, vive-se um equilíbrio, e não o caos que se vê no resto do governo. E esse equilíbrio se deve ao ministro Palocci.

Folha - Palocci será convocado pela CPI dos Bingos?

Tasso - O ministro vai ser convocado, e ele mesmo se propôs a vir.

Folha - Ele tem condições políticas de ficar no cargo?

Tasso - Se ele não tiver condições de esclarecer as denúncias, certa-

mente para que não repitamos erros do passado. As circunstâncias são outras, o clima é bom.

Tasso - Mas, mais do que isso, ele está muito enfraquecido pela indecisão, tibieza, dubiedade do presidente no trato das questões internas do governo em relação à política econômica. Em nenhum momento Lula o defendeu.

Folha - O sr. trata Palocci como o lastro da economia.

Tasso - Sem dúvida que ele é o lastro da política econômica. Até a tibieza e dubiedade do presidente na disputa interna tiram dele a autoridade para ser esse lastro. Lula, que já não tinha crédito, perdeu qualquer possibilidade de ser o fiador da estabilidade.

Folha - Na sua gestão o PSDB fará oposição aguçada ou fará o discurso da responsabilidade?

Tasso - Minha gestão se baseará em dois pontos. O primeiro é que o Brasil precisa de um choque de moralidade. O descrédito em que caíram a política e o processo eleitoral tem de ser enfrentado. O segundo ponto é que o Brasil está sem projeto. O PT e o governo

destruíram toda e qualquer ideia de projeto e de valores. Começa pela atitude de Lula. Ele não gosta de estudar, não gosta de ler, não gosta de trabalhar, não gosta de problemas e se orgulha disso.

Folha - E qual será o projeto do PSDB? O que tem a apresentar que não seja mais do mesmo?

Tasso - Somos o partido que enfrentou os grandes desafios do país. Enfrentamos o maior deles, que foi a inflação. Mas esses projetos se esgotaram e os desafios são novos. Na economia é o crescimento, como enfrentar a questão do ajuste fiscal com crescimento e maior distribuição de renda.

Folha - Mas o partido ainda não tem essas propostas, é isso?

Tasso - Não temos a fórmula, mas temos propostas. No passado fomos à universidade e apareceram André Lara Resende, Pêrsio Arida, Gustavo Franco, Edmar Bacha, Elena Landau, que fizeram o Plano Real. Queremos repetir isso com ideias novas.

Folha - O sr. assume o partido ao momento da definição de candidato. A disputa será tensa como foi a de 2002, entre o sr. e José Serra?

Tasso - Na oposição aprendemos muitas lições que serão sufi-

Folha - Em 2002 o sr. acusou Serra de impor sua candidatura e depois apoiou abertamente Ciro Gomes.

Tasso - São fatos vencidos. Eu tenho um excelente relacionamento com o Serra, com um breve episódio de afastamento.

Folha - Quando são os prós e os contras dos dois pré-candidatos, Serra e Geraldo Alckmin?

Tasso - Só vejo prós, não contras. Os dois têm grandes qualidades, fazem grandes administrações.

Alckmin é considerado um dos melhores governadores do Brasil. Um governador que sai de São Paulo com a aprovação que ele tem está apto a assumir a Presidência a qualquer momento. Do outro lado tem o Serra, que fez uma gestão no Ministério da Saúde reconhecida internacionalmente e, agora, com pouco tempo à frente da prefeitura de São Paulo, já deu uma nova cara à cidade.

Folha - O sr. substitui na presidência do partido o senador Eduardo Azeredo, que recebeu recursos de Marcos Valério. Qual é a diferença disso para o esquema do P1?

Tasso - O Eduardo Azeredo tem um problema de delito eleitoral, na campanha de 98. Recebeu financiamento que não foi registrado. Não há nenhuma evidência de corrupção nem de desvio de dinheiro público. O crime eleitoral é semelhante ao do Lula, mas no caso do PT começam a aparecer indícios de que houve uso de recursos públicos. Essa é a diferença.

Folha - O sr. acha que há elementos para pedir o impeachment?

Tasso - Faremos o maior empino para que o presidente vá até seu último dia de mandato. Torçamos para que não haja interrupção, que o processo institucional normal prevaleça e que todo presidente eleito exerça seu mandato até o fim. Mas se aparecerem evidências legais inquestionáveis a ele tem de ser cumprida.

Folha - E não há evidências?

Tasso - Até há evidências que poderiam levar a um processo jurídico, mas não existe clima para o impeachment, que é um processo que mistura o jurídico com o político. Está de fazer um claro convencimento da maioria da população, isso não existe.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria “CPI irá propor indiciamento de Genoíno, Dirceu e Gushiken”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 21 de novembro do corrente.

Segundo a reportagem da sucursal de Brasília, o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, disse que já possui elementos suficientes para propor o indiciamento de mais de 50 pessoas.

Entre os prováveis indiciados figuram nomes importantes do Partido dos Trabalhadores e membros do

governo. O empresário Marcos Valério de Souza seria acompanhado pelo “eixo dos corruptores”, formado pelo deputado José Dirceu, José Genoíno e Luiz Gushiken.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL

21/11/05

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/HORA DAS PROVAS

Relator afirma que encaminhará lista com mais de 50 nomes ao Ministério Público

CPI irá propor indiciamento de Genoíno, Dirceu e Gushiken

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse ontem que irá propor o indiciamento de mais de 50 pessoas, entre eles o ex-ministro José Dirceu (Casa Civil), o ex-ministro Luiz Gushiken (hoje chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência) e o ex-presidente do PT José Genoíno.

De acordo com Serraglio, já existem elementos suficientes para propor o indiciamento, mas ainda existem “pontas soltas” que precisam ser resolvidas antes da conclusão do relatório. “Serão mais de 50”, respondeu, ao ser questionado sobre quantos seriam os possíveis indiciados.

Serraglio afirma que os nomes daqueles que irão figurar na lista de sugestão de indiciamento só devem ser anunciados mais para frente. Cabe à CPI sugerir nomes a serem indiciados ao Ministério Público, que decidirá se acata ou não a sugestão da comissão.

“Se falarmos disso agora, criaremos frentes de resistência. Quanto mais calados, melhor”, afirmou Serraglio ontem à Folha.

“Os detalhes estão sendo coletados, mas é certo que está chegando a hora de a CPI propor os indiciamentos”, afirma o presidente da Comissão, o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Ele trabalha com a possibilidade de concluir os trabalhos por volta de fevereiro do ano que vem, embora a CPI tenha autorização para funcionar até o mês de abril.

‘Especulação absurda’

Relator adjunto da comissão, o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), declara que a previsão de “mais de 50” indiciados “não é uma especulação absurda”, dado o esquema “ser tão amplo e tantas as verdades já apuradas”.

O deputado atua com Serraglio para tentar apresentar um relatório parcial antes do recesso do Congresso Nacional, que começa no final de dezembro.

Existe a possibilidade de que as sugestões de indiciamento sejam feitas parcialmente, obedecendo a três etapas. Primeiro, os nomes mais conhecidos de todo o processo, encabeçado pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Em seguida, serão listados os executivos ou ex-executivos de estatais. Finalmente, os congressistas envolvidos.

Na opinião de Eduardo Paes, no caso dos congressistas, “o principal papel da CPI já foi feito, com a sugestão de punição política”.

Entre os nomes citados ontem pelo relator da CPI, as suspeitas que pesam contra cada um têm pesos diferentes. No caso do ex-ministro Gushiken, há os contratos da Visanet — empresa que tem como um de seus sócios o Banco do Brasil —, em que ele é acusado de ter mudado uma regra para facilitar o caixa dois do PT, e também supostas irregularidades em contratos dos Correios.

“Não tem como propor agora [o indiciamento], porque ainda há fatos pendentes, mas já há elementos para propor o indiciamento”.

O deputado José Dirceu (PT-SP), durante evento de prefeitos petistas contrários à sua cassação

A SEMANA DO CONGRESSO

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA

AMANHÃ ■ As 10h, o ministro Antonio Palocci (Fazenda) depõe sobre a proposta de emenda constitucional para criar o Fundo (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

AMANHÃ

■ As 10h, o ministro Antonio Palocci (Fazenda) depõe sobre a proposta de emenda constitucional para criar o Fundo (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

CPI DOS BINGOS

AMANHÃ ■ O que investiga: utilização de casas de bingo para lavagem de dinheiro.

No prática, apura o caso Waldomiro Diniz e também o caso Santo André.

AMANHÃ

■ Paulo Okamoto, presidente da Sebrae, ex-tesoureiro do PT e amigo de Lula, terá de explicar o pagamento que fez de um empresário da FTA e Lula.

QUARTA-FEIRA

■ Rosângela Gabrielli, empresária do setor de transportes de Santo André que denunciou um esquema de propina envolvendo Sérgio Gomes da Silva.

CPI DOS CORREIOS

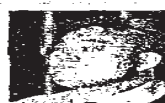
O que investiga: denúncias de corrupção envolvendo partidos e ex-congressistas.

AMANHÃ

■ Sub-relatoria de contratos Relatório parcial sobre as atividades dos contratos do Correio Postal Nacional.

do partido, Genoíno avaliou os empresários e poderia ser, segundo Serraglio, indiciado por falsidade ideológica.

Dirceu, na avaliação do relator, terá seu indiciamento proposto



de encargos da MM Consultoria, quando a empresa recebeu propina para a licitação.

QUINTA-FEIRA

■ Sub-relatoria de movimentação financeira Apresentação do relatório de movimentação financeira da CPI dos

que questionou a sanção da investigação de Serraglio. “Se a consistência das acusações que ele tem é a mesma do relatório parcial, esse relatório final vai ser mais uma alegoria política”, afirmou, refe-



Falar disso [lista dos indiciados] agora, você cria frentes de resistência

Temos evidências de que esses assuntos não-republicanos eram ligados ao José Dirceu

Osmar Serraglio, relator da CPI dos Correios

Se a consistência das acusações que ele tem é a mesma do relatório parcial, esse relatório final vai ser mais uma alegoria política

JOSÉ DIRCEU ex-ministro da Casa Civil

rindo-se ao relatório preliminar que sugeriu a cassação de 19 parlamentares, entre eles Dirceu.

O ex-ministro tem, no entanto, preocupações mais prementes. A Câmara dos Deputados pode votar depois de amanhã em plenário a sua cassação. Mas a data ainda pode ser adiada, em razão do julgamento de um recurso na Comissão de Constituição e Justiça.

A Folha não conseguiu localizar Gushiken e Genoíno ontem. (PEDRO DIAS LEITE E FERNANDO RODRIGUES)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos de 1º de dezembro de 2005, quinta-feira, iniciados às 14 horas. Portanto, foram cinco horas e trinta e dois minutos de sessão, toda ela coordenada pelo extraordinário servidor público Dr. Raimundo Carreiro da Silva, dando uma demonstração e um exemplo de trabalho ao País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 32 minutos.)

OS (18158/05)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

**1º-12-2005
quinta-feira**

10h – IV Seminário Nacional Interlegis

**Assinatura do Protocolo de Intenções entre o
Senado e a Assembléia Legislativa de Alagoas**

Auditório do Centro Cultural e de Exposições de
Maceió – Rua Piatti, s/nº – Jaraguá – Maceió

**19h – Coquetel do IV Seminário Nacional do In-
terlegis**

Centro Cultural e de Exposições de Maceió – Rua
Celso Piatti s/nº – Maceió

**CONVÊNIO Nº 0048 / 2005
(Processo n.º 015441/05-9)**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E A INTERMEDIUM –
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO S/A PARA EMPRÉSTIMOS
A SENADORES E SERVIDORES, SOB
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO.**

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, a **INTERMEDIUM – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.416.968/0001-01, com sede na Avenida Amazonas, nº 298, 13º andar, Bairro: centro, Belo Horizonte-MG, CEP: 30.180-904, Telefone (31) 2101-7000, internet: www.intermedium.com.br doravante designada **CONVENIADA**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar à **CONVENIADA**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência da **CONVENIADA**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pela **CONVENIADA**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito à **CONVENIADA**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência da **CONVENIADA**, especificada na Cláusula Segunda.

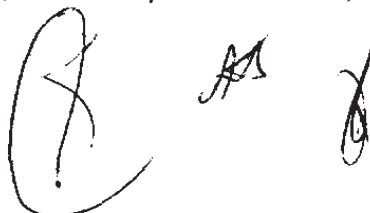
Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DA CONVENIADA

Da **CONVENIADA** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 2,00 (dois reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro - A **CONVENIADA** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - A **CONVENIADA** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados



detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá à **CONVENIADA** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher à **CONVENIADA**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pela **CONVENIADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, à **CONVENIADA**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pela **CONVENIADA** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará a **CONVENIADA** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato credenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

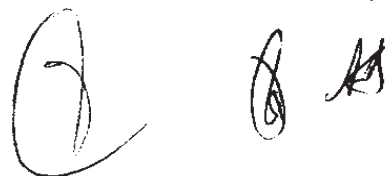
Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 25 de Novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL



DAURO DE CARVALHO E SILVA

CPF: 007.898.606-00

RG: M-198.739 SSP/MG

INTERMEDIUM – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A



Diretor da SADC



Diretor da SSPLAC

Serviço Notarial do Bo. Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 - Centro
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DAURO DE CARVALHO E SILVA

Belo Horizonte, 25/11/2005 17:04:17 251137924

Em testemunho da verdade,

Marly Leonardo Martins

EMO: 2,25 TFIJ: 0,75 BCP: 0,14 TET: 3,13



ANEXO II

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

(Obrigações exigidas pelo § 3º do art. 1º)

Valor da Operação: R\$ _____

Prazo da Operação: _____ Meses.

IOF: Alíquota: _____; Base de Cálculo: R\$ _____; Valor do IOF: R\$ _____

TAC: Valor: R\$ _____, () Financiada ou () Descontada no ato do crédito.

Valor total financiado: R\$ _____

Data de crédito do empréstimo: ____/____/2005

Data de vencimento da 1ª. Prestação: ____/____/2005

Número da Prestação	Valor da Prestação R\$	Valor Amortizado R\$	Valor Juros Cobrados R\$	Saldo Devedor R\$
1ª				
2ª				
3ª				
4ª				
5ª				
6ª				
7ª				
8ª				
9ª				
10ª				
11ª				
12ª				
13ª				
14ª				
15ª				
16ª				
17ª				
18ª				
19ª				
20ª				
21ª				
22ª				
23ª				
24ª				
25ª				
26ª				
27ª				
28ª				
29ª				
30ª				
31ª				

Número da Prestação	Valor da Prestação R\$	Valor Amortizado R\$	Valor Juros Cobrados R\$	Saldo Devedor R\$
32ª				
33ª				
34ª				
35ª				
36ª				
37ª				
38ª				
39ª				
40ª				
41ª				
42ª				
43ª				
44ª				
45ª				
46ª				
47ª				
48ª				

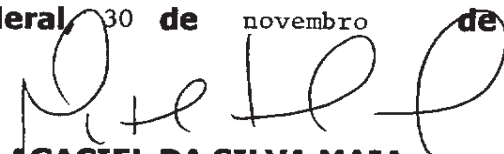
U:\SSPLAC\SECON\SECON2005\MINUTA\CONVENIO BANCO BONSUCESSO NOVA MINUTA DE CONVÊNIO ATO COM DIR Nº 15-2005.doc



PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 170 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 9, de 1997, RESOLVE prorrogar, até 31 de dezembro de 2005, os trabalhos da Comissão Especial instituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 968/04.

Senado Federal, 30 de novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

((*) ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4119, DE 2005

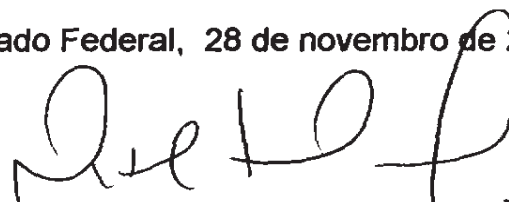
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CÁSSIO MURILO ROCHA, matrícula nº 52209, e ANDRÉ LUIZ RODRIGUES SANTANA, matrícula nº 38043, como gestores titulares e, GIOVANI PEREIRA DO AMARAL, matrícula nº 50730 e JAYBRAS CORREIA DA ROCHA, matrícula nº 33537, como gestores substitutos do Processo nº 007608/05-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4140 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018743/05-6,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ CARLOS GALETTI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko.

Senado Federal, em 30 de novembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4141 , DE 2005

**ALTERA A MODALIDADE DE
APLICAÇÃO E O QUADRO DE
DETALHAMENTO DA DESPESA DO
PRODASEN.**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, da delegação de competência a que se refere o Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 1996, e de acordo com o §2º, Inciso II, art. 64, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica alterada a modalidade de aplicação e o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, da Unidade 02.103 – Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, na forma dos Anexos I e II deste Ato.

Art. 2º Esta alteração justifica-se pela inviabilidade técnica de execução na modalidade aprovada, por não permitir transferência a organismos internacionais de cooperação.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

02.000 - SENADO FEDERAL
02.103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA - PRODASEN

R\$

ANEXO I

CANCELAMENTO

PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	FONTE	NATUREZA	VALOR
01.126.0551.3180.0001	INTERLEGIS - REDE DE INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA	Fiscal	0100	3.3.90.00	1.840.000,00

02.000 - SENADO FEDERAL
02.103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA - PRODASEN

R\$

ANEXO II

SUPLEMENTAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	FONTE	NATUREZA	VALOR
01.126.0551.3180.0001	INTERLEGIS - REDE DE INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA	Fiscal	0100	3.3.90.00	1.840.000,00

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4142, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018330/05-3,

RESOLVE dispensar a servidora **DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS CALHÃO**, matrícula 41042, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-8, da Secretaria de Comissões, a partir de 22 de novembro de 2005.

Senado Federal, 01 de dezembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Shlessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER – PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA – PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO – PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA – P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE – PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA – PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL – PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI – PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES – PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI – PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

(1) VAGA CEDIDA PELO PSDB

(2) VAGA CEDIDA PELO PFL

(3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05

(4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05

(5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

(6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador

Vice-Presidente: Senador

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Gilberto Goellner (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. MºdoCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. Álvaro Dias (PSDB)	PR	4059
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camara	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Pedro Simon	RS	3232
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO/AC)
--	---

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 268 PÁGINAS